

# INCURSÕES EM POLÍTICAS SOCIAIS - PRONUNCIAMENTOS

Maria Coeli Simões Pires



# INCURSÕES EM POLÍTICAS SOCIAIS - PRONUNCIAMENTOS

Maria Coeli Simões Pires



*Janeiro/2018*

**Coordenação editorial**

Osias Ribeiro Neves

**Redação**

Maria Coeli Simões Pires

**Revisão**

Maria Geralda Souza

**Projeto gráfico, capa e diagramação**

Olavo Neves

**Fotos**

Pixabay

PIRES, Maria Coeli Simões

**Incursões em políticas sociais - pronunciamentos**

Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2018.

228 p.

ISBN 978-85-87981-57-8

1. Discursos e pronunciamentos 2. Políticas públicas



Rua Monteiro Lobato, 315 sala 402 - Bairro Ouro Preto  
CEP: 31310-530 - Belo Horizonte/MG - Tel (31) 3262-0846  
[www.escritoriodehistorias.com.br](http://www.escritoriodehistorias.com.br) - [eh@escritoriodehistorias.com.br](mailto:eh@escritoriodehistorias.com.br)

INCURSÕES EM  
POLÍTICAS SOCIAIS -  
PRONUNCIAMENTOS

Maria Coeli Simões Pires

Maria Coeli Simões Pires é mineira, nascida em Serro. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica, obteve os títulos de Mestre e Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG.

É procuradora aposentada da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, advogada e professora da Faculdade de Direito da UFMG. Jurista com grande contribuição à literatura jurídica e de políticas públicas, e portadora de diversificada e relevante experiência institucional, como a de coordenação técnica do processo constituinte mineiro de 1989. Integrou diversos governos, especialmente como Secretária de Estado. Em 2006, foi Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte, assumindo, depois, outras pastas, como a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais; em todos os postos, com intensa interlocução com os múltiplos atores envolvidos com as políticas públicas.







# SUMÁRIO

Apresentação .....	11
Agradecimentos .....	13
Gestão: o Governo enquanto parceiro das organizações não governamentais .....	17
Programa de Apoio às Entidades em Jequitinhonha .....	25
1ª Conferência Estadual de Economia Solidária .....	27
Seminário Nacional de Relações Intersetoriais: um novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável .....	29
Políticas Públicas em Assistência Social: a importância do papel do psicólogo .....	31
Parceria do Estado com o UNICEF no Pacto: Um mundo para a criança e o adolescente do semiárido .....	39
Selo UNICEF Município Aprovado .....	41
Utramig 41 anos – Educação para Ser .....	47
Utramig – Prêmio Mineiro de Qualidade – 2006 .....	51
Posse do Comitê Gestor para a Criança e o Adolescente do Semiárido Mineiro .....	53
Quinze anos do Projeto Curumim .....	57
Festival de dança do Curumim .....	61
Abertura das Olimpíadas Escolares .....	63
Inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil de Felixlândia .....	65
Inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil de Jequitinhonha .....	69
Inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil de Pedro Leopoldo .....	73
A Violência e a proteção à vítima .....	79
Encontro de Trabalho do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos .....	83

1º Encontro Internacional sobre Crianças Abridadas .....	85
Encontro preparatório do Ciclo de Debates para Implantação do Sistema Único de Assistência Social .....	91
Implantação do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais: aspectos políticos e técnicos, desafios e avanços .....	95
Pacto pelo Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais .....	103
O Conselho Intermunicipal de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social .....	113
Implantação do Sistema Único de Assistência Social: desafios e perspectivas .....	119
Concretização de benefícios no contexto do Sistema Único de Assistência Social .....	126
Encontro com diretorias regionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes .....	129
Territorialidade da política pública de emprego, trabalho e renda .....	135
Certificação do Curso de Capacitação para Primeiro Emprego do Programa Curumim .....	139
A constituição do sistema tripartite e o diálogo social na construção da política pública de trabalho, emprego e renda .....	141
As várias faces do mercado de trabalho no Brasil .....	147
II Oficina de Trabalho sobre Municipalização da política pública de trabalho e renda .....	151
Capacitação de entidades habilitadas para cursos de qualificação .....	155
Posse no Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda .....	159
Viabilizando a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho: Igualdade de Oportunidades para Todos .....	165
Termo de Cooperação da I Jornada de Minas pela inclusão da pessoa com deficiência .....	167
Políticas Públicas para as Mulheres .....	171
Entrega da Chave do Centro de Referência GLBT TT .....	175

Paralegais e Direitos Humanos: Capacitação em Direitos Humanos: para Jovens Lideranças Comunitárias .....	179
Entrega do Prêmio “Cidadãos do Mundo” .....	185
Formatura de alunos do Projeto Fred .....	189
Encontro Estadual de Coordenadores de Centro de Referência de Assistência Social .....	193
Repasse de recursos a municípios para implantação de Centros de Referência de Assistência Social .....	197
Inauguração de novas fábricas de VitaSopa em Uberaba .....	201
1º Encontro dos Grupos de Terceira Idade do Vale do Aço .....	205
Empreendedorismo na “melhor idade” .....	207
Encontro do Programa Digna Idade .....	213
Distribuição de equipamentos e utensílios do Programa Digna Idade .....	215
Lançamento do CD Hinos – Alma Brasileira .....	219
Transmissão do cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes .....	223



# APRESENTAÇÃO

No período de 2006 a 2007, investida no cargo de Secretária de Estado em Minas Gerais, à frente da então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE, tive sob minha responsabilidade a desafiadora missão de coordenar os trabalhos de reestruturação de políticas públicas afetas às inúmeras competências daquela Secretaria.

A SEDESE era, à época, organizada em cinco subsecretarias: Direitos Humanos; Assistência Social; Esportes; Trabalho, Emprego e Renda e Anti-drogas. Cada uma dessas subsecretarias, por sua vez, comportava políticas específicas, que exigiam abordagens e metodologias próprias: política da criança e do adolescente; do idoso; dos portadores de necessidades especiais; da mulher; de atenção às vítimas da ditadura; de economia solidária, entre outras. À Secretaria vinculava-se ainda a Fundação Universidade do Trabalho - UTRAMIG, pertencente à Administração Indireta.

A missão da SEDESE era, assim, gigantesca, e demandava esforço de interiorização, integração e de construção de parcerias; para o que se faziam imprescindíveis, entre muitas habilidades e técnicas específicas, o adequado manejo de instrumentos de pactuação e de mediação, a permanente interlocução federativa, assim como a atenção difusa para as diversas vertentes de seu fluxo, a leitura dos chamados territórios sociais e o acompanhamento do fenômeno social mais abrangente.

Afeita ao Direito e estudiosa da temática interdisciplinar das políticas públicas, mas também respeitosa ao legado dos que me antecederam e ao conhecimento institucional, debruicei-me sobre os fundamentos das diversas políticas públicas envolvidas em meu mister, assim como os marcos legais e os programas do Estado e da União. Desenvolvi dinâmicas internas para o aprofundamento do conhecimento institucional, representado pela bagagem dos gestores e do corpo técnico, e para o compartilhamento sistemático com todos os atores: municípios, instituições estaduais, parceiros federais, representação dos segmentos e sociedade civil organizada. Tudo em uma verdadeira cruzada em prol de avanços da política.

Foi nesse contexto, em meio ao burburinho próprio das mudanças e com o apoio coletivo e plural dos atores, em processo de responsabilidade estendida, que me foi possível visitar e (re)apropriar fundamentos; vasculhar e redirecionar fluxos e mecanismos; reconfigurar ou redesenhar

instâncias; (re)modelar eventos e dinâmicas; capilarizar a ação estatal de forma coordenada e preparar a Secretaria para uma nova fase e performance na gestão da política social do Estado.

Embora se diga que em Minas trabalha-se em silêncio, o sábio poeta Thiago de Mello afirma que “o silêncio é um campo plantado de verdades que aos poucos se fazem palavras”. E a palavra era, sem dúvida, instrumento fundamental da estratégia por mim adotada em meu ofício. Técnica ou política, colocada sempre de forma responsável, era ela a mensageira dos propósitos, da compreensão e, também, da fé desta que, representando uma instituição ou um Governo, sem reinventar a roda, queria dar um novo passo.

Lançada informal ou articuladamente, chegou ela – minha palavra – muitas vezes, a Brasília, em conferências, eventos e reuniões; em outros estados, como Tocantins, São Paulo, Paraná, Espírito Santo; a muitas cidades polos, como Governador Valadares, Poços de Caldas, Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora, Divinópolis, Montes Claros; em diversas instituições, como Assembleia Legislativa, Unicef e outras agências internacionais; Ministério Público, Fundação João Pinheiro, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e ao Poder Judiciário, entre tantos outros destinos e parceiros, incluídas instâncias sindicais e classistas.

Alguns desses pronunciamentos são agora coligidos nesta obra. Parte deles foi resgatada de anotações pessoais; outros, de registros virtuais, pesquisas em *sites*, transcrição de gravações, anotações em fichas... Muitos não puderam integrar este volume, seja pela limitação física da obra, seja, em alguns casos, pela incompletude dos registros, ou mesmo para evitar a repetição de temas recorrentes. Além disso, muitos pronunciamentos eram falas introdutórias de encontros, seminários, conferências ou mesas-redondas, sendo, por isso mesmo, seguidos de exposições técnicas diversas, suplementos, que aqui também não foram incluídos pelo risco de ficar a publicação demasiado extensa.

O intuito desta publicação é, portanto, apenas o de resgatar algumas reflexões incrustadas nos pronunciamentos ora reunidos e que trazem, por si sós, registros de fatos e feitos que, pela vinculação às políticas sociais, de algum modo ajudam a compor a sua história, merecendo, por isso mesmo, serem perenizados nessas páginas. É uma forma de registrar a sementeira e reverenciar a colheita no campo da memória. Esta, sim, impercível, sobretudo quando permeada de gratidão.

*Maria Coeli Simões Pires*

Dezembro/2017

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que aqui me cumpre registrar são de tal porte que, mais que uma nota de página introdutória desta obra, constituem um capítulo à parte. Mas é necessário que eu assim o faça, não por dever “de ofício”, mas de consciência, a fim de externar minha gratidão a todos aqueles que comigo compartilharam a desafiadora missão de dirigir a então Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais em 2006.

Primeiramente, não poderia deixar de registrar a importância da sintonia com o então Governador Aécio Neves; com o Secretário de Planejamento e Gestão, Antônio Augusto Anastasia; com o ex-Secretário da SEDESE, Marcos Montes; com a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia Geral do Estado. Destaco, igualmente, a importância da troca de experiências entre os então gestores da SEDESE, sob a coordenação agregadora da Secretaria Adjunta, assim como de informações entre aquele núcleo e as equipes técnicas; dos papéis desempenhados pela Chefia de Gabinete, pela Assessoria Jurídica, pela Secretaria do Gabinete, pela Assessoria de Comunicação Social e pelos diversos conselhos e coordenadorias setoriais da estrutura da Secretaria; e, ainda, da cooperação dos agentes externos que participaram da jornada com foco nos mesmos objetivos.

Na impossibilidade de fazer referência a todos, permito-me nomear alguns deles: Maria das Dores Abreu Amorim, Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Social; Márcio Eli Leandro, Chefe de Gabinete; João Batista de Oliveira (*in memoriam*), Subsecretário de Direitos Humanos; Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Assistência Social; Rogério Aoki Romero, Subsecretário de Esportes e Juventude; Carmem Rocha, Subsecretária de Trabalho, Emprego e Renda; Clóvis Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas.

Distinguindo o grupo de superintendentes, destaco Marta Maria Castro Vieira da Silva, Superintendente de Assistência Social; Marcia Martini, Superintendente de Direitos Humanos; Roberto Tross, Superintendente de Juventude; Cleyton, Superintendente da Política Antidrogas. No grupo de coordenadores, lembro Flávio Couto, da Coordenadoria da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, e Eliana Benício, da Coordenadoria da Infância e

da Adolescência, e, entre os Diretores, Silvia Filippetto, Diretora de Recursos Humanos, e Geraldo José da Silva, Diretor Regional de São João Del Rei. Nas assessorias, registro a colaboração de Solange Faria, Chefe da Assessoria Jurídica; do Procurador do Estado, Alexandre Castelo Branco, representante da Advocacia Geral do Estado na SEDESE; de Jorge Santana, da Assessoria Especial para Controle da Gestão; de Nazareth, na Assessoria do Conselho da Mulher; da jornalista Maria Cesarina Noronha Magalhães, Chefe da Assessoria de Comunicação; e da saudosa jornalista Joana Bonfim Friche Passos, da Assessoria Especial do Gabinete. Marcelo Garcia, como consultor do Governo, merece destaque no projeto de (re)construção da política de Assistência Social em Minas. E a lista não termina aí: Diniz, Cristóvão, Marinice, Cláudia, Edma, Andrea, Juanita, Rosângela e Rosana, Marinho, Valterci, Alexandre Massura e tantos outros.

Consigno a todos os gestores da SEDESE e às respectivas equipes minha gratidão pela importante colaboração, desde o controle da agenda pelo gabinete, passando pelos verdadeiros *workshops*, pelos alinhamentos internos, até chegar à mesa de interlocução institucional ou à tribuna aberta. De modo especial, meu agradecimento é dirigido a Maria das Dores Abreu Amorim, sempre disposta a dividir os encargos da hercúlea missão de dirigir a Secretaria e a colocar anteparos na proteção da gestão; a Márcio Eli, pela cumplicidade, nunca quebrada, na batalha cotidiana da Secretaria para sobreviver aos sobressaltos de sua missão absolutamente peculiar; a Cesarina, por sempre me posicionar adequadamente nas mesas formais, resgatando-me do esconderijo da timidez, e por me passar o microfone sempre, sem, contudo, nunca causar-me embaraço; e a Joana Bonfim Friche Passos, alma gêmea de Flávio Friche Passos, que dividia comigo a angústia da fala, vasculhava informações, sondava pautas, reunia suplementos, até subir comigo as escadas do Palácio da Liberdade, flagrando-me em fotos especiais; colocava-me em rodas sociais, políticas e institucionais, e delas também participava com desenvoltura, no Automóvel Clube, no Palácio das Artes, no Minas Centro, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, no Conselho de Medicina, no Conselho de Psicologia, nos auditórios do Ouro Minas, nos palanques de Ouro Preto, nos salões de Brasília e em tantos outros espaços aos quais a missão de Secretária me levava, notadamente em representação do Senhor Governador do Estado. Agradeço igualmente a Dirceia Cotta, secretária sênior, e a Marcela Figueiredo, a menina que cresceu, por todo o cuidado com a agenda e pela elegância de suas presenças, mas, também, por terem atendido às minhas solicitações, muitas vezes, enviando flores destinadas aos corações de pessoas por mim homenageadas, sempre à conta de recursos particulares e acompanhadas de palavras. Sempre as palavras! “Quem não conhece o valor das palavras não saberá conhecer os homens.” [Confúcio]



“Artigo 1

Fica decretado que agora vale a verdade,  
agora vale a vida,  
e de mãos dadas,  
marcharemos todos pela vida verdadeira.”

[Thiago de Mello, Estatutos do homem]



## GESTÃO: O GOVERNO ENQUANTO PARCEIRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

**A**ntes de iniciar a exposição que devo fazer sobre Gestão: o Governo enquanto parceiro das organizações não governamentais (ONGs), quero compartilhar com os presentes algumas reflexões que o convite para participar deste Congresso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Minas Gerais suscitou tanto em mim quanto no ambiente coletivo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE), que tenho a honra de dirigir. Nem preciso dizer que estas reflexões nasceram em meio a gratas emoções. Ao ler os termos do Ofício-convite para participar desta mesa-redonda, assinado pela fiel defensora dos direitos e da inclusão das pessoas portadoras de deficiência, a estimada Luíza Pinto Coelho, presidente da Federação das APAEs de Minas Gerais, recordei, ainda que em voo de pássaro, a trajetória de lutas e de vitórias do Movimento Apaeano<sup>1</sup> no Brasil.

A começar por aquele momento precursor de 1954, que inscreveu na história do Movimento os nomes de dona Beatrice e de sua filha portadora da Síndrome de *Down*, de seu esposo Henry Hoyer, de Maria Helena Correia de Araújo, Renata Silveira, Helena Dias Carneiro, Ivone Cintra Ferreira, Idália Parreiras Rodrigues Lima, Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca e Antônio Carlos de Carvalho. Eles constituíram a comissão fundadora da APAE no Brasil, há cinquenta e dois anos, no Rio de Janeiro. Quis relembrar seus nomes neste ambiente de trabalho como um simbólico agradecimento pela lição de amor. E é com emoção que o faço, pois bem conheço, ou melhor, convivo com muitos seres especiais. E como eles me têm ensinado a mais amar a vida e a sempre agradecer pelo o dom de existir!

Junto com o convite de Maria Luíza, chegou às minhas mãos o programa oficial deste 10º Congresso, que se associa ao 3º Fórum de Autodefensores. E logo avaliei a extrema honraria de compor um elenco da mais alta qualidade humana e de compartilhar responsabilidade no âmbito de tão densa temática neste Congresso que reúne em São Lourenço inteligências e

<sup>1</sup> Grande rede, constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras – públicas e privadas – para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social. (fonte: <https://apaerasil.org.br>)

corações de tanta gente boa em favor de causa tão nobre, qual seja: “Acessibilidade e inclusão: convivência universal”.

Gostaria de aplaudir a Comissão Científica deste Congresso, na pessoa da professora Maria do Carmo Menicucci, que muito contribuiu, como dirigente do Sistema Estadual do Trabalho e Ação Social, para estruturar o que hoje constitui a SEDESE e o que nela podemos vivenciar de avanços nas ações e políticas públicas. Colhi do texto do programa breve trecho ali lançado pela presidente da APAE – Minas Gerais, para aqui registrá-lo como precisa lição e advertência.

“Acessibilidade vai muito além da remoção de barreiras arquitetônicas. Ela se compõe de um amplo espectro de reformulações necessárias para que TODOS, sem distinção, tenham acesso aos bens e serviços comunitários. A acessibilidade deve ser considerada nas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Todas essas dimensões são importantes. Se faltar uma, as demais ficam comprometidas.” Palavras completadas a seguir pela APAE – São Lourenço, de forma incisiva: “O que esperamos é ver o fruto do nosso trabalho transformado em melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência e que se desmistifique o tratamento excepcional para tão somente especial.”

Está clara a direção deste Congresso: mudar para quebrar barreiras; mudar para superar preconceitos; mudar para inventar um mundo novo. Penso que em nenhuma outra época da história a humanidade precisou tanto de um mundo novo. O futuro antecipou-se logo pelas mãos da tecnologia que a tudo faz obsoleto; mas um mundo pacificado ainda não conseguiu nascer na cultura e na civilização ainda presentes neste mundo velho e decadente da ambição e do egoísmo. Nele, ao contrário da margarida em flor que simboliza a APAE, as mãos ainda não se estenderam para o reencontro com a “Mão primordial”, aquela que semeou a vida pela terra e pelo Céu. Aquela que espera, pacientemente espera, que o ser humano desperte para a vida neste mundo que fabrica a morte no atacado e no varejo, na desigualdade e na violência. Violência que agora chega às portas das casas, fora e dentro das escolas, surpreende nas esquinas e explode nas guerras do longe e do perto, seja pelos mísseis teleguiados, seja pelo crime organizado.

Uma outra convivência universal se impõe, e é por meio das organizações não governamentais – é pela via do Terceiro Setor. Ouso aqui dizer que esse sentimento está percorrendo o mundo com a mensagem, e sobretudo com a prática, de uma nova solidariedade humana. Não mais a solidariedade passiva e acanhada, mas a solidariedade ativa e ousada, corajosa!

Não é sem razão que um ilustre pensador da civilização, ao denunciar a erosão dos mais nobres valores da espécie bípede, afirma que a humanidade está, nos planos moral, psíquico e espiritual, “pobre de marré, marré...” Mas hoje e no futuro cabe e caberá ao indivíduo, ao agente da cidadania, projetar o humanismo dentro de si, resgatando-o das masmor-

ras, para acudir a humanidade; ao invés de creditar a esta a salvação da individualidade.

Este Congresso é lição e exemplo desse novo humanismo: aquele que, dentro de cada um de nós, não espera que a salvação caia do Céu, mas que seja fruto de iniciativa e trabalho do indivíduo integrado com o seu semelhante, fazendo renascer de modo responsável a esperança no mundo. Tal como dizia Martha Robbes, a brava mexicana, acadêmica, escritora e sobretudo defensora dos direitos humanos, especialmente os da mulher na machista sociedade do bigode grosso e do chapéu colosso, no fundo, igual à sociedade chauvinista mundial. A professora da Universidade Autônoma do México aprendeu a lição social para nos ensinar: “Na esperança dos que nada têm, nos está dada toda a esperança.” Esperança que, sintonizada com o verso da conhecida canção – “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”<sup>2</sup> – é mais que idealidade: é postura ativa; é busca consequente da dignidade humana.

O plano de dignidade a que todos aspiramos há de se conquistar pela integração ou inclusão. E esta é a “palavra de ordem” deste novo mundo que precisamos construir – e pelo qual a APAE vem batalhando há mais de meio século. Na linha de concretização desse novo patamar de dignidade, a mal-chamada globalização – outro nome do colonialismo caduco, por exemplo – aporta algo muito positivo, que se traduz como força crescente, frente à qual as elites brasileiras – porque são várias e miméticas nossas elites – vão ter que ceder, porque esse fenômeno é mais poderoso que elas todas juntas.

Refiro-me à democratização nascente no mundo, e que o antropólogo norte-americano William Ury, em entrevista recente<sup>3</sup>, traduziu da seguinte forma: “Estamos vivendo tempos muito turbulentos, de transição. É um período marcado por uma mudança na estrutura da sociedade. Antes, prevaleciam as sociedades verticais, em forma de pirâmide. Assim eram as monarquias, o feudalismo e as ditaduras. Agora, a democracia está se espalhando ao redor do mundo. Essa democratização acontece no trabalho, na estrutura familiar e na política. A pirâmide está sendo achatada, o que significa que todos querem participar das decisões que os afetam.”

E para esclarecer melhor essa nova visão de mundo, Ury completa: “Essa é a primeira vez que todas as tribos e os mais de 6000 grupos linguísticos do planeta estão em contato intenso uns com os outros. Como em qualquer encontro familiar, tudo começa com picuinhas, disputas e situações de incompatibilidade. Leva um tempo para as coisas se ajustarem. Esse é o desafio da nossa geração.” Portanto, quando tratamos da gestão compartilhada entre Estado e organizações não governamentais, de uma maneira nunca antes verificada, no plano das diversas experiências, esta-

2 Verso da música “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré.

3 Revista Veja, de 30.08.2006, Seção “Entrevista”, pág. 14.

mos tratando desse fenômeno em curso que a inteligência e a longa prática de Ury como antropólogo apontam como a tendência universal.

Em minha digressão, não pretendi fugir do tema a mim reservado, mas buscava precisamente aproximar-me dele a partir de perspectiva universal, na certeza de que é sempre nova a velha sabedoria de que nenhum homem é uma ilha. Como nenhum governo existe por si só – e as ditaduras do mundo um dia aprendem e ensinam, por bem ou por mal, que o mundo evolui e muda, derruba muros e põe pijamas em generais – encontra, às vezes, nas tendências universais a legitimidade de suas escolhas.

O Estado brasileiro, ao longo de sua história, sempre foi – com raras e honrosas exceções – instância privatizada pelos interesses dominantes e hegemônicos dos “mandarins-mandantes”, o que se projeta sob diferentes paradigmas. Conceitualmente, no Estado Liberal não há espaço na esfera pública para políticas de inclusão ou políticas sociais, vingando uma justiça comutativa ou de exclusão. O chamado Estado Social – ou “Estado de bem-estar” é hegemônico e exclusivo titular da esfera pública no campo da justiça distributiva. Passamos por ele sem que efetivamente se materializasse a igualdade, em que pesem os grandes programas de habitação e de alimentos, por exemplo. E, agora, onde estamos? Com a Constituição de 1988 – com o reconhecimento de direitos almejados em longas lutas desde os anos 70 – ingressamos formalmente no Estado de Direito, de vertentes democráticas e republicanas. Mas é preciso assinalar que, em moldura de crise mais ampla no plano internacional, as décadas de 80 e 90 explicitaram, no plano interno, a crise de Estado essencialmente focada na insustentabilidade econômica e fiscal. A escalada vigorosa da inflação no período constituiu-se no elemento fantasmagórico dos governos. A esse quadro buscou-se responder com estratégias gerencialistas, orientadas para a retração do Estado e para a mercadificação, na perspectiva de ganho de eficiência.

A agenda de privatização ganhou a primazia, e o discurso da ineficiência do Estado chegou a pôr em xeque a própria capacidade operativa do aparelho estatal e a reputação do segmento servidor, com a decidida sustentação das virtudes da esfera privada e das mazelas da burocracia. O descrédito na burocracia e as metas de superávit primário levaram a um forte controle do aparato estatal e ao contingenciamento de recursos para financiamento de suas ações e, por outro lado, à elevação de juros, numa política renitente.

Mais recentemente, União, estados e municípios enfatizam a necessidade de conciliar a cultura de responsabilidade fiscal e estabilidade econômica com o propósito de melhoria da qualidade de vida, de efetivação de direitos fundamentais e de diminuição das desigualdades sociais, pela via do desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, efetiva-se a lógica participativa: da justiça redistributiva; do projeto emancipatório da cidadania;

da ampliação da esfera pública pela nova configuração das relações entre Estado e sociedade civil.

A nova relação passa a desafiar a premissa de autossuficiência de Estado e mercado e a indicar a importância do compartilhamento de responsabilidades com a sociedade civil, como legítima titular de uma esfera pública de poder. Isso, especialmente, na medida em que se densifica o paradigma democrático de Estado de Direito, sob cuja égide se reconhece que “a complexidade dos problemas manifestos pela crescente desigualdade e pobreza não pode ser vencida pela simples ação isolada do Estado, dos mercados e do terceiro setor, mas por meio do fortalecimento e integração das ações dessas esferas.” (Publix.) É sob essa lógica democrática que temos operado em Minas Gerais as políticas públicas sociais. No campo dessas políticas, temos diversas vertentes: educação e saúde (sobre as quais falaram minhas colegas de Governo em suas respectivas áreas), além da seguridade, que inclui a assistência social.

O escopo da assistência é amplo, buscando combinar o atendimento às necessidades, sem prejuízo de políticas emancipatórias. Exatamente para coordenar a gestão dessa política no âmbito do Estado, o governo conta com a SEDESE, que reúne, por sua vez, quatro subsecretarias temáticas, com ações integradas. São elas: Trabalho e Assistência Social; Direitos Humanos; Esportes; e Antidrogas. Para promover a interiorização de todo esse trabalho, a SEDESE conta com dezessete representações regionais. É nesse amplo leque de ações, que as políticas públicas sociais de Minas Gerais estão sendo implementadas em parceria com dezenas de organizações não-governamentais.

No campo da gestão e da parceria com as organizações não governamentais, posso afirmar que o Governo de Minas Gerais é vanguardeiro, já caminhando pelo território novo. No âmbito da SEDESE, que lida com as carências mais explícitas e as demandas mais prementes – com a escassez crônica de recursos e meios – as políticas públicas não são mais posse nem exclusividade do poder estatal. Elas estão sendo cogeridas cada vez mais – e em crescendo irreversível – em forma de rede, com entidades, movimentos e instâncias sociais, enfim, com a grande força não governamental, que hoje é parceira na concepção, na implementação e no controle da política social. Tudo com o propósito de assegurar o acesso às condições de vida digna, a bens públicos – aí entendidos material e imaterialmente, porque direitos humanos, por exemplo, são dotações imateriais, mas são tão ou mais concretos e necessários que a estrada, o viaduto, a ponte... vias concretas de acessibilidade que hão de ser garantidas, tudo fora das pautas clientelistas.

Vencer a cultura do clientelismo, de um lado, e do paternalismo, de outro, que caracterizaram as velhas relações entre Estado e sociedade, é o principal desafio dessa mudança. Porque entra aí a questão do controle,

da eficácia. Nesse novo quadro institucional, os tribunais de conta e o Ministério Público acompanham com lupa os contratos de gestão nessa ação pública já não mais restrita à esfera estatal – mas que se estende além dela. O que faz a APAE senão uma grande ação do mais legítimo interesse público no trabalho de promoção humana e de inclusão social? E a APAE – temos a satisfação, e mesmo o orgulho de dizer – comparece nas parcerias com a SEDESE de maneira forte, sobretudo nesse excepcional – este sim, excepcional – trabalho de abrigamento de crianças, adolescentes e pessoas com deficiências nas casas lares que vão surgindo por todos os rincões dessas Minas Gerais, já somando um total de sessenta e cinco unidades. Participam as APAEs na gestão de trinta e oito delas, em convênio com a SEDESE, por meio da Superintendência da Criança e do Adolescente. Até o final deste ano, teremos em Minas Gerais mais vinte casas lares em funcionamento, e de novo as APAEs responderão “presente”.

Se existe uma “menina dos olhos” nas ações da SEDESE, a Casa Lar é uma forte candidata de nossa visão. Nem todos conhecem ainda a extensão desse programa que virou e deixou para trás a página triste e dramática da antiga Febem. A Casa Lar é uma modalidade de abrigo, como medida de proteção, de caráter provisório e excepcional. É uma moradia em residência comum, integrada à comunidade, coordenada por uma mãe social – que bela designação! – ou casal social, e atende, no máximo, oito a doze crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de risco pessoal e social e pessoas com deficiência. Ainda no campo dos direitos da criança e do adolescente, incluindo o atendimento a portadores de deficiência, a SEDESE desenvolve, em cogestão com parceiros sociais, outros programas de abrigamento cobertos por convênios com entidades para repasse de recursos anuais.

Outros programas estão em marcha, como o da Família Acolhedora, e os CIACAFs – Centros Integrados de Atendimento à Criança e ao Adolescente, que têm como princípios norteadores a promoção social e educacional de crianças e a profissionalização de adolescentes e familiares, utilizando, com reformas, as antigas unidades da extinta Febem em vinte e três municípios mineiros. Outro programa de apoio socioeducativo é o CIAME – Centro Integrado de Atendimento ao Menor, que atua na faixa etária de 6 a 18 anos, operando em sintonia com o Programa Mocatu. Este, especificamente, favorece a integração sociocultural de crianças, adolescentes e adultos com deficiências – dos 5 aos 50 anos -, por meio de atividades esportivas, culturais, lúdicas, criativas, com acompanhamento terapêutico, tendo por espaço o ambiente familiar e a sua comunidade de origem.

A SEDESE também está implantando o SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência, em 235 conselhos tutelares do estado de Minas Gerais, em convênio firmado com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Cabe ainda citar o UAE – Programa Unidade de Atendimento Es-



pecializado – voltado especialmente para a pessoa com deficiência, na faixa etária de 0 a 21 anos – que tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida e estimular a autonomia de seus atendidos, assegurando-lhes o pleno exercício de seus direitos, concebidos sob a ótica da inclusão social.

Vou reservar para a fase seguinte (destinada ao diálogo com vocês) outras informações sobre os programas e projetos da SEDESE, que correspondem ao temário deste painel, que examina a gestão do governo enquanto parceiro das organizações não governamentais. Diria que o que aqui relatei em termos de gestão em parceria do governo mineiro com a sociedade civil foi apenas uma amostragem da trama de relações Estado e Terceiro Setor, se considerarmos as dezenas e dezenas de outros programas e projetos que estão em curso na própria SEDESE. De fato, na SEDESE a prática dessa governança compartilhada tem constituído um fecundo aprendizado e uma fascinante experiência de cogestão do que é público e ao público deve pertencer no Estado de Direito. Parodiando o querido Thiago de Melo, diríamos que não queremos inventar um governo novo, mas queremos, isto sim, construir um novo jeito de governar. O novo desafio será a travessia social.

Quero encerrar essa primeira fase da exposição, exprimindo aqui a reflexão manifestada e escrita por um aluno – um ser especial – de uma das escolas regulares da APAE, num trabalho sobre o conceito da melhoria da qualidade de vida. São palavras suas: “Eu tenho um pensamento bobo. Me comparo a um perfume que tem lá na farmácia, que é só destampar, sai o perfume e mesmo assim é eu, é o meu pensamento. O perfume derrama, assim como meus pensamentos.”<sup>4</sup> E o pensamento desse menino, longe de ser tolo, é genuinamente divino! A demonstrar que somos apenas diferentes – mas a essência desse perfume tem em todos nós a mesma fonte: o Criador. Muito Obrigada!<sup>5</sup>

---

4 Extraído do livro com relatos e experiências de Pedro Cruz de Oliveira – Pedro Vagalume – da APAE de Vitória (ES).

5 Discurso proferido no 10º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais / 3º Fórum de Autodefensores – Acessibilidade e Inclusão: Convivência Universal, realizado em São Lourenço (MG) – Setembro/2006.



## PROGRAMA DE APOIO ÀS ENTIDADES EM JEQUITINHONHA

É com grande emoção que fito, “olhos nos olhos”, esses rostos de fé e de esperança, que aqui representam populações de tantos municípios mineiros, de Almenara a Virgem da Lapa. São fisionomias que sintetizam os traços da brava gente mineira do Jequitinhonha; gente que luta – e como luta! – por sua própria dignidade e por oferecer melhores condições de vida aos irmãos deste Vale – Vale sofrido na dor da escassez ou das carências materiais e, também, Vale de esperanças, tão rico de artes e artesanias; de cultura, sabença e saber; e de amor e bondade tamanha do povo que aqui vive.

Nas três entidades do município do Jequitinhonha que nomeio – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE); Casa da Amizade/Conacreje e Conselho Amigos das Crianças – que aqui recebem, pelo Programa de Apoio às Entidades (PAE) equipamentos que servirão a tantas vidas, dando-lhes um pouco mais de conforto, dignidade, bem-estar, saúdo todas as entidades da rede de solidariedade do Vale e os seus colaboradores e voluntários.

Sem prejuízo da compreensão dos direitos e da importância de efetivá-los, em um cenário de tantas necessidades, que não muda apenas por decreto ou por bandeira de inclusão, entendemos que a ação coletiva do bem, por caminhos paralelos, há de ter lugar. Vocês têm lugar nessa missão. Representam o mais elevado sentimento que propulsa a vida humana: a generosidade de estender a mão ao irmão em doação de amor, de carinho, de amizade, de ajuda, a mais necessária. Vocês encarnam uma palavra mágica capaz de mudar o mundo: solidariedade.

Como Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes, distinguida pela confiança do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador Aécio Neves, sinto-me honrada por compartilhar este momento com vocês, neste Programa que associa a SEDESE ao SERVAS para a entrega de equipamentos a entidades de todo o estado de Minas Gerais. O SERVAS, sob a coordenação de Andréa Neves, mulher de extraordinária sensibilidade, desenvolve papel estratégico e importante para complementar, com suas ações de solidariedade, as políticas públicas de desenvolvimento social em Minas Gerais. O PAE é exemplo disso.

Com o descortino e a visão humanística de Andréa Neves, O SERVAS hoje soma-se à rede de serviços públicos nos campos da proteção básica e de promoção dos direitos do cidadão em todas as áreas e setores da vida comunitária.

A todos vocês, representantes desta terra solidária do Jequitinhonha, dirigentes e colaboradores das entidades presentes neste ato, quero dedicar minhas palavras finais com a emoção pura que habita a gente deste Vale, dizendo-lhes: É tempo de estender a mão... / insiste, bondoso, o coração / de vida cordial. / A mão que é palma / e é alma também. / A alma de sempre / que ainda espera, / que conserva ainda / o amor que a criou... / E que agora quer / erguer-se mais alto / na busca de seu último destino / que é o de dar-se e doar-se / ao espírito da Criação. / Mãos que serão asas, então!

Que as mãos abençoadas de vocês – nessa rede do bem – continuem sempre trabalhando na escuta palpitante do coração!<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Pronunciamento proferido na solenidade de entrega de doações do Programa de Apoio às Entidades (PAE), em Jequitinhonha (MG) – Outubro/2006.

## 1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A mensagem que trazemos a esta 1ª Conferência Estadual de Economia Solidária, representando o Senhor Governador Aécio Neves, é de consciência da insustentabilidade e da complexidade da teia de relações econômicas e sociais prevalecente no mundo contemporâneo, e de reafirmação do compromisso do Governo de Minas com a adoção de políticas públicas capazes de contribuir para a mudança, ainda que gradativa, desse quadro que exclui a maior parte da população produtiva do mercado formal. Falamos em insustentabilidade, porque todos, em sã consciência, sabemos que essas relações sociais e econômicas são predatórias e desiguais. E falamos em complexidade, porque todos, em sã consciência, também sabemos que essas relações não surgiram de repente, do acaso. Elas são resultantes de processos históricos seculares e estão sedimentadas na cultura ocidental fundada no imediatismo, no consumismo e em outros valores humanos equivocados, de difícil substituição. Essa cultura está presente tanto nas relações entre os agentes econômicos, quanto nas relações individuais e sociais, e mesmo nas relações entre os países. E a mudança dessa cultura é a mais difícil de todas as mudanças.

É tão difícil que nós, os homens, produzimos avanços fantásticos nos campos científico, tecnológico, filosófico, no ordenamento jurídico das relações e, numa gritante contradição, continuamos produzindo, também, miséria, exclusão, injustiças. Isso, porque, historicamente, esses avanços têm sido apropriados por uma minoria de países, dentre as nações, e, por minorias, dentro de cada sociedade. Em algumas sociedades, essa apropriação desigual apresenta graus menores; em outras, apresenta graus elevadíssimos. No entanto, esse quadro não é estático. Sempre houve reações a esse modelo de relações. E podemos afirmar, com muito otimismo, que cada vez mais pessoas, especialmente no nosso país, adquirem consciência da insustentabilidade desse modelo e da necessidade da mudança, e se fortalecem os movimentos nesse sentido.

A economia solidária é uma reação, mas é, também, uma resposta a esse modelo. É que não basta reagir; é preciso responder. É preciso criar alternativas inteligentes e viáveis a esse modelo. E a economia solidária é uma resposta inteligente e viável, uma vez que sua lógica é sobretudo cultural, de sobreposição de novos valores aos valores que regem esse modelo. Como ensinou Celso Furtado, “o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente,

um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico.<sup>7</sup> Este conceito do mestre Celso Furtado se materializa nos princípios da economia solidária. Um movimento que se vê agora diante do desafio de se organizar, de se articular em rede e de crescer sem perder as suas características essenciais, fundadas na colaboração solidária, na autogestão, na emancipação dos seus agentes. Obviamente, o Poder Público tem um papel a cumprir nesse processo. Mas este papel deve respeitar as características essenciais da economia solidária, fomentando-a sem tutela e sem paternalismo, para que ela não seja asfixiada pela normatização burocrática, nem descaracterizada como meio de libertação de seus agentes e de construção de uma nova ética que possa reger suas relações.

O Governo de Minas, especificamente, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, e os demais atores responsáveis pelo fomento nessa área, está empenhado em atuar ao lado do Governo Federal, dos municípios e dos articuladores ou empreendedores da economia solidária. Por isto, atendemos prontamente ao chamado do Governo Federal para a realização da 1ª Conferência Estadual de Economia Solidária e participaremos da Conferência Nacional apoiando a delegação mineira. Esperamos que nessas instâncias democráticas de estudos e discussões, que são as conferências, surjam diretrizes, tanto para o fortalecimento da economia solidária, como para a atuação efetiva e também solidária da União, dos estados e dos municípios nesse processo.

Finalizando, manifestamos a nossa convicção de que a construção de um Estado eficiente, eficaz e inovador e o estabelecimento de fundamentos macroeconômicos sólidos e estimulantes são fatores indispensáveis para o delineamento de um novo futuro; mas não temos dúvidas de que as cores desse futuro dependerão muito da mudança de valores da nossa sociedade. Assim, parabenizamos, com muita alegria e esperança, a todos, pedindo licença para saudar de modo especial, em nome do Senhor Governador Aécio Neves, a Irmã Fátima, da Obra Social Dom Bosco, a Prefeita Marília Campos, os parceiros do Ministério do Trabalho e Emprego, particularmente, a Delegacia do Trabalho de Minas Gerais, e a nossa equipe da SEDESE aqui presente. Que sejamos vitoriosos em nosso propósito de contribuir, por meio do fomento à economia solidária, para a construção de uma sociedade mais justa. Muito obrigada!<sup>8</sup>

7 FURTADO, Celso. A nova dependência. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

8 Palestra proferida – representando o Governador do Estado – na 1ª Conferência Estadual de Economia Solidária,

## SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES INTERSETORIAIS: UM NOVO MODELO DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**E**m nome do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Aécio Neves, cumprimento a todos os participantes, dando-lhes as boas-vindas e expressando o desejo de que se sintam todos generosamente acolhidos pelas montanhas de Minas e pelos corações da gente mineira. Registro os aplausos às instituições que promovem o Seminário Nacional de Relações Intersetoriais: um novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável. Este evento já retrata a potencialidade de seus resultados: desenhado pelo traço da convergência, pela intersectoriedade, é eloquente, ao exprimir a crença na nova estruturação do poder a partir do tríplice alicerce: público governamental; público societal (Terceiro Setor); e mercado.

Sob o paradigma democrático, supera-se a perspectiva da hegemonia do Estado e, igualmente, suplanta-se o antagonismo de público e privado, para sustentar-se a complementaridade. Efetivamente, não se constrói desenvolvimento sustentável com a banalização da força de cada segmento. Cada qual tem papel fundamental. É com essa compreensão que o Governo do Estado concebeu a arquitetura de suas ações, alicerçada no apoio do segmento produtivo e do mercado; na sociedade civil organizada, com suas representações nas diversas instâncias e por meio de parcerias, e tem investido num Estado forte do ponto de vista institucional, operativo e político. Pode-se dizer que a credibilidade do Governo como gestor e protagonista de um novo projeto administrativo e político para o estado é o grande capital do Estado e que lhe abre perspectivas para investimento no desenvolvimento econômico e social.

Pois bem! Minas prestigia a lógica intersectorial do poder. E para dizer do compartilhamento, quero ilustrar minha fala com uma singela passagem. Diz uma fábula que, em meio a um incêndio devastador, um beija-flor ia e vinha sucessivas vezes, levando, no bico, uma gota d'água, na tentativa de conter as labaredas que persistiam. Outros animais da floresta diziam-lhe: "de que vale uma gota d'água?" Mas ele continuava indo e vindo, e só respondia: "Estou fazendo a minha parte!" Cada qual deve fazer sua parte. O Governo de Minas está fazendo a sua parte e podemos dizer, com orgulho, que a sociedade civil e o mercado mineiro têm feito a sua.

Em Minas, muitas são as ações emparceiradas. Permito-me aqui trazer, a partir da matriz de atuação do chamado Estado para Resultados, as principais delas, não só pelo critério do montante de recursos que elas envolvem mas também levando em conta o arrojo da modelagem, o impacto social resultante, o grau de sinergia que elas alcançam.

A luta por Minas melhor não é missão solitária. É projeto solidário e compartilhado!<sup>9</sup>

---

9 Introdução à palestra proferida – representando o Governador do Estado – no Seminário Nacional de Relações Intersetoriais: um novo modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável, realizado no grande teatro do Palácio das Artes, Belo Horizonte (MG). Presentes: Jarbas Soares Júnior, Procurador Geral da Justiça; Tomaz de Aquino Resende, Coordenador do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor; Robson de Andrade, Presidente da FIEMG; Cássio Eduardo Rosa Resende, Presidente da Federação Mineira de Fundações de Direito Privado; Luiz Carlos Cordeiro, Pres. Associação Mineira de Entidades de Interesse Social; Fernando Antônio de Vasconcelos, Presidente da BELOTUR; Roberto Alfeu Pena, Presidente do CDL. Maio/2006.



## POLÍTICAS PÚBLICAS EM ASSISTÊNCIA SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO PSICÓLOGO

**E**m primeiro lugar, agradeço aos organizadores do evento o convite para que eu pudesse participar desta mesa-redonda, compartilhando espaço e reflexão com estudiosos de diversas áreas do conhecimento em momento crucial da chamada “crise das incertezas”, que desafia a ciência segregadora e potencializa novas construções e percepções coletivas. Agradeço, mais, pela oportunidade de vivenciar o espetáculo aqui encenado: sob a maestria de “Manjado Bolero de Ravel” pelo Grupo Panela de Expressão, de Sabará, que explora tampinhas de garrafas e o verso irreverente para ensinar – “Se você bater a gente grita, se você tocar, a gente canta...”

Cidade grande tem dessas coisas: uma ilha de delicadeza em plena rua dos Timbiras, no centro de Belo Horizonte, a sugerir o cuidado de abordagem, a estratégia de interação, para além da reação. Pois bem, nada disso se dá por acaso. Parece que o cenário foi adredemente desenhado para esta mesa-redonda sobre políticas públicas, de modo que, nestes prolegômenos, dele mesmo recolho o mote de reflexão: “Desarmar a panela de pressão que a expressão é a palavra de ordem.” Partindo do mesmo pressuposto – sábio, científico ou intuitivo – de que “nada acontece por acaso”, seja no mundo humano, seja na natureza, afirmo a convicção de que o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) nasce na hora certa e no seu devido tempo histórico, como fruto de conscientização do segmento e da decisão do coletivo da profissão, formalizada no V Congresso Nacional de Psicologia, para estabelecer amplo e dinâmico “diálogo entre a Psicologia e as Políticas Públicas”.

É uma construção que vem do Processo Constituinte da Psicologia, ocorrido em 1994; que percorre os trabalhos do Sistema de Conselhos e do Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia, realizado em 1997, com as bandeiras “Psicologia e Compromisso Social” e “Psicologia e Protagonismo Social”. E “O Protagonismo Social da Psicologia” tornou-se tema central, em 2004, do V Congresso Nacional de Psicologia, na imbricação exata com o momento histórico que vivemos. O objetivo central do congresso foi o de “construir um programa de participação efetiva da Psicologia na transformação da sociedade brasileira, ampliando a inserção social e a possibilidade de formular respostas para as necessidades sociais urgentes do Brasil.”

Quero assinalar, agora, alguns marcos simbólicos e significativos desse caminho trilhado nesse período. Do V Congresso para cá, por exemplo, surge o Novo Código de Ética do Psicólogo – resultado do esforço coletivo de uma categoria que quer ter suas referências atualizadas com os avanços da sociedade brasileira. Como efeito demonstração dessa nova realidade, está a implementação dos CREPOPs em âmbito nacional, incluindo hoje o de Minas Gerais. Do mesmo modo, é emblemático o tema escolhido para concurso nacional instituído pelo próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP): “Educação Inclusiva – Experiências Profissionais em Psicologia.”

Outra demonstração surge do fato de o CFP ter obtido o quarto lugar entre as catorze entidades da sociedade civil nas eleições realizadas para a nova composição do colegiado do CONANDA – o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – conquistando seu lugar de titularidade no órgão, com direito agora a voz e voto no mandato do biênio 2007/2008. E, fortalecendo essa nova fase de inserção social e política da profissão, os psicólogos, pela sua entidade de representação institucional no País, são distinguidos com o prêmio de destaque na área dos “Direitos Humanos” conferido ao CFP.

Existem muitos estudos e contribuições dos psicólogos brasileiros nesse período, em áreas como “Mídia e Subjetividade”; “Práticas Educacionais Inclusivas”; “Políticas Públicas”; “Psicologia Social e Direitos Humanos”; “O Lugar do Idoso na Sociedade Contemporânea”; “Projeto Sentinela”; “Referenciação Profissional para as Áreas de DST e Aids”, e assim por diante. Avançam no mesmo sentido de assumir e resgatar o compromisso social da Psicologia no Brasil, como ciência e profissão, as diretrizes do VI Congresso Nacional, com seu tema central: “Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão.” Essa temática traduzir-se-á, especialmente, nos eixos “Diálogos para construção dos projetos coletivos da profissão” e “Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais”.

Fiz esta breve, superficial e despretensiosa introdução retrospectiva sobre os avanços da Psicologia no Brasil no campo das políticas públicas para que pudéssemos, como integrantes desta mesa plural, nos situar em relação ao estágio de amadurecimento das estratégias do segmento profissional, e aquilatar a presença social da profissão de psicólogo no Brasil, sem desconsiderar, no entanto, as tensões entre interdisciplinaridade e profissão, entre projeção de classe e as necessidades de interação, entre as estratégias dos Conselhos de Psicologia e as da Associação Brasileira de Psicologia Social. E se é verdade que existe uma dívida histórica da psicologia com a sociedade brasileira, como confessa o próprio Conselho Federal de Psicologia, pelo tardio despertar para as dores do cárcere, das crianças em situação de risco e para outras mazelas, no que se rotulou chaga da psicologia, não é justo olvidar outros movimentos científicos importantes alimen-

tados no seio acadêmico sob as luzes da resistência e da responsabilidade social e política da ciência.

Igualmente deve ser assinalado que, notadamente, se tem nessa profissão a maior inquietação e o compromisso com a consolidação, no Brasil, do Estado Democrático de Direito, sob a perspectiva emancipatória. Mais que visibilidade das práticas do psicólogo, tem-se o propósito de ampliação da atuação do psicólogo na esfera pública como forma de operação de mudanças no cenário político-social. Na realidade, o exercício de outras profissões e a prática dos diversos saberes também sofreram o constrangimento do Estado Autoritário pós 64 – em especial o elitismo da atuação. Assim, não apenas os psicólogos precisam fazer a catarse das dívidas históricas da profissão, como o estão fazendo advogados, jornalistas, os engenheiros do “Brasil grande”, médicos, professores, artistas... Em todas as áreas, a despeito das resistências históricas, houve comprometimento da atuação dos profissionais. Não é um consolo; é uma constatação.

É que o exercício de cada profissão se faz circunstanciado por variados fatores e reflete profundamente a concepção política do próprio Estado. Nessa perspectiva, não basta pôr foco no período da ditadura militar para avaliação da dívida da psicologia com a sociedade; é importante resgatar os paradigmas modernos do Estado de Direito e o tratamento das políticas públicas em cada estágio, ainda que de modo superficial. Assim, em abordagem de simplificação, pode-se afirmar que o Estado de Direito Liberal, caracterizava-se pelo corte legalista, pelo propósito de justiça comutativa, a partir da lei como patamar formal da igualdade, reproduzindo as estratificações das diferenças. Um estado assim caracterizado é o universo do profissional do Direito comprometido com o *status quo* e de profissões liberais de traço elitista.

Sucedo-o, por esgotamento, o Estado Social, igualmente ancorado no Direito, mas nele o profissional do Direito compartilha espaço com as intervenções do economista e do sociólogo. Embora orientado pelo princípio distributivista, o Estado é hegemônico, com seus grandes programas compensatórios e de benesses variadas, de soluções compreensivistas, artificializadas, voltadas para a redenção de uma sociedade inepta, por isso mesmo tutelada. As profissões mais importantes são as que materializam o desenvolvimento, no engenho das pontes, das grandes estruturas; e as profissões humanísticas compõem em funções ancilares ou, na maioria, são omissas quando não servem a uma elite. O psicólogo atuava praticamente na atividade meio, nas áreas de recursos humanos, desenvolvendo intervenções comportamentais, focadas em dificuldades gerenciais, relações interpessoais, estudos de perfil e acompanhamento de casos na linha tradicional. A ele era reservado papel instrumental, longe, portanto, dos eixos estratégicos de discussão no âmbito das políticas públicas.

Advém de intensas lutas e mudanças sociais o Estado de Direito Democrático, um projeto em construção que associa sociedade e Estado no compartilhamento do poder nas vertentes da justiça redistributiva; da solidariedade social; da universalização dos direitos da cidadania; da emancipação; da autoestima social e da autonomia, a partir de uma concepção do homem como produtor de sua realidade e agente de transformação socio-política. Seu caráter plural e participativo expõe as disfunções do sistema e evidencia os problemas a serem superados. Aí se abrem espaços de empoderamento do psicólogo no campo das políticas públicas para intervenções na concepção, na execução e na avaliação qualitativa de resultados. Estamos falando de um paradigma consagrado em âmbito constitucional, bem traduzido no art. 1º. da Constituição Federal de 1988, e que desafia cada um dos brasileiros a apropriá-lo na prática coletiva da democracia.

Nessa perspectiva, sem desprezar a importância do psicólogo na vertente tradicional e instrumental, compreende-se a relevância de sua atuação na área finalística, para o que o perfil do psicólogo social ganha dimensão maior, cabendo-lhe construir saberes e estratégias de intervenção para construção coletiva da cidadania. Nessa linha democrática, em que ocorre a intensificação das relações intergovernamentais, intersetoriais e transversais, deve ser dada ênfase ao aperfeiçoamento da capacidade de diálogo, de interpretação de anseios não só econômicos mas também sociais, comportamentais, muitas vezes de lógica multidisciplinar, sabido que, a autosuficiência do saber segmentado está irremediavelmente afastada.

Façamos o mesmo encadeamento dos paradigmas anteriores, com o meio ambiente. No primeiro modelo, liberal, o meio ambiente é contraparte do desenvolvimento egoístico. A propriedade privada potencializa a exploração de riquezas de cunho individualista. No segundo momento, social, a lógica desenvolvimentista ganha perspectiva social, mas é ainda predatória e estabelece a contradição entre o urbano e o natural. No terceiro estágio, democrático, o meio ambiente adquire uma dimensão humana, de um lado, e apresenta-se como fator de sustentabilidade, associando urbano e natural, sob a lógica da subjetividade complexa, de outro, pondo foco no indivíduo físico, psicológico e social, com suas potencialidades e necessidades no conjunto da sociedade. A pauta de políticas públicas dá espaço à discussão da ecologia humana e da ecologia social. Igualmente, aí, emerge o papel do psicólogo como agente público e social, capaz de apoiar o aprimoramento da ação do Estado e da sociedade, especialmente por meio da criação de competências e da leitura e ressemantização de cenários de importância para os arranjos das políticas públicas. Tem papel importante na construção da governabilidade, notadamente na lógica do respeito à diversidade.

Transportemos essa análise para o perfil demográfico. No Estado Liberal, apresenta-se o Brasil rural com o “coronelismo dos currais”, que não cede espaço a políticas públicas universalizadas. As elites conservadoras são o alvo de atuação e monopolizam a atenção do Estado. No Estado Social, projeta-se o Brasil urbano, com seu equivocado tratamento da sociedade como massa indiferenciada. Nesse contexto, a atuação do psicólogo é de caráter instrumental. A massa inominada que se coloca como alvo dos grandes programas é tratada na perspectiva estatística. É um dado também para o psicólogo, que apenas reforça a tutela do Estado. As políticas públicas, contando com o apoio interdisciplinar, apresentam-se como concessão de direitos.

No Estado Democrático, o cidadão é o sujeito de construção dos consensos. Estado e sociedade são desafiados à luta pelos direitos; pelos serviços essenciais; pela geração e distribuição de renda; pelo acesso aos bens básicos e à democratização das oportunidades. A cidadania é sobretudo participação e emancipação, a demandar condutas, atitudes, habilidades que se reforçam no plano da psicologia social. As políticas públicas ganham conotação de intencionalidade de garantia de direitos. A mudança do perfil demográfico projetada pelo aumento da expectativa de vida apresenta, à sua vez, novos desafios na abordagem da cidadania do maior contingente da população – a terceira idade – que ainda não mereceu, no Brasil, o tratamento que desfruta em países desenvolvidos. Essa é uma questão praticamente intocada.

Pois bem, feitas essas considerações genéricas, passaremos a uma breve análise da concepção da gestão das políticas públicas sociais em Minas Gerais. Para tanto, é preciso assinalar que marcos legais, no Estado Democrático em construção no Brasil, regem a ação pública e a participação da sociedade nesse campo. E, na impossibilidade de tratamento do marco legal das diversas políticas públicas sociais, a opção se faz pela abordagem das políticas de Assistência Social.

Na Constituição da República, a política de assistência social está prevista no art. 194 no bojo da seguridade social. O instrumento legal que rege essas políticas tem seu marco na Lei Orgânica de Assistência Social, hoje conhecida como LOAS, promulgada em 1993, com o seguinte princípio: “Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” Em decorrência dessa Lei, surgiu o Sistema Único de Assistência Social – o SUAS, em consolidação. Este novo sistema é fruto de quase duas décadas de debates e coloca em prática os preceitos da Constituição de 1988, que integra a Assistência à Seguridade Social, juntamente com Saúde e Previdência Social.

Para aqueles que não estão diretamente informados sobre a dimensão do SUAS, é preciso dizer que as ações desenvolvidas no âmbito do referido Sistema transcendem um momento anterior, aprisionado às práticas paternalistas ou do mero assistencialismo, com suas inevitáveis relações clientelísticas do “toma lá, dá cá” ou do “é dando que se recebe”, nas antessalas de todo projeto populista. Assim, as diversas iniciativas de atendimento à população carente deixam o campo do assistencialismo, do clientelismo, do voluntariado e passam a operar segundo o fio condutor de uma política pública de Estado, como um conjunto de ações normatizadas. De mero favor, a assistência social agora é um direito do cidadão. Portanto, a construção institucional dessas políticas obedece à matriz constitucional, que delinea o perfil democrático do próprio arcabouço normativo; estabelece os eixos específicos de cada política; e conforma os núcleos de poder decisório, em processos que se dão com a intervenção de atores intersetoriais, sociais e funcionais.

Na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, os conceitos de parceria, de autonomia e de cogestão, são hoje norte e bússola das políticas públicas que ali implementamos, com forte participação dos movimentos sociais. Estamos desafiados pela complexidade dos chamados territórios sociais e territórios de trabalho, superando as linhas estáticas da regionalização e impactando as soluções pela dinâmica permanente. Nesses mesmos espaços, temos a inserção do psicólogo e da Psicologia, que considera o homem em sua dimensão histórica e sociocultural, contribuindo para as políticas públicas – sobretudo no fortalecimento da compreensão da dimensão subjetiva presente nessas políticas.

A participação do psicólogo, enquanto cidadão e agente público, no Estado ou na sociedade civil, em ONGs ou entidades diversas, pode ser cada vez mais intensificada, desde a concepção da política pública até a avaliação final. Atualmente, a SEDESE conta com a contribuição de psicólogos tanto na Subsecretaria de Direitos Humanos, na política de garantia de direitos, como na Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social, em programas e projetos muito diferenciados como os de enfrentamento à violência, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes – o Sentinela; o Disque Direitos Humanos; o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV); e o Escritório de Direitos Humanos (EDH).

O papel do psicólogo tem sido relevante no atual momento de organização do SUAS, em que se reafirma o postulado por uma intervenção social, focada nas famílias. E, ainda, o trabalho psicossocial com as famílias deve ser oferecido o mais próximo de suas residências, acontecendo em equipamentos estatais como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, ou nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. Aos psicólogos que compõem as equipes interdisciplinares

desses equipamentos, cabe contribuir com o seu conhecimento para que a abordagem de apoio às famílias, na superação de seus problemas, tenha por ênfase a transmissão de informações, a discussão de crenças e valores, para que novas práticas relacionais em seu interior sejam sedimentadas. Tal dimensão deve ser combinada ao direito à convivência comunitária, por meio de grupos, nos quais são trabalhadas ações socioeducativas e de promoção de direitos, gerando vínculos de cooperação mútua. Ao psicólogo cabe a acolhida de indivíduos vulnerabilizados por circunstâncias complexas, tendo por objetivo o resgate ou a construção de um projeto de vida pautado no seu protagonismo e na sua autonomia.

O psicólogo atua, ainda, entre outras frentes, no acompanhamento e monitoramento in loco do programa Casa Lar; do programa “Família Acolhedora”; nos contatos com juizados, promotorias, Ministério Público, conselhos tutelares; na interlocução com os movimentos sociais; em relação ao abrigo de crianças e adolescentes, cumprindo as disposições do ECA; nas reuniões com as entidades conveniadas para avaliação das ações e atendimentos; na avaliação de situações de risco, vulnerabilidade e violência social; na abordagem de relações de gênero, de raça, de orientação sexual; no apoio às pessoas desabrigadas e às suas famílias; na elaboração de laudos e pareceres psicológicos, visando encaminhamentos sempre que necessários ou solicitados por autoridade competente. Queremos assinalar, também, os esforços profissionais no tocante à política de trabalho, emprego e renda pela tônica da subjetividade, dos processos de autogestão e da autonomia.

Naturalmente, e cada vez mais, a inserção da psicologia nas políticas públicas sociais deve dar-se em interação com outras áreas do conhecimento, em parceria com profissionais de outros campos do saber, como aliás antecipava a genialidade de Jean Piaget já em 1932, em sua obra clássica *O Julgamento Moral*. Ali estão os fundamentos teóricos da função social da psicologia, especialmente quando Piaget introduz o conceito de “psicologia societal”. Como afirma o professor William Doise, da Universidade de Genebra, o livro de Piaget sobre o julgamento moral “é um verdadeiro livro de psicologia política, na medida em que ele esboça uma teoria que faz da interação democrática, da interação entre iguais, sem os entraves colocados pela autoridade, o principal motor do desenvolvimento moral.”<sup>10</sup> Contribuir para essa interação democrática, para essa interação entre iguais, nas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento social de Minas e do Brasil – eis o principal papel do psicólogo. Os pontos mais específicos do tema que nos é proposto – Políticas Públicas de Assistência Social: a importância do papel do psicólogo – terei prazer de buscar aprofundá-los na sessão de debates.

---

<sup>10</sup> DOISE, William & MUNIG, Gabriel. *Le développement Social de L'intelligence*. Paris: Inter Éditions, 1981.

Para encerrar minhas palavras, gostaria de deixar aos presentes uma reflexão sobre a geografia de Minas Gerais, que, no meu entender, conforma o próprio estilo mineiro. Penso que há uma ligação umbilical das pessoas com seu território natal. Por isso mesmo, os mineiros das montanhas são atraídos pelo magnetismo das reservas de minério, daí o peso nos pés, o conservadorismo, a timidez e a resignação. Mas a barreira física, insitamente repressora, paradoxalmente, influencia os voos do pensamento. E como as coisas do espírito sobrepassam montanhas e barreiras e vão além, são as montanhas, a um só tempo, limite e via libertária. Mas há índoles tantas de mineiros, que Minas são muitas: das Gerais, do Pontal, do Sertão, do Cerrado e dos Vales, sempre longe do mar, como nos lembram os versos de Rubem Alves: “Minas não tem mar. Minas tem montanhas, matas e tem céu. / Minas não tem mar. Lá, quem quiser navegar tem de aprender / que o mar de Minas é em outro lugar. O mar de Minas não é no mar. O mar de Minas é no céu, / pro mundo olhar pra cima e navegar sem nunca ter um porto onde chegar.” Muito obrigada!<sup>11</sup>

---

11 Palestra proferida no lançamento oficial do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), em mesa-redonda sobre Psicologia e Políticas Públicas em Minas Gerais, realizado no Conselho Regional de Psicologia (CRP), Belo Horizonte (MG). Presentes: Professor Humberto Cota Verona, Conselheiro-Presidente do Conselho Regional de Psicologia – CRP/MG; Luciana Franco, Conselheira responsável pelo CREPOP em Minas Gerais; membros da Comissão Organizadora do Congresso Regional de Psicologia (COREP); pares na mesa-redonda: Dr. Lincoln Coimbra Martins (mestre em Educação e Doutor em Psicologia), Dr. Mauro Fernando Semith (Presidente da Federação Nacional dos Psicólogos) e Dr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz (representando Dr. Luiz Flávio Saporí, Secretário Adjunto de Defesa Social de Minas Gerais); estudantes e profissionais de psicologia. Fevereiro/2007.



## PARCERIA DO ESTADO COM O UNICEF NO PACTO: UM MUNDO PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DO SEMIÁRIDO

“Política é a arte de construir, no plano das diferenças, os espaços de convergência.”

**L**embrei-me desse conceito primordial – recorrentemente invocado no ambiente do Governo – exatamente neste momento, no qual constatamos a absoluta convergência da sociedade civil, do mercado e do Governo para políticas sociais, inclusivas e emancipatórias. E nesse espaço se inserem os programas e projetos voltados para a defesa e a promoção dos direitos da criança e do adolescente, como o que hoje nos reúne aqui – o Pacto Um mundo para a criança e o adolescente do semiárido, em parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com o Estado de Minas Gerais.

Tendo atuado durante toda a vida nos bastidores da política pública, posso dar testemunho de que nunca se avançou tanto em Minas como no atual período de Governo. É certo que nada se faz como em passe de mágica e que temos um longo caminho a percorrer na promoção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Um olhar retrospectivo, contudo, nos permite ver os resultados e conquistas do caminho já percorrido.

No âmbito da Subsecretaria dos Direitos Humanos da SEDESE, várias ações têm sido implementadas, como as de Combate à Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, do Programa Sentinela; as do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA; assim como as do Plano de Ação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. No combate à exploração do trabalho infantil – uma luta que vem sendo empreendida ao longo de todo o século XX no mundo inteiro, com as Declarações e Convenções da ONU das quais o Brasil é signatário –, o Estado de Minas Gerais vem atuando de forma decidida.

Como nada se constrói a partir do discurso retórico, nem do ressentimento ou do puro negativismo, o Governo, no âmbito da política social, apresenta ações efetivas, envolvendo os mais diversos atores, para enfrentar principalmente o drama da exploração sexual de crianças e adolescentes, a mais vergonhosa chaga social. Além da fiscalização propriamente dita,

essa ação se dá por meio de diversas cooperações, como as que aqui se celebram com o SINDFER e demais parceiros, e em outros níveis de representação social, visando coibir uma prática que fere os direitos humanos na própria fonte de sua dignidade – na idade infantojuvenil. Ainda agora, são assinados decretos que irão gerar novas campanhas educativas e de conscientização na promoção e na defesa desses direitos.

Quero concluir, lembrando o lema da Jornada Internacional dos Direitos da Criança – 2006, promovido pelo UNICEF e seus parceiros em todo o mundo: “Ouçamos as crianças”. Os corações adultos saberão escutar essa voz da infância. Se soubermos ouvi-la, como estamos procurando fazer em Minas Gerais, nos colocaremos de frente para o futuro. Muito Obrigada!<sup>12</sup>

---

12 Pronunciamento proferido na Audiência com o Governador Aécio Neves - Parceria do Estado com o UNICEF nas ações do Pacto “Um Mundo para a Criança do Semiárido”, realizada no Palácio da Liberdade, Belo Horizonte (MG). Dezembro/2006.

## SELO UNICEF MUNICÍPIO APROVADO

Cumprimento a mesa na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Cenise Monte Vicente, Coordenadora do Escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF de São Paulo e do Selo UNICEF Município Aprovado, em Minas Gerais, pedindo-lhe que leve à representante do UNICEF no Brasil, Maria Pierre, os aplausos de Minas. Muitos dos que aqui estão presentes testemunharam, em recente audiência com Sua Excelência o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, a propósito do Pacto com o UNICEF “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido”, a reafirmação de seu total engajamento com o projeto assim como a determinação política de expandir os resultados do Pacto em seu segundo mandato. Quer Sua Excelência que esse Pacto se torne a “menina dos olhos” no campo dos direitos da criança e do adolescente em Minas Gerais.

Compromissos incontornáveis de sua agenda nesta data impediram-no de estar aqui. Ao incumbir-me de representá-lo nesta solenidade de premiação com o Selo UNICEF Município Aprovado, Sua Excelência solicitou-me que dissesse aos presentes duas coisas. A primeira delas é que uma de suas vertentes familiares – do avô Tristão da Cunha – lança suas âncoras no Jequitinhonha e no Mucuri – “irmãos de nascença”, como ele me disse com toda razão, pois as duas regiões sempre estiveram irmanadas desde a Comarca do Serro Frio, ainda no início do século XIX. A segunda é que sua maior gratificação na vida pública é o contato direto com a gente simples e autêntica que habita a terra mineira, portadora de energia que renova o ânimo para todo dia recomeçar. Certamente, experimentaria aqui o Governador a emoção de compartilhar o melhor sentimento que esta festa potencializa.

Neste evento, a primeira de todas as homenagens deve ser prestada ao próprio UNICEF – o Fundo das Nações Unidas para a Infância – esse sexagenário que acaba de comemorar, em 11 de dezembro, plena maturidade. Presente em 159 países, o UNICEF comemora, mais que longa existência, um patrimônio de relevantes serviços prestados à infância, à adolescência e ao conjunto da humanidade, sobretudo por fazer da criança sujeito de direitos, ainda que a efetivação de tais direitos seja desafio permanente. Que a coordenadora do Escritório do UNICEF de São Paulo e Coordenadora do Selo UNICEF em Minas Gerais, Dr.<sup>a</sup> Cenise Monte Vicente, e o consultor do projeto, o caro Luiz Guilherme Gomes, sejam portadores do reconhecimento de Minas ao Fundo. Não poderíamos deixar de registrar também

uma homenagem especial à saudosa idealizadora desse Selo, a educadora emérita e especialista em desenvolvimento infantil do UNICEF, Stela Naspolini, pelo trabalho em prol da infância e da adolescência no Brasil e no mundo. Nos planos da luz, certamente comemora-se esta data. O Governo do Estado está atento, e gestões decisivas têm sido feitas para investimento nas áreas de pobreza.

Este momento de premiação, sob a égide do Pacto “Um mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido”, que enlaça o UNICEF e o Governo de Minas Gerais, traz para nós, mineiros, forte sentimento de orgulho. E aqui celebramos a conquista dos municípios premiados com o Selo, mas também a responsável jornada dos demais integrantes do Projeto, pelos avanços que empreenderam. Minas esteve mobilizada em torno do Selo UNICEF com 169 municípios participantes, que, pelo engajamento, pela responsabilidade e pela processualidade democrática empreendida, merecem destaque. O só fato de terem aceitado o desafio já demonstra a efetiva consciência política dos dirigentes públicos e das lideranças comunitárias desses municípios. Demonstra a sintonia das administrações com novos paradigmas de gestão, avaliação e controle. Ressalto também a importância dos articuladores do Selo UNICEF, que, em cada município, desempenharam papel de catalisadores das ações, propiciando o envolvimento da população municipal.

A consciência política evolui para novo patamar, superando o mero assistencialismo para conquistar *status* de políticas públicas ordenadas e sistematizadas, materializando diretrizes e princípios do ECA – o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal carta de direitos corresponde, por sua vez, a um compromisso firmado pelo Brasil com a Organização das Nações Unidas, ao ratificar, em 1990, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, adotado pela ONU, em 1989. Dessa convenção surgiu o princípio norteador do ECA, o postulado de que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”. E temos consciência de que, pelo seu protagonismo no tocante aos direitos humanos, a ONU, pelo UNICEF, está monitorando o cumprimento, pelo Brasil, dos termos daquela Convenção.

Tais considerações fizeram-se necessárias para ressaltar o valor da premiação que aqui é conferida aos municípios mineiros aprovados com o Selo UNICEF – chancela que representa o reconhecimento internacional que os municípios conquistaram, como resultado de seus esforços para promover a melhoria de vida das crianças e dos adolescentes. Dezoito municípios mineiros são hoje premiados: Águas Vermelhas, Carbonita, Catuti, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Lagoa dos Patos, Machacalis, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Pirapora, Ponto dos Volantes, Presidente Kubitschek, Santo Hipólito, São João da Lagoa, Taiobeiras, Turmalina e Vargem Grande do Rio Pardo.

Sabemos que não foi tarefa fácil cumprir as metas estabelecidas pelo Projeto. Igualmente não o será o desafio de manter os resultados já alcançados, porque estamos lidando com carências de toda ordem. Lidamos, sobretudo, com traços culturais e costumes arraigados – como os que geram o trabalho infantil, mal perverso que o Governo de Minas vem combatendo com determinação e rigor. Os Municípios premiados com o Selo UNICEF assumem hoje responsabilidade não apenas perante Minas Gerais e o Brasil. São agora representantes do País no “planeta” Unicef dos direitos da criança e do adolescente. Adquiriram diploma internacional de qualidade em gestão pública. Conquistá-lo é uma grande honra, mantê-lo será desafio permanente e missão estimulante.

Mudar mentalidades não é tarefa de que se desincumba apenas com vontade política. É necessário comprometimento coletivo, sinergia da sociedade para mudanças capazes de assegurar padrões de excelência. No ciclo do esforço transformador, há que se assinalar o trabalho realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas – SEDVAN, pelo Comitê Gestor Estadual para a Criança e o Adolescente do Semiárido, presidido pelo Subsecretário de Direitos Humanos da SEDESE, Dr. João Batista de Oliveira, e integrado por representantes das Associações de Municípios das Regiões do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Mucuri e parte do Centro de Minas. Sem dúvida, a articulação da SEDVAN e do Comitê, enriquecida com representações do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; do Conselho de Segurança Alimentar Sustentável de Minas Gerais; do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde e do Consórcio Geral União, foi estratégia virtuosa para a extraordinária mobilização dos municípios participantes do Projeto. Assinale-se também a participação da Telemig Celular; da Oficina de Imagens; do Fundo Cristão para Criança e Adolescente; do Centro Popular para Cultura; dos promotores; das câmaras municipais; dos agentes de saúde; e dos professores.

Os municípios inscritos que não alcançaram a premiação nessa primeira edição do Selo UNICEF, seja porque partiram de um patamar mais crítico, seja por dificuldades ligadas à política local, deram relevante contribuição para o fortalecimento da pauta da infância e da adolescência em Minas Gerais e avançaram, sem dúvida, na concepção e na execução das políticas públicas do setor. Nada perderam; só ganharam com essa participação e, certamente, estarão mais próximos de conquistar a titulação em outra edição do prêmio. Devem seguir em frente porque não há caminhos terminativos nessa luta.

Aos municípios premiados, aos seus dirigentes e às suas representações, o aplauso do Governo; palmas dos mineiros dos vales, das montanhas, dos grotões, do cerrado, das planícies e dos planaltos; das águas e das secas; de todas as Minas e Gerais. Relembrando o lema da Jornada

Internacional dos Direitos da Criança no ano de 2006, promovida pelo UNICEF e seus parceiros em todo o mundo, gostaria de conclamar: “Ouçamos as crianças”. Que os corações adultos saibam escutar essa voz da infância. Se soubermos ouvi-la, como estamos procurando fazer em Minas Gerais, nos colocaremos de frente para o futuro, assim como fazem os dezoito municípios premiados.

O Semiárido não tem mar / Mas cultiva bem o verbo amar / Na aridez de lutas diárias / No suor de mulheres, homens e crianças / Conquistas e histórias lendárias. / No Semiárido a terra já foi mar / E por lá muitos peixes foram nadar / Hoje cristalizados em pedras / Guardam a marca de saber navegar / Navegar pela vida, pelos desafios / Vencendo obstáculos, tecendo fios / Da vida e do lugar. / O Semiárido assim é / Rude por fora e suave por dentro / Tesouro de riquezas a explorar / Belo em sua arte de “en-cantar”.

E, agora, com emoção, quero compartilhar o verbo, a prosa poética e as notas ritmadas de Rubinho do Vale, animador desse projeto, e que sabe transformar “semiárido em semear”, para compor minhas palavras de encerramento: “Na escola desse mundo / vou saudando essa vida” / Por isso nasço, renasço / nas águas de todo dia / pelos direitos dos meninos / sem o suplício da escravidão... / “Me ajude a levantar / cortar as dores na raiz / plantar flores no País. / Meninos, homens explorados, / Fantasmilhas e Flagelados / Eu quero ver crescer nesse lugar / um povo mais feliz.” / Ajude-me a levantar. / Cortar dores na raiz. / Plantar flores pelo País! / Esta sementeira é de todos...<sup>13</sup> Muito Obrigada!<sup>14</sup>

13 Paráfrase com os versos das músicas “Bom plantador” e “Cantiga pra lira”, de Rubinho do Vale.

14 Versão sintética do discurso proferido – representando o Governador Aécio Neves – na solenidade de premiação dos municípios mineiros com o “Selo Unicef – Município Aprovado”, realizado no Dayrell Hotel & Centro de Convenções – Belo Horizonte (MG). Presentes: Dr.<sup>o</sup> Cenise Monte Vicente, Coordenadora do Escritório do Unicef de São Paulo e coordenadora do Selo Unicef Município Aprovado em Minas Gerais; Luiz Guilherme Gomes, Consultor da Unicef em Minas Gerais; Dr. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da SEDESE e Presidente do Comitê Gestor Estadual para a Criança e o Adolescente do Semiárido; Jamis Andris Pinheiro, Presidente do CEDCA; Deputado Djalma Diniz; Deputado Arlen Santiago; representantes da SEDVAM, da Oficina de Imagens, do Fundo Cristão para a Criança e do Centro Popular para Cultura e Desenvolvimento; Marcus Fucks, Diretor do Instituto Telemig Celular; Denerval Germano da Cruz, Prefeito de Taiobeiras e Presidente da AMMANS; prefeituras, promotores, agentes de saúde, Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE; Rosa Nísia Brito, Águas Vermelhas; Jovana Pires, Criança representante do Semiárido no evento. Dezembro/2006.

### ‘Artigo IV

*Fica decretado que o homem  
não precisará nunca mais  
duvidar do homem.*

*Que o homem confiará no homem  
como a palmeira confia no vento,  
como o vento confia no ar,  
como o ar confia no campo azul do céu.*

*Parágrafo único:*

*O homem confiará no homem  
como um menino confia em outro menino.’*

*[Thiago de Mello, Estatutos do homem]*





## UTRAMIG 41 ANOS EDUCAÇÃO PARA SER

É novembro. O exercício de 2006 já desenha sua linha final e, por múltiplas razões, se firma como um ano muito especial na trajetória institucional da Universidade do Trabalho de Minas Gerais, que hoje comemora quarenta e um anos de sua criação. Na pauta da Utramig, inscrições diversas atraem a atenção de todas as alterosas para a Fundação. Tudo é motivo de celebração.

Esta semana começou com a outorga do Prêmio Mineiro de Qualidade (PMQ) a esta Fundação de Educação para o Trabalho, em solenidade realizada no Palácio das Artes, no último dia 20. Não poderia haver melhor reconhecimento público a esta instituição por sua importante contribuição de longo curso, consolidada e aperfeiçoada na gestão da sua dinâmica presidente, a professora Rosane Marques. A premiação é motivo de justo orgulho para todos aqueles que acompanham a trajetória da Utramig. Para mim, pessoalmente, o PMQ – 2006 traz uma alegria ainda maior, já que prestigia uma organização vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes, que tenho a honra de dirigir.

A todos os dirigentes e servidores da Utramig, à presidente, aos diretores, gerentes, chefes de departamentos e professores, bem como, é claro, ao seu alunado, quero externar o sentimento de respeito e admiração pelo trabalho que estão realizando nesse campo educacional de tão relevante interesse para Minas Gerais e para o Brasil.

O PMQ – 2006 representa não apenas um momento na vida dessa instituição de ensino e de qualificação profissional mas simboliza, também, a história de um processo pedagógico, no qual a busca da excelência tem sido norte e guia com reflexos na prestação de serviços à sociedade. Tanto assim é que a Utramig foi a única instituição do gênero a consolidar-se no Brasil, considerando as concepções da Universidade do Trabalho que nortearam, em nosso País, os ideais de Humberto Grande, nas décadas de 40 e 50 do século XX. Do ideário de Grande, quero destacar alguns aspectos centrais que estão enraizados na cultura da Utramig: “Fomentar e desenvolver a consciência do valor do trabalho na civilização; permitir o florescimento do humanismo no trabalho; e elevar o nível intelectual, moral e financeiro dos trabalhadores.” Especialmente na atual gestão, podemos afirmar que

esse ideário foi amplamente revigorado, com a iniciativa da presidente Rosane Marques de aprofundar a aplicação, no ambiente institucional, dos fundamentos e critérios de excelência do Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade (PMQP), simultaneamente com os princípios do “choque de gestão” adotado pelo Governo Aécio Neves.

A Fundação passa, hoje, por salutar oxigenação, decorrente de uma sucessão de medidas de renovação logística, de modernização dos equipamentos, de aperfeiçoamento de seus marcos filosóficos e de suas ações, ganho gerado pelo treinamento intensivo em técnicas administrativas e estratégias de gestão, envolvendo todos os níveis e setores da Instituição, em programa que, pela vontade política transparente que o sustenta, ganhou o nome de “Gestão à Vista”.

Essa fecunda abertura para um novo impulso institucional na virada dos 40 anos, em trabalho intensificado sobretudo em 2005, pode muito bem ser representada pela participação do artista plástico Fernando Fiúza em um ato criador singular e, ao mesmo tempo, plural... Sim, singular em sua concepção e plural em sua execução. A ação capitaneada por Fiúza propiciou a mobilização de toda a comunidade Utramig – incluindo a participação de pessoas com deficiência auditiva e oral – em torno da criação de uma obra coletiva que está registrada em linguagem artística da pintura em três telas que o processo criador “memorializa”. A Arte testemunha, com delicadeza, a perplexidade deste tempo.

Não poderia haver, no acervo histórico da Fundação, um símbolo melhor da solidariedade com unidade, intitulada pela pena de Alexandre Dumas na saga dos “Três Mosqueteiros”, com o célebre lema solenemente pronunciado por Athos, Porthos e Aramis: “Um por todos; todos por um!” Essa divisa inspira simbolicamente as telas dessa criação coletiva. O projeto que hoje se encerra, e que protagoniza o que há de melhor no âmbito da Universidade, é eloquente a dizer da dimensão humanística que ressignifica a missão da Utramig, coerente com as múltiplas necessidades mais profundas do ser. Diversas iniciativas exploram a mesma dimensão humana e sensível, como a inauguração da Biblioteca Tom Jobim.

A propósito, lembro aqui que, no último livro do Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago – *As Pequenas Memórias* – ele narra a sua vida de menino pobre do interior de Portugal e as dificuldades materiais com que conviveu na infância e na adolescência. Conta que seu pai decidiu que ele deveria fazer um curso de serralheiro mecânico, aos quinze anos, e sua vida poderia ter ficado ali, se não houvesse na escola uma biblioteca, na qual o pequeno aprendiz pudesse mergulhar em leituras sem fim. Prossegue resgatando seu encantamento, como se tivesse penetrado num mundo mágico que o fascinava e o atraía de forma irresistível. Começava a nascer no leitor inveterado, quando ele completava dezessete anos, a

vocação do futura escritor. Esse precioso relato mostra como a “Educação para o Trabalho” pode produzir frutos maiores que a simples qualificação e formação de um profissional, porque dentro do aprendiz vive um ser humano cheio de potencialidades, capaz de crescer e descobrir novos mundos.

A biblioteca encantada do jovem Saramago pode ser tida como uma metáfora, nessa hora de premiação da qualidade, desse magnífico projeto pedagógico, “Educação para Ser”, que a Utramig desenvolve e que tem como marco a reinauguração da Biblioteca da Fundação, com a feliz denominação de “Antônio Carlos Jobim”, ato que põe a universidade em estado de graça e dá à premiação por qualidade um sentido mais completo. Nome mais humano, mais sensível e mais simbólico da ternura e da poesia não poderia haver do que o desse Maestro, cuja riqueza interior vem de fontes muito pródigas, das mesmas e generosas nascentes que inspiram a criação literária de sua querida irmã Helena Jobim.

Com o Maestro Antônio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim, podemos aqui repetir que a educação para o trabalho “é promessa de vida no coração”, como cantamos em “Águas de Março”: “É um passo, é uma ponte, é um sapo, é uma rã / é um resto de mato, na luz da manhã / São águas de março fechando o verão...” Vamos recordá-lo aqui, com um relato pitoresco que faz sobre como, carinhosamente, “perseguiu” sua irmã Helena. Ele, Tom Jobim, narra: “Lembro da poesia com que eu perseguia a Helena, que não gostava do Bilac quando era menina. Eram os poemas para crianças do Bilac: ‘Negro com os olhos em brasa, bom, fiel e brincalhão, era a alegria da casa, o corajoso Plutão..’ Eu corria atrás de Helena com essa poesia. Ela chorava porque no fim o cachorro Plutão morre. Eu sabia a poesia de cor. Bilac chegou cedo na minha vida.”

Certamente, só em menina, o medo de Plutão assombrou-lhe os caminhos. Depois, os volteios de bailarina, para além da terra firme, abriram-lhe o universo dos sonhos. E neste ano de 2006, um livro faz aniversário de dez anos, e temos a honra de ter a sua autora entre nós, neste momento, como convidada da “Educação para Ser” da Utramig. Sim, em 1996, foi lançado pela Editora Nova Fronteira um livro com o nome tão bonito de *Um homem iluminado*, de autoria de Helena Jobim. Quem ainda não leu esse livro cheio de ternura já adivinhou por certo o nome de seu protagonista. Tom Jobim, o homem predestinado, o maestro que dá sua graça à Biblioteca da Utramig. Que a estimada Helena nos permita ler um pequeno trecho dele:

“Tom começou a frequentar os bares de Ipanema: Zepelin, Janga-deiro, que se chamava Renânia, e o bar Lagoa, que era o Berlim. No bar Lagoa, uma noite entrou um preto velho que se aproximou da mesa onde Tom estava com os amigos, numa rodada de chopp. Era um vendedor de rosas. Sem hesitar, dirigiu-se a ele. Tirou uma rosa vermelha da bandeja

que carregava e lhe ofereceu. Tom recusou delicadamente: – Não posso. Não tenho dinheiro para rosas. O homem insistiu: – Mas essa é especial. Dê para sua namorada. Como é o nome dela? Tom sorriu. Os amigos que o acompanhavam começaram a olhar o preto velho com curiosidade. Apesar do insólito da situação, respondeu: – Thereza. Quem é o senhor? Seus olhos antigos, neblinados de azul, olhavam serenos para ele. Os cabelos encaçolados eram brancos, a pele do rosto arredondado pura seda, veludo escuro. Usava um *smoking* puído e gravata com pássaros azuis pintados. Tom nunca esqueceu. A estranheza da figura e aqueles olhos clarividentes. E também o que disse depois, apontando o copo de bebida: – Seu lugar não é aqui. Sua vida é predestinada. Não se perca.”

Tom nunca se perdeu, pois fez de sua vida uma doação à arte e à humanidade. E ouviu sempre a sabedoria das estrelas. Sim, porque a vida é a poesia, a literatura, a arte em todas as suas expressões. É pintar a tela e fazer a trama, é expor a alma; é também ouvir e sonhar com as estrelas. Porque sem elas, como nos disse Mário Quintana, os caminhos seriam muito tristes. E para Jobim, Quintana, Saramago, Helena, para todos nós, humanos, a melhor estrela guia é a do conhecimento. Conhecimento pela cartilha do amor, do afeto, que constrói a autoestima, sem a arrogância do saber estéril. Ele é a luz que ilumina a escuridão e nos abre novos caminhos. É promessa de vida no coração. Em março. Em qualquer tempo.

É o que faz a Utramig nos quarenta e um anos que estamos comemorando. Mais que números, o quadro atual mostra que, na instituição, há recorde de sensibilidade e de humanismo, que projeta resultados, para além da mera acessibilidade ao mercado, de acessibilidade ao potencial de cada um. Feliz a Utramig, que abre espaço ao lado gauche da vida, especialmente com o projeto “Educação para Ser”, que hoje se encerra. Muito Obrigada!<sup>15</sup>

---

15 Discurso proferido no evento Utramig 41 anos – Educação para Ser, realizado na Biblioteca Pública de Belo Horizonte(MG). Presentes: Prof.ª Rosane Marques Crespo Costa, Presidente da UTRAMIG; Francisco Liberato Póvoa, Diretor do Colégio Logosófico; Fernando Fiúza, artista plástico; Maria das Dores Abreu Amorim, Secretária Adjunta/SEDESE; Elci Pimenta Costa Santos, Diretora da Superintendência Regional de Ensino Metropolitano da SEE; Maria Líbia C. M. Xavier Pinto, Diretora da Superintendência Regional de Ensino Metropolitano C; Elaine Rosa Martins, Coordenadora do Museu Virtual da Memória da Educação; Sônia Pézzi, Bibliotecária do Centro de Referência do Professor; Helena Jobim, escritora homenageada. Novembro/2006.

## UTRAMIG – PRÊMIO MINEIRO DE QUALIDADE – 2006

A conquista pela Utramig do Prêmio Mineiro da Qualidade (PMQ) – 2006, na passagem de seu aniversário, é razão de justo orgulho para todos aqueles que acompanham a trajetória de quarenta e um anos desta Fundação de Educação para o Trabalho. Não poderia haver melhor reconhecimento público a uma realização de longo curso, consolidada e aperfeiçoada na gestão de sua dinâmica presidente.

Para mim, pessoalmente, a premiação traz alegria ainda maior, por distinguir instituição vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, que tenho a honra de dirigir. Por isso mesmo, quero externar a toda a comunidade da UTRAMIG, à Presidente Professora Rosane Marques Crespo Costa, aos diretores Américo Micelli, Sílvia Napoleão e Celisa Boschi, aos Gerentes, aos chefes de departamentos, ao corpo docente, aos demais servidores e colaboradores e ao seu alunado, o respeito e a admiração pelo trabalho de ciência, arte e humanismo que se realiza nesse campo educacional de tão relevante interesse para Minas Gerais e para o Brasil.

O PMQ – 2006 representa, não um brinde a uma instituição emergente no campo do ensino e da qualificação profissional, mas simboliza a culminância de um processo no qual a busca da excelência duradoura tem sido norte e guia do seu projeto pedagógico e da prestação de serviços à sociedade. Uma verdadeira colheita da maturidade institucional. E, de fato, a Utramig atravessa o tempo e hoje pontifica como a única do gênero a consolidar-se no Brasil, à luz das concepções de Universidade do Trabalho que nortearam, em nosso País, os ideais de Humberto Grande, na décadas de 50 do século XX, e, antes dele, os de Fidélis Reis e de Buyse.

Do ideário de Grande, quero ressaltar alguns compromissos enraizados na cultura da Utramig: “fomentar e desenvolver a consciência do valor do trabalho na civilização; permitir o florescimento do humanismo no trabalho; e elevar o nível intelectual, moral e financeiro dos trabalhadores”, em outras palavras: investir no processo emancipatório do cidadão.

As ações desenvolvidas pela fundação, sob a condução segura, criativa, reta e responsável da jovem presidente Rosane Marques Crespo guardam fidelidade a esse ideário, tão legítimo. Podemos afirmar que esse ideário foi amplamente revigorado com a iniciativa da atual direção

de aprofundar a aplicação, no ambiente institucional, dos fundamentos e critérios de excelência do Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade (PMQP), simultaneamente com os princípios do “choque de gestão” adotados pelo Governo Aécio Neves.

A fundação convive, hoje, com um grau ótimo de oxigenação, pela renovação de equipamentos e aperfeiçoamento de seus pensamentos e ações, ganho gerado pelo treinamento intensivo em técnicas administrativas e estratégicas de gestão, envolvendo todos os níveis e setores da Instituição, em programa que, pela sua vontade política transparente, incorporou o nome de “gestão à vista”. A par de uma gestão moderna e eficiente, a Instituição projeta novas perspectivas para o seu público-alvo, a partir de valores humanistas que incorpora e de iniciativas voltadas para a emancipação da cidadania pelo trabalho. Por tudo isso, a Utramig é merecedora da premiação. Premiação que distingue o trabalho, a dedicação de seus gestores e colaboradores; os seus quadros docentes e, também, o alunado, todos atores de um verdadeiro espetáculo emancipatório.

A Utramig, pela seriedade de seus propósitos, pelas alternativas metodológicas que tem adotado, pela sinergia que vem alcançando, é verdadeiramente um caso de sucesso. Há, assim, de ser referência no gênero para inspirar soluções no campo da educação e da qualificação para o trabalho, no âmbito do Estado e fora dele, como uma marca de excelência e qualidade em gestão.

Como titular da SEDESE, registro os aplausos aos patrocinadores do Prêmio Mineiro de Qualidade (PMQ), edição 2006, pelo compromisso com o estímulo às boas práticas em gestão; e à Utramig, merecidamente distinguida. Pela Comissão, por sua performance institucional e pela aderência aos pressupostos e à filosofia do Programa de Qualidade. Na pessoa de sua Presidente, Rosana Crespo, abraço calorosamente a comunidade da Fundação, lembrando o lema dos “Três mosqueteiros”: “Um por todos: todos por um”, que inspira a tela coletiva sob a chancela institucional. Que a Utramig possa representar essa unidade e essa pluralidade no cumprimento de sua missão, com qualidade, arrojo e humanidade!<sup>16</sup>

---

16 Pronunciamento proferido na solenidade de entrega do Prêmio Mineiro de Qualidade (PMQ) 2006 – Faixa Prata à Utramig, realizada no Palácio das Artes, Belo Horizonte (MG). Presentes: Prof.ª Rosane Marques Crespo Costa, Presidente da UTRAMIG; Francisco Liberato Póvoa, Diretor do Colégio Logosófico, amante da poesia, homem de alma delicada; Maurício Roscoe, Presidente da União Brasileira para a Qualidade. Novembro/2006.

## POSSE DO COMITÊ GESTOR PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DO SEMIÁRIDO MINEIRO

O significado do ato que nos reúne hoje transcende os aspectos institucionais e formais de uma cerimônia de posse<sup>17</sup>. Estamos reunidos para selar compromisso, compartilhar responsabilidades e projetar esperanças. E trazer à cena pública, na capital do estado, o comprometimento do UNICEF, de cada Conselheiro e do Estado com a causa do Semiárido é explicitar o desejo de se trazer para o centro do Poder e, ao mesmo tempo, para o coração do povo mineiro a esperança de emancipação da cidadania daquele território social.

A hierarquia e a composição atribuídas pelo Governo de Minas Gerais ao Comitê Gestor Estadual – que consolida a parceria institucional do Estado no Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido, articulado pelo UNICEF, e que ora se empossa – demonstra o compromisso do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador Aécio Neves com um novo modelo de gestão pública compartilhada e com ênfase na dimensão humana do desenvolvimento. Exatamente porque esse mutirão de solidariedade e de cidadania responsável que o UNICEF promove em todo o Brasil – iniciado há sete anos no Ceará – corresponde, em sua concepção e em suas metas,

---

17 Membros do Comitê empossados: Antônio Victor de Souza Júnior e suplente Magda Pires de Oliveira Silva, representando a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e norte de Minas (SEDVAN); Rogério de Souza Moreira e suplente Aparecida Martins de Souza Canhesto, representando a Associação Mineira de Municípios (AMM); Elza Ilza Simões de Souza e suplente Adneia Vieira Santana, representando o Conselho de Segurança Alimentar Sustentável de Minas Gerais (CONSEA); Alexandre Norberto Canuto Franco e suplente Flaviano da Rocha Franca, representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Magda Maria Mello de Seixas Salgado, representando a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Gilbert Lemos Gouveia e Suplente Terezinha Dias da Silva, representando a Secretaria de Estado de Educação; Odilon Pereira Andrade e suplente Maria Elice Nery Procópio, representando a Secretaria de Estado de Saúde; Regina Helena Cunha Mendes e suplente João Alves Crisóstomo, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Beatriz Morais de Sá Rabelo Corrêa e suplente Marcelo Leão Ferreira, representando a Associação dos Municípios da Área Mineira da Adene; Cinara Pacheco Gerdi e suplente Ana Aparecida Ribeiro Viana, representando a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri (AMUC); José Veloso Souto Júnior e suplente Blenda Leite, representando o Colegiado dos Secretários Municipais da Saúde; João Lino Alves Rufino, representando a Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha (AMEJE); Sônia Ferraz Cardoso e Novais e suplente Anouska Regina Bissiatti Ferraz, representando a Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha; Alvanir Cássia Vieira e suplente Aureliana Manhani Rodrigues, representando a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Doce (ARDOCE); João Batista Oliveira e suplente Eliana Benício Siqueira, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE); Adelson Toledo de Almeida e suplente Carla Valéria Soares Vita, Associação dos Municípios do Médio São Francisco; Dilma Luiza Jorge Schwenck e suplente José Benedito Nunes Neto, representando o Consórcio União Geral.

às proposições, programas e projetos que, com empenho e máxima dedicação, vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Estado, em especial na SEDESE e na Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas.

E nesta Secretaria atuam, com objetivos irmãos aos propostos pelo UNICEF, as subsecretarias de Direitos Humanos, de Esportes, de Trabalho e Assistência Social e de Antidrogas, e todas as instâncias decisórias e deliberativas da SEDESE como os Conselhos, convergindo para a defesa e a promoção dos direitos da criança e do adolescente, que tem como marco fundador o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A importância desse Comitê também se manifesta – na esfera do poder público estadual – pela presença de representantes, além da SEDESE, das Secretarias de Estado do Planejamento e Gestão; da Educação; da Saúde; do Desenvolvimento Regional e Política Urbana, e da Pasta Extraordinária para o Desenvolvimento dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Não poderia haver prova maior do profundo comprometimento do Governo de Minas Gerais com o UNICEF. É o governo que se alinha na busca de soluções emparceiradas em favor do Semiárido. Preparar essa pactuação e contribuir para o azeitamento da engrenagem de colaboração é oportunidade singular de testar, na prática das políticas públicas, o acerto das modelagens de transversalidade e intersectorialidade.

E a Região do Semiárido, esse território mineiro tão rico em cultura, em artes e em valores humanos, aqui tem sua identidade firmada nas representações da Associação Mineira de Municípios; das associações dos municípios da área mineira da SUDENE, da Microrregião do Vale do Mucuri, do Baixo Jequitinhonha, do Médio Jequitinhonha, do Médio Rio Doce, e do Médio São Francisco. E o círculo de articulação desse colegiado – democratizada na diversidade de suas expressões – se completa com as representações do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; do Conselho de Segurança Alimentar Sustentável de Minas Gerais; do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde; e do Consórcio União Geral.

Nomeei todas as representações deste mutirão de vontades políticas reunidas neste Comitê porque aqui se concretiza, nesse arco de alianças – a exemplo de outros projetos e programas envolvendo parceiros estatais e privados – um novo momento de gestão das políticas públicas, que não mais terá retrocesso na sociedade brasileira. O processo institucional brasileiro, como sabemos todos, foi marcado, no passado recente e ainda em períodos históricos mais distantes, por rupturas e interregnos autoritários, que atrasaram, em larga medida, a construção do Estado Democrático e de Direito em nosso País. Hoje, o Estado Democrático de Direito reconhece e



fortalece a sociedade civil como cogestora do bem público, não mais monopolizado pelo poder político ou estatal.

O UNICEF tem toda razão quando aponta para os chocantes indicadores sociais do Semiárido brasileiro e articula este grande e bem-vindo pacto nacional. Sabemos todos que essa dívida social é decorrente de uma perversa herança de controle político-estatal do domínio público, numa aliança maligna, que vedou a muitos o acesso a bens essenciais da cidadania – na educação, na saúde, na alimentação, na habitação e, enfim, barrou duradouramente a conquista e o exercício de direitos elementares da pessoa humana. Esse “apartheid” tupiniquim produziu graves e sérios desequilíbrios regionais e de renda que, hoje, atingindo o limiar da ruptura social, exigem uma profunda mudança no comportamento dos agentes públicos.

Em Minas Gerais, essa diretriz de governo – de abrir o espaço público à ampla parceria com movimentos organizados e entidades da sociedade civil – constitui uma vontade política irrefreável, que consolidará, em futuro próximo, uma concepção de governo que possibilitará uma nova alternativa política para toda a sociedade brasileira. E, retomando a metáfora sempre bem posta por Dr. João Batista, quero dizer que hoje o Governo tem milhão e devoção; acho até que mais devoção que milhão, e isso nos conforta. E, igualmente, posso afirmar que o Governo está sobretudo voltado para a lógica do Riacho do Navio.

Quando falamos na vontade política de Minas, não podemos nos esquecer do papel desempenhado pela Assembleia Legislativa nessa expressão dos ideais e sentimentos da nossa gente. Quando falamos de vontade política, não podemos nos esquecer dos movimentos sociais. Quando falamos de vontade política, não podemos nos esquecer do gesto, da voz dos cidadãos de todas as Gerais que querem vez, nas planícies, nos planaltos e nos vales. Reafirmamos, pois, a certeza de que Minas Gerais, que comparece com o terceiro maior número de municípios inscritos no programa SELO UNICEF – 2006, responderá, com este Comitê Gestor e a mobilização política, institucional e comunitária, às melhores expectativas que animam o Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido. Assim, poderemos entoar, unidos, aquela música de Fábio Atanásio, Brasília Pinto e José Manoel, cantada por meninos e meninas no lançamento do Pacto Nacional em abril de 2005: “Vamos unir nossas forças / Cantando bem alto pra o mundo ouvir / Semiárido é a estrela no céu que vai reluzir. / Temos que sonhar e fazer acontecer / Como um rio correndo pro mar / Pois é certo que vamos vencer.”

Finalizando, a todos aqui presentes, lembro as expressões do poeta Thiago de Mello em “Madrugada Camponesa”, as quais adoto quase como

mantra: “Faz escuro mas eu canto / porque a manhã vai chegar”. Madruga-  
da de esperança. Eu acredito nessa madrugada de esperança. Eu acredito  
na alvorada de uma civilização solidária. Eu acredito! Acredito hoje, ama-  
nhã e sempre na vocação mineira para os planos de altitude montanhosa!  
Transportando-me para o território do Vale, vou debulhando palavras soltas  
na versão livre da linguagem do Jequitinhonha, de minhas origens, para can-  
tar a arte e as artesanias: Espalha a pilha de palha / entenece, tece e trança,  
/ e já, o cesto agasalha / o que não morre – a esperança... Muito Obrigada!<sup>18</sup>

---

18 Discurso proferido na solenidade de Posse do Comitê Gestor para a Criança e o Adolescente do Semiárido Mineiro, realizada na sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes SEDESE, em Belo Horizonte (MG). Presentes: Dr. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos/SEDESE; Dr. Luiz Guilherme Gomes, Representante do UNICEF em Minas Gerais; Eliana Benício Siqueira, Superintendente da Criança e do Adolescente/SEDESE; Maria Helena Almeida, Secretária Executiva do Comitê do Semiárido; autoridades; parlamentares; representantes de órgãos e entidades do estado, de entidades associativas dos municípios, de conselhos, das diretorias regionais da SEDESE e do Escritório de Direitos Humanos; servidores da SEDESE. Novembro/2006.

## QUINZE ANOS DO PROJETO CURUMIM

**M**inha palavra inicial é dirigida ao Dr. João Pinto Ribeiro – ex-Secretário de Esporte, Lazer e Turismo, ex-Secretário da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social da Criança e do Adolescente – Setascad, ex-Deputado Estadual, político e empreendedor bem-sucedido e grande idealizador do Projeto Curumim e, com muito mérito, homenageado nesta solenidade comemorativa dos quinze anos. Quero agradecer-lhe o seu depoimento, tão generoso como seu coração, aplaudindo, já neste momento inaugural, sua iniciativa, que vingou e dá hoje frutos generosos.

Ao ler a programação dos “15 anos do Curumim”, vi anunciados números de dança, música e teatro, manifestações bem legítimas da arte infantil e adolescente. Imaginei, também, que eu poderia entrar na pauta, com um número que pudesse ter alguma identidade com o público alvo desta festa. Pensei em declamar “Ismália”, ou “A Fonte e a Flor”, ou “O Velho Professor”... Mas, ao final, decidi que aqui eu traria uma pequena história para as meninas e os meninos que aqui vieram, que desfilaram representando os vinte e quatro núcleos do Programa, e que aqui dançaram, cantaram e falaram.

É a história de um menino chamado João. Não era o Joãozinho da floresta... Ele morava numa pequena cidade próxima a Belo Horizonte, e sonhava com novos mundos. Queria crescer e viver uma vida melhor. Sabia que não era o “dono da bola”. Um dia, com sua mãe e seus irmãos também pequenos, saiu da cidadezinha onde nasceu e chegou à capital, onde viviam alguns parentes seus. Arregalou os olhos ao ver tanta gente passando pelas ruas, tantos automóveis, filas intermináveis de carros, buzinas atordoadas e tantas outras coisas que ele nunca tinha visto. João precisava trabalhar para ajudar a sua família. O primeiro emprego que conseguiu foi de trocador de ônibus, que hoje tem o nome bonito de agente de bordo, não é verdade? Depois, fez um concurso e foi ser guarda-civil, uma espécie de vigilante da cidade, como o guarda-municipal de hoje. Sua família era pobre. Ele viu que, para melhorar de vida e poder apoiar sua mãe e os seus irmãozinhos, precisaria estudar. Pelo menos para tirar sua carteira de identidade. E seu coração sempre lhe falava assim: “Você precisa ajudar não apenas a sua

família. Você precisa ajudar aquelas crianças que são tão pobres como você foi!”. Então João virou político famoso, vencedor de muitas eleições. Empreendedor de sucesso.

Para ajudar as crianças que foram um dia como ele, e já como “trocador de esperanças”, João imaginou muitas iniciativas boas. Há quinze anos, quando ele era Secretário de Estado de Turismo, Lazer e Esportes, criou, com espírito de solidariedade e de equipe, uma ideia muito bonita, que levou o nome de “Curumim”. Um projeto que ganhou concepção e fundamentação do grande pedagogo Dr. Antônio Carlos da Costa. Curumim, na língua dos índios, vocês já sabem, é menino, é menina, “com direito de ser criança”. O direito de ser criança tornou-se o lema do Curumim, desde que ele nasceu...

Hoje vocês prestam, muito justamente, homenagem àquele menino João, o trocador de esperanças que um dia foi uma criança simples e boa como vocês são. A SEDESE une-se a vocês para esse gesto de agradecimento ao João pelo bem que ele fez. A gratidão é, sem dúvida, o sentimento mais bonito que existe no coração das pessoas.

Caro Dr. João Pinto Ribeiro, todos nós da SEDESE somos tributários de sua boa ideia, de seu bom coração. Somos-lhe gratos, estimado amigo. Talvez o segredo do sucesso do Curumim seja o fato de ele ter nascido sob o signo da mesma gratidão que o senhor cultivou pelos que lhe fizeram bem quando menino e adolescente, desde a sua Belo Vale natal. Quero trazer o abraço fraterno do Governador Aécio Neves, que só tem palmas para este momento.

O Programa Curumim teve início há quinze anos e logo recebeu o reconhecimento do UNICEF, em 1993, sob as bênçãos de Dr. Antônio Carlos, um entusiasta do programa. Pela excelência do Projeto em sua continuidade no tempo, assinalo aqui os meus cumprimentos aos secretários que me antecederam, e à equipe atual, sob a coordenação do Subsecretário Rogério Romero. Quero nominar os coordenadores Eliane Carvalho, Sérgio Pires, Giovana Guerra Lages, Regina Ziviane, assim como a Diretora do programa Curumim, Rosana Monteiro Henriques Ferreira. Dirijo os cumprimentos também aos demais diretores e servidores. Nenhum é mais forte do que todos juntos.

É claro que esse reconhecimento do Estado se estende aos movimentos sociais e às comunidades participantes desse Programa, que constituem sua razão de ser, e cuja mobilização tem sido causa eficiente do êxito social e educacional que o Curumim vem alcançando no decorrer dos anos. Alcança, também, os parceiros da sociedade civil, as empresas e os muitos voluntários que tanto têm contribuído para viabilizar humana e material-

mente as atividades do Curumim. O diploma “Amigos do Curumim”, conferido aos parceiros, pretende materializar o reconhecimento do Governo do Estado à atuação solidária de cada um e pretende registrar que, sobretudo, acredita na responsabilidade social como via de inclusão da cidadania.

A presidente do SERVAS, estimada amiga Andréa Neves, quando fala de programas solidários como o Curumim, afirma que a construção que os sustenta não é feita de concreto, mas sim de dedicação e afeto. Especialmente aqui, podemos dizer que os pilares desta construção são as dedicadas diretoras, as equipes e as famílias solidárias.

Queridos meninos e meninas, caros funcionários e servidores, atuais e antigos dirigentes, coordenadores, parceiros e colaboradores do Curumim, este Programa simboliza o Brasil de uma nova fronteira, que é a da inclusão social, com a inserção e autonomia crescente de uma população que esteve, durante séculos de nossa formação histórica, condenada ao limbo de um sistema social excludente. O Curumim é “prova” de que podemos construir a sociedade solidária de nossos sonhos – uma necessidade imperiosa deste Brasil em ebulição. Ele, que representa uma parceria tão bem-sucedida entre governo e sociedade civil, com apoio decidido de tantas empresas, entidades e cidadãos anônimos, mostra que Minas, mais que montanhas, tem caminhos. O Brasil inteiro deve se transformar em um grande “pensamento curumim”, abrindo os braços para a emancipação, a autonomia, o pleno exercício da cidadania para os imensos contingentes humanos que ficaram à margem de um desenvolvimento concentrador e excludente, como se deu secularmente neste País.

Aqui quero repetir a mensagem de um grande poeta e compositor que lembrei no último festival de danças do Curumim. Aos meninos e às meninas do Curumim, quero dizer, com as palavras de Vinícius de Moraes: vocês dançam tão bonito quanto as borboletas; como aquelas borboletas brancas que são alegres e francas; as borboletas azuis, que gostam muito de luz; as amarelinhas, que são tão bonitinhas! E as pretas, então, que são sensação! É uma dança morena, é uma dança mulata. Pode ser preta, branca ou lourinha, ou como a lua cor de prata<sup>19</sup>

E, de fato, que vocês, meninos e meninas do Curumim, descubram cada vez mais, na dança e em todas as atividades que vocês realizam sob a grande tenda do Curumim, a felicidade e a alegria que vocês merecem, estudando sempre, aprendendo coisas novas na escola, na família e na vida. Quero também aprender a alegria de vocês para poder cantar aquilo que ensina a música do Rubinho do Vale: “Eu pego tinta e papel, / pincel, pano e palito, / e vou pintar e bordar / pra esse mundo ficar bonito!”<sup>20</sup>

19 Paráfrase dos versos do poema “Rosário” de Vinícius de Moraes.

20 Versos da “Canção das brincadeiras”, de Rubinho do Vale.

O Sol existe para iluminar a escuridão e abençoar a vida! O Sol é de vocês. Banhem-se nos raios deste Sol que o Curumim insiste em levar para suas vidas! Que o Curumim siga sempre para a frente e para o alto, deixando marcas de amor e raios de Sol para os outros que virão! De novo, a vocês meus sinceros parabéns! Muito Obrigada!<sup>21</sup>

---

21 Discurso proferido no evento de comemoração dos quinze anos do Projeto Curumim, realizado no Centro Público de Promoção do Trabalho (CPPT), Belo Horizonte – MG; em outubro/2006. Presentes: João Pinto Ribeiro (homenageado), ex-Secretário de Esporte, Lazer e Turismo, ex-Secretário da Setascad, idealizador do Projeto Curumim e sua esposa, Lizete Ribeiro; Rogério Aoki Romero, Subsecretário de Esportes SEDESE; Maestro Djanir Fabrino da Silva, regente do Curumim Vila Pérola; Maestro Robson Lopes, regente do Coral do Curumim Salesiano; Ademir Lucas, Deputado eleito; Vitor Penido, Deputado eleito, ex-Secretário Adjunto da SEDESE; Hélio Magalhães, parceiro do Programa Curumim, representando os colaboradores privados; Toninho Almeida, ex-atleta, ex-monitor de esportes do Curumim, ex-Superintendente da SEDESE; José Rodrigues, Diretor da OEME; Heleno Abreu, ex-Subsecretário de Esportes; Alexandre Massura, Superintendente de Esportes da SEDESE; Rosana Monteiro Henriques, Diretora do Programa Esportes para Criança e Adolescente; Maria Paula Ribeiro, Coordenadora do Núcleo do Curumim Cidade Industrial; Vânia Anatólio Lima, Administradora do Núcleo do Curumim Capitão Eduardo; Darlan do Nascimento, ex-educando do programa Vila Pérola, atualmente monitor de esportes; Maria da Conceição Monteiro, 1ª Superintendente do Programa; Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo e colaborador na concepção do Projeto; Daniela Patrícia Diniz, Curumim Vila Pérola; ex-atletas, participantes, familiares das crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto. Outubro/2006.

## FESTIVAL DE DANÇA DO CURUMIM

**E**ste II Festival de dança do Curumim – que começou na unidade do Morro Alto, no dia 30 de outubro, prosseguiu na unidade do Aiuruoca, passou pelo Curumim Salesiano, esteve, no dia 7, no Jatobá IV e hoje se encerra aqui no Parque São João – faz parte de uma ação pública das mais bem-sucedidas, no conjunto dos programas sociais desenvolvidos pela SEDESE, por meio da Subsecretaria de Esportes.

No bojo do Programa Curumim, implantado há quinze anos e, desde logo, reconhecido pela UNICEF, em razão de sua avançada concepção, a SEDESE vem desenvolvendo atividades públicas compartilhadas com entidades sociais e com o segmento empresarial, voltadas para a estruturação de uma cidadania empoderada, a partir do incentivo à autonomia das crianças e dos adolescentes. A despeito da simplicidade de que se revestem, podem ser consideradas mais eficazes do que quaisquer outras mais sofisticadas e de custo elevado.

Pela excelência do programa na sua continuidade no tempo, renovo aqui os meus cumprimentos aos seus idealizadores, o ex-Secretário de Estado, João Pinto Ribeiro, e ao Dr. Antônio Carlos Gomes da Costa; e aos atuais gestores, o Subsecretário Rogério Romero, os coordenadores de Esportes, Eliane Carvalho e Sérgio Pires, e a Diretora do Curumim, Rosana Monteiro Ferreira.

Esse reconhecimento do Estado se estende aos movimentos sociais, às comunidades e às famílias participantes desse Programa, que constituem sua razão de ser, e cuja mobilização tem sido causa eficiente do êxito social e educacional que o Curumim vem alcançando no decorrer dos anos, assim como aos parceiros da sociedade civil e do setor empresarial que tanto têm contribuído para viabilizar, humana e materialmente, as atividades do Curumim, sob o lema da responsabilidade social.

Este Programa simboliza, também, o Brasil de uma nova fronteira, que é a da inclusão social, com a inserção e a autonomia crescente de uma população que esteve – durante os séculos de nossa formação histórica – condenada ao limbo de um sistema social excludente.

Sabemos que esse modelo está hoje falido, política, moral e socialmente, devendo abrir passagem e ceder lugar à construção de uma sociedade mais integrada, mais justa, mais humana. Esta vontade política imanta, sustenta e orienta as políticas públicas do Governo do Estado, que coloca Minas Gerais de frente para esse futuro, que busca edificar uma pátria-cidadã.

Por fim, dirijo a minha palavra aos meninos e às meninas do Curumim. Para vocês só tenho olhar – de encantamento! Quero lhes dizer, como Vinícius de Moraes, que vocês dançam tão bonito quanto as borboletas, como aquelas borboletas brancas que são alegres e francas; as borboletas azuis, que gostam muito de luz; as amarelinhas, que são tão bonitinhas! E as pretas, então, que sensação!<sup>22</sup> E que, como a poeta Priscila Coleho, “É uma dança morena / é uma dança mulata / pode ser preta, branca ou lourinha / ou como a lua cor de prata!”<sup>23</sup>

Que Vocês, meninos e meninas do Curumim, descubram, cada vez mais, com a dança e com todas as atividades que aqui se realizam, a felicidade e a alegria que vocês merecem; estudando sempre, aprendendo coisas novas na escola, na família e no Curumim. Aprendendo aquilo que ensina a música do Rubinho do Vale: “Eu pego tinta e papel, / pincel, pano e palito, / Vou pintar e bordar / Pra esse mundo ficar bonito!”<sup>24</sup>

O Sol existe para iluminar a escuridão e abençoar a vida! Vocês iluminam a minha vida. Parabéns! Muito Obrigada!<sup>25</sup>

22 Paráfrase do poema “As borboletas” de Vinicius de Moraes.

23 Vinícius de Moraes ou Priscila Coleho?

24 Versos da “Canção das brincadeiras”, de Rubinho do Vale.

25 Pronunciamento proferido no encerramento do II FESTIDANÇA - Festival de Dança do Curumim, realizado no Parque São João - Contagem/MG: em novembro/2006. Presentes: Rosana Monteiro, Diretora-Geral do Programa Curumim (Anfitriã); Maria Glória Resende, Diretora do Núcleo Parque São João; Maria Geralda Lessa, Diretora do Curumim Água Branca; Ana Paula Camargos, Diretora do Curumim Cidade Industrial; Marcelo Ferreira, Coordenador de Esportes do Curumim Vila da Paz; Jornalista Joana Friche, Assessora de Comunicação da SEDESE; Sérgio Pires e Eliane Rodrigues, Coordenadores de Esportes da SEDESE; crianças e monitores dos diversos Curumins (entre eles os jurados: Bruna Silva do Nascimento, Curumim Vila da Paz; Camila Caetano, Curumim Cidade Industrial, e David Júnior, do Parque São João) além de pais, familiares e amigos das crianças dos Curumins. Novembro/2006



## ABERTURA DAS OLIMPÍADAS ESCOLARES

**B**em-vindos sejam a Minas Gerais os atletas mirins, professores, dirigentes e participantes das Olimpíadas Escolares de 2006, na segunda edição da nova era dos antigos Jogos Estudantis Brasileiros – JEBs – uma feliz iniciativa do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), em parceria com o Ministério do Esporte, com a adesão, em nosso estado, da Secretaria do Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE. Minas Gerais sente orgulho em sediar, na bela e acolhedora cidade de Poços de Caldas, a segunda etapa do JEBs dedicada aos estudantes de doze a catorze anos, depois da primeira realizada em Brasília, em outubro passado, congregando estudantes de quinze a dezessete anos. Hoje, Poços de Caldas torna-se a “capital do esporte escolar do país”. Serão dez dias de bola rolando, de saques, de arremessos, de *yppons*, de xeques, de braçadas, de saltos, em espetáculo das diversas modalidades esportivas que promovem a integração de estudantes de todo o Brasil.

Como vocês sabem, caros estudantes, os jogos olímpicos foram criados, tanto na Grécia Antiga como na Era Moderna, sob o signo da paz e da fraternidade entre os seres humanos. Que esse pensamento e esse sentimento de amizade e de solidariedade sejam a grande motivação e conquista nas competições de que vocês irão participar nos próximos dias. Para chegarem ao espaço olímpico do JEBs, vocês participaram, antes, das etapas seletivas municipais e estaduais. Realizaram, portanto, um esforço de superação na prática do esporte da predileção e da aptidão de cada um. É preciso saber que o mais importante não é vencer ou derrotar o outro: mais importante é vencer e superar cada um a si mesmo, ser melhor em si, porque é desse crescimento individual ou em equipe que a comunidade precisa para que o resultado do esforço de cada um possa ajudar a construir uma sociedade melhor para todos.

A inclusão social a partir do esporte, sendo um dos objetivos dos JEBs, representa, também, a oportunidade de identificar e descobrir novos talentos nas diversas modalidades esportivas. Melhor ainda: o engajamento

das escolas nas olimpíadas torna as instituições de ensino uma autêntica base para a iniciação esportiva no País. "Uma mente sadia num corpo saudável." Que este antigo lema seja, cada vez mais, guia e norte das novas gerações de brasileiros, como constitui princípio e meta das Olimpíadas Escolares que hoje Poços de Caldas tem a felicidade de acolher! Boa Sorte a todos!<sup>26</sup>

---

26 Mensagem – Abertura das Olimpíadas Escolares – Jogos Estudantis Brasileiros de 2006, etapa 12 a 14 anos, realizada no Ginásio Poliesportivo Dr. Arthur de Mendonça Chaves, Vila Olímpica – Poços de Caldas (MG). Novembro/2006.

## INAUGURAÇÃO DO CENTRO SOLIDÁRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE FELIXLÂNDIA

Neste ato de inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil de Felixlândia, que representa uma iniciativa pioneira do Serviço Voluntário de Assistência Social – o SERVAS, presidido pelo dinamismo e grande visão política e administrativa da tão estimada Jornalista Andréa Neves da Cunha, gostaria de manifestar a grande honra de compartilhar, como Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes, este momento.

Foi com meu antecessor, eleito Deputado Federal por Minas Gerais, Dr. Marcos Montes, que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE foi convocada para participar dessa iniciativa, por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos, dirigida por Dr. João Batista de Oliveira, juntamente com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança. Em agosto de 2005, o Centro que hoje se abre à comunidade de Felixlândia – o prefeito Humberto Alves Campos, artífice e testemunha dessa construção solidária de esperança guarda na mente esse fato – tinha seus recursos liberados pelo SERVAS, no âmbito de convênio com a SEDESE e a Prefeitura Municipal. Hoje, o estabelecimento público é inaugurado, tornando-se verdadeiro ícone da materialização de uma nova concepção de garantia de direitos da criança.

Cativeira do “canto chão” dessas Gerais, aqui em território do COMLAGO – Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias – a cena pública na qual ora contraceno me evoca fortes sentimentos que me induzem a interpretar a iniciativa dos Centros Solidários – com seus três grandes nortes ou diretrizes de ação –, e este evento em especial, pela pauta do pensamento criador de João Guimarães Rosa, quando esse mineiro genial, um “Ser-tão” universal, confidenciou: “Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data. O senhor mesmo sabe.”<sup>27</sup>

Pois bem, a gente é capaz de vivenciar hoje horas antigas mesmo que não as tenha vivenciado ontem. Porque aqui – nessa confluência dos municípios irmãos do Lago – outro gênio criador, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira – começou a desenhar o sonho visionário de um Brasil maior e melhor, com a construção da Barragem de Três Marias, para engenho e usina do desenvolvimento nacional.

---

27 Trecho do livro Grande Sertão: Veredas

E é aqui seguramente, que um sonho que precisamos embalar com coragem e determinação em todo o Brasil – de maior justiça social, de maior igualdade nas oportunidades – está alçando voo. Nesse território social, assim como no resto das Minas Gerais, a liderança jovem do governador Aécio Neves embala sonhos há muito sonhados e os concretiza. E, sobretudo, mostra que os sonhos não têm fronteiras. E o sonho mineiro, síntese do sentimento brasileiro, alerta porque Minas aponta caminhos para além das montanhas. Assim, pois, as “horas de ontem” estão bem próximas e agora convergindo para as “horas de hoje” em Minas Gerais. Minas é o Centro da atenção do Brasil.

Os Centros Solidários, com seus vetores de combate à fome, à miséria e ao desperdício; apoio a entidades e municípios; e geração de renda, certamente haverá de ser referência e alternativa para o Brasil. Aqui se cumpre com ação maiúscula o principal mandamento do Estatuto da Criança e do Adolescente – a garantia da cidadania e dignidade da infância. Um projeto diferenciado que acolhe a verdadeira identidade da criança: que é gesto, movimento, criatividade, imaginação e sujeito de sua vida e da vida que a espera. Esse programa beneficia mais de seiscentas crianças de zero a seis anos nos municípios de Felixlândia, São João dele Rei, Jequitinhonha e Pedro Leopoldo, unidades pioneiras dos vinte centros previstos, captando recursos do Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA) para garantia de direitos das crianças, presente e futuro da temporalidade humana. O projeto Centro Solidário é a arquitetura da ponte para a verdadeira autonomia cidadã.

Não posso deixar de registrar o relevante trabalho desenvolvido pelo SERVAS, hoje sob a coordenação de Andréa Neves, mulher de sensibilidade, que se tem revelado um dos pilares da grandiosa obra do Governo Aécio Neves, em trabalho silencioso, discreto seguro e de inteira cumplicidade com Minas. A ela, com certeza, pode-se atribuir significativa parcela da dimensão humana das ações sociais do Estado. Sua trajetória tem sido fiel ao seu perfil. Mas também estamos certos de que o programa e as ações que aqui trazem resultados concretos fazem parte de uma colheita de uma semeadura coletiva orientada pelos valores de solidariedade. Certamente, os que aqui se encontram, parceiros, atores sociais, fazem parte dessa cadeia do bem. E, ainda, queremos ressaltar os parceiros da iniciativa privada e da sociedade civil que coparticipam desse programa. A eles nosso reconhecimento especial.

Vivemos um momento histórico em que o interesse público deixa de pertencer com exclusividade ao Estado para ser compartilhado com os mais diferentes setores da sociedade, fato que se manifesta, de forma evidente, no fortalecimento e na expansão das ações sociais nos dias de hoje. E este momento coincide com o da assinatura do Termo de Cooperação que aqui celebram o Estado de Minas Gerais, por meio da SEDESE e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias – COMLAGO. Contamos, neste ato, com

as presenças do presidente e do vice-presidente do CEDCA, os estimados Dr. James Andris Pinheiro e Dr. João Batista de Oliveira, respectivamente e dos prefeitos consorciados. Este convênio também faz parte desse compartilhamento de responsabilidades, de deveres e de direitos entre o estado, os municípios e os atores sociais, na prática dessa administração moderna e transformadora do Governo Aécio Neves, que descentraliza e delega as ações em que os interesses públicos e coletivos estão presentes, acompanhado os resultados.

Representa uma imensa honra para mim, participar da equipe do atual Governo. E estou certa de que a nova gestão aprofundará suas ações no próximo quadriênio, o que, certamente, levará seu comandante a postos mais altos no Estado Democrático e Republicano que está sendo construído pela sociedade brasileira. E sigamos sempre, como dizem os espanhóis, *arriba y adelante!* – para o alto e para a frente! – pois assim nos convoca a geografia montanhosa, como a dizer: “Nem tudo é baixo na terra; também há alturas que o homem pode escalar.” É a lição de Mandela, o negro africano Nelson, que parece possuir, por seus ancestrais, raízes mineiras quando ensina: “Após escalarmos uma alta colina, tudo o que descobrimos é que há muitas outras colinas por escalar.”

Superados os desafios do primeiro mandato, o Governador acaba de conquistar o direito de continuar empenhando sua juventude em prol de Minas por mais quatro anos. Certamente desse plano haverá de se desafiar pelo Brasil. Para mudar esse mundo em que vivemos – numa sociedade como a brasileira, que traz à tona, com seu cortejo de injustiças seculares, uma dívida social sem conta – a esperança é necessária, e mais que esperança, a ousadia e a coragem de concretizá-la. É com a ousadia e a coragem que Minas está mudando. E neste tempo em que a indignação e o desalento cobrem a nação brasileira, em Minas há sempre uma resga intocada de esperança. Se no Brasil, faz escuro, Minas alvorece. A todos os presentes as expressões do poeta Thiago de Mello em “Madrugada Camponesa”: “Faz escuro mas eu canto / porque a manhã vai chegar. Madrugada de esperança. Eu acredito nessa madrugada de esperança. Eu acredito na alvorada de uma civilização solidária, para o Brasil, especialmente construída a partir de Minas e das crianças que a sensibilidade mineira acolhe e cuida como o ser de hoje e ser de amanhã.

Para terminar, vou debulhando palavras soltas na versão livre da linguagem do Jequitinhonha, de minhas origens, para cantar a arte e as artesanias, a melhor metáfora da trama mineira: Espalha a pilha de palha / enternece, tece e trança, / e já, o cesto agasalha / o que não morre – a esperança... Muito Obrigada!<sup>28</sup>

28 Discurso proferido na solenidade de inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil de Felixlândia (MG). Outubro de 2006.



## INAUGURAÇÃO DO CENTRO SOLIDÁRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE JEQUITINHONHA

É para mim motivo de grande honra e incontida alegria compartilhar este momento tão especial em que se inaugura o Centro Solidário de Educação Infantil de Jequitinhonha, fruto de um mutirão de vontades que une o Serviço Voluntário de Assistência Social – SERVAS, presidido pela estimada e dinâmica Jornalista Andréa Neves da Cunha; o Governo do Estado de Minas Gerais, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes, que tenho a satisfação de dirigir; a Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, sob o comando do caro Prefeito Roberto de Alcântara Botelho; e os bravos parceiros da iniciativa privada e da sociedade civil, que se associam generosamente nesse esforço construtivo. Destaco, também, a participação da Subsecretaria de Direitos Humanos, dirigida por Dr. João Batista de Oliveira, e o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidido pelo caro James Andris Pinheiro.

A honra se projeta ainda maior pela responsabilidade de integrar, nesse momento histórico da Administração Pública de Minas, a equipe do Governador Aécio Neves. E estamos certos de que o novo Governo aprofundará as ações e consolidará, no próximo quadriênio, uma nova e transformadora etapa do desenvolvimento social, econômico e político de Minas, o que levará seu comandante a postos mais altos no Estado Democrático e Republicano que está sendo concebido pela sociedade brasileira, especialmente, a partir de Minas Gerais.

Outros elevados sentimentos me dominam, ao pisar em solo tão querido, no Vale em que também nasci, lá nas terras altas e também históricas do meu Serro natal, cidade-mãe e irmã de todas as comunidades do Jequitinhonha.

Nesta cidade de Jequitinhonha, que completa, este ano, 195 anos de história, iniciada com a fundação de São Miguel, em 1811, quero declarar que não há, neste mundo de Deus, maior e melhor patrimônio natural que o próprio ser humano, que tem na criança a sua melhor expressão de vida. E o objetivo de promoção humana – desde a primeira idade – é o verdadeiro compromisso dos Centros Solidários de Educação Infantil, que estão pal-

milhando o chão de Minas Gerais e aqui chegam como o melhor presente de aniversário para esta terra bicentenária e para a gente recém-chegada neste Brasil de tantos tropeços, aqui neste chão do Vale.

Podemos afirmar que este programa pioneiro do SERVAS, de Centros Solidários de Educação Infantil, fará escola no Brasil e será referência nacional no campo do desenvolvimento social e no atendimento à primeira infância. E marcará, tenho certeza, a história do Vale de muita gente que contracenará nos espaços da República, da intelectualidade, da ciência, da arte. Esteja certa, senhora mãe Edileia Silva, que seu filho será majestade. Às crianças, quero dizer que este educandário será o seu castelo, e seus sonhos o desafio de todos, Governo, comunidade, empresas, docentes... Este modelo de estabelecimento público, que aqui se inaugura, está se tornando verdadeiro ícone da materialização de uma nova concepção de garantia de direitos da criança pela radicalização no cuidado, que desafiará novas metodologias de abordagem da criança.

O Governo do Estado deposita sua confiança na Senhora Secretária de Educação Iracilda Dias no sentido de fazer deste Centro, mais que uma extraordinária estrutura física, o modelo de projeto pedagógico educacional para inclusão, referência da região. E aqui, neste chão, ocorreu-me lembrar que se a “mata escura” da natureza generosa merece ser preservada, como importante e rara reserva de pau-brasil, a saga da comunidade de Mumbuca – desde que acolheu aquele negro valente chamado José Cláudio, há 140 anos, deve ser um patrimônio humano inviolável. E cuidar do patrimônio humano do Jequitinhonha é sobretudo proteger as crianças, a esperança de todas as idades da gente do Vale. Este é o sonho que precisamos embalar com coragem e determinação em todo o Brasil – de cuidado com o patrimônio humano; de maior justiça social; de maior igualdade nas oportunidades. O Governo do Estado está presente nesta luta em prol da defesa do capital humano das Gerais, em prol da mudança do quadro social pelo investimento na cidadania.

Para mudar este mundo em que vivemos – numa sociedade como a brasileira, que traz à tona, com seu cortejo de injustiças seculares, uma dívida social sem conta – esperança é necessária, e mais que esperança, a coragem e a ousadia de concretizá-la. Nesse território social, a liderança jovem e corajosa do governador Aécio Neves embala sonhos há muito sonhados e os concretiza. E mostra, sobretudo, que os sonhos não têm fronteiras. E o sonho mineiro, síntese do sentimento brasileiro alenta, porque Minas aponta caminhos para além das montanhas. Assim, pois, as “horas de ontem” – que assinalaram o tempo precursor de nossa história junto às águas lustrais do Jequitinhonha – estão bem próximas e agora convergindo para as “horas de hoje” em Minas Gerais. Minas é o centro da atenção do Brasil.



Não posso deixar de ressaltar o grande feito do SERVAS, hoje sob a coordenação de Andréa Neves, mulher de sensibilidade, que se tem revelado um dos pilares da grandiosa obra do Governo Aécio Neves, em trabalho silencioso, discreto, seguro e de inteira cumplicidade com Minas. A ela, com certeza, pode-se atribuir significativa responsabilidade pela dimensão humana das ações sociais do Estado. Estamos certos, também, de que os programas e ações que aqui trazem resultados concretos fazem parte de uma colheita, de uma sementeira coletiva orientada pelos valores da solidariedade.

Certamente os que aqui se encontram, parceiros, atores sociais, autoridades constituídas, fazem parte dessa cadeia do bem. Ao prefeito, artífice e testemunha dessa construção solidária de esperança, os aplausos do Governo do Estado. Aos parceiros desse programa, nosso reconhecimento especial, por integrarem o processo de construção da cidadania no Vale.

É com a ousadia e a coragem do Governo do Estado, dos Municípios, das empresas e das entidades que Minas está mudando. Em horas em que a indignação e o desalento tanto afetam a nação brasileira, em Minas há sempre uma nesga intocada de esperança. Se no Brasil faz escuro, Minas alvorece. Como na singela expressão do poeta Thiago de Melo em “Madrugada Camponesa”, que gosto sempre de relembra: “Faz escuro mas eu canto / porque a manhã vai chegar.” Madrugada de esperança. Eu acredito nesta madrugada de esperança. Eu acredito na alvorada de uma civilização solidária para o Brasil, especialmente construída a partir de Minas e das crianças que a sensibilidade mineira acolhe e cuida como o seu hoje e o seu amanhã.

Para terminar, cativada do “canto chão” dessas Gerais, vou debulhando palavras soltas na versão livre da linguagem do Jequitinhonha de minhas origens, para cantar a arte e as artesanias, a melhor metáfora da trama mineira: Espalha a pilha de palha, enternece, tece e trança, e já, o cesto agasalha o que não morre – a esperança...” Muito Obrigada!<sup>29</sup>

---

29 Discurso proferido na solenidade de inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil de Jequitinhonha (MG). Presentes: Roberto de Alcântara Botelho, Prefeito Municipal de Jequitinhonha; Fábria Botelho, 1ª Dama do Município; Andréa Neves, Presidente do Servas; Jamis Andris, Presidente do CEDCA; Vereador Sandoval de Melo, Presidente da Câmara de Jequitinhonha; Nilo Barbuda Souto, Vice-Prefeito; Iracilda Dias da Silva, Secretária Municipal de Educação; Ediléia Silva, representante da população beneficiária do Centro Solidário; Sebastião Lobo, Diretor da Regional da SEDESE de Almenara; Prefeitos, Professores, Lideranças Políticas e Comunitárias; representantes dos parceiros: Nestlé Banco do Brasil, BDMG, Madeirense Móveis do Brasil, AMIDE, Dávila Arquitetura, Color Têxtil, Ematex, Franco Matos, Leme Engenharia, Persianas e Cortinas Criativa. Outubro/2006.



## INAUGURAÇÃO DO CENTRO SOLIDÁRIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PEDRO LEOPOLDO

Aqui, em Pedro Leopoldo, estamos pisando em solo que abriga a própria gênese de Minas Gerais, constituindo-se na terceira localidade fundada no estado pela saga dos bandeirantes. Há trezentos e trinta e três anos, por estas paragens chegava o desbravador Fernão Dias Paes Leme para criar o Arraial de São João do Sumidouro. E também nos encontramos em território sagrado da própria humanidade. É que a descoberta, em 1975, na Lapa Vermelha, do fóssil humano batizado como “Luzia” projeta este chão para o plano universal. Classificada por cientistas como a primeira mulher brasileira, com idade de aproximadamente doze mil anos, Luzia é tida como a mais antiga prova da presença humana nas Américas.

Esta terra tem ainda, uma dimensão espiritual tamanha que foi capaz de atrair a luz de Chico Xavier. Por isto, é impossível pisar este chão, sem reverenciá-lo, sem evocar essas passagens da história, bandeirante ou milenar, que matizam este cenário clivado por grutas, e tantos tesouros incalculáveis, na certeza de que, pelas trilhas desse lugar, se (re)caminha pelas veredas da aventura humana sobre a Terra e por trilhas espirituais indecifráveis.

Mas se, aqui, sempre reverenciamos o passado histórico de Pedro Leopoldo, neste ato inaugural do Centro Solidário de Educação Infantil, podemos afirmar que a implantação deste modelo pioneiro coloca o município de frente para o futuro. Fruto da iniciativa que une o Serviço Voluntário de Assistência Social – SERVAS, presidido pela estimada e dinâmica Andréa Neves da Cunha; o Governo do Estado de Minas Gerais, sob a reta e inovadora condução do Governador Aécio Neves e por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes, que tenho a honra de dirigir; a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, sob o comando do caro Prefeito Marcelo Gonçalves, reconhecida liderança pública que tantos amigos deixou na ALMG; os bravos parceiros da sociedade civil e os empreendedores, que fazem corrente neste mutirão do bem.

O projeto solidariedade chega vitorioso nestas plagas de Pedro Leopoldo. Os agradecimentos aos parceiros: BDMG; MAGNESITA; CEMIG; COPASA; Madeirense; AMIDE; D'Ávila Arquitetura; Leme Engenharia; FIDENS Engenharia; KMT Engenharia; UTRAMIG; Conselho Tutelar; Polícia Militar e APAE de Pedro Leopoldo. Graças a essa corrente do bem, este Centro abre janelas para o mundo, para toda uma geração que aqui será acolhida. Verdadeiramente acolhida em um quase castelo de sonhos e encantos que o engenho de corações benfazejos foi capaz de construir no presente.

Os Centros Solidários fazem parte da colheita de uma semente coletiva orientada pelos valores da solidariedade humana. E são, dialeticamente, fruto e semente. Semente de oportunidades; semente de cidadania, capaz de germinar o protagonismo juvenil dessa geração que agora quer aconchego, colo, afeto, sonho. Este estabelecimento público que aqui se inaugura, materializa uma nova concepção de garantia de direitos da criança. Abriga esse programa inovador do SERVAS que fará escola no Brasil e será referência nacional no campo do desenvolvimento social e do atendimento à primeira infância. Parabéns Servas, SEDESE, Parceiros e Pedro Leopoldo.

Testemunhando este espetáculo de solidariedade que o SERVAS tem trazido à cena pública de Minas em municípios estratégicos como São João del Rei, Felixlândia, Jequitinhonha, Pedro Leopoldo; devo dizer que esses momentos têm sido verdadeira dádiva e alento para mim que empenhei toda minha vida na crença de que é possível mudar o mundo para melhor também pelo mister público. E vejo, como em tempo algum, que se concretiza o vaticínio de um mestre querido que fez de Pedro Leopoldo o seu preferido laboratório de políticas públicas, Professor Paulo Neves de Carvalho, tantas vezes repetido para mim e para Antônio Augusto Anastasia, seus eternos discípulos: É preciso pelear. Pelejar sempre, na certeza de que o espírito público não pertence aos céticos. Nós que aprendemos com o Professor Paulo Neves, pelejamos. E podemos hoje testemunhar a convergência do espírito público em suas mais variadas vertentes, inspirando e alimentando a mais profunda mudança de Minas. O Professor não pelejou em vão!

Com programas estruturadores e ações eficazes no âmbito das diversas políticas públicas de desenvolvimento social, implementadas com coragem e determinação, sob o comando firme do Governador do Estado, com as mais amplas parcerias captadas pelo SERVAS, Minas Gerais aponta caminhos para além das montanhas. E mais: constrói caminhos para o Brasil. Nesse território social e em todas as Minas e Gerais, há um sentimento de esperança que coloca os mineiros de frente para o futuro, na certeza de que o Brasil lhes pertence.

Quem sabe mesmo é Milton Nascimento, o peregrino das notas mais entoadas da trajetória de Tancredo Neves na redemocratização do Brasil: "Maria, Maria" Mineiro! "Quem traz na pele esta marca possui a estranha mania de ter fé na vida" "É preciso ter sonho, sempre!"<sup>30</sup> Por isso, aqui estamos, pelejando, com fé nas Minas de hoje e de amanhã. Muito Obrigada!<sup>31</sup>

---

30 Versos da música "Maria, Maria", de Milton Nascimento.

31 Pronunciamento proferido na solenidade de inauguração do Centro Solidário de Educação Infantil de Pedro Leopoldo (MG). Presentes: Marcelo Jerônimo Gonçalves, Prefeito de Pedro Leopoldo; José Luciano Salomão Issa, Vice-Prefeito; Vereadora Helenice Salomão, representando o Presidente da Câmara, Osmar Costa; Denise Maria de Andrade Botelho, Chefe de Divisão de Ensino da Secretaria Municipal de Educação; João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos / SEDESE; James Andris Pinheiro, Presidente do CEDCA; Dr. Alexandre Branco, representante dos empreendedores; Maria Saete Gimenez, Secretária Executiva /CEDCA; Eliana Benício Siqueira, Superintendente da Criança e do Adolescente/SEDESE; Vicente Cruz, imprensa; Rosemar de Almeida, representante das mães. 2006.



“Artigo VI

Fica estabelecida,  
durante dez séculos,  
a prática sonhada pelo profeta Isaias,  
e o lobo e o cordeiro pastarão juntos  
e a comida de ambos terá o mesmo gosto de  
aurora.”

[Thiago de Mello, Estatutos do homem]





## A VIOLÊNCIA E A PROTEÇÃO À VÍTIMA

A todos acolho carinhosamente em nome do Governo do Estado, o que faço também como titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE, aqui compartilhando responsabilidades com o Subsecretário de Direitos Humanos, Dr. João Batista de Oliveira. Registro que me sinto sempre muito confortável quando partilho a mesa com ele, uma presença extremamente importante pela incontestável legitimidade. Ele que é para nós símbolo da luta, da militância e da ética. Sua participação na equipe de gestão explicita o pensamento e o cuidado do Governo do Estado no tocante aos Direitos Humanos.

Propugnando, no âmbito acadêmico, sob o paradigma do Estado Democrático, por meio de arranjos teóricos, pela efetividade dos Direitos Fundamentais e, na extensão, pela prática do Direito e dos direitos, encontro, na missão de que ora venho me desincumbindo: o desafio da aproximação “idealidade-realidade”; o desafio de conduzir políticas públicas sociais, de gerir ações que potencializem a dignidade da pessoa humana, de arrojar nos conluios do bem, na projeção de uma corrente de sinergia em favor da emancipação social. E buscamos essa sinergia por meio tanto da intersetorialidade governamental quanto de parcerias com a sociedade civil e com o próprio mercado, pois somos daquelas que acreditam que o humano e o capital podem superar o antagonismo. E o Estado há de buscar nessa relação para o proveito social.

Este evento retrata o esforço de intersetorialidade, de parceria, e pauta tema de extrema relevância para a sociedade: a violência e a proteção à vítima. Sabemos que a marca do crime para a vítima ou para a família é sempre sinal de dor e quase sempre potencializa a violência. É que a dor, quando é muito grande, sempre “arrasta o afeto”, como nos lembra a expressão forte de Pe. Vieira, no Sermão da Sexagésima. E vocês viram que todos aqueles que nos antecederam falam da dor.

A Dr.<sup>a</sup> Nilda fala enfaticamente da dor. Mais do que isso, ela traz o depoimento dolorido de quem conhece de perto a violência. Mas é, também, o Pe. Vieira que nos adverte: a dor faz gritar, mas se é excessiva, faz emudecer, assim como a luz que faz ver, mas se é excessiva cega<sup>32</sup>. Às vezes,

32 Paráfrase de trecho do Sermão do Mandato, de Padre Antônio Vieira (1608-1697)

precisamos da dor para construir e projetar ações, para conseguirmos sair do estado da inércia. O Grito é o espaço para que a vida não reste amordaçada, é válvula para aliviar a dor. Mas a dor muito profunda paralisa, silencia.

Fico feliz em participar da gestão do Governo Aécio Neves, à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social, em cuja estrutura enquadram-se várias institucionalidades, cada qual ciosa da responsabilidade com o projeto social e emancipatório de Estado e de Sociedade. Um projeto social de compartilhamento com diversos atores. Sempre digo que a vida vai nos levando, e, ao mesmo tempo, trazendo coisas extremamente generosas, como é a oportunidade de participar, como titular da SEDESE, de ações importantes, entre as quais a desenvolvida pelo Centro de Atendimento às Vítimas de Violência, tão bem dirigido pela Dr.<sup>a</sup> Vânia Valadão. Dr.<sup>a</sup> Vânia, bem sei, é pessoa competente, entusiasmada com o que faz. Gente que tem fé na sua obra – fé na vida, como diz Milton Nascimento – e fé na capacidade do bem de poder contribuir para elevação da pessoa humana.

Cumprimento a todos aqueles que participam dessa frente de defesa que, na verdade, não é uma estratégia singular, mas de muitas pessoas. Estratégia que se projeta por meio de arranjo federativo e institucional responsável, que concilia o Governo Federal, o Governo do Estado e administrações municipais. Meus aplausos tanto ao Governo Federal, quanto às equipes que se envolvem diretamente nesse trabalho e que fazem do Centro referência de outras práticas no campo das atividades de direito. Quero também cumprimentar o SOS Racismo, pela garra, pela coragem com que vem assumindo posições bastante claras em seara de Direitos Humanos, tão tensionada pelas radicalizações e conflitos.

Pois bem, o Núcleo acolhe vítimas de crimes violentos, presta apoio ao respectivo núcleo familiar. Mas nós temos a certeza, também, de que o ideal seria que o Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos pudesse ter a perspectiva de uma missão temporária, pela progressiva diminuição da violência, até a verdadeira perda do objeto de sua atenção. Num primeiro momento, a proposta deve ser no sentido de aumentar a estatística de atendimento, na linha de universalização da acolhida. É dizer que a cobertura deve ser cada vez mais completa, de modo que todos aqueles que se encontrem em processo de violência sejam atendidos. Mas devemos ter em mente o propósito de diminuir a própria necessidade de cobertura. Quem sabe, um dia, seja possível até eliminar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos. E então, a atenção preventiva será a tônica das ações, sobretudo para construção da cidadania digna. Sabemos que o Governo do Estado mantém todos os seus esforços para cumprir o seu papel por meio das diversas secretarias, buscando construir pilares para o estado de equilíbrio. Tem buscado construir, com criatividade, soluções.

Gostaria de relatar um experimento bastante relevante no âmbito do Estado de Minas Gerais, qual seja a parceria SEDESE/Defensoria Pública, iniciativa pioneira no modelo que apresenta, que é o Escritório de Direitos Humanos. Tem-se aí uma perspectiva de acessibilidade não só às ações perante a justiça, mas da acessibilidade a outros direitos. E, na mesma lógica, nós temos outro programa também em parceria com a Defensoria Pública que é o Balcão de Direitos, numa ação itinerante que tem trazido grande alento, fazendo com que os profissionais da instituição saiam do papel burocrático para arrojarem na construção de cidadania efetiva.

Eu, como gente de origem rural – nascida em fazenda, no Serro – quero aqui lembrar uma lição daquelas bandas: a gente de lá guardava fogo para o dia seguinte colocando tição com braseiro sob cinzas. O tição virava noite, e suas brasas, quase mortas, logo que retiradas das cinzas, poderiam ascender um palheiro em minutos, em sena de intensa combustão. Quero que vocês focalizem bem essa metáfora, que me é muito cara, para uma reflexão sobre os depoimentos que aqui me antecederam. Guardemos a isca, sabendo que, sob cinzas, ela continua viva, e cuidemos de alimentá-la em medida certa a combustão. É que o Presidente da ONG do SOS Racismo fala do estado de coisas que se construíram há cem anos. Ocorre que podemos afirmar ser tal construção muito mais remota. Ela se projetou, certamente, há mais de quinhentos anos.

Para retratar esse quadro engendrado há tanto tempo, volto à metáfora do fogão a lenha guardando tição com braseiro sob cinzas. No dia seguinte, aquele braseiro, sob amontoado de papel, de palhas ou molambos, ao primeiro sopro, entrava em combustão. E não tenham dúvida de que, se nós não formos cuidadosos nos estudos, mas sobretudo incisivos em ações responsáveis, teremos o grande risco da combustão descontrolada. Precisamos refletir sobre esse braseiro para que possamos efetivamente impedir que sobre ele se coloquem mais mazelas, que podem levar a um incêndio voraz. E então estará em risco a arquitetura da sociedade e do Estado que a duras penas construímos.<sup>33</sup>

33 Palestra proferida em Belo Horizonte.

Participantes: Dr.<sup>a</sup> Maria Nilda Turra Ferreira, representante do Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Dr. Paulo de Tarso Vannuchi; Dr. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos; Dr.<sup>a</sup> Emeli Vieira Salazar, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos; Dr. Leonardo Nemer Caldeira Brant, Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, do Centro Universitário da UMA; Dr. [Vânia Valadão, Coordenadora do NAVCV; Dr. Jorge Noronha, Coordenador do Disque Direitos Humanos; Nilza Dorotéia da Cunha, Diretora da Associação Comercial de Minas Gerais; Dr. Francisco Carlos Medeiros, Inspetor de Polícia do Departamento de Investigações; Dr. Vicente Ferreira Guilherme, Delegado de Homicídios; Dr.<sup>a</sup> Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada de Mulheres; José Antônio Carlos Pimenta, Presidente do SOS Racismo; Dr. Frederico de Almeida, Dr.<sup>a</sup> Débora Pestana, Dr. Tarciso Dal Maso e Dr. Geraldo Carvalho, palestrantes. 2006.



## ENCONTRO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS

**E**m nome do Governo do Estado, dou as boas-vindas aos visitantes, aos parceiros institucionais, aos técnicos e demais participantes deste Encontro de Trabalho do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos – NAVCV, incluídos os representantes das entidades da sociedade civil integradas à rede de proteção. Registro a grande satisfação de participar deste evento como titular da SEDESE, que tem como missão a condução das políticas públicas sociais do Estado, em cujo âmbito coloca-se a de Direitos Humanos, diretamente conduzida pelo Subsecretário Dr. João Batista de Oliveira, a quem saúdo pela extraordinária contribuição no desenvolvimento das ações e programas nesse campo, criando sinergia em torno da causa.

Propugnando, no âmbito acadêmico, sob o paradigma do Estado Democrático, pelo arranjos teóricos capazes de sustentar a efetividade dos Direitos Fundamentais e, na extensão, pela prática do Direito e dos direitos, encontro, na missão de que ora venho me desincumbindo, o desafio da aproximação “idealidade-realidade”, o desafio de gerir ações que garantam a dignidade da pessoa humana; de arrojarem nos conluíolos do bem em favor da projeção de uma corrente virtuosa pela emancipação social. Sabemos que a marca do crime, para a vítima ou para a família, é sempre sinal de dor e, quase sempre, potencializa a violência. É que “a dor, quando é muito grande, sempre arrasta o afeto”, como nos lembra Vieira no Sermão da Sexagésima. E é ele mesmo que adverte: “A dor faz gritar; mas se é excessiva, faz emudecer,” assim como a luz, que “faz ver, mas se é excessiva, cega”.

Pois bem, o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) acolhe vítimas e ou familiares dessas vítimas, no seu processo de dor, de quebra do afeto, de fragilidade em face da violência, oferecendo-lhes apoio social, psicológico e jurídico, e, paralelamente, promovendo o resgate da cidadania. Institucionalizado mediante parceria entre a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – SEDESE, o Núcleo reúne profissionais especializados e conta com uma estrutura adequada para o suporte das ações de proteção, desenvolvendo metodologia subsidiada por suplementos da criminologia, da inteligência, da psicologia, entre outras áreas de conhecimento. Poderíamos dizer: uma sofisticação, tendo em vista a necessidade de contraposição

ao crime organizado, à violência estruturada e, às vezes, sem fronteira, ou à radicalização do ódio e da vingança.

A Coordenação do Núcleo apresentará os elementos institucionais e compartilhará as dinâmicas da atuação do Núcleo, com ênfase nas interfaces e na transversalidade delas. Não há, contudo, do que se gabar. O ideal seria que o Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos pudesse ter a perspectiva de uma missão temporária, pela progressiva diminuição da violência, até a verdadeira perda do objeto de sua atenção – as próprias vítimas. Uma utopia! Diriam alguns. Se a espiral da violência não dá sinais de perda de força, o fortalecimento da estratégia do Núcleo é missão coletiva dos atores que arregimentam a alternativa, mas não se há de descurar investimento na política preventiva.

Nessa linha, a política pública social, em sua lata abrangência, deve contemplar a prevenção da criminalidade, sobretudo pela construção da cidadania, e sabemos que o Governo do Estado vem se empenhando no cumprimento de seu papel, por meio das diversas secretarias, no sentido de construir pilares de um estado de equilíbrio, e por meio da abertura às múltiplas parcerias com a sociedade civil e com a iniciativa privada. Assim, o NAVCV é apenas uma faceta da arquitetura da política de proteção, que é mais complexa e abrangente, com desafios que se agravam no contexto das mazelas urbanas e de *apartheid* social.

Meus agradecimentos a todos os que, para além da contribuição nesta agenda, participam do grande esforço de construir alternativas e de tecer, com dedicação e responsabilidade, uma verdadeira rede de proteção! Muito obrigada!<sup>34</sup>

---

34 Pronunciamento proferido no Encontro do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV – MG), realizado em Belo Horizonte. Presentes: Nilda Maria Turra Ferreira, Coordenadora Geral de Proteção à Testemunha da Secretaria Especial de Direitos Humanos, representando Dr. Paulo de Tarso Vannuch, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos da SEDESE; Emeli Vieira Salazar, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Vânia Valadão, Coordenadora do NAVCV; Professor Doutor Leonardo Nemer Caldeira Brant, Diretor da Faculdade de Ciências Humanas do Centro Universitário UMA; Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada de Mulheres; Vicente Ferreira Guilherme, Delegado de Homicídios; Francisco Carlos Medeiros, Inspetor de Polícia do Departamento de Investigações; Nilza Dorotéia da Cunha, Diretora da Associação Comercial de Minas Gerais; Jorge Noronha, Coordenador do Disque Denúncia; José Antônio Carlos Pimenta, Presidente do SOS Racismo. Maio/2006.

## 1º ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE CRIANÇAS ABRIGADAS

Quero trazer, em nome do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, os mais calorosos cumprimentos aos idealizadores, promotores e participantes deste 1º Encontro Internacional sobre Crianças Abrigadas. Minas Gerais acolhe com generosidade os convidados ilustres, do país e do exterior, que se aliam aos melhores quadros mineiros dedicados a estudos e ações voltados para a infância e a adolescência.

Não por acaso, ou por mera coincidência, penso, Minas Gerais sedia este Encontro. As montanhas mineiras foram berço e cenário de mudanças precursoras na sociedade brasileira. Aqui, como afirmou certa vez o saudoso presidente Tancredo Neves, Tiradentes, “um herói enlouquecido de esperança”, sonhou com a liberdade de nossa gente. Isto aconteceu no mesmo ano de 1789, em que caíram as muralhas da Bastilha em Paris, na célebre Revolução Francesa. Com o sacrifício de sua vida, Tiradentes legou-nos a semente do sentimento libertário. Relembro essa vertente de nossa história porque os direitos sociais exigem hoje, no Brasil, a tomada de decisões políticas ousadas, corajosas e, diria mesmo, exigem que seja erguida uma bandeira revolucionária para alcançar as mudanças que nos impõe o momento presente. Mas é preciso ter em conta que a história é processo, como tudo que acontece na natureza. Assim como a natureza não dá saltos, tampouco a política pode fazê-lo. Todas as tentativas de dar salto político mortal terminaram, como sabemos, num abismo sem fim de contradições, frustrações e retrocessos também históricos.

O Estado Democrático de Direito que, a duras penas, estamos consolidando no Brasil, após hiatos autoritários recorrentes, é uma conquista que não tem donos, ainda que, alguns, por jactância ou quiçá por ignorância, se apoderem dele como propriedade. Este foi um processo resultante de longa luta coletiva dos setores mais organizados e mais avançados da sociedade brasileira. Na mesma linha, podemos afirmar, em relação à política da criança e do adolescente, que penosa trajetória teve de ser percorrida para que pudéssemos chegar no estágio em que hoje nos encontramos. Após frustrada tentativa – na República, em 1902 – de edição de lei que assegurasse o “direito do menor”, a iniciativa de regulação da matéria só

vingou em 1927, com o Código do Menor, passando sucessivamente pela institucionalização da Assistência ao Menor, até a sua ampliação ao âmbito nacional. Os anos 60 são marcados pelos movimentos sociais e pela criação, em 1964, da Política Nacional do Bem-estar do Menor, segundo modelo de segregação que se prolifera por meio das FEBEMs (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor). Busca-se, então, a transição do modelo correccional repressivo para o assistencialista, sendo a política do menor posteriormente tomada por retrocesso, com a edição do Código de Menores (Lei 6.697/79), que assimila a doutrina da situação irregular.

A luta passa pelos movimentos sociais da década de 80 que culminaram com a Constituição de 1988 protagonizando a criança e o adolescente como cidadãos (art.227). Rompe-se com a concepção de correição, sustentando-se a de direitos humanos para a criança e o adolescente. E, por fim, o Estatuto da Criança [0 a 12] e do Adolescente [12 a 18] – ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13.07.1990, coloca-se como o marco mais expressivo da nova abordagem da criança e do adolescente no Brasil, adotando a doutrina de proteção integral. Lembremo-nos de que, há pouco mais de duas décadas, o processo brasileiro de redemocratização culminava na campanha histórica das “diretas já”. Também recorro a esse processo porque foi ele que, após vinte anos de silêncio autoritário, permitiu que se fizesse ouvir, cada vez mais eloquente, a voz dos excluídos, abrindo espaço às minorias discriminadas, aos segmentos historicamente humilhados e à política de garantia de direitos.

No quadro recente, quero destacar, no âmbito institucional, a participação notável do Ministério Público – que tem sido vigilante implacável dos direitos constitucionais. Quero realçar o papel do Poder Judiciário – o guardião do Direito e dos direitos – hoje, o grande aval da efetividade das políticas públicas sociais, concertadas no âmbito do Legislativo e da sociedade civil e geridas pelo Poder Executivo e parceiros. Mas, sem dúvida, a grande novidade das transformações político-sociais que vivemos em Minas e no Brasil consiste na abordagem do segmento da criança e do adolescente sob a perspectiva de proteção integral e na presença, cada vez mais emergente, da sociedade civil no compartilhamento das responsabilidades sociais e na resistência à velhas tradições de segregação.

As organizações do Terceiro Setor são hoje parceiras importantes nas políticas públicas, antes restritas à exclusiva esfera do Estado. E aqui temos, neste Encontro, como exemplo estimulante, a iniciativa conjunta da Fundação CDL Pró-Criança, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público de Minas Gerais, apoiada pelo Governo do Estado. Em nosso Estado, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE, que tenho a honra de dirigir, é mola propulsora de parceria, no âmbito das políticas sociais. Menos como locomotiva, mais como catalizadora, a SEDESE busca articular na prática da proteção à criança e ao adolescente, pública e privada, em prol



da cidadania, buscando romper com antigas concepções e práticas segregadoras.

Fiel às matrizes da Constituição da República, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Orgânica de Assistência Social, a SEDESE, especialmente por meio da Superintendência da Criança e do Adolescente, em consonância com as diretrizes do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, tem desenvolvido projetos e ações inteiramente afinados com a lógica de abordagem deste público tão especial. O abrigo, por exemplo, tem sido tratado como medida provisória e excepcional, em atenção ao direito da criança ou do adolescente de ser criado no seio de sua família e de sua comunidade, estimulando os vínculos de pertencimento.

Essa diretriz orienta o programa Famílias Acolhedoras, um projeto-piloto e inovador que busca resgatar a função protetiva dos pais ou da família extensa, com vistas à preservação do direito à convivência familiar e comunitária das crianças. O programa Casa Lar, à sua vez, permite a convivência dos atendidos em pequenos grupos, pessoas em situação de risco pessoal e social, preservando os vínculos familiares e sociais. É uma modalidade de abrigo que se caracteriza por moradia integrada à comunidade, coordenada por mãe ou casal social.

A temática deste Encontro é certamente instigante. Esta solenidade, contudo, não comporta falas aprofundadas. Como titular da SEDESE, em cujas competências se encarta a de gestão da política estadual da criança e do adolescente, e como gestora do Fundo da Infância e da Adolescência – o FIA, quero manifestar o pensamento de que este 1º Encontro Internacional sobre Crianças Abridadas é emblemático de um novo tempo. Ele assinala a mudança de paradigmas, de uma nova lógica de abordagem das relações sociais e humanas *vis-à-vis* com os direitos das crianças e dos adolescentes. Nessa nova fronteira, estão presentes, em forma de uma rede integrada, instituições e órgãos como os juizados e promotorias da infância e juventude, os conselhos nacional, estaduais e municipais da criança e do adolescente, bem como os conselhos tutelares municipais, formando uma malha que se estende aos agentes da sociedade civil.

Saúdo, mais uma vez, todos os que aqui se encontram, muitos legitimados por uma história de militância nos movimentos sociais e acadêmicos; outros recém-incorporados a essa cruzada de promoção de autonomia e proteção integral da criança e do adolescente e que trazem para este encontro a militância de suas vidas e o compromisso com as políticas públicas democráticas.

Devo afirmar o compromisso do Estado de Minas Gerais com o tratamento de proteção aos direitos da criança e do adolescente como verdadeira política pública, para além de governo, partido e mandato, e que bem se expressa numa afirmação oficial que gosto de repetir porque, além de

precisa, me invoca a sabedoria sertaneja de Guimarães Rosa. No âmbito do Governo é sempre dito aos gestores que temos obrigação de construir pontes rumo à cidadania digna, à cidadania emancipada. Isto porque se sabe, com o autor de *Grande Sertão: Veredas*, que se “a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou.”

Porque queremos avançar com segurança, estamos aqui para construir pontes, arrojando na arquitetura para a travessia segura na busca da dignidade da pessoa humana, a partir da lógica da criança cidadã e na perspectiva da consolidação da democracia. Este Encontro é construtor de pontes que haverão de unir o presente ao futuro! Muito Obrigada!<sup>35</sup>

---

35 Discurso proferido no Encontro Internacional sobre Crianças Abridadas, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, pelo Ministério Público de Minas Gerais e pela Fundação CDL Pró-Criança, realizado no Centro de Convenções da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (MG). Presentes: Dr. Francisco de Assis Figueiredo, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Vice-Presidente e Superintendente da CEJAVMG e presidente da sessão; Dr.ª Ana Ivanete dos Santos, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Dr. Nirlando Beirão, Presidente da Fundação CDL Pró-Criança; Dr.ª Laila Said Abdel Qader Shukair, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude de São Paulo (SP); Ângelo Motti, Psicólogo e Coordenador da Escola de Conselhos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); James Andris, Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente(CEDCA). Outubro de 2006.

*“Artigo VII*

*Por decreto irrevogável fica estabelecido  
o reinado permanente da justiça e da claridade,  
e a alegria será uma bandeira generosa  
para sempre desfraldada na alma do povo.”*

*[Thiago de Mello, Estatutos do Homem]*



## ENCONTRO PREPARATÓRIO DO CICLO DE DEBATES PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**R**ealiza-se hoje um evento preparatório para alinhamento em torno da programação dos encontros regionais do Ciclo de Debates sobre a Implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É a primeira etapa de uma excelente iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e com os próprios municípios, que deverá contemplar as regiões: central e centro-oeste, em Divinópolis; da Zona da Mata, em Juiz de Fora; do Rio Doce, em Governador Valadares; do norte de Minas e Jequitinhonha, em Montes Claros.

O Governo recebeu com entusiasmo o convite para compartilhar a iniciativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entendendo que ela poderá contribuir de modo eficaz para a superação dos desafios da implantação do Sistema Único de Assistência Social. Entendo que, no caso do processo de implantação do SUAS, o maior desafio a ser vencido neste momento é o da informação. Desafio maior até que o do financiamento, que é quase sempre o grande problema da implementação das políticas públicas no Brasil. Não quero dizer que há falta de informações. Ao contrário. Há um volume imenso de informações; há quase uma avalanche de informações na forma de comunicados, normas, portarias, resoluções e outros expedientes, percorrendo rapidamente todas as esferas e instâncias do Sistema.

Sabemos todos que a nova política de assistência social, inaugurada na Constituição de 1988, vem sendo construída de modo democrático ao longo desses anos, com uma intensa participação de todos os seus atores; mas não há negar que o SUAS é um sistema muito complexo, e que a efetiva implantação de sua base operacional, a cargo do estado e dos municípios, tem gerado muitas dúvidas, especialmente em face do quadro do municipalismo mineiro. Dúvidas sobretudo entre os seus atores, responsáveis pela base da sua operação, que são os gestores estaduais e municipais, as entidades de assistência social e os profissionais de assistência social.

A máquina de implantação do sistema está ativada a pleno vapor, com prazos apertados para o cumprimento de etapas, mas ainda não há plena clareza sobre a definição de responsabilidades e sobre especificidades de sua normatização – uma normatização, diga-se, extremamente avan-

çada, mas formalista e extremamente complexa. Assim, todo esforço, como o Ciclo de Debates, é salutar para que as informações sobre o SUAS sejam expostas com clareza, as dúvidas sejam elucidadas, os pontos questionáveis sejam discutidos, e para que aqueles que mais precisam das ações do Sistema não sejam penalizados. Estejamos, contudo, atentos: o SUAS está sendo implantado para que a política de assistência social atinja sua maturidade, e não para excluir e penalizar os municípios.

Minas Gerais é, sem dúvida alguma, o Estado brasileiro que enfrenta o maior grau de dificuldades para vencer esta etapa da implantação do Sistema. É o estado com o maior número de municípios (853); o maior número de municípios de pequeno porte (679), e a maior diversidade de características socioeconômicas regionais. Posso afirmar com segurança que o Governo de Minas está consciente da sua responsabilidade nesse processo. E essa consciência tem se manifestado em atitudes concretas.

Minas Gerais foi o primeiro estado a aderir ao SUAS e já no primeiro momento dessa adesão, em 2005, o Governador Aécio Neves determinou que fossem destinados 3 milhões de reais para o apoio aos municípios na implantação de Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS. Assim, 142 municípios foram beneficiados com recursos financeiros para a implantação de 170 CRAS, conforme critérios de partilha definidos junto à Comissão Intergestora Bipartite e ao Conselho Estadual de Assistência Social. Ao mesmo tempo, foram realizados pela SEDESE oito eventos de capacitação para conselheiros e gestores municipais, com uma participação total de 2.169 inscritos. E para 2006 o Governo de Minas e a Assembleia Legislativa alocaram outro montante da mesma ordem para o auxílio aos municípios na implantação e no custeio de CRAS, e estão novamente somando esforços na realização de eventos direcionados para a capacitação de gestores e operadores, e para a discussão do SUAS.

Neste ponto é preciso assinalar que o SUAS unifica, mas, ao mesmo tempo, avança na descentralização e na definição de responsabilidades e atribuições na política de assistência social, dentro de uma lógica de cogestão e cofinanciamento. Uma lógica blindada contra qualquer forma de tutela, de paternalismo, de personalismo na implementação da política de assistência social. Todos, inclusive a sociedade, têm as suas responsabilidades definidas dentro do Sistema e têm efetivamente de assumir seus papéis. E não há como fugir a essas responsabilidades; não há como transferi-las para outros, e não há como compensar eventuais falhas ou omissões de algum ator do Sistema. Por isso a necessidade de um grande esforço de cooperação entre todos os envolvidos no SUAS.

Se há algo que pode emperrar e criar transtornos ao SUAS é a falta de um verdadeiro espírito de cooperação. Do mesmo modo, qualquer tentativa de apropriar-se politicamente de qualquer instância do Sistema,

dando-lhe qualquer coloração político-partidária, será o seu fracasso. Por isso, o Governo de Minas está atento contra qualquer forma de cooptação e contra qualquer politização das instâncias.

Em síntese, compete ao estado organizar e coordenar o sistema estadual de assistência social; cofinanciar benefícios eventuais; monitorar e avaliar o Sistema; prestar apoio técnico aos municípios; cofinanciar e apoiar tecnicamente a implantação dos CRAS; coordenar, regular e cofinanciar as ações de estruturação da proteção social especial de média e alta complexidade; participar da definição territorial de implantação dos CREAS, que são os Centros de Referências Especializados de Assistência Social, e atuar na capacitação dos gestores, prestadores de serviços e conselheiros do Sistema.

Todos aqui têm um histórico de trabalho no cumprimento de suas responsabilidades e não medem esforços para avançar. Recentemente, inclusive, o senhor Governador determinou a organização de um mutirão de habilitação para ajudar os municípios que estão enfrentando maiores dificuldades para atender as exigências do SUAS. E posso anunciar que muito em breve uma equipe da SEDESE sairá a campo em um novo esforço para auxiliar os 210 municípios mineiros que ainda não estão habilitados e outros 134 que se encontram em gestão inicial.

Ao mesmo tempo, a SEDESE está também empenhada em elaborar uma Norma Operacional Básica de Assistência Social específica para o estado de Minas Gerais, em conformidade com as diretrizes da NOB em vigor para todo o País e com as especificidades do Estado. Em outra frente de trabalho, a SEDESE contratou a Universidade Federal de Minas Gerais, com recursos do Tesouro Estadual, para o desenvolvimento de um sistema de avaliação e monitoramento de ações da política de assistência social, que será de fundamental importância para o acompanhamento e o planejamento de tais ações.

Finalizando, peço licença para externar a nossa satisfação pessoal em participar da organização e da pregação do Ciclo de Debates promovido pela Assembleia Legislativa com a parceria do Governo do Estado. Como servidora da Casa, participei, em posição estratégica, dos esforços empreendidos para a definição de um modelo de discussão de políticas públicas sociais com o cidadão, ainda na fase preparatória da Constituinte mineira. E fico muito feliz ao ver que essa prática foi aperfeiçoada e institucionalizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, como forma de inserir o destinatário das ações legislativas não só na etapa de concepção do texto legal, mas também na sua implementação.

Saúdo com muito entusiasmo a todos aqui presentes, registrando os agradecimentos à Assembleia Legislativa pelo convite e às equipes da ALMG e da SEDESE; e destaco a convicção de que os encontros regionais

não serão somente reuniões protocolares de políticos, gestores, técnicos e profissionais de várias áreas interessados em debater e aprofundar os conhecimentos sobre um novo sistema de gestão de política pública. Acredito que serão, sobretudo, encontros de cidadãos, pessoas humanas, cujos diferentes princípios e ideários se unem em um único propósito e sentimento, que é a vontade de contribuir para a mudança da realidade do nosso País, com a superação das desigualdades, da miséria e da exclusão social que flagelam muitos brasileiros. Acredito que essa vontade de justiça social é o coração que bate forte no interior de todo o arcabouço institucional e técnico do Sistema que estamos implantando, e que o fará vitorioso. Obrigada a todos pela atenção.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Discurso proferido na abertura do evento preparatório para o Encontro Regional do Ciclo de Debates sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), realizado em Belo Horizonte em 2006, na Assembleia Legislativa (MG).



## IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MINAS GERAIS: ASPECTOS POLÍTICOS E TÉCNICOS, DESAFIOS E AVANÇOS

Inicialmente, quero deixar registrado meus cumprimentos à Assembleia Legislativa, por abrir espaço privilegiado à cena pública e discursiva do Poder Executivo com os parlamentares e os demais atores políticos e sociais, sob a chancela institucional do Poder Legislativo, em evento participativo de concertação de políticas públicas, em que protagoniza o cidadão.

Os ciclos de debate são instrumentos de interlocução do Poder Público com a sociedade para discussão da concepção e da execução de políticas públicas, esboçado antes mesmo da Constituição de 1988, na fase preparatória da constituinte mineira de 1989. Tive a honra de participar dos esforços de construção desse modelo e hoje vejo com orgulho a prática institucionalizada e aperfeiçoada. Proposto por iniciativa de parlamentares, o Ciclo de Debates SUAS contemplou as regiões Central e Centro-Oeste, da Zona da Mata, do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Mucuri, chegando agora ao norte de Minas, em Montes Claros.

Registro também os aplausos ao governo federal, pela profícua participação neste debate itinerante, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e sua equipe. Reafirmo o engajamento do governo do estado com a iniciativa. Recomendou-me o Governador do Estado, doutor Aécio Neves, não apenas a participação formal da SEDESE no Ciclo de Debates, como também a mais completa parceria institucional com a Assembleia, na linha da já tradicional cooperação na realização das audiências públicas do Legislativo mineiro, com ênfase, porém, para o caráter contínuo da processualidade da inclusão.

Cumprimento o município de Montes Claros, que sedia este evento, na pessoa de seu ilustre Prefeito Dr. Athos Avelino, pela generosa acolhida; estendo os cumprimentos aos demais municípios participantes, às associações microrregionais, à Associação Mineira de Municípios e aos outros parceiros. Quero saudar, de modo especial, os conselhos nacional, estadual e municipais de assistência, permitindo-me destacar a participação do CEAS-MG em todos os encontros, nessa verdadeira maratona do SUAS. Cumprimento os gestores da política pública de assistência, os profissionais da área.

Dirijo-me, particularmente, às equipes técnicas que se dedicaram à organização do evento: à da ALMG, sob a coordenação de Míriam Costa; à da SEDESE, sobretudo a da Superintendência de Assistência Social, dirigida por Marta Silva, sob a coordenação da Secretária Adjunta Maria das Dores Abreu Amorim e da Subsecretária de Trabalho e Assistência Social, Maria Albanita Roberta, experiente profissional da Assistência Social incorporada recentemente ao estafe responsável pela missão de aprimoramento da gestão institucional da política pública mineira de Assistência social. Nesse sentido, assinalo que a referência que aqui faço aos grandes pilotos desse voo, tão significativo rumo à consolidação do SUAS, faço, também, à equipe de terra, sem cujo trabalho e sacrifício o voo não teria decolado, como lembra o líder cívico americano, Martin Luther King.

Pois bem: passarei a abordar, por tópicos, os aspectos essenciais da política de Assistência Social.

## Assistência social como direito e como política pública

A Constituição de 1988, acolhendo anseios dos movimentos sociais, erigiu a seguridade social sobre o tripé: saúde, previdência e assistência. Sob paradigma democrático, assentou-se a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Ficara patente que não bastava a ação do voluntariado, por um lado, e que, por outro, não poderia prevalecer a política clientelista do Estado. É dizer: frustrava-se até a lição do mesmo Luther King, segundo a qual “aquilo que os egocêntricos destruíram os filantrópicos poderiam reerguer” – a dignidade do ser humano excluído pela miséria. E, ao mesmo tempo, ficava evidenciada a necessidade de acabar com a lógica do favor para estabelecer a do direito universal às condições de vida digna.

Em 1993, editou-se a Lei Orgânica de Assistência Social, que desenvolveu as diretrizes da política do setor – Lei está sucessivamente aperfeiçoada até o definitivo desenho de um sistema unificado, a que o estado de Minas Gerais aderiu, pioneiramente. E aderiu com o propósito de compartilhar da consolidação da Assistência Social como política pública e da construção do SUAS, para além da vinculação a governo e a mandatos, a salvo das clivagens políticas clientelistas, em lógica blindada contra qualquer forma de tutela, de paternalismo e de personalismo.

## Importância da política de assistência em Minas e lógica de abordagem

Sob um paradigma democrático e voltada para um público-alvo historicamente excluído, a Assistência Social não pode ser política residual e há de se orientar pelos propósitos emancipatórios. Daí por que a política de desenvolvimento social em Minas tem caráter estruturador. Mas, além de sua perspectiva estruturante, a política de desenvolvimento social no Estado tem sido tratada pela lógica transversal, tomada assim em suas amplas possibilidades de integração com outras políticas sociais, com potencial de intersetorialidade. É, desse modo, tratada – com fidelidade ao marco constitucional e legal – como política de acessibilidade às demais políticas públicas sociais, a partir da universalização da cobertura e do atendimento da assistência básica.

Intenta-se incrementar a proteção social ativa, buscando condições de autonomia, acesso a oportunidades e a capacitações. Nessa linha, o cidadão deve ser tratado como efetivo sujeito, protagonista da rede de ações e serviços. Deve-se dar enfoque às potencialidades do cidadão, sem prejuízo de atenção às necessidades básicas na perspectiva de sua superação. Isto significa romper-se com a vertente de assistência social como fim em si mesma. Por isso, intenta-se implementar a diretriz de incorporar à identidade da própria burocracia estatal, responsável pela implementação da política, o traço democrático, e a diretriz de garantir respeito aos gestores, às institucionalidades e aos beneficiários do sistema, nas respectivas esferas de autonomia.

### Peculiaridades do estado de Minas Gerais.

Minas Gerais possui a mais extensa e complexa base municipal do Brasil. São 853 municípios, dos quais 679 de pequeno porte. A extensão territorial e a diversidade regional, aliadas ao perfil municipalista de Minas Gerais, condicionam os padrões de cobertura do sistema e os diferentes níveis de gestão. Atento, pois, a suas peculiaridades e à diretriz da Constituição Mineira, o Estado busca desenvolver estratégia regional de atuação.

Nessa perspectiva, adensando a lógica de atuação de suas regionais, a SEDESE prepara-se para a melhor delimitação de seus territórios sociais, como base para georreferenciamento, desenvolvimento de capacitações, integração de outras políticas sociais e estímulo à prática consorcial de municípios. Pelas mesmas razões, a SEDESE está empenhada na elaboração da Norma Operacional Básica – a NOB Mineira de Assistência Social. Na estratégia de gestão, o Estado pretende avaliar as próprias dificuldades

enfrentadas no âmbito do Sistema Único de Saúde para evitá-las na política de assistência. Deve, assim, no campo de sua autonomia, aperfeiçoar o arranjo regional.

## Financiamento

É sabido que os recursos públicos provêm de uma fonte comum: os tributos pagos pelos contribuintes. Todavia, o sistema tributário brasileiro e a matriz de partilha de receitas acabam por favorecer a União em detrimento de estados e municípios, o que repercute no financiamento das políticas públicas, especialmente a de transferência de rendas, com grande repercussão no seio da população, como é o caso da Política de Assistência, demandando diversificação da base de financiamento e o cofinanciamento público equilibrado. No entanto, só é possível falar de cofinanciamento equilibrado a partir de uma redefinição da lógica ou prática tributária. A ênfase tributária em contribuições sociais, por exemplo, esvazia em muito as transferências obrigatórias a estados e municípios, para favorecer transferências voluntárias. Isso porque, não exercendo a União a competência residual para impostos, maneja outra categoria tributária, cuja arrecadação não entra na partilha obrigatória aos demais entes federativos.

Esse quadro reforça a dependência de transferências voluntárias e a impossibilidade de um cofinanciamento em bases equilibradas. No financiamento da Assistência Social, tem-se, pois, a prevalência de recursos da União, o que tem repercutido na gestão do Sistema, sobretudo pela monopolização por parte dos órgãos centrais e pela desconsideração de iniciativas federativas descentralizadas e autônomas. Bem por isso, o governo do estado pretende apoiar a organização do centro de intersectorialidade em Minas, na perspectiva de financiamento de ações pela iniciativa privada para o desenvolvimento de ações aderentes às peculiaridades de regiões e públicos alcançados.

## Perspectivas institucionais Redefinição da Missão da Secretaria

A SEDESE abriga, atualmente, em sua missão de desenvolvimento social, os seguintes aspectos: trabalho, emprego e renda; assistência social; direitos humanos; esportes e lazer; antidrogas; juventude, entre outros. Projeta-se a melhor estruturação da secretaria para foco na assistência em sua ampla acepção. A Secretaria prepara-se para a realização de concurso público, com vistas a dotar seus quadros de corpo técnico condizente

com a extensão e a complexidade de sua missão. Pretende-se apoiar, com informações, os conselhos profissionais para o georreferenciamento da alocação dos profissionais nas políticas públicas a cargo da SEDESE, e facilitar esse objetivo junto à rede de entidades da sociedade civil vinculadas às ações da SEDESE. Busca-se com isso viabilizar a organização da Secretaria para o papel técnico de análise do cumprimento dos Planos de Assistência Social (PAS) das áreas de barragens.

A Secretaria tem investido no fortalecimento da capacidade institucional das Diretorias Regionais. Na mesma linha, vem focando atenção na logística da Assistência Social. Por fim, tem-se, no tocante à redefinição da missão da SEDESE, enfatizado o papel de estimular a produção de conhecimento acadêmico e pragmático sobre Assistência Social. Nesse particular, especialmente no norte de Minas, o Estado pretende incentivar as ações de extensão da Universidade de Montes Claros para a produção de pesquisa e conhecimento na área social, bem assim de preparação de profissionais para atuação em territórios sociais específicos, numa típica demanda endogovernamental. Ao Magnífico Reitor, Professor Paulo César Gonçalves de Almeida, não faltará arrojo para auxiliar o Estado na concepção de ações institucionais com tal propósito.

## Desafios

São muitos os desafios que se colocam à implantação do SUAS. Um desafio até maior que o do financiamento, que é quase sempre o grande problema da implementação de políticas públicas no Brasil é o relativo à informação. Paradoxalmente, não se trata de falta de informações. Ao contrário, há um volume imenso de informações; quase uma avalanche de orientações na forma de comunicados, normas, portarias, resoluções e outros expedientes que percorrem rapidamente todas as esferas e instâncias do Sistema. Embora a política de assistência social inaugurada na Constituição de 1988 venha sendo construída de modo democrático ao longo desses anos, deve-se admitir que o sistema unificado criou mecanismos muito complexos, e de difícil apreensão por todos os responsáveis pela sua operacionalização.

A máquina de implantação do sistema está ligada a pleno vapor, com prazos exíguos para cumprimento das etapas, mas ainda remanescem muitas dúvidas sobre responsabilidades e aspectos relevantes de sua normatização. Uma normatização, diga-se, extremamente pormenorizada e avançada. Nessa perspectiva, um desafio é fazer com que o SUAS, que está sendo implantado para que a política de assistência social atinja a sua maturidade, possa avançar sem penalizar municípios e os próprios destinatários finais da atenção propugnada pelo sistema.

Há de se afirmar que Minas Gerais é, sem dúvida alguma, o estado brasileiro que enfrenta o maior grau de dificuldade para vencer esta etapa da implantação do Sistema, razões evidentes, notadamente relacionadas com a sua extensão territorial, com a diversidade regional e a base municipal, justificam tratamento diferenciado.

## Papéis

Grande desafio é precisar os papéis atribuídos à União, aos estados e aos municípios na operação do sistema. Há que se discutirem os papéis de todos os sujeitos políticos, incluídos os da sociedade, que têm responsabilidades definidas dentro do sistema. Não há como fugir a essas responsabilidades; não há como transferi-las para outros, e não há como compensar eventuais falhas ou omissões de algum ator do sistema. Essa imbricação de responsabilidades exige grande esforço de cooperação entre todos os envolvidos.

O governo do estado vê na construção desse arranjo de responsabilidades uma de suas maiores virtudes. Não é desafio simples precisar os papéis. Por isso mesmo, o processo dessa discussão deve ser intenso. Mais intenso do que tenho, pois todos estão construindo compromissos comuns. Todos sabem que, no âmbito do sistema federativo, uma das grandes dificuldades no desenho e na execução de políticas públicas é, tradicionalmente, a aplicação das normas de competência. Todavia, essas dificuldades não podem ser empecilhos à consolidação do SUAS. Há que se enfatizar a diretriz de complementaridade dos papéis.

Podem ser arrolados alguns papéis básicos do Estado, tais como: organizar e coordenar o Sistema Estadual de Assistência Social; monitorar e avaliar o sistema; cofinanciar e apoiar tecnicamente a implantação dos CRAS; participar da definição territorial de implantação dos CREAS; integrar, adequar e complementar as ações; coordenar, regular e cofinanciar as ações de estruturação da proteção especial de média e alta complexidade; capacitar os conselhos e gestores e prestadores de serviços; apoiar tecnicamente os municípios, juntamente com parceiros tradicionais como AMM e associações microrregionais de municípios; garantir aportes financeiros; e coordenar processos de revisão de benefícios de prestação continuada; e agregar os diferentes atores e papéis a partir de interlocução institucional de âmbito estadual.

No tocante a esse último papel, cabe ressaltar que os sujeitos políticos do setor já criaram alteridade. Não se trata de uma política emergente, mas de consolidação e aprimoramento de mecanismos que fidelizem as suas práticas aos princípios democráticos de emancipação do cidadão, segundo uma lógica de dever do Estado, em substituição à de favor, que sustenta políticas clientelistas.

Minas tem um histórico de cumprimento de suas responsabilidades e, também, de se antecipar na busca de alternativas, e não mede esforços para ampliar o trabalho em torno dos objetivos do SUAS. Por isso mesmo, o Estado não pode se desincumbir de seu papel no âmbito do SUAS como quem simplesmente faz um dever de casa (como um tarefeiro da União). Precisa e pode arrojar, sobretudo em face de suas peculiaridades, de modo a concretizar os comandos constitucionais que garantem ao cidadão o direito a uma vida digna. É assim que Minas caminha: com responsabilidade, criatividade, colaboração e autonomia.

## Ações

Afirmo com segurança que o Governo de Minas está consciente de sua responsabilidade nesse processo. E a consciência tem se manifestado em atitudes concretas. Minas Gerais foi o primeiro estado a aderir ao SUAS e já no primeiro momento dessa adesão, em 2005, o Governador Aécio Neves determinou que fossem destinados recursos financeiros para o apoio aos municípios na implantação de Centros de Referência de Assistência Social, os CRASs. Assim, 142 municípios foram beneficiados com recursos financeiros para a implantação de 170 CRASs, conforme critérios de partilha definidos pela Comissão Intergestora Bipartite e pelo Conselho Estadual de Assistência Social. Na região de Montes Claros, especificamente, 33 municípios receberam apoio financeiro para a implantação de 38 CRASs. Ao mesmo tempo, foram realizados pela SEDESE oito eventos de capacitação para conselheiros e gestores municipais, com uma participação total de 2.169 inscritos.

Para 2006, o Governo de Minas e a Assembleia Legislativa alocaram significativo montante para o auxílio aos municípios na implantação e no custeio de CRASs, e estão novamente somando esforços na realização de eventos para a capacitação de novos gestores e operadores, e para a discussão do SUAS. Em outra frente de trabalho, a SEDESE contratou a Universidade Federal de Minas Gerais, com recursos do Tesouro do Estado, para o desenvolvimento de um sistema de avaliação e monitoramento de ações da política de assistência social, que será de fundamental importância para o acompanhamento das etapas implementadas e o planejamento de novas fases. Ao mesmo tempo, a SEDESE está empenhada em elaborar a Norma Operacional Básica de Assistência Social do Estado de Minas Gerais, em conformidade com as diretrizes da NOB nacional, com observância das especificidades do Estado.

Recentemente, o Governador do Estado determinou a organização de um mutirão de apoio à implementação do SUAS, para gestões junto a municípios que estão encontrando maiores dificuldades técnicas e operacionais para habilitação. Já contratamos o pessoal especializado que fará o trabalho de campo, em um novo esforço de auxiliar os 209 municípios

mineiros que ainda não estão habilitados e outros 134 que se encontram em gestão inicial e já podem avançar. Acredito que é a vontade de contribuir para a superação das desigualdades, da exclusão social, que nos move a todos. É essa vontade de justiça social que lateja forte no interior de todo o arcabouço institucional e técnico do sistema que estamos implantando e que vingará, para além de nós e das bandeiras partidárias, para mudar a realidade da cidadania excluída.

Guimarães Rosa lembra, no *Grande Sertão: Veredas*, que “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas elas vão sempre mudando.” E Minas está mudando, para melhor; mudando a vida de sua gente que precisa ter vez, voz e um mínimo existencial para pensar uma sociedade justa e igualitária.<sup>37</sup>

---

37 Palestra proferida no encerramento do “Ciclo de Debates SUAS: desafios e perspectivas” (V Encontro Regional), realizado em Montes Claros (MG). Junho/2006.



## PACTO PELO APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MINAS GERAIS

**M**eu nome é Maria Coeli – do Céu. É de lá que vim, mas, inspirada no poeta itabirano, não faz muito tempo, identifiquei-me numa metáfora: meu nome é desafio, e escreve-se na pedra.<sup>38</sup>

Convidada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, doutor Aécio Neves, para assumir a direção da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, dele recebi a clara determinação de que desse continuidade às ações a cargo da SEDESE, mas que, sobretudo, buscasse arrojar e avançar na proposta de emancipação social. Debrucei-me então sobre a própria missão da Secretaria, ambiciosa no perfil institucional e abrangente de relevantes políticas públicas, sobretudo quando tomadas sob o paradigma do Estado Democrático de Direito e no âmbito de um governo que orienta toda sua ação pela crença de que são os mineiros o verdadeiro patrimônio de Minas.

Pois bem, tão árdua quanto nobre revelava-se a missão, na multiplicidade de suas vertentes: Direitos Humanos; Antidrogas; Esporte; Trabalho, Emprego e Renda; e Assistência Social, sendo esta a mais desafiante nos dias atuais, notadamente no contexto de implementação do Sistema Único (SUAS) em Minas Gerais. Mesmo aquilatando o peso de tamanha responsabilidade, de conduzir políticas tão complexas, devia, decididamente, ceder a existência ao trabalho e o passo, ao bem. É que, acostumada às asperezas do Vale, aprendi que a rusticidade da trilha e a teimosia do caminhante superam a aridez do Jequitinhonha, e que o bem, no passo a passo, sempre encontra caminho. Com a força de lá e estimulada pelo compromisso do Governo com a universalização do direito a uma cidadania digna para os mineiros, não hesitei.

Confortável na compartilha de responsabilidade com dirigentes de primeira linha da equipe governamental – no âmbito da SEDESE e para além dela – homens e mulheres de espírito público, capitaneados pela figura exponencial do homem público que já se consagrou como símbolo de sua geração, encontrei sobejas razões para empenhar a paz da maturidade à sublime causa. Sem tempo a perder, a ordem era abastecer em pleno voo,

<sup>38</sup> Paráfrase d verso do poema “Nosso tempo”, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987).

para conclusão de um percurso há quatro anos assinalado, e que acena para a face humana do desenvolvimento em Minas, para a justiça social como meta síntese do Governo Aécio Neves.

Paralelamente às ações de rotina da Secretaria, sob a coordenação do Governo do Estado, e compartilhando, internamente, soluções com os dirigentes e técnicos da SEDESE e, externamente, com o ilustre colaborador Marcelo Garcia, Presidente do CONGEMAS, preparamos um conjunto de medidas inovadoras e modelares, objetivando a pactuação do aprimoramento da gestão do Sistema Estadual de Assistência Social no âmbito do SUAS. Uma concertação orientada pelo paradigma de assistência social como direito do cidadão e como política pública. Não se pode aqui, no entanto, dizer desse propósito de pactuação sem que se resgate a própria ideia de assistência social, que orienta toda a concertação proposta.

## Assistência Social como Direito e como política pública

É certo que a história da Assistência Social em Minas Gerais nos remete à primeira metade do século passado, em que se colhem sobretudo as práticas caritativas, passando, em quadra mais recente, por modelos de caráter compreensivista e tutelar, sob influência do arremedo de Estado Social, até ganhar feição de direito no plano constitucional. Todavia, a quebra de sua concepção como favor e sua incorporação como política pública é construção do Estado Democrático instaurado pela Constituição de 1988. A Constituição, acolhendo anseios dos movimentos sociais, erigiu a seguridade social sobre o tripé: saúde, previdência e assistência.

Sob o novo paradigma, assentou-se a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Ficava patente que não bastava a ação do voluntariado, por um lado, e que, por outro, não poderia prevalecer a política paternalista do Estado. É dizer: frustrava-se até a lição de Luther King, segundo a qual “aquilo que os egocêntricos destruíram os filantrópicos poderiam reerguer” – a dignidade do ser humano excluído pela miséria. E, ao mesmo tempo, ficava evidenciada a necessidade de estabelecer a lógica do direito universal às condições de vida digna, em substituição à de favor.

Em 1993, editou-se a Lei Orgânica de Assistência Social, que desenvolveu as diretrizes da política do setor e disciplinou o correspondente Sistema, descentralizado e participativo. Normas Operacionais foram aprovadas, até que, em 2003, a Conferência Nacional de Assistência Social aprovou a implantação do Sistema Único de Assistência Social, ao que se seguiram, em 2004, a aprovação da Nova Política Nacional de Assistência Social pelo Conselho Nacional, e, em 2005, a aprovação da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

Minas, ciente de seu papel no concerto nacional, assumiu a dianteira nesse processo, aderindo, em 2005, pioneiramente, ao sistema unificado, com o propósito de compartilhar a construção e a consolidação da Assistência Social como política pública, para além das clivagens clientelistas e na perspectiva da integração responsável com a União e os municípios e, também, com a sociedade civil, no âmbito do SUAS.

Partia o Estado da compreensão de que todos – neles incluída a sociedade – deveriam assumir seus papéis específicos dentro do sistema, reconhecendo a ineficácia de meras compensações por eventuais falhas ou omissões de algum ator do sistema. É dizer: buscava-se uma perspectiva de responsabilidade solidária, de um lado, e a unidade na autonomia, de outro, numa lógica blindada, digamos assim, contra qualquer forma de alijamento, de paternalismo e de tutela.

O Governo do Estado assumia significativas competências no sistema, especialmente, no tocante à coordenação, ao monitoramento e à avaliação; ao apoio técnico e gerencial aos municípios; ao apoio à proteção básica; à organização e à implantação de proteção especial, em parceria com os municípios; ao cofinanciamento; à capacitação dos conselhos e gestores e prestadores de serviços; à coordenação de processos de revisão de benefícios de prestação continuada; e, por fim, à articulação dos diferentes atores e papéis, partindo da interlocução institucional de âmbito estadual.

## Importância da política de assistência em Minas

De matriz democrática e voltada para um público-alvo historicamente excluído, a política de assistência social em Minas ganhou caráter estruturador para a persecução desses objetivos. Além de sua perspectiva estruturante, a política encarta-se em ampla proposta de desenvolvimento social, sendo tratada pela lógica transversal e tomada, assim, em suas amplas possibilidades de integração com outras políticas públicas, no âmbito da SEDESE e de outras secretarias, com potencial de intersetorialidade.

Nesse contexto, a política de assistência é implementada, com fidelidade ao marco constitucional e legal, como política de acessibilidade às demais políticas públicas sociais, “vetorializadas” pela universalização da cobertura e do atendimento da assistência básica. Incrementa-se a proteção social ativa, buscando condições de autonomia do cidadão como efetivo sujeito e protagonista da rede de ações e serviços, com enfoque nas potencialidades do ser humano, mediante acesso a oportunidades e capacitações. O enfoque nas potencialidades do cidadão, contudo, não afasta a atenção

às necessidades básicas, consideradas na perspectiva de sua superação, rompendo-se, assim, com a vertente de assistência social como fim em si mesma.

Minas, que tem inequívoca consciência de seu papel – comprometido com essa lógica emancipatória e um histórico de cumprimento de suas responsabilidades – não mede esforços para ampliar suas metas. E, forte na crença de que – como diz Drummond – “as leis não bastam. Os lírios não nascem da lei”<sup>39</sup>, tem pejejado nas ações para que a maturidade do sistema possa efetivamente ser conquistada – para além das estatísticas – e definitivamente revelada na face humana dos mineiros.

## Ações

Essa consciência tem se manifestado em atitudes concretas. Minas Gerais foi, como dito, o primeiro estado a aderir ao SUAS, e, já no primeiro momento dessa adesão, em 2005, o Governador Aécio Neves determinou que fossem destinados recursos significativos para o apoio aos municípios na implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Assim, 142 municípios foram beneficiados com recursos financeiros para a implantação de 170 CRAS, conforme critérios de partilha definidos junto à Comissão Intergestora Bipartite e ao Conselho Estadual de Assistência Social. Ao mesmo tempo, foram realizados pela SEDESE oito grandes eventos de capacitação para conselheiros e gestores municipais, com uma participação total de 2.169 inscritos. E, para 2006, o Estado alocou novo montante para auxílio aos municípios na implantação e no custeio de CRAS. Nesta solenidade, são assinados termos de compromisso com mais 103 municípios, que serão beneficiados com recursos para os respectivos Centros de Referência.

Em outra frente de atuação, a SEDESE contratou a Universidade Federal de Minas Gerais, com recursos do Tesouro do Estado, para o desenvolvimento de um sistema de avaliação e monitoramento de ações da política de assistência social, que será de fundamental importância para a consolidação e a eficácia do sistema. Recentemente, o Governador do Estado determinou a organização de um mutirão de apoio à implementação do SUAS, para gestões junto a municípios que estão encontrando dificuldades para habilitação. Esse pessoal faz uma verdadeira cruzada, saindo a campo em auxílio a 209 municípios mineiros que ainda não estão habilitados e a outros 134 que se encontram em gestão inicial, tudo com observância de metodologia e princípios da política específica.

---

39 Verso do poema “Nosso tempo”, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)

O Governo tem clareza quanto à necessidade de adequações e de avanços, após cada novo passo, e, decididamente, vem trilhando esse caminho com o apoio dos diversos atores. Esses atores são verdadeiros sujeitos políticos que já criaram alteridade e que têm a noção da grandiosidade da missão e de seu papel na consolidação e no aprimoramento de mecanismos que fidelizem as suas práticas aos princípios democráticos de emancipação do cidadão como dever do Estado.

## Peculiaridades do estado de Minas Gerais

Minas Gerais possui a mais extensa e complexa base municipal do Brasil. Do total de 5.564 municípios, 853 são mineiros. Entre estes, 679 são de pequeno porte. Há de se afirmar que Minas Gerais é, sem dúvida alguma, o Estado brasileiro que enfrenta o maior desafio para implantação do Sistema: é responsável sozinho por 19.479.262 habitantes, dos 180.000.000 da população brasileira; ocupa extensa área do território nacional; congrega uma densa rede socioassistencial, da qual 17.455 entidades com registro no sistema estadual.

A extensão territorial e a diversidade regional, aliadas ao perfil municipal de Minas, condicionam os padrões de cobertura do sistema e os diferentes níveis de gestão. Mas Minas Gerais não se acanha diante dessas dificuldades. Tem um governante à frente de seu tempo, que já se tornou símbolo de uma geração e que, enquanto arroja na solução contra as desigualdades regionais por meio de ações do Pró-acesso, e de investimentos estruturantes em todas as regiões, determina e acompanha atentamente a arquitetura e a construção de medidas que arrimam pontes seguras para a travessia dos excluídos rumo à verdadeira cidadania. Um governador que faz da qualidade da gestão administrativa e fiscal a mais-valia, conversível por organismos internacionais em moeda forte para o câmbio social.

Por essas razões, associadas à necessidade de normatizar procedimentos e definir princípios e diretrizes no campo de autonomia do estado, o Governo de Minas está empenhado na elaboração da Norma Operacional Básica (NOB) Mineira da Assistência Social, em conformidade com as diretrizes da NOB nacional. A providência será importante para a completa identificação e explicitação do papel do estado, para adequação da política pública às especificidades estaduais. Por meio da SEDESE, o estado ora apresenta o núcleo do documento que, após ampla discussão, será objeto de pactuação pela Comissão Intergestora Bipartite e deliberação pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

Não é desafio simples precisar os papéis, por isso mesmo, o processo dessa discussão deve ser intenso. Mais intenso do que tenso, pois to-

dos estão construindo compromissos comuns. Os pressupostos precisam ser revisitados e explicitados com coragem e clareza. Todos sabem que, no âmbito do sistema federativo, uma das grandes dificuldades no desenho e na execução de políticas públicas é, tradicionalmente, a interpretação ou o manejo de competências. Todavia, essas dificuldades não podem ser empecilhos à consolidação do SUAS. Há de se enfatizar a diretriz de complementaridade dos papéis nos três níveis.

Vê-se que a elaboração da NOB é medida de superlativa importância para assegurar a feição mineira à gestão da política estadual de assistência. É que o estado, ao se desincumbir de seu papel no âmbito do SUAS, não o faz como quem simplesmente executa um “dever de casa”. Quer e precisa arrojar, sobretudo em face de suas peculiaridades, de modo a concretizar os comandos constitucionais que garantem ao cidadão o direito a uma vida digna. O documento aponta diretrizes relativas ao Pacto de Aprimoramento de Gestão; à definição de papéis do estado compreendidos na função de coordenação; à municipalização das ações de proteção básica; à interface com as instâncias de pactuação; e ao financiamento e às regras de transição, afeiçoadas à realidade de Minas.

Nesse sentido, o Estado pretende avaliar as próprias dificuldades enfrentadas no âmbito do Sistema Único de Saúde em razão de suas condições territoriais, para evitá-las na política de assistência. Deve, assim, no campo de sua autonomia, e atento à diretriz da Constituição Mineira, aprofundar a estratégia regional, fundamental para a efetividade do Sistema Estadual no âmbito do SUAS. Nessa perspectiva, adensando a lógica de atuação de suas regionais, pretende-se o fortalecimento da capacidade institucional desses órgãos. Assim sendo, a SEDESE prepara-se para a melhor delimitação de seus territórios sociais, como base para o georreferenciamento; para a redefinição de quadro de pessoal; e para desenvolvimento de capacitações, integração de outras políticas sociais, estímulo à prática consorcial de municípios e apoio descentralizado aos gestores municipais.

E, dispensando atenção até mesmo à logística da assistência, o Governo do Estado está autorizando significativo investimento em todas as regionais, com o objetivo de dotá-las de veículos, equipamentos instrucionais modernos, recursos computacionais e outros de natureza similar. Especialmente no norte de Minas, o estado pretende incentivar as ações de extensão da Universidade de Montes Claros para a produção de pesquisa e conhecimento na área social, bem assim de preparação de profissionais para atuação em territórios sociais específicos, numa típica demanda endo-governamental, objetivando o aprimoramento de gestão do SUAS.

A pactuação aqui selada e legitimada pelo Governador do Estado estabelece o marco dessa cooperação técnica entre o Governo estadual e a UniMontes, com a interveniência da Fundação Educacional do Norte de Minas, tendo como foco toda a região do semiárido e o noroeste de

Minas. À inteligência do Magnífico Reitor, Professor Paulo César Gonçalves de Almeida, não faltará arrojo para auxiliar o Estado na concepção de ações institucionais com tal propósito.

Deve-se assinalar que, com foco na mesma região, o Governo do Estado, além de ações específicas por meio da Secretaria Extraordinária, como parceiro do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no pacto “Um mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido”, nomeia o comitê específico.

## Perspectivas institucionais

O aprimoramento de gestão envolve diversos aspectos. No entanto, o fator recursos humanos – pela complexidade das medidas de redimensionamento e recrutamento – tem merecido atenção especial a justificar a antecipação do Governo do Estado no sentido da autorização para realização de concurso público, com vistas a dotar a SEDESE de corpo técnico em número suficiente e com o perfil adequado para a sua missão em atividades meio e finalísticas, na sede e nas unidades desconcentradas, bem assim para o apoio a conselhos e outras instâncias colegiadas.

Mas o estado não se limita a essas providências. Apresenta aqui um conjunto de medidas normativas, administrativas, financeiras, logísticas e institucionais, a par de trabalhar com a diretriz de incorporação do traço democrático à identidade da própria burocracia estatal responsável por implementar a política, bem assim de defesa incontinenti do princípio de respeito aos gestores, demais institucionalidades e beneficiários do sistema. Por isso, agradeço ao Governador do Estado pela ousadia e firmeza na condução desse pacto.

Dirijo-me, também, a todos que colaboraram para que pudéssemos estar aqui pactuando compromissos, referendando normas, transferindo recursos, garantindo ações, compartilhando sentimentos: Secretário Danilo de Castro; Secretária Renata Vilhena; Secretário Adjunto, Tadeu Barreto; Subsecretária Fátua Handan; Secretária Adjunta, Maria das Dores Abreu Amorim; Subsecretários de Direitos Humanos, João Batista; de Esportes, Rogério Romero; Antidrogas, Clovis Benevides; Subsecretária de Trabalho e Assistência Social, Maria Albanita Roberta; a equipe do cerimonial, sob a condução do Dr. Nilo, e ao pessoal do Palácio; a Comunicação Social; a Advocacia Geral e a Presidente do SERVAS, Andréa Neves.

Quero, também, distinguindo o Magnífico Reitor da UNIMONTES, Professor Paulo César Gonçalves de Almeida, cumprimentar a todos os dirigentes de entidades colaboradoras, que hoje empenham sua fé na potencialidade de ações emparceiradas.

Dirijo meus agradecimentos ao caro amigo, professor Antônio Augusto Junho Anastasia – que sempre dividiu comigo o grande ideal de colocar a serviço de Minas o melhor do intelecto, do espírito público e dos sonhos – pelo estímulo nessa empreitada. Agradeço ao Marcelo Garcia, Presidente do COGEMAS, que tem inspirado profícuos debates, reflexões e avanços na Assistência Social. Todos compoem o estafe encarregado das providências necessárias ao Pacto – uma síntese de desafiadores compromissos amalgamados em uma política pública inovadora. Com eles tenho compartilhado ideias, concepções, responsabilidades, pautas e soluções, com vistas ao aprimoramento da gestão institucional da política pública mineira de assistência social.

Quero destacar que a referência que aqui faço aos grandes pilotos desse voo, tão significativo, rumo à consolidação do SUAS estende-se também à equipe de terra, sem cujo trabalho e sacrifício o voo não teria decolado, como lembra o líder cívico americano, Martim Luther King. Estendo os agradecimentos aos municípios que aqui comparecem pela simbologia do gesto presencial, na certeza de que em Minas cada um faz a sua parte. Não foi por acaso que nos dedicamos a mobilizá-los.

Quero, por fim, agradecer também ao cidadão anônimo que protagoniza estas cenas em que somos todos coadjuvantes. Todos que aqui se encontram fazem história, testemunhando esta pactuação capaz de propiciar avanços transformadores. Acredito que é a vontade de contribuir para a superação das desigualdades e da exclusão social que nos move a todos. É essa vontade de justiça social o palpitar do coração que bate forte no interior de todo o arcabouço institucional e técnico do Sistema que estamos implantando e que vingar-se-á para além de nós, para mudar a realidade da cidadania excluída.

O mais importante, no entanto, senhor Governador, é que esta pactuação vai ao encontro do compromisso de Vossa Excelência com o desenvolvimento social e humano. Um compromisso presente em toda a sua atuação parlamentar e que, renovado no mandato executivo, conferiu ao Governo de Minas feições novas e um coração democrático e humanista que, batendo forte, orgulha e entusiasma o povo mineiro e, particularmente, a todos nós que temos a honra de integrar a sua equipe.

Por isso, não posso deixar de expressar o tamanho da esperança que depositamos em Vossa Excelência: numa época em que os veeiros da política se mostram mais pobres, Minas Gerais se renova e oferece ao País preciosidade da gema eloquente, a dizer que a sua reserva é mesmo inesgotável. É pensando assim, acreditando nesse perfil, que tenho empenhado todo esforço para fazer a minha parte e dar o melhor de mim na construção de políticas públicas sob sua alta condução. Tenho colocado, com paixão, meu saber e meu querer em favor de um estado melhor para todos os



mineiros, mais humano e democrático; que projeto mais digno não pode haver!

Com a pactuação celebrada hoje, a SEDESE está mais forte para o cumprimento de sua missão institucional, e os municípios sentem mais forte o braço do estado no apoio para a superação das dificuldades. As instâncias deliberativas e de controle do sistema sentem-se também fortalecidas, e o cidadão mineiro, mais confiante em que, em Minas, todo o sacrifício se faz pelos mineiros e todo o avanço acena para a dignidade da pessoa humana.

Vossa Excelência, com certeza, escreve nova página da Assistência em Minas Gerais. Vossa Excelência, com certeza, lança o verde da esperança no redesenho da geografia social de Minas, para mais uma vez confirmar, com Guimarães Rosa, no Grande Sertão: Veredas, que “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas elas vão sempre mudando.” É que Minas Gerais está mudando para melhor e avança para além das montanhas.<sup>40</sup>

---

40 Discurso pronunciado na solenidade de lançamento do Pacto pelo Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Minas Gerais, realizado no Palácio dos Despachos – Belo Horizonte (MG). Presentes: Aécio Neves da Cunha, Governador do estado; Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo na ALMG; Deputado João Leite, ex-Secretário da SEDESE; Marcelo Garcia, Presidente do COGEMAS; Rosilene Cristina Rocha, Presidente Municipal do COGEMAS; Marcelo Armando Rodrigues, Presidente do CEAS; Paulo César Gonçalves, Reitor da UNIMONTES; Renata Vilhena, Secretária da SEPLAG. Junho de 2006.



## O CONSELHO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**E**m Serro, minha terra natal, tenho a honra de ser acolhida neste encontro promovido pela Associação Microrregional de Municípios do Alto Jequitinhonha – AMAJE e, ao mesmo tempo, acolher os que aqui vêm compartilhar experiências, expectativas e conhecimentos acerca da temática das políticas de inclusão na pauta da assistência social, na oportunidade da criação do Conselho Intermunicipal.

Convidada pelos organizadores para participar desta Assembleia, que abriga os representantes dos municípios da AMAJE e os que integram mais três coirmãs, aqui compareço com o propósito de dar continuidade à interlocução da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE com os municípios, com vistas a superar os desafios de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Registro que a SEDESE, institucionalmente responsável no Estado pela coordenação das políticas de direitos humanos, antidrogas, esportes, trabalho e assistência social, coordena as ações do Estado no âmbito do SUAS. Como tenho, também, o encargo e o compromisso de abordar, em todas as frentes, temas relacionados com a gestão pública, aqui mesclarei considerações sobre aspectos dessa temática. Da mesma forma, buscarei pautar algumas questões que dizem respeito à realidade regional, que, assim como vocês, eu bem conheço, por pertencimento.

Preliminarmente, quero ressaltar a importância da lógica associativista, pelo potencial de sinergia política e administrativa que pode representar, especialmente no momento em que os desafios da gestão de pessoal – em face das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal –, a emergência da qualificação e controle dos gastos públicos, a ampliação das demandas sociais bem como a complexidade e os riscos dos processos decisórios no âmbito da Administração Pública projetam grandes dificuldades para os gestores.

A mesma lógica é aderente ao paradigma democrático, uma vez que pode dar suporte aos municípios para adequação do perfil e das práticas da Administração, que não de contemplar instrumentos de interfaces com os segmentos e organizações da sociedade civil com o Ministério Público e com outras instituições de controle. Neste sentido, os municípios devem

organizar e apoiar os conselhos de políticas públicas e outras instâncias colegiadas, conferências, fóruns, audiências públicas, sem prejuízo das obrigações da rotina administrativa e de outras iniciativas.

Uma política unificada, como a de assistência Social, apresenta desafios ainda maiores, pois lida com a urgência das necessidades, com o imponderável das mazelas da marginalização e da segregação social, para além de cadastros e cartões. Pressupõe a adesão dos entes federativos ao Sistema Único e, também, a assunção de papéis e compartilhamento de responsabilidades.

Sabemos que, a partir das balizas da política de assistência social traçadas na Constituição Federal de 1988, editou-se, em 07.12.1993, a Lei nº 8.742 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a qual buscou substituir a lógica do clientelismo por ações de inclusão e de atendimento às necessidades pela ótica de direitos da cidadania. Entendeu-se que o Brasil não poderia sobreviver como nação civilizada na lógica das pequenas ajudas e que deveria empreender verdadeira luta pela inclusão da cidadania marginalizada ou em situação de vulnerabilidade social, e, mais que o socorro às necessidades, deveria buscar estruturar políticas específicas que pudessem contribuir para algo mais desafiante: radicar o sentimento de pobreza e de abandono. Criaram-se programas de transferência de rendas no âmbito da União e diversos programas sociais em estados e municípios.

Mais recentemente, em 2005, instituiu-se o Sistema Único de Assistência Social, com o objetivo de aperfeiçoar a operacionalização da referida política pública, rebatizando-se programas, aglutinando-se ações, carimbando-se recursos e, enfim, dando-se robustez e visibilidade às ações no setor. A iniciativa de criação do SUAS é aplaudida e devemos todos canalizar esforços para a sua plena implementação, cabendo a cada ente rever suas estratégias e ações, de modo a compatibilizá-las com as diretrizes do Sistema, sem que isso represente retrocesso ou quebra da autonomia no bojo da federação.

Em grandes linhas, pode-se dizer que o Sistema se organiza segundo as seguintes diretrizes: execução das ações de assistência pelos municípios; cofinanciamento dos programas por todas as esferas federativas; monitoramento da rede e das ações pelo Estado; política de Pessoal sujeita às Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos – NOB federal de RH – e capacitação intensiva e permanente; fluxo de recursos financeiros por meio de fundos em todas as esferas federativas, ou de unidades orçamentárias próprias.

Estamos certos de que a região encontrará caminhos próprios para fazer a sua parte na maratona da inclusão. Sabemos que há uma imagem consolidada da região, especialmente a do Jequitinhonha, como espaço de pobreza e de dependência. Com o sentimento de quem tem suas raízes

nela plantadas, podemos afirmar a disparidade entre essa visão e a realidade de proliferação de experiências produtivas, coletivas e autônomas; entre essa imagem distorcida e a riqueza cultural, a capacidade de solidariedade e participação política e, sobretudo, de persistência para superar as dificuldades. Um fragmento da obra de Guimarães Rosa pode bem traduzir este jeito de quem tem a paciência para mudar pelas pequenas ações que fazem a diferença: “[...] o Diabo é às brutas; mas Deus é traiçoeiro. [...] Deus vem vindo: ninguém não vê. Ele faz é na lei do mansinho – assim é o milagre.”<sup>41</sup>

Sim! Vamos fazer o caminho da mudança sem alarde, sem populismo, sem promessas enganosas! Que cada qual faça a sua parte e potencialize a ação coletiva, e um novo quadro se revelará a todos! A criação do Conselho Intermunicipal de Assistência Social, uma institucionalidade exclusiva da região, deve ser saudada como uma resposta positiva ao desafio de romper barreiras técnicas para viabilizar, coletivamente, o fluxo das medidas de implementação do SUAS. Parabéns às associações parceiras e aos membros do Conselho! E, para que possamos avaliar a potencialidade da região que aqui se faz representar pelas três associações microrregionais, permito-me fazer registros pontuais sobre os municípios que integram cada uma delas, indicando-lhes alguns traços ou situando pautas emergentes.

## AMAJE

### Associação Mineira do Alto Jequitinhonha

A Associação é integrada por vinte e três municípios, de um modo geral, muito vocacionados para a cultura, notadamente, a música e o artesanato, e para a história oral. As comunidades, bastante participativas, contam com sistemas produtivos adaptados ao meio e guardam profundo conhecimento da natureza. Destaca-se, por exemplo, a solidez da organização da agricultura familiar da região. A despeito da baixa fertilidade natural das terras e da existência de grandes faixas sem qualquer aptidão agrícola, buscam-se alternativas, inclusive pelo associativismo, para a geração de rendas e agricultura de subsistência. A propósito, lembro que, no dia 29 de agosto, o Seminário sobre a Economia Mineira discutirá o tema “Terra, Trabalho e Renda no Alto Jequitinhonha”, o que corrobora a importância das atividades produtivas naquele território.

Deve ser destacada a construção da Hidrelétrica de Irapé, que potencializa o desenvolvimento da região, a despeito de inegáveis efeitos perversos recorrentes em empreendimentos dessa natureza e magnitude. Não podemos omitir o fato de que várias empresas de grande porte têm atividades na região, mas não representam oportunidade de significativa absorção de mão de obra. Muitas, focadas em planos de refloresta-

<sup>41</sup>Excerto da obra Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa (1908-1967).

mento, de base mecanizada, não contribuem de modo consistente para a mudança do perfil econômico regional. Lembremos cada um dos municípios da AMAJE, ligando-os a pelo menos um fator de identidade: Aricanduva – empresa Acesita Energética Ltda.; Carbonita – Acesita; Coluna – tapetes, cachoeiras, queijos e doces; Couto de Magalhães – jazidas de manganês, extração de ouro e diamantes, (Mineradora Rancho Novo); Datas – matriz do Divino Santo, arquiteto francês Félix Quizard (1870); Diamantina – Patrimônio da Humanidade e JK; Gouveia – indústrias, comércio de pedras, agropecuária e o cubu (bolo de fubá, enrolado em folha de bananeira, feito pelos negros); Itamarandiba: fazendas, utensílios indígenas; Minas Novas: reservas minerais, artesanato; Santo Antônio do Itambé – Pico do Itambé, com 2.044m de altura, berço do mecânico Geraldo Pacheco de Melo, o “Guttemberg Mineiro”. Em 1928, editou o Liberal, do Serro, impresso com tipos esculpidos em pedra sabão; Serro – terra do queijo, quarta cidade de Minas a ter imprensa escrita, com o “Sentinela”, cidade tombada como patrimônio nacional; Turmalina – carvão, eucalipto, fabricação celulose, papel e produtos de papel, capital da canção popular.

Cabe lembrar que, em atenção ao perfil turístico da região, o Governo do Estado implantou recentemente o Posto Integrado de Defesa Social de MG – Diamantina, importante investimento com foco no combate à criminalidade e na orientação aos turistas.

## AMBAS

### Associação Microrregional de Municípios do Baixo Suaçuí

A microrregião possui a maior taxa de redução da população rural em Minas Gerais, com significativa redução da área plantada e comprometimento do desempenho agrícola. Apresenta, em todos os setores econômicos, baixo dinamismo, carência de postos de trabalho, do que resulta uma dívida social imensa. A Escola Agrícola de São João Evangelista é o contraponto positivo dessa realidade.

São municípios dessa microrregião, com seus destaques: Coroaci – cachoeiras e a Expocana; Divinolândia – Jubileu Nossa Senhora da Aparecida; Dolores de Guanhães – cachoeiras e paisagens naturais; Gonzaga – cachoeiras; Guanhães – extensa base de serviços; Paulistas – a “capital brasileira da sorte”, guarda a glória de ter “maternado” o diamante dos Paulistas, considerado o primeiro encontrado no Brasil; Virgínia – escadaria da Capelinha com 509 degraus e o tradicional Festival da Jabuticaba; Sabinópolis – pecuária, laticínios e mineração; São João Evangelista – Escola Agrícola e o encontro de resgate da memória cultural do nordeste mineiro.

## AMME

### Associação de Municípios da Microrregião do Médio Espinhaço

A Associação, que tem como presidente João de Carvalho Pires, é integrada por sete municípios: Alvorada, Carmésia, Conceição, Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Morro do Pilar e Ferros.

O médio espinhaço é hoje uma região em ebulição. Pressionada por grandes projetos de investimentos, por disputas ambientais, conflitos entre carvoeiros e a fiscalização do Instituto Estadual de Florestas – IEF, reações de organizações ambientalistas, pela emergência de infraestrutura, vem buscando abrir o diálogo com vistas ao fortalecimento político e institucional da região e colaborar com os projetos estruturantes com que o próprio Estado vem acenando e implementando, como o da Estrada Ecológica; o do Circuito da Serra do Cipó, Médio Espinhaço Diamante Estrada Real; e o da preparação da região para receber os grandes empreendimentos mineradores, para ficar apenas com os de grande repercussão.

Destaquemos, então, cada um dos municípios dessa microrregião: Alvorada – reservas minerais, Balneário Tanque do Corumbé; Carmésia – fazendas antigas, ouro; Conceição – igrejas do século XVIII, festas folclóricas e religiosas, reservas minerais, turismo; Congonhas – cristal, ferro, agropecuária, artesanato; Dom Joaquim – Recanto da Represa, reservas minerais, produção caseira; Morro do Pilar – com suas volumosas reservas de ferro, a cidade pode ser considerada berço da siderurgia nacional. Em 1814, conseguiu fabricar ferro líquido; Ferros – indústria de transformação de alimentos, jazidas de cristal de rocha, pedras preciosas e agropecuária.

Neste momento em que há uma crise macro da ética na política e na gestão pública, é muito oportuno que façamos um parêntese para uma reflexão sobre seus valores, especialmente tendo em conta o caráter que deve assumir a política de inclusão. Temos que deve fazer parte dessa reflexão o compromisso com a verdadeira emancipação dos cidadãos. Nesse sentido, não podemos tão somente replicar a lógica de soluções dadas, mas, sim, criar verdadeiras alternativas de mobilidade social – as chamadas portas de saída.

Este tem sido o mantra do Governo do Estado: vamos atender as necessidades que não esperam, e, também, inserir as pessoas pela educação, pela preparação para o trabalho, pelo empreendedorismo solidário e por todas as formas disponíveis para que o público-alvo do Sistema de Assistência não seja multiplicado e cooptado, mas lançado a patamares de conscientização e de compromisso com o projeto de vida de cada qual.

Técnicos e gestores da SEDESE fazem parte dessa jornada, compartilhando propósitos colaborativos e emancipatórios, e encontram-se presentes para o suporte necessário aos municípios e aos membros do Conselho Intermunicipal.

Finalizando, aqui renovo o compromisso funcional de lutar pela causa pública em nosso Estado; aqui, fortaleço os vínculos de pertencimento a esta terra e a esta gente; aqui reafirmo a disposição de colaborar com os municípios na implantação do SUAS, respeitando a identidade de cada um, e de dialogar de forma propositiva na busca de soluções, em momento de construção coletiva de um novo patamar para a política de inclusão social. Queremos todos, acredito, não apenas socorrer a pobreza, mas criar condições de erradicar o sentimento de miséria e abandono! Obrigada!<sup>42</sup>

---

42 Palestra proferida na Assembleia Geral da Associação Microrregional de Municípios do Alto Jequitinhonha (AMAJE) e outras associações microrregionais (AMAJE, AMME, AMMG, AMBAS), realizada na Câmara Municipal do Serro (MG). Presentes: Guilherme Simões Neves, Prefeito Municipal de Serro; Vereador Júnior Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de Serro; Soelson Barbosa Araújo, Prefeito Municipal Turmalina e Presidente da AMAJE; Dr. Celso Cotta Neto, Prefeito de Mariana e Presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM); Dr. Rogério de Souza Moreira, Superintendente Geral da AMM; Dr. Alexandre Alkimim, Técnico da AMM; João Paulo Ponzi, Secretário Executivo da AMAJE; Roberto de Oliveira Queiroz, Prefeito de Cantagalo e representante da Associação Microrregional dos Municípios; prefeitos, vereadores, secretários municipais, conterrâneos, lideranças, Vice-Prefeito, ex-Vice-Prefeito, Ex-Prefeito José da Conceição, dirigentes dos órgãos do Estado; membros do Conselho Intermunicipal de Assistência Social. Agosto/2006.



## IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Senhoras e Senhores, bom dia! Cumprimento os componentes da mesa na pessoa do Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Declaro minha satisfação de participar desse Primeiro Encontro Regional do Ciclo de Debates Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, Desafios e Perspectivas, importante iniciativa multi-institucional que inaugura o esforço colaborativo em torno do processo de implementação do SUAS em Minas Gerais.

### Quadro de desigualdades

Na linha das tendências nacionais, Minas apresenta desigualdades sociais profundas. Com raízes coloniais, essas desigualdades foram potencializadas sobretudo com as mudanças da última metade do século XX. Assim, com sua história centrada e atualizada em um arranjo social perverso, não é apenas no campo da cultura que as Minas de Guimarães Rosa são tantas.

O fenômeno da concentração de rendas tem gerado males imensuráveis, com ênfase para a violência, explicada em grande medida pela ausência de perspectivas para crianças e adolescentes que acabam sendo acolhidos no mundo do crime. Em consequência, instalou-se a cultura do medo, que logo se associa à do prazer e do imediatismo, como falso caminho da neutralização do terror na convivência social.

Não é difícil perceber que a governabilidade – as condições institucionais e políticas necessárias para que um Governo eleito possa efetivamente governar – está associada à capacidade de enfrentar o acirramento dos fenômenos da urbanização e suas consequências, da metropolização, das desigualdades regionais e sociais, da exclusão social, bem como a pressão das demandas. Igualmente requer boa performance para disputar recursos destinados ao financiamento das políticas públicas, notadamente se se tem em conta a inadequada matriz tributária. Para além, a governabilidade pressupõe capacidade de gestão dos recursos, seja em cenário de abundância, seja em plano de escassez.

## Gestão x Assistência

Na política do final do século XX, uma característica surge como diferencial em relação à experiência passada: a crescente participação popular. A emergência de movimentos sociais dos anos 70 e 80 culminou na institucionalização da participação em instâncias diversas. Superando o patamar do individualismo, começa a se esboçar uma rede de solidariedade, que toma as pessoas ao desencantamento quanto à possibilidade de mudança, para estimular-lhes o papel transformador. O movimento, porém, é pendular; oscila da solidariedade à competição, especialmente por recursos, lembrando que o exercício da cidadania política é um aprendizado para a população e para os atores políticos e que uma política de inclusão deve superar o patamar de solidariedade.

A Constituição Federal de 1988 promove expressiva transformação no padrão de proteção social e de seguridade social caracterizado como um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. No tocante à ampla seguridade social, é importante ressaltar os seguintes traços: concepção de universalidade de cobertura; gestão democrática e descentralizada; caráter de dever do Estado; caracterização como política pública; diversidade de fontes e modalidades de financiamento; e uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais. Nessa concepção, as ações devem ser integradas, articuladas no âmbito de um sistema de proteção social, na busca de superação da fragmentação das políticas sociais, prestigiando-se a interlocução da assistência com outras políticas, como a de saúde e previdência.

A política de Proteção Social, criada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993, ganha novas perspectivas de consolidação com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nos moldes do Sistema Único de Saúde. O SUAS, um modelo de gestão dotado de diversos mecanismos institucionais para melhor operação da referida política, pressupõe gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição precisa das competências técnico-políticas da União, do Estado e dos municípios, bem assim a participação e a mobilização da sociedade civil.

Após a implantação do Sistema Único de Assistência Social, foi aprovada pelo Conselho Nacional, em 2004, a Nova Política Nacional de Assistência Social e, em 2005, a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

Vejamos as atribuições do Estado estabelecidas pela NOB/SUAS e registros de iniciativas implementadas ou em curso: organização, coordenação e execução da política e do sistema estadual de assistência social – processo permanente, iniciado em 1996, que sofreu ajustes ao SUAS, em 2006; destinação de recursos financeiros aos municípios a título de participação nos Benefícios Eventuais – ação já realizada pelo Estado há cerca de dois anos; implementação de ações de monitoramento, acompanhamento e avaliação, sistematizando as informações da política e da rede de serviços em âmbito estadual ou regional – ação iniciada em 2005, com a contratação da UFMG para implantar um sistema de informações, monitoramento e avaliação; prestação de apoio técnico aos municípios para a implantação de seus sistemas – processo permanente, iniciado em 1996, que sofreu ajustes ao SUAS, em 2004; coordenação e apoio técnico aos municípios para a implantação dos CRAS – ação iniciada em 2005; coordenação, regulação e cofinanciamento das ações de estruturação da proteção social especial de média e alta complexidade (atendimento integral institucional, Casa Lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, trabalho protegido), considerando a prestação de serviços de referência regional, bem como assessoramento técnico e financeiro para consórcios intermunicipais – ação iniciada em 2005, no caso dos consórcios propostos para o combate à exploração sexual; análise e definição, em conjunto com os municípios, dos territórios para a implantação de CREAS, considerando a oferta de serviços, o fluxo de atendimento nas regiões do estado e as prioridades para serviços regionais e consórcios municipais – ação em curso; coordenação, gerenciamento e execução de programa de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços – ação iniciada em 2004, através do programa estadual.

Vamos nos fixar na lição da peregrina da paz, Carla Anette, que repetia sempre: “Primeiro, o primeiro.” Na mesma linha, lembro um verso de antigo hino<sup>43</sup>, de muita sabedoria, que diz: “Não peço para ver a cena distante; um passo é suficiente para mim.” Deem simplesmente quaisquer dos passos que lhes pareçam mais fáceis e, quando derem algum, ser-lhes-á mais fácil darem outros mais. Alguns amam a humanidade sem amar as pessoas; outros amam as pessoas sem amar a humanidade. Devemos amar a ambas. Estas ideias lembram a necessidade de valorizarmos cada passo.

Em Minas, já demos muitos passos e ainda precisamos caminhar corajosamente no tocante à política de assistência social. Minas Gerais tem sido protagonista em vários aspectos na implantação do SUAS. Foi o primeiro estado da federação a aderir ao sistema. Tem todos os recursos orça-

---

43 Lead, Kindly Light (Guie, bondosa luz)

mentários destinados à política de assistência social alocados no Fundo Estadual de Assistência Social. Suplementou o orçamento da SEDESE em três milhões, em 2005, com vistas a reafirmar o compromisso de adesão ao SUAS, o que permitiu o cofinanciamento de 142 municípios com recursos de investimento, e a implantação de 170 unidades de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Em 2005, foram financiados dez CRAS na região Centro-Oeste. Na regional Curvelo, foram dois em Curvelo e um em cada um dos municípios de Diamantina, Felixlândia, Itamarandiba, Santana de Pirapama e Serro; e na regional Divinópolis, um em Campo Belo e dois em Divinópolis.

O Estado tem contribuído para o bom funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social. Tem realizado todas as conferências estaduais, com mobilização de todos os atores das políticas sociais. Há que se registrar, porém, que muitos são os desafios que o Governo Estadual tem enfrentado nessa implantação. Minas Gerais é o estado da federação que possui o maior número de municípios – 853 – com características regionais as mais diversas, desses, 679 são de pequeno porte.

A SEDESE tem se dedicado a orientar e assessorar os municípios mineiros para que esses consigam se habilitar nos níveis de gestão previstos na NOB/SUAS. Entretanto, há, ainda, 210 municípios que não estão habilitados e, outros 134, em gestão inicial. Da região Centro-Oeste (regionais Curvelo e Divinópolis), há 36 municípios não habilitados e 19 em gestão inicial. Faz-se necessário ressaltar que esses municípios enquanto não conseguirem se habilitar, pelo menos no nível da gestão básica, ficam impossibilitados de concorrer à expansão de recursos, sejam estaduais, sejam federais.

O Estado vem empreendendo múltiplos esforços em variadas vertentes para garantir o suporte aos municípios. No campo da capacitação de gestores e conselheiros municipais, a SEDESE qualificou, em 2005, 2.169 pessoas, por meio de oito eventos específicos: dois de caráter regional, sediados em Patos de Minas e em São João Del Rei, abrangendo os municípios da jurisdição respectiva, e os demais, em Belo Horizonte, custeados com recursos estaduais. O Estado, também com recursos do Tesouro, no valor de R\$268.000,00, contratou a UFMG para o desenvolvimento de um sistema de avaliação e monitoramento das ações da política de assistência social, que será de fundamental importância para o acompanhamento e o planejamento das metas e ações nessa área e para orientação aos municípios.

A SEDESE, também, está fazendo os estudos e levantamentos necessários para a realização de concurso público com vistas à recomposição do quadro de pessoal para atender às demandas sociais, técnicas e administrativas, próprias e dos municípios. Durante as atividades do dia, outros

representantes da Secretaria estarão detalhando as peculiaridades da implantação do SUAS no estado, e disponíveis para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Estamos aqui para compartilhar, para apoiar os municípios a darem seus passos: “Primeiro, o primeiro”.<sup>44</sup>

---

44 Palestra proferida no I Encontro Regional do Ciclo de Debates Implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Desafios e Perspectivas, realizado em Divinópolis (MG). Presentes: Ministro do Desenvolvimento Social, Dr. Patrus Ananias; Deputado Federal Jaime Martins; Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Deputado Estadual Rogério Correia; parlamentares, autoridades do Poder Executivo Estadual, membros da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública; Prefeito Municipal de Divinópolis; Vereador Presidente da Câmara Municipal; Miriam Costa, representante da equipe técnica da ALMG. Maio/2006.



## CONCRETIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Caríssimos participantes do Encontro do SUAS – Regional Sudeste, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sejam bem-vindos a Minas Gerais e a este cenário histórico de Belo Horizonte: a Faculdade de Direito – a Casa de Afonso Pena – centro de vivas tradições da cultura mineira; palco de tantos espetáculos cívicos e referência na luta política pela redemocratização do País; solar de abrigo dos universitários e cidadãos que vivenciaram a resistência democrática. Tenho aqui imensuráveis honras: a de acolhê-los em nome do Governo de Minas Gerais, como Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; a de representar o Fórum Nacional de Secretarias de Estado de Assistência Social (FONSE-AS), por solicitação da estimada amiga e presidente, a Secretária de Estado de Assistência Social do Rio de Janeiro, Sílvia Barreto, impossibilitada de aqui estar presente; e, por fim, a de compartilhar sentimentos, como professora desta Faculdade. Aqui, tenho vivido a emoção de aprender e ensinar, em processo de permanente transformação. E, nesta jornada SUAS, compartilhamos, sobretudo, o aprender.

Este Encontro trata, como tema de fundo, de um processo em evolução – diga-se, em franca evolução no Brasil – qual seja o da concretização de benefícios assistenciais no contexto do SUAS. E, mais especificamente, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na nova realidade da Política Nacional de Assistência Social, agora na moldura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado pela Constituição Federal de 1988, e posteriormente regulamentado, o BPC precisa ser definitivamente incorporado à Norma Básica e submetido ao efetivo controle social. Considero, sobretudo, que será o controle social a condição essencial da garantia desse direito, principalmente agora, com a irradiação dos CRAS por todo o País, sem prejuízo das vias institucionais existentes.

Quando compulsamos as estatísticas do MDS sobre o perfil dos beneficiários do BPC por escolaridade, pela prioridade no uso do recurso, ou pela mudança de vida propiciada pelo benefício, só temos razões para buscar ajustar o BPC ao Sistema Único de Assistência Social, compondo o conjunto da proteção social básica; rompendo com o ciclo vicioso de seu

tratamento com fim em si mesmo. Conforme diagnóstico já feito, sua eficácia só poderá ser assegurada quando integrada ao conjunto das demais ações socioassistenciais, como a garantia do direito à convivência familiar e comunitária; o trabalho social com a família dos beneficiários; o atendimento de suas necessidades e o desenvolvimento de suas capacidades e de sua autonomia.

Tenho plena certeza de que, nos painéis, oficinas e mesas que serão realizados hoje e amanhã, muitas ideias úteis e verdadeiros saberes, resultantes da troca de experiências, poderão vir à tona, com o propósito de assegurar a legitimidade desse benefício. Considerando os vícios da cultura que ainda subsiste, amarrada ao clientelismo e à exploração política e mesmo oportunista do agudo quadro de vulnerabilidade social existente em nosso país, torna-se urgente criar uma espécie de “cordão sanitário” em torno dele, para uma intervenção cuidadosa.

Dezembro é marcante na mudança de paradigmas da assistência no Brasil. No dia 7, comemoramos o “Dia Nacional da Assistência Social”, data oficialmente criada, em 2005, por Lei Ordinária oriunda de projeto do deputado federal mineiro, Eduardo Barbosa, homenageando aquele 7 de dezembro de 1993, que deu nascimento à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Mas sendo verdadeiro que “os lírios não nascem da lei”<sup>45</sup>, como lembra um verso do poeta itabirano e universal, Carlos Drummond de Andrade, a efetivação dos direitos sociais é também um processo de luta e conquista. Aqui em Minas temos envidado todos os esforços nessa corrente de efetivação dos direitos pela lógica do SUAS. Por isso, o estado de Minas Gerais está honrado em sediar este Encontro Regional, que culmina uma série de outros realizados nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sul do Brasil. Os participantes que aqui vieram estão movidos, em seus respectivos estados e municípios, pela mesma vontade de contribuir para a superação das desigualdades e da exclusão social, bandeira que mobiliza todos que compõem essa rede em prol do desenvolvimento social e humano, seja no âmbito do Estado ou da sociedade civil.

Falando agora como Secretária de Estado, quero apenas dar um breve perfil da Política Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Ela adquire, com sua matriz democrática e voltada para um público-alvo historicamente excluído das políticas públicas, um caráter estruturador. Encartada em ampla proposta de desenvolvimento social, a assistência passou a ser tratada pela lógica transversal e tomada, dessa forma, em suas amplas possibilidades de integração com outras políticas, com potencial de intersetorialidade. Nesse contexto, a política de assistência social tem sido implementada, com fidelidade ao marco constitucional e legal, como política de acessibilidade às demais políticas públicas sociais, sob os vetores da universalização da cobertura e do atendimento por meio da proteção básica.

---

45 Verso do poema “Nosso tempo”, de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987).



Uma política de proteção social ativa, voltada para a autonomia do cidadão como efetivo sujeito e protagonista da rede de ações e serviços, com enfoque nas potencialidades do ser humano e também nas necessidades essenciais e emergentes, consideradas na perspectiva de sua superação, eis a compreensão que o Estado tem acerca dessa política específica.

Minas, tendo um compromisso com essa lógica emancipatória, não tem medido esforços para ampliar suas metas. Traduzida em ações, essa consciência tem-se manifestado em atitudes concretas no plano da capacitação; no processo de habilitação de municípios; no cofinanciamento; no apoio às institucionalidades do sistema e à rede socioassistencial e – por que não dizer? – no socorro às necessidades. Marcelo Garcia, especialista na temática, lembra que Minas Gerais alcança índices de crescimento no tocante aos resultados positivos da política em comento, assim como de reconhecimento, estando afinado aos princípios do Sistema.

Por razões inerentes à extensa base municipal do estado, a maior do país, com 853 municípios, dos quais 679 são de pequeno porte, além de congregar uma densa rede socioassistencial, contando com 17.455 entidades registradas no sistema estadual, o Governo de Minas Gerais vem incorporando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, adaptando-se às necessidades e demandas específicas de sua população, já próxima dos vinte milhões de habitantes. Por isso, o Governo de Minas empenhou-se na elaboração da Norma Operacional Básica Mineira de Assistência, por meio da qual, no campo de sua autonomia e atento à diretriz da Constituição Mineira, vem aprofundando a estratégia regional. O Estado não quer apenas executar seu “dever de casa” no âmbito do SUAS, mas quer e precisa arrojar, sobretudo em face de algumas das peculiaridades que já mencionei.

Assim, um conjunto de medidas normativas, financeiras, logísticas e institucionais ganhou corpo. A par disso, tem-se estimulado na burocracia estatal de assistência o tratamento democrático e o princípio de respeito aos gestores, instituições parceiras e beneficiários do sistema, afastando-se a lógica de hegemonia do Estado. Efetivamente, o verde da esperança está redesenhando a geografia social em Minas, ou melhor, os territórios sociais, dinâmicos por natureza, sabendo que – parafraseando a sabedoria do mineiro do Grande Sertão: Veredas, eu diria que o bom é que as coisas nunca estão terminadas; o bom é que as coisas mudam.

Erradicar o ranço paternalista e escapar da armadilha clientelista para construir territórios do Estado de Direito Democrático, focado na cidadania e na emancipação, como sustenta e aponta a bandeira generosa da Constituição Cidadã de 1988, não é tarefa que se realiza no horizonte dos treze anos da LOAS, nem dos dois anos do SUAS. Mas o mais importante é que esses marcos assinalam que algumas das páginas do passado foram definitivamente viradas, e já se começa a construir discursivamente uma

nova história, não a partir de um enredo para narrativas artificializadas, mas com a participação democrática.

Os participantes deste Encontro Regional, como os dos demais realizados em todo o Brasil, são coautores dessas novas páginas que haverão de afirmar, ao longo do tempo, o que está consagrado no artigo 204 da Constituição Federal, ou seja, que o Estado se torne verdadeiramente público. Nesse sentido, o apelo à participação da população e ao controle social como o caminho para fazer do Estado a instância verdadeiramente pública e dos indivíduos cidadãos emancipados. Sucesso a todos! Muito Obrigada!<sup>46</sup>

---

46 Discurso proferido na abertura do Encontro do Sistema Único de Assistência Social – Regional Sudeste sobre os Benefícios da Assistência Social no Contexto do SUAS, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, realizado na Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte (MG). Presenças: Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Gomes, Secretária MDS/SNAS – Brasília; Dr. Benedito Alberto Branco, Diretor INSS; Dr. Sílvio Yung, Presidente do CNAS; Dr. Jorge Narras, Sec. de Políticas Sociais de BH; Dr. Marcelo Garcia, Presidente do COGEMAS; Deputado Estadual André Quintão; Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Trabalho e Assistência Social; gestores estaduais, municipais: São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; equipes técnicas do MDS e do INSS; equipe técnica da Assembleia Legislativa; conselhos municipais e estaduais; representantes das diversas instâncias de pactuação: CIB, CIT, etc.; membros do Ministério Público; equipe técnica da SEDESE; pesquisadores e professores: Dr.<sup>a</sup> Ivonete; Dr.<sup>a</sup> Polyane; Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Souza, Coordenadora; representantes da comunidade acadêmica da UFMG. Dezembro de 2006.

## ENCONTRO COM DIRETORIAS REGIONAIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

**M**inhas boas-vindas a todos vocês que acolheram o convite da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE para a agenda desta tarde – na verdade, um pretexto para interlocução e fortalecimento da pactuação institucional e de compromissos funcionais com a missão desta Pasta. A autorização que hoje é formalizada para entrega de equipamentos às representações regionais da SEDESE tem um significado que vai muito além da disponibilização de bens ditos de capital, tão necessários à estruturação da Secretaria, como os aparelhos de TV, fax e DVD, as telas de projeção, os veículos de trabalho, os computadores, ou, ainda, mobiliários que, proximamente, cumpridas as formalidades legais em andamento, serão destinados às diretorias regionais.

O significado que transcende este ato, e o antecede, consiste na decisão de governo, consagrada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Prioridades e Metas do Governo, por meio do Programa de número 622 e na Ação 47-28, que garantem, textualmente, o “apoio às Diretorias Regionais da SEDESE na gestão da Política Social do SUAS.” E isso sob o signo de programas estruturadores e de monitoramento intensivo, e da desconcentração da ação governamental.

Uma decisão de governo que traduz a vontade política do Governador Aécio Neves de priorizar a alocação de recursos na área social e de possibilitar as condições adequadas para a capilarização do suporte à articulação do desenvolvimento social em todo o Estado. Quando da constituição do Pacto pelo Aprimoramento da Gestão da Política Estadual de Assistência Social, cuja construção tivemos a honra de coordenar, Sua Excelência deixou claro que a atenção à qualidade e a eficácia da ação governamental focaria essa área, mais do que sensível.

“Estamos firmando um pacto – declarou então o Governador do Estado – com a qualidade e a excelência do desempenho na assistência social, cujos resultados serão potencializados, a partir de agora, por meio de parcerias, ampliação, profissionalização e qualificação do seu quadro funcional

e outras iniciativas de forte impacto". Organizar a estrutura da SEDESE, renovar os seus procedimentos, ampliar as parcerias, criar sinergia interna e externa no tocante à política de desenvolvimento social foram os desafios que Sua Excelência pautou para a minha missão nesta Pasta, missão que tenho compartilhado com todo o quadro funcional e tantos colaboradores. Neste propósito tenho empenhado o Direito e o "esquerdo".

Em seu segundo mandato, o Governador Aécio Neves deseja aprofundar os resultados, de tal modo que esta Secretaria de Estado – a SEDESE – terá um papel exponencial no conjunto dos programas, projetos e ações de Governo e, certamente, estará, também, preparada para maior visibilidade. Podemos dizer que, nesta fase, uma nova secretaria encontra-se na incubadora institucional. Tenho, por isso, a absoluta convicção de que as carências operacionais que ainda marcam o processo de implantação e consolidação da SEDESE, seja em recursos humanos seja em equipamentos – como é natural em todo quadro de (re)institucionalização de um organismo estatal, especialmente, como a SEDESE, em razão de suas múltiplas áreas de atuação e complexas responsabilidades – serão superadas dentro da lógica das prioridades consagradas pelo Governo do Estado.

Vejo, com alegria, os avanços realizados. Quantos projetos de melhorias alavancamos neste curto espaço de tempo. Do mesmo modo, a SEDESE conseguiu desenvolver uma agenda extraordinária de integração no tocante às responsabilidades compartilhadas, seja com o Governo Federal, com outros estados e com os municípios, seja com o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e as instituições essenciais à Justiça, seja, ainda, com o setor empresarial e o Terceiro Setor, além de atividades institucionais de porte e repercussão, como as grandes conferências. Digo tudo isto, para que vocês possam fazer a autoavaliação e experimentar a boa sensação do cumprimento do dever nesta construção coletiva.

Não há hoje, na gestão pública, desafio mais exigente, como também mais fascinante, do que o trabalho em prol do desenvolvimento social. Afeiçãoada ao Direito e à Administração Pública, tenho a SEDESE como o mais completo laboratório de políticas públicas e o espaço mais legítimo de efetivação de direitos. Aqui, o Direito me socorre e está a serviço, na procedimentalização, na operacionalização de controles, na condução de programas delicados e tensionados especialmente pela relação proteção X violência, na densificação dos direitos sociais, entre tantas pautas desafiadas pela urgência de ruptura com o quadro de mazelas sociais.

E o momento histórico em que vivemos, que assinala a construção do Estado de Direito Democrático e Republicano no Brasil, não pode admitir a reprodução do velho modelo estatal e político centralizador e excludente que, secularmente, caracterizou a sociedade brasileira, gerando, como resultado, essa realidade de imensos desequilíbrios e desigualdades na or-

dem econômica e social. Não há projeto de nação que possa ser construído com a perpetuação dessa ordem injusta e que, agora, dá sinal de irreversível esgotamento. A inserção, a inclusão, a autonomia, a participação das representações sociais na concepção e na execução das políticas públicas são sinais dos novos tempos. Toda essa mudança perceptível no Brasil profundo e nas raízes de Minas Gerais é um movimento histórico que não tem meia-volta.

Vocês, diretoras e diretores regionais da SEDESE, estão, pois, colocados na fronteira e na vanguarda de um processo de transformação social que a História deslançou de maneira irreversível, não por mágica de milagres, mas pela consciência coletiva que repugna o estado de coisas. Nos anos do autoritarismo, e como hábito e costume arraigados desde a Velha República, havia um governo de primeira classe, assentado confortavelmente nas pastas da áreas econômica e financeira, e um governo de segunda classe, cheio de carências e limitações, ocupado com as pastas da área social, da educação à saúde, do trabalho à assistência social, mendigando as migalhas do desenvolvimento. A Assistência, nesse plano, confundia-se com o mero assistencialismo e sofria pressões do clientelismo ou do oportunismo político.

Esse quadro, desde a década de 90, está mudando e ainda vai mudar mais radicalmente: ou todos viajam com semelhante conforto, superando as privações, ou todos naufragam em um mar de violência e intolerância. Esse sentimento que perpassa o interior do Governo corresponde, necessariamente, ao sentimento da população em face das ingentes e mais que urgentes demandas sociais. Saibamos, porém, enfrentar com serenidade, paciência, humildade, e, também, com muita coragem, esses desafios cruciais do nosso tempo. Todo desafio ou obstáculo exige uma única e simples receita para ser vencido: o esforço de superação, a determinação para romper os limites.

Pois bem, é preciso persistir com eficiência e eficácia, potencializando os recursos, humanos e materiais. É preciso aperfeiçoar os métodos por meio da capacitação; suprir as necessidades por meio da solidariedade; romper barreiras por meio da articulação com a sociedade civil e as diversas instituições. Assim crescerá o desenvolvimento social e humano em que estamos empenhados.

No início da minha fala, disse-lhes que um encontro para a transferência de equipamentos às diretorias regionais seria apenas pretexto para uma interlocução. De fato, eles simbolizam apenas a ponta de um processo muito mais amplo e de dimensões muito maiores. A nossa missão está focada no ser humano, criação divina que deve e precisa estender seus horizontes mais além da fronteira desumana da miséria e da pobreza, do isolamento e do desemprego, da dor e da falta. Não poderia haver missão maior

a cumprir que esta de não só estender a mão solidária aos que pouco ou quase nada têm para a sobrevivência mas também garantir-lhes direitos e condições que lhes permitam o passo seguinte, rumo à emancipação, à inclusão, à autonomia, ao trabalho. E essa é a missão pública de todos vocês. Que os recursos materiais contribuam para a eficiência de cada regional na busca da efetividade dos direitos sociais. Felicidades! Felizes Festas! Um Ano Novo pleno de realizações!<sup>47</sup>

---

47 Discurso proferido no Encontro com diretorias regionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE e entrega de equipamentos para os escritórios regionais, realizado na sede da SEDESE, Belo Horizonte (MG). Presentes: Coordenador das diretorias regionais e diretores regionais da SEDESE.

“Artigo IX

Fica permitido que o pão de cada dia  
tenha no homem o sinal de seu suor.  
Mas que sobretudo tenha  
sempre o quente sabor da ternura.”

[Thiago de Mello, Estatutos do homem]





## TERRITORIALIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

**A**o cumprimentar os gestores públicos e conferencistas que participam deste Encontro, quero dizer-lhes que todos estamos – sem desprezar valiosas experiências e contribuições do passado – trabalhando na construção de uma nova lógica de gestão pública sustentada na ideia de espacialização das ações com base em territórios definidos, não obstante dinâmicos. Falo do território como lócus da parceria crescente de ações, da coparticipação na concepção e na execução dos programas, projetos e ações das políticas públicas; enfim, da democratização e descentralização do processo decisório.

Nesse território do futuro, nós somos desafiados a abrir um novo caminho na concepção e na construção do desenvolvimento social, tentando mudar o ambiente e a cultura das práticas predominantes que sempre funcionaram no sentido contrário ao da participação e da integração. E os ventos dessa mudança nos convocam a seguir seu rumo para que não sejamos apanhados no meio de um furacão. E nesse cenário nos defrontamos com um paradoxo aparente: aquilo que se convencionou chamar de “globalização” – que é uma etapa mais acelerada do processo de ampliação do espaço econômico internacional – convive com uma também visível e irreversível revalorização do espaço local, do território que parcializa cada realidade. No local, vivem as pessoas de carne e osso, com seus pensamentos, sentimentos e comportamentos. Este é o nosso lócus de experiências diversas e de trabalho, e assim entendemos o conceito de territorialidade das políticas públicas. Um conceito que ganha densidade maior quando leva em conta aspectos e realidades do próprio estado de Minas Gerais.

Não por acaso, o Governo de Minas – como vem fazendo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) – optou por trabalhar na área social com os chamados “territórios sociais”, diretriz de gestão que agora se tornou objeto de estudo e pesquisa pela UniMontes. Esta mesma vertente se aplica à prática da política pública de esportes, com os chamados territórios esportivos, que estão sendo desenvolvidos por idealizadores da política específica. Igualmente, em Minas, há de se considerar, também, a espacialização do poder político por meio das associações mi-

corregionais dos municípios. E, do ponto de vista econômico, a regionalização de caráter macro é um critério que respalda as políticas de atração de investimentos, de distribuição de infraestrutura.

Os chamados “territórios sociais”, como a prática ensina, vão sendo caracterizados pela conjugação de variáveis como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, os graus de pressão e as ingentes – mais que urgentes – demandas sociais. Afastando cada vez mais o velho estigma do clientelismo, pensamos contrapor ao território social o que estamos chamando de “território de emancipação”, por via da concepção e da implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda que permitam construir, nesse caminho do futuro, um novo perfil do próprio território.

Esta é a lógica definida para o processo de enfrentamento dos “bolsoes de miséria”, superando aquela visão de mercado e de viés burocrático que abstrai o homem do seu espaço social, compulsando números e estatísticas para mera reprodução do *status quo*. Vamos aplicar as técnicas de exploração territorial em cada novo espaço geográfico, instalando metodologia de abordagem de território de trabalho, já que a alavancagem desse processo exige no mínimo uma base comum para as políticas sociais. Mesmo porque, apesar de ser óbvio, é necessário lembrar que o território social não é em si um espaço autônomo, ou seja, não é possível nele desenvolver um processo autóctone de desenvolvimento. É preciso montar uma base de operações a fim de que possa estabelecer e desenvolver sua interação com potencialidades externas.

Essa busca da emancipação territorial – me permita, cara Professora Doutora Lucília Machado, culta participante desta mesa – pode mesmo tomar como alternativa a aplicação de “políticas sociais compensatórias”, sem deixar de se propugnar por uma íntegra política social, conforme os suplementos conceituais apresentados em seu livro, compartilhado com Fernando Hidalgo: *Dicionário da Educação Profissional*. Sua obra, que veio à luz em caráter pioneiro, é de estudo indispensável para todos aqueles que, no Estado, ou fora dele, especialmente, nos movimentos organizados da sociedade, participam da gestão das políticas públicas, pois seu conteúdo vai muito além do tema-título do qual se dispôs tratar. Dele extraio – pedindo-lhe vênica uma vez mais – uma reflexão que se torna cada vez mais necessária em nosso exercício cidadão: o reconhecimento de que, “de fato, o mundo mudou, as tecnologias avançaram, atingindo por inteiro o trabalho e a educação. As teorias sociais e educacionais são, então, desafiadas à atualização. Sim, atualização de metodologias e conceitos”.

Com as atividades já realizadas nesse Encontro no dia de ontem, com as exposições e debates que se seguirão nesta mesa, e, ainda, com a atividade de encerramento, os diretores e os gestores aqui presentes terão aclarado conceitos, somando ou aperfeiçoando conhecimentos que facilita-

rão o trabalho de campo e a gestão política e administrativa das ações voltadas para o Emprego, Trabalho e Renda em Minas Gerais. As reflexões de hoje me fazem aqui recordar o grande Antônio Machado, para com ele encerrar a primeira parte da minha participação e da minha fala: "Caminhante, não há caminho, / se faz caminho ao andar..."<sup>48</sup> Muito Obrigada!<sup>49</sup>

---

48 Verso do poema "Cantares", de Antônio Machado (1875-1939)

49 Palestra proferida na mesa de debates no Encontro Estadual de Gestores de Políticas Públicas Trabalho e Renda, realizada no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte (MG). Fevereiro/2006.



## CERTIFICAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PRIMEIRO EMPREGO DO PROGRAMA CURUMIM

Neste momento da entrega de certificados deste Curso de Capacitação para Primeiro Emprego do Programa Curumim, gostaria de iniciar as reflexões lembrando que todos nós, seres humanos, estamos em permanente construção em qualquer estágio em que nos encontremos, e que é o nosso livre arbítrio que nos abre a possibilidade para escolhermos o aperfeiçoamento. Pois bem, a iniciativa cujos resultados hoje celebramos transita em linha de convergência para tornar realizável a opção de tantos pelo desenvolvimento pessoal, pela superação de carências de formação e pela busca de novas perspectivas de progresso humano, social e profissional.

Meus pensamentos e sentimentos são, assim, de profundo agradecimento a Deus, por nos ter dado a vida e, com ela, o livre arbítrio, para escolhas como as que culminam com este momento, que nos permite viver coletivamente o reconhecimento de que nos tornamos melhores, especialmente na perspectiva do lugar ocupado no hoje de nossas vidas por todos nós: gestores da Subsecretaria de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte – SEDESE, equipe técnica sob a chancela da Fundação Guimarães Rosa<sup>50</sup> e sujeitos-beneficiários da política pública de emprego e renda.

Quero compartilhar este agradecimento com todos os presentes neste ato: os que se abriram à procura de suplementos técnicos e teóricos, com vistas à preparação para a autonomia pelo trabalho; os que organizaram o curso de modo coerente com as necessidades e expectativas de aperfeiçoamento; e com os gestores que conduziram todas as ações para que os objetivos do Programa e de seus projetos fossem atingidos de modo objetivo e eficiente, permitindo a exitosa conclusão do Curso e a sua certificação.

Como diria o poeta: todo ponto de chegada é também um ponto de partida.<sup>51</sup> E é com esse estímulo que cumprimento os quarenta e seis jovens formandos, expressando-lhes minhas sinceras congratulações por terem vencido os obstáculos e chegado ao final de mais esta etapa de suas vidas, dando, simultaneamente, início a um novo caminho.

50 Fundação Guimarães Rosa (FGR), entidade sem fins lucrativos com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Ação Feminina de Assistência Social (AFAS) em 19.12.2001, com a missão de contribuir para a melhoria da Segurança Pública no Estado de Minas Gerais, maximizando os recursos necessários a uma atuação mais eficaz das instituições Militares Estaduais.

51 Alusão ao verso da música "Ponto de partida", de Sérgio Ricardo.

A partir daqui, tenho certeza, serão de grande valor os conhecimentos que lhes foram transmitidos, especialmente pelo professor José Flávio Cabral, que já contribuiu com seu saber em programas da SEDESE.

O professor José Flávio veio ministrar este curso no Núcleo Parque das Águas do Programa Curumim por meio de uma parceria da SEDESE – órgão que temos atualmente a honra de dirigir – com a Fundação Guimarães Rosa, entidade sem fins lucrativos, vinculada à Polícia Militar de Minas Gerais. Essa parceria já nos possibilitou a realização de curso semelhante no Núcleo de Vila Pérola do Programa Curumim, com a participação de vinte e cinco jovens, que concluíram o curso e, ainda este ano, outro curso será ministrado em um dos outros vinte e quatro núcleos que integram atualmente o Programa Curumim. Trata-se, na verdade, de uma iniciativa de quem acredita na esperança, construindo o futuro com ações de aperfeiçoamento individual e social.

Gostaria de manifestar nossa alegria pelo êxito que essas parcerias realizadas pela SEDESE com entidades não governamentais vêm alcançando. Elas são uma comprovação feliz de que é eficaz a concepção que norteia as Políticas Públicas do Governo de Minas Gerais, a do Estado Democrático de Direito, tendo como atores os cidadãos, a sociedade civil e os agentes governamentais.

Encerrando, queremos cumprimentar ao administrador do Núcleo Parque das Águas, Jerônimo Machado de Oliveira, e parabenizar os integrantes da Fundação Guimarães Rosa, que tão bem vêm cumprindo sua missão “de contribuir para a melhoria da Segurança Pública no estado de Minas Gerais, maximizando os recursos necessários a uma atuação mais eficaz das instituições Militares Estaduais”. E recordando o magnífico exemplo de cultura e de ser humano que foi Guimarães Rosa, cuja extensa e profunda obra literária comemora este ano seu cinquentenário, finalizo deixando para vocês um trecho de seu testemunho de vida: “Quando escrevo, repito o que já vivi antes. E para estas duas vidas, um léxico só não é suficiente. Em outras palavras, gostaria de ser um crocodilo vivendo no rio São Francisco. Gostaria de ser um crocodilo porque amo os grandes rios, pois são profundos como a alma de um homem. Na superfície são muito vivazes e claros, mas nas profundezas são tranquilos e escuros como o sofrimento dos homens.”<sup>52</sup> Muito Obrigada!<sup>53</sup>

52 João Guimarães Rosa (1908-1967), em entrevista a Giinter Lorenz, em janeiro de 1965. Citado em “Uma cantiga de se fechar os olhos: mito e música em Guimarães Rosa, p.74, de Gabriela Reinaldo.

53 Pronunciamento proferido na solenidade de entrega dos certificados de conclusão do Curso de Capacitação de Jovens para Primeiro Emprego, do Programa Curumim – Parque das Águas (MG). Setembro/2006.

## A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA TRIPARTITE E O DIÁLOGO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Gostaria de saudar os participantes, os conferencistas e os debatedores deste Seminário Estadual de Comissões Municipais de Emprego, um evento que pauta o necessário diálogo entre as diversas instâncias e atores da política pública de trabalho, emprego e renda, sob a égide de um sistema tripartite. Desejo a todos uma jornada proveitosa em busca das melhores alternativas para a política pública aqui pautada.

Incumbiu-me a coordenação do evento de tracejar aqui a moldura desse sistema na perspectiva do federalismo e do paradigma do Estado Democrático de Direito e de suscitar a reflexão sobre as potencialidades do diálogo na construção da política pública de trabalho, emprego e renda. Não é demais lembrar que o Estado brasileiro, organizado como uma federação, tem o seu poder político partilhado em condomínio das diversas esferas federativas, sendo relevante ressaltar a peculiaridade no tocante ao tratamento do município como entidade dotada de autonomia política, no âmbito do que alguns estudiosos titulam federação trina.

A Constituição da República, como matriz de competência dos entes federativos, é, também, o lócus de definição do papel de cada qual no concerto das políticas públicas. A Carta Política, recorrentemente atribuindo à União a competência privativa em matéria de Direito do Trabalho e de macroeconomia, dissemina igualmente a equivocada compreensão de que a temática como um todo fica alçada à União Federal. Daí que, tradicionalmente, se tem reconhecido papel ancilar a estados e a municípios no tocante a essas políticas. O Estado, porém, não pode se furtar ao seu papel de ente responsável pela criação de infraestrutura para implementação dessas políticas, cujas demandas nascem de uma realidade que é pautada no município.

Na nova concepção de políticas públicas, faz-se mister sepultar de uma vez por todas a compreensão muito difundida – à boca miúda ou nos palanques – de que só a União é responsável por influenciar esse quadro, ou de que estados e municípios nada têm a ver com o perfil de trabalho ou, ainda em viés mais prático, com as taxas de emprego e desemprego

no âmbito de seus territórios – o que, de resto, se não repetido de forma solerte na grande mídia, desenha-se em traços subliminares. Trata-se de um sofisma que traduz uma ideologia muito em voga, sobretudo a partir dos anos 70, em contexto também agravado pela aceleração do chamado processo de globalização, que fragiliza o fator trabalho nas relações sociais e econômicas, e cujo controle desafiaria mesmo o Estado Nacional, quanto mais os estados membros e os governos locais.

Não há negar que todos os entes federativos exercem a missão irrenunciável, porquanto constitucional, de estabelecer pesos e contrapesos no processo político e econômico da sociedade, embora caiba à União o papel de catalizadora do sentimento e da vida, experimentados no âmbito de todas as suas unidades componenciais. No nível federal, o CONDEFAT é instância paritária da maior relevância, que traça e legitima a política pública de emprego e renda, executada pelo Ministério correspondente, assim como, no Estado, é o Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda a instância colegiada responsável pela definição da política estadual, em plano de legitimidade e controle.

Em lógica semelhante, colocam-se, na esfera municipal, as comissões de empregos como instâncias participativas, responsáveis pela verdadeira capilaridade do processo de promoção e de controle das ações públicas no setor. As comissões cumprem relevante papel de assegurar a participação da sociedade civil na gestão do sistema, promover a integração dessas ações e articular os atores sociais locais, na tentativa de tornar o sistema mais eficiente e eficaz. Assim, é possível afirmar a importância da interlocução dos diversos entes federativos a respeito de temas que desafiam o mundo do trabalho, dos mais simples aos mais complexos.

E são diversos os temas dessa agenda: desde os relativos ao desenvolvimento econômico – que estrutura o setor produtivo empresarial, passando por investimentos públicos em logística, política tributária e proteção ambiental, e, noutra vertente, pela regulação da autonomia do trabalhador, pela efetividade de direitos sociais, pelas políticas afirmativas de qualificação e capacitação para o trabalho, pelas políticas de intermediação, pelas informações sobre o mercado de trabalho, pelos programas Seguro Desemprego, Geração de Emprego e Renda (PROGER), e pelo Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR); todos componentes do Sistema Público de Emprego Brasileiro – até os mais complexos como sistema de importações, barreiras, política cambial, etc. Hoje, um produto fabricado na outra extremidade da Terra penetra com alta velocidade em qualquer mercado nacional e pode simplesmente ceifar o trabalho e a renda de um sem-número de pequenos produtores locais.

Deve-se fazer aqui um registro: a importação de produtos chineses precisa ser pautada no Brasil, em razão da ameaça e da incoerência que re-



presenta para o mercado e para o trabalhador brasileiro, na medida em que assalta a oportunidade de inclusão da cidadania e constitui concorrência desleal para os empreendedores internos, sujeitos a legislações rigorosas, à proibição de trabalho infantil, entre outras prescrições, e ganha, no Brasil, pela via da importação, a legitimidade para a prática exploratória do trabalho. Ações locais, municipais, regionais e de lógica estadual podem levantar diques de contenção ou criar alternativas viáveis de trabalho e renda para enfrentar esse fenômeno globalizante que nos influencia de maneira contundente. É preciso desenvolver a consciência cidadã para a compreensão desse fenômeno porque a força dessas mudanças ocorridas no capitalismo mundial a partir dos anos 80, extrapola, de longe, o poder autárquico do Estado-Nação. Paradoxalmente, como dito, o global de nosso tempo está exigindo, com toda urgência, o fortalecimento do local. Daí a responsabilidade dos municípios.

Para revigorar, internamente, o Estado-Nação que somos, devemos compreender, agora mais do que nunca, que Governo, empresários e trabalhadores – todos nós estamos do mesmo lado. A crise de um – como está acontecendo com a crise do trabalho – é a crise de todos: do produtor, do fabricante, do operário, do comerciante, do consumidor, e do próprio estado. Só não precisam ter receio desse processo aqueles que moram em guetos de privilégios. Devemos estar atentos para todo e qualquer sucateamento da mão de obra, resultado perverso de disfunções do sistema econômico, dopada pelo custo mínimo e pelo lucro máximo em visão de curtíssimo prazo, que acaba por prejudicar, no longo curso, toda a cadeia produtiva.

Um estudioso dessa nova ordem, como Ivo Lesbaupin, citado em trabalho do mestre em Ciências Sociais, Gilberto Ribeiro de Castro, observa que mesmo nos Estados Unidos, já nos anos 80, as comunidades locais tiveram que reagir contra essa radical mudança ocorrida no mercado, buscando implantar projetos estratégicos em diversas frentes de defesa das condições de trabalho e produção. São exemplos como esse que nos alertam para o fato de que a sociedade, o setor privado e o Estado não podem ficar à mercê das idas e vindas, de giros e descarrilamento do mercado. Nem governo, nem empresários – e muito menos os trabalhadores – devem ficar hipnotizados com o discurso do “mercado-rei”, mas devem sobretudo influenciá-lo.

Pois bem, se é clara a relação federativa na composição da política de trabalho, emprego e renda, não é menos lógica a necessidade de concertação democrática no âmbito dessas instâncias federativas, o que se faz por meio dos colegiados, dos conselhos paritários e de outras institucionalidades. Sabemos que as dificuldades para essa construção são muitas, começando pelos conflitos de interesse entre os segmentos que compõem

esses colegiados, com representação de entidades de trabalhadores, de empregadores e do Governo. E não poderíamos deixar de aqui registrar a convicção de que nenhuma das representações pode desejar impor sua legitimidade às demais sem aceitar a de cada qual.

Felizmente, a Constituição de 1988 lançou as bases para a construção do Estado Democrático de Direito no Brasil. Nele, abrem-se amplas possibilidades de integração e cooperação entre o Estado e a sociedade civil, por meio de entidades, ONGs, movimentos sociais, com a iniciativa privada por meio de parcerias diversas, no sentido de compartilhar responsabilidades na concepção e na construção das políticas públicas. Isso favorece a lógica paritária dos órgãos de representação e transforma o Estado num laboratório de experiências participativas. O paradigma de compartilhamento rompe com o clima de radicalismo, tão estéril.

Especialmente, a relação tripartite e paritária no sistema público de emprego e renda nos permite destacar, entre vários outros, pelo menos dois grandes vetores. Em um deles, de modo inovador, a prática participativa e intersetorial e, em outro, o da validação da política nos correspondentes planos federativos. Quando tanto se clama por um novo pacto federativo, na prática cidadã, essas comissões podem efetivamente construir um modelo arrojado de autonomia no plano municipal, com repercussões naturais e evidentes nos planos de emancipação da sociedade, seja no âmbito estadual, seja na esfera federal.

Estejam certos de que, como lembrou o Presidente do CETER, o jovem Guilherme, a omissão por parte destas instâncias também constrói um modelo, mas de dependência e exclusão, daí a necessidade de que sejam operosas, atuantes. É necessário afirmar a autonomia das representações, sem prejuízo do respeito entre elas. Não se há de afastar a legitimidade do Estado e do Governo no processo democrático, e não se há de afastar a sua relevância no processo de equilíbrio das relações. Na realidade, esse modelo das Comissões Municipais de Emprego (CMEs) constitui, entre tantos outros instrumentos de descentralização e de participação cidadã nas políticas públicas, a recuperação de um dos elos perdidos e rompidos em duas décadas de regime autoritário que vivemos entre os anos 60 e 80.

Anteriormente, na ainda instável experiência democrática dos anos 50, a construção política do poder nacional começava a alicerçar-se na instância municipal. De baixo para cima, como se constrói uma casa, com seus alicerces e sua fundação, também se construíam os demais níveis de poder no Estado e na União. O poder autoritário rompeu com essa lógica, gerando uma cultura centralizadora e impositiva, quando sabemos que o Brasil é grande demais para caber na fechada estrutura tecnocrática ou no poder político unilateral do Planalto Central.

*Estamos reconstruindo, no passado recente e no tempo presente, esses elos que estiveram rompidos; como observamos, por exemplo, nas relações que se estabelecem entre o papel articulador do CONDEFAT, no plano da União, o papel de monitoramento a cargo do Estado, balizado pelo Conselho de trabalho, Emprego e Renda, e a atuação de campo que realizam as CMEs no território municipal. Com isso, estamos fortalecendo a prática federativa. Podemos, portanto, extrair do sistema tripartite, que rege o mundo do trabalho, elementos de uma outra dimensão que estamos vivenciando no Brasil, que se vincula à construção do Estado Democrático de Direito que está estruturando, cada vez mais, um modelo imaterial de relação no seio de cada instância federativa. Nesse modelo, cada instância estatal se relaciona com a sociedade civil e com o mercado, sempre com a carga de intersetorialidade, e não em regime de apartação.*

*Ainda derivado desse modelo, temos um novo conceito que, pressupondo referência geoespacial, nele não se esgota: o de territorialidade em substituição à ideia de regionalização. Esse território é dinâmico e pode transcender, pelas inter-relações, as fronteiras físicas que são pobres para suportar essa tensão entre o interno e o externo. É o que ocorre, por exemplo, com a instalação de empreendimentos de impacto. É o que ocorre, de forma notável, no Triângulo Mineiro, que sofre a pressão da mudança do perfil produtivo. Poderíamos enumerar tantas novas experiências!*

*Em síntese, o sistema tripartite tem no verbo “compartilhar” a sua palavra-chave. É necessário compartilhar responsabilidades no ciclo de trabalho, emprego e renda. Minas está atenta a essa responsabilidade, e uma diretriz do Governo Aécio Neves é potencializar a lógica de cooperação, pela via do respeito às autonomias e pela superação dos antagonismos entre os protagonistas do sistema tripartite. Alimenta essa lógica a consciência clara de que não há tempo a perder no processo de inclusão e de emancipação. Inserindo-se, também, nessa lógica, as CMEs estimulam essa prática, e o Estado se converte em um laboratório de experiências participativas. Não se busca, com essa nova lógica de construção das políticas públicas, um resultado exclusivamente material – mesmo que ele se chame renda e trabalho – porque, atrás dessa nomenclatura, atrás de todo esse esforço tripartite, o objetivo maior é humano, desafio para a responsabilidade social compartilhada.*

*Para concluir, trago uma reflexão estimulada pelo tema indicado que me foi atribuído: “A constituição do sistema tripartite e o diálogo social na construção da política pública de trabalho, emprego e renda.” Muitos atestados de falência – e até obituários – já foram passados ao Brasil ao longo de sua história. Um ilustre mestre do Direito, o professor Clóvis Bevilácqua, profetizava, ainda na segunda metade do século XIX, o mergulho fatal do país em profundo abismo. Em Minas mesmo, em época mais recente, já na segunda metade do século XX, alguns luminares fizeram um laudo terminal de nosso Estado no famoso “Diagnóstico da Economia Mineira” dos anos 60. Seus autores ficariam conhecidos como “profetas da catástrofe”.*

São ritmos “ciclotímicos” – mais propensos à depressão – que, por vezes, invadem uma sociedade que padece de muitos mitos produzidos por um processo colonial excludente e concentrador. Aos trancos e barrancos, como dizia o professor Darcy Ribeiro, chegamos a essa fronteira que busca “civilizar” a Nação, ou seja, dar-lhe um “banho de cidadania” como nunca pôde ter. Nem sequer poderia imaginar-se cidadã a Nação Brasileira no longo período colonial ou imperial, assim como sob o império do autoritarismo – como nos trinta e cinco anos de total privação das liberdades públicas durante o século XX, entre a Velha e a Nova República.

A partir da Constituição de 1988, os grandes contingentes socialmente excluídos despertam para sua hora e sua vez. As próprias elites – políticas, econômicas e culturais – estão acordando de sua letargia e de sua crônica dependência do pensamento e do comportamento ditados pelas metrópoles d’além mar. Mesmo porque a violência – como resultado do sono secular – vira pesadelo e mora na esquina, na rua, no bairro, na cidade, na estrada, no campo. A pobreza sai da sua condição de paisagem da periferia derramada pelos morros e fez trincheira nas ruas, nos sinais de trânsito.

Este despertar coletivo nos abre uma grande oportunidade. As comissões são símbolos desse território novo tempo que estamos construindo, do diálogo, do entendimento e da quebra de tabus e preconceitos que separavam, e ainda muito separam, o corpo social do País entre os poucos que tudo têm e quase tudo podem e os muitos que pouco, quase nada, ou nada podem, nem têm. Não se constrói um verdadeiro projeto de Nação com tão graves e profundos desequilíbrios. É chegado o tempo da inclusão com dignidade. Esta missão nos pertence a todos – do mais incluído ao mais despossuído. É o dever que a História – esta que se escreve com H maiúsculo – nos colocou nas mãos. Vamos dar – porque o tempo não volta atrás – nossa resposta no tempo presente. Nenhum é mais forte de que todos juntos. Muito Obrigada!<sup>54</sup>

---

54 Palestra de abertura do Seminário Estadual de Comissões Municipais de Emprego, realizado no SESC Venda Nova – Belo Horizonte (MG). Dezembro/2006.

## AS VÁRIAS FACES DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

É com natural satisfação que aqui compareço como titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) – copromotora deste evento – para compartilhar propósitos e responsabilidades neste Seminário “As várias faces do mercado de trabalho no Brasil”, comemorativo dos dez anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Satisfação que se amplia, quando levo em conta que a parceria se dá com duas entidades da expressão da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o que, por si só, denota o grau de institucionalidade da PED. Ambas continuam ostentando, em meio à crise de credibilidade institucional que vigora no Brasil, uma alta e inalterável taxa de confiabilidade em seus trabalhos e em suas múltiplas atividades.

A crise de credibilidade institucional a que me refiro tem muito a ver com a aceleração, em escala jamais vista, do chamado processo de globalização, entre outros fatores. Como vários estudos e análises demonstram, incluídos aqueles que estão sendo publicados pela revista sugestivamente também intitulada “As várias faces do mercado de trabalho no Brasil”, essa globalização é, sobretudo, de ordem financeira, reduzindo a níveis extremamente precários a capacidade dos Estados nacionais de exercerem a regulação da economia. E o mais forte e visível impacto dessa crescente hegemonia do capital financeiro internacional vai repercutir de forma contundente, como sabemos, nas relações de trabalho e emprego.

Na conjuntura presente, não poderia, pois, haver iniciativa mais oportuna do que essa de focar, ainda mais concentradamente, a lupa da investigação socioeconômica sobre o mundo do trabalho e as alternativas que se projetam para esse universo em Minas e no país, dentro da série “Estudos sobre Mercado de Trabalho”, que a FJP começa hoje a publicar em parceria com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) na revista organizada por Jussara Maria Januzzi e Marcy Soares, cujo objetivo é investigar com responsabilidade, quebrar axiomas e mitos, como o fazem os pesquisadores, mineiros e de outros estados, autores dos artigos publicados: a própria Marcy Soares e Kátia Barrio Castro; Alexandre Queiroz Guimarães; Lúcia dos Santos Garcia, Mário Marcos Sampaio Rodarte e Tahiz

Silveira Braga; Ana Flávia Machado e Frederico Luís Barbosa de Melo; André Mourthé de Oliveira; e Cláudio Salvadori Dedecca. Lembro, também, além de Kátia, citada no editorial, Renata Guimarães Vieira de Souza, pesquisadora do Cedeplar, pelas sugestões e observações que aportou ao número inaugural dessa série.

Estando aqui na Fundação João Pinheiro e deparando-me com o processo de revitalização do espaço físico, logo me confortou a ideia de que ele também materializa um novo cuidado com este núcleo de excelência, na sua dimensão institucional e humana. Permita-me dizer-lhe, cara Diretora Laura, representante do Presidente e dileto amigo Amílcar Martins, que eu não poderia, por uma dívida de gratidão e um dever de cidadã, deixar de externar o sentimento de respeito e de reconhecimento que essa Instituição inspira aos mineiros, aos brasileiros e aos seus colaboradores e parceiros. Feliz o Estado, digo eu, que pode contar com um centro de excelência em políticas públicas como o é a Fundação João Pinheiro. Sendo um verdadeiro laboratório das ciências políticas, sociais e econômicas, seu maior diferencial é a ciência aplicada na vertente da pesquisa.

O mais importante é que a FJP, além de ser referência institucional para o Estado, é reconhecida no ambiente acadêmico, e as pessoas que por ela passam estão sempre pontificando no campo da pesquisa científica. Revendo a minha própria experiência profissional no setor público, recordo que pude compartilhar esforços de pesquisa, de construção do conhecimento e de criação institucional com quadros da Fundação, como se deu, entre outras parcerias, na referente ao projeto “Perfil dos Municípios Mineiros” e na elaboração de proposta do “Plano Diretor para Municípios do Estado de Minas Gerais”, na década de 90.

Quero lembrar alguns desses nomes com quem convivi, entre tantos outros que merecem igual destaque pela contribuição que têm dado a Minas e ao País: Antônio Augusto Anastasia; Francisco Gaetani; Heraldo Santos Dutra; Luiz Aureliano; Marieta Vitorino; assim como todos os integrantes da antiga equipe do Centro de Desenvolvimento Municipal e da Escola de Governo. Por onde andam Wânia Drummond, Maria Amarante, Eid, Ivar, Eustáquio, figuras dos bastidores dos projetos da Fundação João Pinheiro, ou de linha de frente em tantos palcos compartilhados... E a equipe do CEPS? Gostaria de destacar, ainda, como referência, o trabalho desenvolvido por Miracy Barbosa Gustin, que é, na Faculdade de Direito da UFMG, exemplo de estímulo à pesquisa, dando suporte docente às metodologias científicas aplicadas.

Amanheci hoje falando em um encontro estadual de gestores públicos cuja temática era exatamente emprego, trabalho e renda. Esse é o mar bravio em que estamos navegando, buscando transformar territórios sociais em territórios de emancipação. E se é difícil e desafiador navegar

pelos bordas periféricas desse oceano global, nunca devemos nos esquecer o norte que nos guia, como guiava o gênio de Fernando Pessoa, a nos dizer, num apelo que é universal: “Navegar é preciso; viver não é preciso”. / Quero para mim o espírito desta frase, / transformada a forma para a casar como eu sou: / Viver não é necessário; o que é necessário é criar. / Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. / Só quero torná-la grande / [...] Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue / o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir / para a evolução da humanidade.”<sup>55</sup> “Navegar é preciso; viver não é preciso.” Muito Obrigada!<sup>56</sup>

55 Versos do poema “Navegar é preciso”, de Fernando Pessoa (1888-1935)

56 Palestra proferida no Seminário “As várias faces do mercado de trabalho no Brasil”, promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) e Fundação João Pinheiro (FJP); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) na Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte (MG). Presentes: Laura De Michelis Mendonça, Diretora do Centro de Estatística e Informações (CEI/FJP), representando o Presidente da FJP, Dr. Amílcar Martins; Maria de Fátima Lage Guerra, Supervisora Técnica do Escritório Regional do DIEESE-MG; Alexandre Queiroz Guimarães, da PUC/MG E FJP/CEES; Ana Flávia Machado, da UFMG/CEDEPLAR; Cláudio Salvadori Dedecca, da UNICAMP/Instituto de Economia; Frederico Luiz Barbosa de Melo, do DIEESE/MG; Lúcia Santos Garcia, da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser; Marcy Soares, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Mário Marcos Sampaio Rodarte, da UFMG/CEDEPLAR; Plínio de Campos Souza, da FJP/CEI; Carlindo Rodrigues de Oliveira, do DIEESE/MG; J.D.Vital, do CBMM; Fernando Abrucio, da FGV/SP; servidores da SEDESE. Novembro/2006.





## II OFICINA DE TRABALHO SOBRE MUNICIPALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO E RENDA

**A**ntes de dar início às atividades, gostaria de reverenciar a memória de Dom Luciano Mendes, ícone do humano, que transcende segmentos e instituições, para se colocar como ser universal. Por isso, compartilho a dor que todos vivenciam pela perda irreparável.

Na I Oficina de Trabalho sobre Municipalização da política pública de trabalho e renda que realizamos este ano, surgiram muitas dúvidas, especialmente quanto à estrutura necessária ao suporte da política específica – ao cofinanciamento. Por este motivo, convidamos o Secretário Nacional de Políticas Públicas de Emprego, Remígio Todeschini, para participar desta oficina. A ele agradeço pela disponibilidade, na certeza de que nos trará elementos de grande valia para a anunciada municipalização, oferecendo subsídios e esclarecendo dúvidas, segundo a visão do Ministério do Trabalho e Emprego.

Devo, logo, ressaltar a importância da participação de cada um dos copromotores; das representações dos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Uberlândia; das equipes dirigentes e técnicas do Estado, bem como dos conselhos e comissões neste encontro, chancelado também pelo órgão central, e que dará suporte ao processo de construção do Plano Plurianual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, incorporando a transição, a partir daquela diretriz de descentralização.

Os planos plurianuais, nacional e estaduais, do sistema público de emprego, trabalho e renda visam à integração das ações em todo o território nacional. Suas ações compreendem, entre outras, a habilitação ao Seguro Desemprego, a intermediação profissional, as pesquisas e informações do trabalho, e o fomento a atividades autônomas e empreendedores. Como tais ações devem ser assumidas pelos municípios, o desafio é a preparação dos atores locais para tais encargos, de modo a não haver comprometimento da política pública.

Em um Estado Democrático de Direito, de forma federativa, a articulação dos entes federativos entre si e com as instâncias sociais constitui a

base fundamental para a realização do desenvolvimento sustentável que a sociedade moderna tanto deseja concretizar. A política de trabalho, emprego e renda, pelo seu caráter estruturante do próprio desenvolvimento, desafia ainda mais a lógica de concertação. De fato, somente com a atuação de forma articulada dos órgãos das diferentes esferas de governo – Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda, Delegacia Regional do Trabalho, CODEFAT, SEDESE, Subsecretaria do Trabalho e Renda, SINE, Regionais, Prefeituras – e a participação da sociedade civil organizada, por meio de sindicatos e outras entidades, dos conselhos e comissões de trabalhadores e das representações do setor econômico, é que poderemos alcançar resultados efetivos e otimizados na inserção produtiva do trabalhador e na construção da cidadania.

Assim, aqui, estamos reunidos, com o objetivo de promover discussões sobre a municipalização do política pública de trabalho e renda em Minas Gerais, a elaboração do Plano de Transição no prazo previsto na Resolução nº 466/2005 do CODEFAT e as condições de sua execução eficiente e eficaz. Haverá, no entanto, espaço para questionamentos aprofundados, inclusive acerca das premissas apresentadas pela União, uma vez que elas serão efetivamente testadas na interface de estado e municípios, além de ser salutar o *feedback* na construção das políticas públicas no seio de uma discursividade democrática. “Questionar as premissas supostamente inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar aos nossos companheiros humanos e a nós mesmos”. Eis a advertência de Bauman<sup>57</sup>.

Devo assinalar, por exemplo, em face dos argumentos da descentralização das obrigações, que algum esforço há de ser feito para quebrar a lógica do contingenciamento focado na obtenção de superávit primário, e a relação perversa imposta pela política de distorção da categoria tributária das contribuições sociais, que tem usurpado aos estados e municípios significativas somas de recursos que, pela via de impostos, ser-lhes-iam devidos, além da desvinculação das receitas por meio das DRUs (Desvinculação de Receitas da União), que tem significado a retirada de recursos de finalidades sociais originárias. Digo isso porque esse quadro influencia a autonomia dos entes federativos na construção de suas políticas, já que cria um quadro propício a imposições e constrangimentos.

Assim é que questões anteriores às diretrizes da descentralização deveriam ser pautadas; mas não subverteremos a pauta, embora seja importante fazer as ponderações, esperando que elas sejam levadas às mesas de decisão da União. Aqui estamos para discutir, sobretudo, a concepção e as condicionalidades da municipalização e, especificamente, para debater questões práticas no bojo desse processo que interessem aos que respon-

57 Zygmunt Bauman (1925-2017), sociólogo polonês, professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

derão pelos encargos no período de transição.

No âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, já estamos debatendo, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social – Superintendência de Trabalho, Emprego e Renda, temas estratégicos que abrangem: monitoramento, avaliação e controle social; orientação para o trabalho; qualificação profissional; fomento de empreendimento; e inserção no mundo do trabalho, em perspectiva de paulatina mudança do papel de executora direta, para o de coordenadora e monitora da política. Para construir a lógica desse processo, estamos dando os passos estruturadores para a abordagem da temática nos municípios com mais de trezentos mil habitantes, segundo metodologia que servirá como referência para todo o território mineiro.

Que esta oficina seja um espaço de reflexão, de problematização e de construção de soluções, que superando o operacional, possam suportar avanços na política pública. Bom trabalho! Muito obrigada!<sup>58</sup>

---

58 Pronunciamento proferido na abertura da II Oficina de Trabalho sobre Municipalização da política pública de trabalho e renda, realizada na sede do Centro Público de Promoção do Trabalho da Gameleira – Belo Horizonte (MG). Presentes: Remígio Todeschini, Secretário Nacional de Política Pública de Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego; Wagner Francisco Alves, Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER) e demais conselheiros; membros da equipe da SEDESE: Maria Albanita, Subsecretária do Trabalho e Assistência Social; Juarez Guimarães de Abreu, Diretor de Qualificação Profissional; Lígia de Oliveira Lara, Diretora de Emprego e Renda; Andréa Leão C. Demétrio, Diretora de Orientação ao Trabalho; José Rodrigues, Diretor da OEME; Jane Coutinho, Diretora de Atendimento ao Trabalhador; servidores da Superintendência de Trabalho e Renda; diretores regionais; dirigentes e técnicos do SINE/MG – Centro; equipe do SINE/Floresta – antiga AGIT; Conselheiros Municipais de Emprego; representações dos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves e Uberlândia. Agosto/2006.



## CAPACITAÇÃO DE ENTIDADES HABILITADAS PARA CURSOS DE QUALIFICAÇÃO

**N**a abertura deste evento, volto o olhar para a mesa, para as equipes técnicas e para a plateia, e sou tentada a chamar a atenção para a prevalência da presença feminina. Neste auditório, as mulheres se confortam na solidariedade da missão. São, aqui, vanguardistas da política pública de emancipação pelo trabalho! Parabéns!

Esta sessão do evento destina-se à discussão dos trabalhos desenvolvidos no bojo da agenda do Plano Estadual de Qualificação de Minas Gerais – PLANTEQ 2005; à troca de experiências entre os parceiros, as instituições executoras e a SEDESE; e ao repasse de orientações específicas às entidades qualificadas para operacionalização do PLANTEQ 2006. A avaliação do PLANTEQ/2005 foi praticamente antecipada em atividade preparatória desta sessão, razão pela qual, a avaliação só será retomada para fins de sistematização ou inferência. Passaremos, logo, às reflexões para a implementação do PLANTEQ 2006, levando em conta as lições aprendidas na experiência do exercício de 2005.

Cabe lembrar que a diretriz atual no tocante ao PLANTEQ é no sentido da descentralização das ações e das responsabilidades executivas, considerando-se as perspectivas do território e das entidades. Devemos ter, porém, como ponto de partida, a compreensão de que a descentralização, embora absolutamente necessária, pode apresentar-se como lógica perversa, se não temperada com as variáveis determinadas pelas especificidades territorial ou setorialmente identificadas. Por isso, a postura do Estado em relação aos diversos programas, especialmente os da matriz federal, tem sido no sentido de uma apropriação conformada à vocação de Minas, às especificidades regionais e às demandas coletivas, de modo a potencializá-los como via de emancipação. Tal diretriz é crucial para o sucesso da nova fase do programa.

Por outro lado, não negligenciamos na discussão aspectos de fundo, como a reflexão sobre os antagonismos e as perplexidades, de resto pautados pelos atores do cotidiano desse campo, como a relação capital versus trabalho; produção capitalizada versus riqueza concentrada, entre

outras. Em linha pragmática, contudo, temos ponderado no sentido de que a recorrente contraposição seja superada, resolvendo-se o antagonismo pelo proveito social da relação, por meio de uma política que incorpore a mediação, a capacitação e a formação como pressupostos de uma convivência equilibrada entre empregado-empregador, com os consectários disso. Não podemos converter os cursos de capacitação e formação em campos de duelo permanente. É importante garantir o espaço da pluralidade, da diversidade, do conflito, cuidando, porém, dos resultados concretos para o desenvolvimento da política e de seus destinatários.

Particularmente, aqui trarei a preocupação, não só com a efetividade, mas, especialmente, com a dimensão intangível dos cursos, na busca de construção de eficácia, que pressupõe estratégias de envolvimento do trabalhador e a busca de capacidade de apoderamento dos conteúdos em projeto de inserção pessoal. Daí, a razão pela qual estruturamos a política específica com sustentação em núcleos próprios para cada mister: intermediação; capacitação e formação. Tais núcleos fazem ponte para a cidadania, atendem os propósitos de empoderamento responsável. Por outro lado, é necessário que tenhamos em conta alguns fatores que dificultam a autonomia construtiva da política voltada para o trabalhador, a qual demanda, na tríplice vertente: concepção ou planejamento; execução ou implementação; e controle ou avaliação.

Na primeira, enfatiza-se a lógica da abordagem, a perspectiva teleológica das ações e os aspectos ideológicos e metodológicos de sua sustentação. Tudo, conformado com as matrizes constitucionais, quando existentes, e atrelado a uma “discursividade” democrática. Na execução, discutem-se os processos de implementação, capacidade operacional, monitoramento concomitante do mercado, financiamento ou cofinanciamento das ações, tendo lugar as parcerias, entre outros aspectos. E, por fim, a fase de controle, que envolve avaliação no tocante ao impacto no mercado e ao proveito social, a relação custo-benefício, a abrangência e a conformidade nos termos do planejado, entre outras dimensões.

O primeiro fator que influencia a efetividade desses núcleos e o padrão de sustentabilidade da política correspondente é exatamente a sujeição do Estado a um artificial enquadramento numa moldura predelineada pela União no tocante à política referida, muitas vezes, aleatória, sem lastro na realidade regional. O Estado está atento e, efetivamente, coloca-se como um facilitador, mas acaba sendo induzido a praticar uma política *ad hoc*, com um ciclo comprometido por inversões inconcebíveis e por exigências exóticas aos contextos de aplicação. As entidades executoras são desafiadas à criatividade dentro dessa moldura, sob pena de comprometimento da regularidade da gestão, com consequências negativas para o Estado e para as entidades.

Para que tenhamos em mente a complexidade da política em foco e os fatores de frustração de sua eficácia, membros da equipe técnica assinalarão algumas intercorrências na esfera de atuação do Estado, resultantes de exigências impróprias, impostas pela União no bojo de uma ação dissociada dos esforços regionais. Na oportunidade, teremos, ainda, o aprofundamento da discussão em torno de novas metodologias para ações compartilhadas, que o Estado apresenta a partir de dados e informações sistematizadas em processo de avaliação relativo ao exercício de 2005, lembrando que todas elas têm um entrelaçamento com o propósito de criar autonomia, inclusão e desenvolvimento humano e social pelo trabalho.

Somos todos atores dessa grande peça – “construção da cidadania pelo trabalho” –, com diferentes papéis, principais ou coadjuvantes. Não nos esqueçamos, porém, de que o protagonista é o trabalhador anônimo – José ou Maria – universal. No malabarismo para a travessia da ponte que leva ao mercado de trabalho, a consciência e a autoestima fazem a diferença.<sup>59</sup>

---

59 Pronunciamento proferido no Sedese, em Belo Horizonte, abril 2006.





## POSSE NO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

Quero inicialmente, ressaltar a importância do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda – CETER como instância tripartite de deliberação de política pública do emprego, trabalho e geração de renda em Minas Gerais, responsável pela articulação das organizações de trabalhadores, empresários e representação do Governo em torno dos objetivos do aprimoramento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – missão que vem sendo desenvolvida pelos integrantes do colegiado, de modo proativo e responsável, tão bem conduzido pelo seu Presidente, Wagner Francisco Alves Pereira, da bancada dos trabalhadores, aqui legitimado como representante do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores. Não poderíamos deixar de assinalar o quanto foi produtiva a convivência com o ilustre dirigente, marcada pelo respeito recíproco e pelo diálogo. O estilo aguerrido, a postura questionadora, a presença sempre indignada foram a marca desta identidade legitimada, com a qual aprendemos a lidar de forma positiva, firme, e dialógica, para os objetivos da missão conjunta.

Entendemos que foi possível avançar e construir um patamar de conforto. Estamos certos de que este Conselho tem papel fundamental na consolidação do quadro de desenvolvimento econômico e social do Estado. Se é certo que as políticas de inclusão – na vertente do atendimento às necessidades por meio das ações de assistência social – são importantes, é, igualmente, inquestionável que as políticas de emancipação devem ter lugar porque são vocacionadas para a inclusão e a autonomia. Emancipação tem nome: trabalho, atividade produtiva, emprego e renda – verdadeiras pontes que levam o indivíduo ao patamar de cidadania. Compreendemos que os atores dessa instância tripartite não se colocam em posição de antagonismo, ao contrário, estão do mesmo lado: o que investe na dignidade da pessoa humana. Têm, contudo, visão e caminhos diferentes no tocante à realização desse ideal democrático e direito de todos.

Nessa linha, devemos arrojamos nas estratégias de fortalecimento da política de trabalho, emprego e renda, como contraponto à política de assistência. Essa diretriz conduz à necessidade de reformulação da SEDESE para dar ênfase à política de trabalho, emprego e renda e oferecer melhores condições para implementação das ações específicas. Com essa percepção,

o Governo do Estado tem determinado a concentração de esforços no sentido de conceber novas estratégias, ainda mais arrojadas, e de potencializar boas experiências, sem receio de explicitar a concepção e a crença. Temos desenvolvido, a partir dessas sinalizações, a base conceitual para a implantação da lógica de territórios de trabalho, de modo a avançar na abordagem da política pública específica pela perspectiva das dinâmicas econômicas e dos territórios sociais. Nessa vertente, as chamadas Usinas de Trabalho, que fazem a ponte entre mercado e trabalho, no bojo de políticas de capacitação e mediação.

Outra preocupação tem colocado sob foco o atual sistema de funcionamento da política pública, uma vez que, paulatinamente, a União vem perdendo força na composição do financiamento, com o comprometimento das ações no âmbito dos Estados. A alternativa que se vislumbra, e que progressivamente se efetiva, é a de ampliação da contrapartida de estados e municípios. Como enfatiza sua Excelência o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, ao chamar à responsabilidade todos os atores dessa política, "é missão coletiva fazer do território de Minas um lugar cada vez melhor para se viver e, sobretudo, um território em que o trabalho e o emprego não sejam premiação para poucos, mas direito de todos, pela universalização das oportunidades. Muito obrigada!<sup>60</sup>

---

60 Pronunciamento proferido na cerimônia de posse no Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda – CETER, realizada no auditório da SEDESE. Empossados: Presidente do CETER/MG e representante do setor empresarial, Guilherme Siqueira Carvalho (Fecomércio), e Vice-Presidente, Rodrigo de Almeida Pontes (Faemg). Presentes: Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária do Trabalho e Assistência Social; Wagner Francisco Alves Pereira, Presidente do CETER; Valdicele Fátima Pereira, Vice-Presidente do Conselho; Guilherme Siqueira Carvalho, Presidente eleito do CETER; Rodrigo de Almeida Carvalho, Vice-Presidente eleito do Conselho; Antônio Roberto Lambertucci, Delegado regional do Trabalho e conselheiro do CETER; Lígia de Oliveira Lara, Secretária Executiva do CETER e Diretora da SEDESE; Conselheiros Madalena Amoruso (Setur), José Teodoro Guimarães (Fetrominas), Maria José Nunes (Seapa), José Washington (Sec. Des.Econômico), Taiane Papini (Fetcemg), Márcio Luiz Guglielmoni (Contagem); Prof.ª Carmem Rocha, Superintendente do Trabalho, Emprego e Renda; Sérgio, Força Sindical; Wanderley Fajardo, Presidente da FADEMA; Diretores Regionais da SEDESE; representantes dos Conselhos Municipais de Trabalho de MG; equipes dos SINE e CPPTS; servidores da SEDESE. 2006.

“Artigo X

*Fica permitido a qualquer pessoa,  
a qualquer hora da vida,  
o uso do traje branco.”*

*[Thiago de Mello, Estatutos do homem]*



## VIABILIZANDO A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODOS

Por impedimento de sua agenda, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador Aécio Neves incumbiu-me, na condição de Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes, de representá-lo na sessão de abertura deste Seminário, que será integralmente acompanhado – como já vem sendo desde sua etapa preparatória – por órgãos e instâncias da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE que se ocupam do atendimento, da promoção, da valorização e da defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência em Minas Gerais. Entre as instâncias vinculadas à SEDESE, cabe destacar a Subsecretaria de Direitos Humanos, que desenvolve numerosos programas e projetos, entre os quais são referências o Programa Unidade de Atendimento Especializado – UAE; o Programa Casa Lar; e, ainda, o Programa Mocatu, que favorece a integração sociocultural de crianças, adolescentes e adultos com deficiências.

Na mesma sintonia, a Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente – CAADE, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONPED e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente desenvolvem uma ampla plataforma de ações inclusivas. E já numa abordagem intersetorial, no âmbito da SEDESE, a Subsecretaria de Esportes participa do Programa Minas Paralímpica, um evento de âmbito nacional que, neste ano, teve por sede Poços de Caldas.

No que se refere especificamente à política pública de trabalho e renda, o governo de Minas desenvolve suas ações em consonância com o Governo Federal, as convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, das quais o Brasil é signatário. Tais ações são focadas sobretudo no trabalho digno e na preparação do cidadão para o acesso aos direitos constitucionalmente assegurados; no respeito aos direitos humanos, na promoção da igualdade de oportunidades e no combate a todas as formas de discriminação; no desenvolvimento integrado da qualificação profissional, por meio da elevação da escolaridade, da inclusão digital e do encaminhamento ao mercado de trabalho. Na mesma linha, temos também a atuação da Utramig, com o Programa de Educação Inclusiva e Qualificação Profissional, especialmente voltado para pessoas portadoras de deficiência auditiva

e visual. Nessa abordagem emancipatória, a inserção produtiva da pessoa com deficiência passa, necessariamente, pela mudança de foco: das limitações para as possibilidades.

A ação da SEDESE abrange também parcerias com outras Secretarias de Estado – como a da Saúde, a de Transportes e Obras Públicas, entre outras instâncias de governo. E como, hoje, as políticas públicas deixaram de ser monopólio do Estado, sobretudo com o crescimento e o protagonismo da sociedade civil, todos esses projetos e programas são desenvolvidos – e muitas vezes executados – por entidades do chamado “terceiro setor”. A sociedade civil, à sua vez, dá exemplo de maturidade no trato da questão.

Tenho a alegria de noticiar aos presentes que ações emparceiradas já vêm sendo desenvolvidas com sucesso. A Jornada da Inclusão Pela Arte – com SES/SEDESE/CAADE/CONPED/APAEs e outros parceiros, sob a generosa tenda do circo de Marcos Frota, em Belo Horizonte – foi belíssima realização conjunta de obreiros da cidadania da pessoa com deficiência, do Estado, de empresários e de organizações sociais, entre outras iniciativas.

Penso que essa integração de esforços que caracteriza a nova gestão pública é que inspirou a Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, sob a lúcida e dinâmica direção do Delegado Antônio Roberto Lambertucci \*, a se associar ao Fórum Pró-Trabalho para discutir, com o empresariado mineiro e organizações da sociedade civil, a necessidade de promover a inclusão das pessoas com deficiências no mercado de trabalho.

No despacho que tive com o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador, na confirmação desta representação, Sua Excelência pediu-me que trouxesse uma mensagem de entusiasmo e não deixasse de citar exemplos emblemáticos de superação. Ocorreram-me, então, dois exemplos paradigmáticos, que nos ensinam como as pessoas com deficiências – ou assim consideradas – podem realizar missões ou obras grandiosas que desafiam os comuns dos mortais.

Um desses exemplos pertence à história do Século XX, encarnado na figura lendária do presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, o impulsionador do “New Deal”, eleito quatro vezes para a presidência do seu País, e que foi um dos grandes protagonistas da vitória aliada na II Guerra Mundial. A sua cadeira de rodas jamais limitou a grandeza de sua ação política, como verdadeiro estadista. Hoje, na França, o principal prêmio conferido a pessoas com deficiências e beneméritas daquele País homenageia, com sua designação, esse homem de uma envergadura humana e moral de rara dimensão.

Outro exemplo contemporâneo, e que certamente intriga e instiga a todos nós, é o do notável cientista inglês Stephen Hawking, que seus pares do mundo da ciência colocam na galeria de gênios da física, como Newton e Alberto Einstein. Com sua doença degenerativa e comunicando-se por meio

de um aparelho sintetizador de voz, Stephen é titular em Cambridge da cátedra ocupada por Isaac Newton. Exemplos dessa magnitude do humano servem para advertir-nos de que os preconceitos seculares em relação às pessoas com deficiências devem ser, cada vez mais, uma página do passado. Mas é preciso lembrar a lição do alemão Einstein: “É mais fácil quebrar um átomo de que um preconceito”.

De fato, durante muito tempo as pessoas com deficiências permaneceram, aos olhos da maioria, como os enfermos, incapazes de levar uma vida autônoma, condenados a uma existência imobilizada e reclusa. Este olhar sobre as pessoas com deficiência – que infelizmente ainda não desapareceu por completo – favorece uma lógica de assistência que, longe de romper o círculo vicioso do distanciamento e da exclusão, nada mais faz que aumentar o isolamento de nossos semelhantes.

Chegou o tempo da inclusão, de quebra de preconceitos, único caminho para ampliar e consolidar no Brasil um verdadeiro Estado de Direito, Democrático e Republicano, no qual cada um tem seu lugar ao sol e sua autonomia. E aqui, para prestigiar a lucidez do garoto Gabrielzinho Irajá, em recente evento em Belo Horizonte, relembro o apelo feito às mães das crianças cegas: “Não tranquem seus filhos em casa. Eles querem ver a luz do dia e querem contemplar a beleza das flores e dos *shoppings*”.

Mas, até mesmo por força de uma lei fundamental presente na Natureza, as mentalidades evoluem. A sociedade vem compreendendo, pouco a pouco, que a única maneira de apoiar a pessoa com deficiência e de garantir sua dignidade e seu direito à cidadania plena é fazer com que ela seja acolhida como ator indispensável da vida social, econômica e cultural. A questão não pode mais ser negligenciada. Ela deve ser considerada em todos os aspectos da vida cotidiana: na habitação, no transporte, na educação, no trabalho, no lazer, a fim de permitir às pessoas com deficiência a plena integração na sociedade.

Este Seminário tratará exatamente da temática: trabalho e igualdade de oportunidades para todos. Aqui eu diria, como aprendi com um moderno autor contemporâneo, que “não é o trabalho que dignifica o homem” – como tantas vezes se repetiu, até se tornar um dito popular – mas, na realidade, “é o homem que dignifica o trabalho”; ou seja, aquela mesma força na ação – que pode ser aplicada por meios mecânicos ou qualquer outro – ganha outra dimensão ao ser realizada pela pessoa humana. Não se trata, pois, de invocar a compaixão ou o sentimentalismo para dignificar a pessoa portadora de deficiência por meio do trabalho. Ela é que dignificará a empresa e o trabalho com sua presença, com seu esforço e criatividade. Mais importante que braços e pernas, é, certamente, o capital da inteligência, do pensamento, da ideia, da arte e da ação. Mesmo porque, é o pensamento que move o mundo.

O pensamento criador, transformado em energia realizadora, é que produz a ação e promove os resultados. Assim sendo, quantas vezes já pude presenciar pessoas portadoras de deficiência superarem, de longe, aqueles que são vistos sem deficiências aparentes. Talvez porque, geralmente, a deficiência está conotada ao corpo, quando ela é muito mais séria e grave quando se manifesta no caráter, na moral, na conduta.

Desculpem-me se, por vezes, abandonei a pauta da representação para seguir a trilha do coração. É que não posso, especialmente no mister de condução de políticas públicas focadas no ser humano, por dever de transparência, deixar de expressar minha visão de mundo e os valores que me orientam no tocante a cada vertente delas. Estou confiante, contudo, na força das reflexões que aqui serão desenvolvidas, na efetividade dos resultados deste Seminário. Mesmo porque os empresários mineiros e suas entidades representativas, convivendo com a modernidade do Estado, já têm contribuído de forma extraordinária para o desenvolvimento de Minas, avançando na realização de seus investimentos, de seus projetos, de suas iniciativas. Ademais, apresenta maturidade de compreensão do seu papel mais amplo no mercado e na sociedade.

O setor dá eloquente manifestação da função social da empresa. E ela mesma, diretamente, como unidade produtiva ou prestadora de serviços, poderá contribuir para que possamos virar no Brasil essa página triste, como já o fizeram os países mais desenvolvidos, com pleno e total apoio da ONU e de seus órgãos, como a UNESCO, e que inscrevem na agenda social, cultural e econômica, sob o comando de legislações avançadas, práticas inovadoras de inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho.

Por fim, quero deixar uma homenagem às pessoas com deficiência e quero fazê-lo na pessoa de José Luiz e do maestro Ivan, do coral do Instituto São Rafael, que nos trouxe aqui o encanto do canto irmão. Diria como Helena Jobim: “Em mocinha colecionava fotos de beijos e frases de paixão”. Hoje, digo como Thiago de Mello: “Carrego um grito que cresce / cada vez mais na garganta, / cravando seu travo triste / na verdade do meu canto.”<sup>61</sup> / “Faz escuro mas eu canto / porque a manhã vai chegar.”<sup>62</sup> Muito Obrigada!<sup>63</sup>

61 Versos do poema “A vida verdadeira”, de Thiago de Mello.

62 Versos do poema “Madrugada camponesa”, de Thiago de Mello.

63 Discurso proferido – representando o Governador Aécio Neves – na abertura do Seminário “Viabilizando a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho: Igualdade de Oportunidades para Todos”, promovido pela Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais em parceria com o Fórum Pró-Trabalho, no auditório do CREA/MG, em Belo Horizonte (MG). Novembro/2006.



## TERMO DE COOPERAÇÃO DA I JORNADA DE MINAS PELA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Este termo de cooperação firmado pela Secretaria de Saúde e pelo Instituto Cultural e Assistencial São Francisco de Assis, para realização da I Jornada de Minas pela inclusão da pessoa com deficiência – e que temos a honra de chancelar, como titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE, uma das instituições parceiras – se insere nas políticas públicas que o Governo do Estado vem desenvolvendo em todos os âmbitos da administração pública mineira, para sintonizar o estado com as profundas mudanças em curso no interior da sociedade civil e com a agenda mundial e os grandes compromissos discutidos na mais recente conferência da ONU sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

O Estado de Direito, Democrático e Republicano, que começamos a edificar no Brasil após o processo de redemocratização – que tantas lutas custou! – sinaliza para o avanço na efetivação dos direitos humanos em todos os níveis da sociedade. É o que estamos praticando aqui e agora, buscando mobilizar a sociedade para o avanço na compreensão e na consolidação do conceito de pessoa com deficiência, na linha de compreensão de que ela pode e deve estar apta para alcançar sua autonomia, sua independência. Estamos procurando avançar na ruptura com o preconceito, na construção de pontes de inclusão, na certeza de que um projeto de nação passa necessariamente pela inclusão. Não pode ir longe se não se comprometer com a autonomia cidadã de todos os brasileiros.

Este novo patamar conceitual corresponde exatamente à denominação do programa desenvolvido pelo Instituto Cultural e Assistencial São Francisco de Assis, há onze anos sob a batuta inteligente e solidária do dinâmico Marcos Frotta. Refiro-me ao “Somos todos brasileiros”, programa que, por meio do potencial artístico, educativo e social do circo, objetiva levar o tema ao alcance das crianças, abrindo um espaço permanente na sociedade e na mídia para discutir os problemas e as soluções no campo dos direitos das pessoas com deficiência, contribuindo para a sua inclusão na sociedade brasileira. No âmbito da SEDESE, desenvolvemos programas voltados para o atendimento, a promoção e a inclusão social da pessoa com deficiência,

sem paternalismos, mas sob a clara consciência política de que todo ser humano deve e precisa alcançar sua autonomia, sua inserção na vida social, enfim, a cidadania plena. Consciência da necessidade de políticas públicas específicas como direito dos destinatários e sujeitos delas.

Destaco o trabalho vinculado à SEDESE e realizado pela CAADE, Coordenadoria de Atendimento e Apoio à Pessoa Deficiente, sob a superintendência desse professor culto e autêntico humanista que é Flávio Couto e Silva de Oliveira. Na CAADE são efetivadas várias ações, apoiadas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, em estreita colaboração com o SINE – o Sistema Nacional de Emprego, que tem sido o principal e estratégico instrumento de promoção da Política de Integração da Pessoa com Deficiência em Minas Gerais.

Ainda no âmbito da SEDESE – programas que vão da Minas Paralímpica ao das casas lares, por exemplo, afirmam esse novo momento institucional promovido pelo Governo do Estado, sempre em parceria com entidades e movimentos da sociedade civil. Não só por meio dessas iniciativas, mas também em todas as frentes de promoção da pessoa humana, a SEDESE não tem recusado o diálogo. Ao contrário, tem proposto uma discursividade aberta, sem propósito populista ou de cooptação, nem de monopólio na escolha das soluções. Tem buscado catalisar esforços, ser um elo na ação compartilhada e responsável.

Quero lembrar aqui a postura do atleta Lars Grael. Após ter sofrido o acidente que interrompeu sua trajetória de iatista campeão, passou a desfraldar a bandeira dessa igualdade intrínseca à natureza humana. É dele o apelo de que o seu exemplo incentive um número maior de portadores de deficiência a superar seus limites e seus medos. Quase a pedir a mudança de olhar sobre a deficiência, tanto o da pessoa que a carrega, quanto o dos de sua convivência, da perspectiva da pena para a do respeito à autonomia.

Dono do mundo da alegria, Marcos Frotta põe também seu talento, sua arte, com amor, galhardia e humanismo, a favor dessa causa. Vem com a magia do circo e coloca sob sua tenda tantos atores e malabaristas deste grande espetáculo de solidariedade pela arte e pelo amor. Daí o sentimento de alegria com que participamos dessa iniciativa, em nossa missão individual e institucional, aguardando que, no 15 de novembro, muitos cidadãos de Minas Gerais possam participar desta Jornada que, depois de começar, não terá mais fim. Como afirma a Carta para o Terceiro Milênio<sup>64</sup>, “a meta das nações há de ser a de proteção dos direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão delas em todos os aspectos da vida, mesmo quando forem grandes e aparentemente intransponíveis os obstáculos”. E nisso, devemos ter presentes esses versos mágicos de

64 Documento internacional aprovado em 1999, na Grã-Bretanha, pela Assembleia Governativa do *Rehabilitation International*. Disponível em <http://www.todosnos.unicamp.br>

Mário Quintana: “Se as coisas são inatingíveis... ora! / Não é motivo para não querê-las... / Que tristes os caminhos, se não fora / a mágica presença das estrelas.”<sup>65</sup> Muito Obrigada!<sup>66</sup>

<sup>65</sup> Poema “Das utopias”, de Mário Quintana (1906-1994)

<sup>66</sup> Discurso proferido na solenidade de assinatura do Termo de Cooperação da I Jornada de Minas pela Inclusão da Pessoa com Deficiência, realizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais / Secretarias de Estado da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social e Esportes, em Belo Horizonte (MG). Participação da Prefeitura de Belo Horizonte, das universidades UFMG, PUC e Newton Paiva, e das ONGS da área de promoção da pessoa com deficiência. Presentes: Marcos Frotta, ator e promotor dos direitos humanos (participação especial); Dr. Marcelo Teixeira, Secretaria de Estado de Saúde; Dr. Ronaldo Tadeu Penna, Reitor da UFMG; Dr. Flávio Couto, Coordenador da CAADE. Outubro/2006.



## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Há setenta e cinco anos, em 1931, o “pai da psicanálise”, Sigmund Freud, escreveu em carta a um amigo, como relata seu biógrafo Ernest Jones, a seguinte confissão: “A grande pergunta que permaneceu sem resposta e à qual eu mesmo jamais pude responder, apesar de meus 30 anos de estudos da alma feminina, é a seguinte: ‘o que quer a mulher?’” Parece hoje muito claro que essa resposta jamais poderia ser dada por um homem. Nem sendo ele Freud... Na mesma década de 30, Cecília Meirelles, por sua vez, a querida autora do *Romanceiro da Inconfidência*, se perguntava no último verso de seu poema “Retrato”, publicado no livro *Viagem*: “Em que espelho ficou perdida a minha face?”

Hoje podemos responder com voz própria: o que a mulher quer é poder ver a sua própria face. Ser mulher e cidadã no exercício pleno da condição humana, em que a chamada “fragilidade feminina” é, nada menos, que outra forma de viver, de sentir a emoção, de ser e de decidir. O que queremos é nossa integridade como pessoa na estrutura social, seja no trabalho, seja no lar. O que queremos é assumir nossas próprias escolhas, com autonomia e igualdade. Por isso, a antiga “rainha do lar” vai cedendo espaço à dona e senhora de sua própria história, continuando a ser essencialmente mulher, aportando à sociedade outras formas de decisão; compartilhando o poder como mulheres ao lado de homens, numa parceria entre iguais. Mas, nesse caminho, ainda temos muito chão por conquistar e muito território para explorar. Principalmente numa sociedade como a nossa, com seus desequilíbrios de toda ordem, com sua secular dívida social, com suas discriminações tão estratificadas. Uma vez que estamos numa Casa de representação política da sociedade, vou dar um pequeno exemplo, e ele dirá melhor que mil palavras.

Um levantamento divulgado no último mês de julho pelas Nações Unidas e elaborado pela União Parlamentar Internacional, relativo à presença das mulheres nos parlamentos do mundo, classificando cento e oitenta e nove países, coloca o Brasil num longínquo centésimo segundo lugar, empatado com Togo e abaixo de Camarões. Este dado por si só mostra quanta estrada temos pela frente para abrir espaço às mulheres na vida política, social, econômica e cidadã de nosso País.

Eventos como a I Conferência Estadual das Mulheres, realizado nesta Casa em 2004, que, por sinal, propôs a realização deste Fórum Técnico Políticas Públicas para as Mulheres, são marcos desse caminho que estamos trilhando. E refletem a profunda mudança de mentalidade sobre a condição da mulher que vem se processando no interior da sociedade brasileira. Se há muito a avançar e a conquistar, em face do modelo de construção social que caracterizou não apenas a sociedade brasileira, mas a civilização em que vivemos, esse processo de mudança está em marcha e já é irreversível.

No âmbito da Administração Pública, já temos institucionalizados o Plano Nacional e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. No espaço da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes, na área de autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, as ações voltadas para trabalho e renda, por exemplo, vêm dando prioridade, desde 2005, ao atendimento focalizado na mulher, exatamente por ser um grupo vulnerável pela discriminação de gênero. Participa dessas ações o Conselho Estadual da Mulher, órgão que está vinculado à Secretaria. Trata-se de um programa que contempla projetos e ações para inserção no mundo do trabalho; intermediação de mão de obra e de trabalhadores autônomos; inclusão digital; elevação da escolaridade; qualificação profissional e social; orientação para o trabalho; fomento a empreendimentos; competências básicas para o trabalho; Programa Primeiro Emprego; e centros públicos de promoção do trabalho.

O Conselho Estadual da Mulher – que completa vinte e três anos de atividades – desenvolve igualmente programas de capacitação na área do cooperativismo e da cidadania, apoiando ainda o fortalecimento e a formação de conselhos municipais da mulher, com conseqüente implantação de centros de referência. Na área de direitos humanos, o DDH – Disque Direitos Humanos – vem se tornando um serviço de referência no estado contra a violação dos direitos da mulher e o seu enfrentamento. Cabe também destacar as ações realizadas pelo Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV), que é resultado de convênio firmado entre os governos estadual e federal, executado pela ONG SOS-Racismo, muito atuante no campo dos direitos da mulher. Somente no período 2001/2005 foram atendidas 382 mulheres vítimas de violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Outro serviço que tem contribuído para denunciar e coibir a violência sexual contra crianças e adolescentes é o “Sentinela”, articulando uma rede de serviços voltada para assegurar a garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, estabelecidos no estatuto próprio.

Este Fórum Técnico, tenho plena certeza, contribuirá em larga medida para a avaliação das políticas públicas de nosso estado, sendo certo que o Poder Executivo tem efetivamente compartilhado o poder com as mulheres. Aqui, temos trabalhado para consolidar políticas públicas permanentes,

com transversalidade e intersetorialidade, buscando superar simples ações tópicas ou pontuais. Deste plenário e de suas reuniões temáticas surgirão propostas de aperfeiçoamento, com subsídios e sugestões que serão acolhidas como importante contribuição aos programas e projetos em execução no âmbito da Secretaria e em outras áreas da Administração Pública do nosso Estado.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Palestra proferida no Fórum sobre Políticas Públicas para as Mulheres. Belo Horizonte Abril/2007.





## ENTREGA DA CHAVE DO CENTRO DE REFERÊNCIA GLBT TT

**A**pós ouvir atentamente as falas tão lúcidas dos que me precederam, de compartilhar sentimentos a partir de depoimentos comoventes, e de seguir as mensagens espontâneas registradas, devo trazer ao público presente a posição do Governo no tocante às políticas para o segmento de GLBT TT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Permito-me, ao mesmo tempo, desvestir-me da roupagem oficial, para expressar o sentimento pessoal que vivencio. Retomando fragmentos da expressão de tantos, militantes ou não, quero sintetizá-los na postura da vereadora Maria Lúcia Scarpelli. E assim, o que dizer? “Que a lágrima é a expressão da extrema coragem? A coragem de ser verdadeira?”

Atendendo às demandas do movimento social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, o Estado de Minas Gerais criou, pela Lei nº 14.170, de 15.01.2002, decorrente do projeto de autoria do então Deputado Estadual, hoje Subsecretário de Direitos Humanos, Dr. João Batista de Oliveira, o Centro de Referência GLBT TT. Trata-se de institucionalidade que tem por objetivo apoiar e desenvolver ações no âmbito de políticas públicas que respondam às necessidades de valorização da autoestima, de defesa de direitos e de capacitação profissional do público-alvo, por meio da difusão de conhecimentos, da ampliação do diálogo entre os órgãos, as entidades, os segmentos e os demais atores sociais envolvidos e do estímulo à implementação de pesquisas e projetos.

Com satisfação, anunciamos, hoje, o cumprimento da determinação legal de implantação do Centro de Referência, cuja direção será assumida por uma representante da comunidade, Walquíria La Roche, nomeada para os quadros da SEDESE, e que contará com a assessoria de Fábio de Carvalho Santos, também nomeado para atuação junto ao Centro. Desde logo, desejamos à equipe profícuo trabalho. Estamos, neste momento, entregando à coordenadora, e, por seu intermédio, a toda a comunidade, a chave do imóvel da Avenida Álvares Cabral, 1.342, no Bairro Lourdes, que passa a sediar o Centro de Referência, abrigando, com dignidade, as atividades previstas na lei de criação da unidade. E para que pudéssemos estar agora nesta mesa, neste auditório, testemunhando este tempo e participando desta cena pública, uma trajetória corajosa de toda a comunidade envolvida e da militância social teve de ser empreendida.

Pessoalmente, não posso deixar de assinalar a percepção que colho no olhar de cada um: a de que aqui chegam todos carregados de luta; a de que trazem na vida as marcas de dor que o preconceito lhes impõe; a de que aqui comparecem todos com a sua história. Por isso mesmo, a instalação do Centro marca momento de culminância de muitos esforços, mas não podemos nos esquecer da lição sertaneja de Guimarães Rosa: “O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”<sup>68</sup>

É assim que saudamos aqui, sobretudo, a caminhada dos que, para além do pessimismo imobilizador, para além do otimismo ingênuo de quem espera a mágica espontânea da mudança, reuniram voz, dedicação e fé em torno da bandeira de seus direitos. Esperamos que esta medida, tão significativa para a concretização das propostas deste público, seja um efetivo avanço na promoção da cidadania, na consolidação da defesa dos direitos humanos da comunidade GLBTTT e garantia de sua efetividade.

Temos todos muitas expectativas em relação a esse Centro de Referência, pois sabemos que, mais do que um endereço oficial, o Centro é a explicitação por parte do Estado de que a comunidade é sujeito e destinatária das políticas sociais, como parcela que é da sociedade; um símbolo de respeito à diversidade; uma porta aberta para a cidadania e a acessibilidade a direitos. Mais do que a logística para tratamento de dados e informações, um espaço de valorização e divulgação da luta em defesa do direito à livre orientação sexual, é um endereço de articulação e de construção da cidadania. Mais do que a sede da utopia, é uma arena de compromisso diuturno com a mudança da realidade adversa vivenciada pela comunidade, e de ações referenciadas por diagnósticos, projetos e experiências. Não haverá de ser um núcleo de segregação, mas uma instância potencializadora de cooperação, de intersetoriedade; de transversalização de políticas nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, trabalho, segurança, cultura, dentre outras. Não haverá de ser um espaço de conformismo com as dificuldades, nem com as soluções superadas, mas uma referência de estímulo à pesquisa, aos registros, ao resgate da memória e à projeção de futuro.

A construção de uma sociedade justa implica o reconhecimento da diversidade e – o mais importante – o respeito a ela. Minas Gerais dá um passo corajoso, ao institucionalizar o Centro, na certeza de que a medida, mais que a sua representação física, traz a força simbólica da quebra de preconceito e pautará, definitivamente, a temática dos direitos da comunidade. Devo, porém, retificar. É a comunidade GLBTTT que verdadeiramente avança. É que ela celebra conquista e não mera concessão.

---

68 Trecho de Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa (1908-1967)

Caros integrantes da comunidade, são vocês mesmos os vanguardeiros de Minas, nessa medida de inclusão. Mas é preciso que estejam alertas para prosseguirem na luta. E façamos aqui parêntese para recordar a lição do físico alemão Albert Einstein (1879-1955), autor da teoria da relatividade: “É mais fácil quebrar um átomo que um preconceito”. O átomo foi quebrado, o que possibilitou a criação da bomba atômica e potencializou a destruição do mundo. Da outra banda, os preconceitos persistem. Mas, apesar do desafio que representam, não resistirão à luta de todos, à guerra dos oprimidos, o verdadeiro caminho de pacificação da humanidade. E, então, teremos complementado o aprendizado, para o qual nos adverte Luther King, numa passagem, repetidas vezes, pronunciada já em tom mesmo de oração: “Aprendemos a voar como pássaros e a nadar como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos.” Que saibamos viver como irmãos!

Por fim, na primeira pessoa do singular, que singular é o coração: a todos o meu carinho, a todos o meu respeito. O ser humano, para além de gênero, é essência. E desejo colher do dramaturgo inglês, Shakespeare, de Romeu e Julieta, a metáfora que diz dessa transcendência e, também, da minha crença: “Se a rosa tivesse outro nome, ainda assim teria o mesmo perfume.” Vocês são a rosa. Detenho-me no perfume dela tão apenas. Muito Obrigada!<sup>69</sup>

---

69 Pronunciamento proferido na solenidade de entrega da chave do Centro de Referência GLBT. Presentes: João Batista de Oliveira, Subsecretário de Direitos Humanos; Deputado Leonardo Mattos, Deputado Federal; Walquíria La Roche, Coordenadora do Centro de Referência GLBT; Deputado Sebastião Costa, Representante da Comissão de Justiça da ALMG; Maria Lúcia Scarpelli, Vereadora; Maria Nazaré, Conselho Estadual da Mulher; Tânia, Presidente da Comissão do Conselho Regional de Psicologia/CRP; Maria Cândida, Conselho da Criança e do Adolescente; Andréa Carmona, Coordenadora de Direitos Humanos da Prefeitura de BH; Maria das Dores Abreu Amorim, Secretária Adjunta / SEDESE; Matheus Wenbley, 1º Secretário da CELLUS; subsecretários / SEDESE; superintendentes, diretores, diretores Regionais, ONGs, presidentes de conselhos, movimentos e servidores / SEDESE. Junho/2006.



## PARALEGAIS E DIREITOS HUMANOS: CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA JOVENS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS.

Aqui estamos todos irmanados pelos mesmos propósitos e sentimentos; atuamos todos numa região de fronteira. A fronteira social, econômica e política que separa, no Brasil e no mundo, a sociedade humana na diáspora e no “apartheid” dos direitos sociais e humanos. Cresce, todavia, no interior da sociedade brasileira, a consciência pública e cívica de que não poderemos construir uma Nação digna – que mereça o nome de “pátria mãe gentil” (permitam-me usar essa expressão) – se não mudarmos o perfil da distribuição de renda; se não abrirmos o acesso aos bens básicos e fundamentais a uma parcela flagrantemente discriminada e que segue excluída mesmo da sociedade brasileira.

Não são apenas os sem-teto e os sem-terra que formam esse contingente de despossuídos, mas, também, os sem-voz e sem-vez, aqueles que, em silêncio aflito, vivem à sombra, longe do sol da cidadania, e à margem dos mais elementares direitos humanos. A disparidade desse perfil é sempre lembrada nos dados que colocam a economia brasileira – mensurada pelo seu PIB – entre as dez ou quinze maiores do mundo, enquanto, paradoxalmente, projetam uma dramática equação das dívidas sociais como uma das maiores do planeta.

A UNESCO, reunida na Conferência de Viena de 1993, tematizou as mazelas da exclusão social como núcleo de reflexão dos estados-parte e assentou, no artigo 25 da respectiva Convenção, o tratamento da pobreza como flagrante violação dos direitos humanos. Violação muitas vezes covardemente tolerada. É fato que a sociedade humana foi fundada sob as bases de um tal egoísmo e animada por tamanha ambição, que a pobreza raramente foi institucionalmente percebida como uma injustiça, mas, sim, como um dado determinado pela natureza das coisas. Como lembra Pierre Sané, estudioso da matéria e diretor do Setor de Ciências Humanas e Sociais da própria UNESCO, o mundo nunca foi tão rico e, no entanto, a pobreza ainda ameaça a metade da população mundial, porque há disponibilidade de meios para se pôr fim a este fenômeno, mas não se atua nesse sentido. Há uma resignação diante do quadro. Os olhos agora se abrem e veem que

uma imensa extensão de pobreza é produzida, sim, por um injusto e autoritário sistema econômico e social. Pobreza não é sorte, não é destino.

O jovem Mateus Afonso Medeiros – um ativista dos direitos humanos que a violência urbana roubou às trincheiras da luta em acidente de trânsito, e que, pela garra de sua mãe, a valente Lúcia Afonso, e de sua tia e madrinha, Elsa Afonso, mantém-se vivo no legado que impulsiona a Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (Recimam), criada em setembro último – já afirmava: “É verdade que somos um país racista, sexista, homofóbico e socialmente egoísta. Entretanto, o liame unificador, aquilo que pode forjar uma identidade brasileira, não é a negritude, o sexo, a opção sexual ou o dinheiro. É a cidadania, a vontade de construir uma sociedade ao mesmo tempo ‘brasileira’ e igualitária. E igualdade significa redistribuir a renda, o status social e a própria história do povo brasileiro.”

Eis por que é tão importante essa capacitação de jovens lideranças para exercerem, com saber e competência, a defesa e a promoção dos direitos humanos. E, por missão institucional, a SEDESE é o lócus principal das políticas sociais do Governo, com seus programas, projetos e ações voltados para a transformação constante e ascendente no campo sempre minado dos direitos humanos. Daí a relevância do Escritório de Direitos Humanos – EDH, que desenvolve suas ações em vários níveis e planos de ampliação e aplicação do conhecimento jurídico na área dos direitos humanos, como, por exemplo, na formação universitária, por meio de incentivos a grupos de estudo, oficinas, clínicas ou espaços de prática jurídica em favor da cidadania, à formação paralegal, à “pesquisAção”, ao atendimento jurídico especializado, ao trabalho comunitário e às diversas parcerias com o Terceiro Setor.

Analisando a estrutura deste seminário, com seu temário e atividades paralelas, bem assim a qualidade dos conferencistas convidados, todos eles de excelência na área acadêmica ou referências profissionais em suas respectivas atividades, estou plenamente segura do efetivo cumprimento dos objetivos que aqui buscamos. Que este Seminário traga a todos os participantes as melhores lições de vida e cidadania, e que ideias, sugestões e formulações úteis possam subsidiar a Política Estadual de Direitos Humanos. Para mudar este mundo em que vivemos – especialmente a sociedade brasileira, que traz à tona, com seu cortejo de injustiças seculares, uma dívida social sem conta – a esperança é necessária, e mais que esperança, a coragem de concretizá-la. Cada um haverá de fazer exatamente o que lhe cabe. Façamos a nossa parte!

A todos os participantes lembro as expressões do poeta Thiago de Mello em Madrugada Camponesa: “Faz escuro, mas eu canto / porque a manhã vai chegar.” Madrugada de esperança. Eu acredito nessa madrugada de esperança. Eu acredito na alvorada de uma civilização solidária. Para terminar, trago o meu mantra e vou debulhando palavras soltas na versão

livre da linguagem do Jequitinhonha, de minhas origens, para cantar a arte e as artesanias: Espalha a pilha de palha / entenece, tece e trança, / e já, o cesto agasalha / o que não morre – a esperança... Muito Obrigada e bom trabalho para todos!<sup>70</sup>

---

70 Palestra proferida na abertura do Seminário Paralegais e Direitos Humanos: Capacitação em Direitos Humanos para Jovens Lideranças Comunitárias, realizado no Centro de Referência Homossexual de Gays, Lésbicas, Transexual, Travesti e Transgêneros – Belo Horizonte (MG). Participantes: Dra. Marlene Oliveira Nery, Defensora Pública Geral; Felipe Willer e Marcelo Dayrell Vivas, coordenadores do Seminário; Equipes do Escritório de Direitos Humanos, que associa a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais na defesa e na promoção da cidadania. Outubro/2006.





“Artigo XI

*Fica decretado, por definição,  
que o homem é um animal que ama  
e que por isso é belo,  
muito mais belo que a estrela da manhã.”*

*[Thiago de Mello, Estatutos do homem]*



## ENTREGA DO PRÊMIO “CIDADÃOS DO MUNDO”

Incumbiu-me, ontem, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador do Estado Doutor Aécio Neves, de representá-lo neste evento, e aqui estou, para compartilhar com os presentes este momento de revolução e reconhecimento de Minas, para testemunhar esta cena pública e aplaudir a generosidade dos que hoje protagonizam este quadro de responsabilidade social.

Está nascendo, crescendo e se espalhando pelo mundo um novo pensamento e uma nova atitude: o Estado não detém mais o monopólio do bem comum, do interesse coletivo ou da gestão dos programas e projetos de conteúdo público e social. A própria sociedade interage com o Governo no domínio de ações de interesse coletivo, nesse espaço novo que ganhou o nome de Terceiro Setor. Por isso, a designação do “Cidadãos do Mundo”, que distingue projetos sociais vitoriosos é por si reveladora do compromisso com este momento histórico.

Cada vez mais, sentimos que todos nós, nos mais diferentes pontos do planeta, pertencemos a uma mesma comunidade, a grande família humana. Porque o mundo não é só o do Presidente Bush ou o do Saddam Hussein. O mundo é também o de Koff Anan e o de Mandela, o negro africano Nelson, que parece possuir, por seus ancestrais, raízes mineiras, quando ensina: “Após escalarmos uma alta colina, tudo o que descobrimos é que há muitas outras colinas para escalar”. A premiação aos mineiros cidadãos do mundo é só estímulo para novos caminhos.

Para o Governo do Estado e, especialmente, para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esporte – SEDESE, que tenho a honra de dirigir, esta iniciativa de valorização do ser e do fazer, que une o Ministério Público e o seu Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor (CAOTS) ao jornal *Hoje em Dia*, com seu caderno “Eu Acredito”, é uma viva demonstração de que esse pensamento altivo e essa atitude responsável estão florescendo e galgando novos patamares em nossa terra, neste sofrido território social de Minas Gerais. E já o disseram: Minas é a síntese do Brasil. Aqui – em nosso entorno e em nossa geografia social e humana – está o retrato das diferenças que esta pátria Minas, já brasileira, haverá de superar.

Há exatamente um mês, tive a grata oportunidade de participar, no Palácio das Artes, da solenidade de formatura de alunos do Projeto Fred, ali

pronunciando as palavras que me dissera o governador Aécio Neves para transmitir à idealizadora daquela generosa iniciativa, a estimada Andréa Ambrósio, palavras que vou aqui repetir: "...Você, Andréa, é uma pessoa abençoada, porque só a força que vem do alto poderia impulsioná-la a extrair de tanta dor um projeto de tanto amor. Você faz seu irmão Frederico continuar vivendo na vida de muitos outros seres humanos."

Da mesma forma que o Projeto Fred recebe hoje sua premiação de primeiro lugar na cidadania do mundo, outras iniciativas também são aqui premiadas, como esta resultante do pensamento criador e feliz da pianista e professora Tânia Mara Lopes Cançado, com o Projeto Cariúnas, da Sociedade Artística Mirim de Belo Horizonte. Animado por Tânia, desde sua concepção, e com berço na UFMG, o Cariúnas – nome que associa o homem branco (*cari*) à cor negra (*una*) no idioma tupi-guarani, e que foi escolhido por feliz evocação do maestro Elias Salomé – é um projeto que vai às creches, às escolas públicas, às comunidades carentes, levando o embalo da música para harmonização da vida. A toda equipe do projeto o reconhecimento e o aplauso do Governo do Estado de Minas Gerais.

E temos aqui, também premiado, um projeto que nasceu do sonho paraibano do professor Arlindo Correa da Silva, que aportou em Belo Horizonte nos anos 40 para dar início ao seu ideal humanístico, com a criação, em 1959, da Missão Ramacrisma. Hoje essa Missão de bem fazer trabalha com pessoas de seis a oitenta anos de idade, com numerosos projetos no campo social, sendo representada, nesta premiação, pelo Projeto Novos Horizontes, que abre possibilidades novas no ensino, do violino à informática, para crianças das escolas rurais de Betim, estendendo essa ação benfazeja a jovens e adultos por meio da capacitação humana e profissional.

O Projeto Árvore da Vida, patrocinado pela Fiat Automóveis, com participação da própria Empresa, da ONG Associação dos Voluntários do Serviço Internacional – AVSI, além de fornecedores, também aqui recebe, selecionado que foi pela Comissão Julgadora deste Prêmio, a menção honrosa de "Cidadãos do Mundo". Trata-se de projeto que tem como objetivo a promoção da inclusão social em Betim, município-sede da fábrica, a partir de ações integradas para a erradicação gradativa do analfabetismo, a prática de esportes, a cultura e a capacitação profissional de jovens e adultos.

Manifesto, agora, o reconhecimento do Governo do Estado e da SE-DESE ao Dr. Tomás de Aquino Rezende, Procurador de Justiça, escolhido pela Comissão Julgadora desta Premiação como "Personalidade de Destaque" do Ano de 2006. Este ser humano tão especial, na condição de Coordenador do Centro de Apoio operacional ao Terceiro Setor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, tem contribuído de modo extraordinário para a intersectoriedade no âmbito das políticas públicas. Na homenagem ao Dr. Tomás, a reverência a todo o Ministério Público e o reconhecimento

aos atores anônimos que com ele contracenaram no grande espetáculo de solidariedade social. São todos campeões da solidariedade. O estimado Dr. Tomás encarna, como poucos, o pensamento novo que emerge no mundo atual na busca de construir uma humanidade mais solidária, mais fraterna, não apenas na retórica do discurso oficial, não apenas nas promessas ideológicas ou do populismo de ocasião, mas, sim, de forma positiva, ativa, participativa e concreta, como têm sido as ações do CAOTS em Minas Gerais, na mais fiel profecia do princípio republicano e democrático.

Em Minas, está acontecendo uma verdadeira revolução capitaneada pelo Ministério Público e pelo terceiro setor e – por que não dizer? – pelo Governo. Minas tem dessas coisas: Drummond, aquele Carlos de Itabira, de Andrade, que nasceu para ser “gauche na vida”, segundo a profecia de um anjo torto, disse já sabia: As montanhas escondem o que é Minas [...] / Ninguém sabe Minas. [...] / Só mineiros sabem. / E não dizem nem a si mesmos o / irrevelável segredo chamado Minas.<sup>71</sup> Mas é preciso romper até com a geografia montanhosa, para revelar ao Brasil e ao mundo as soluções mineiras, como as iniciativas premiadas.

Se tivesse que apresentar o significado desta premiação, em boa hora concebida pelo *Hoje em Dia* – um jornal pautado pela responsabilidade social, que é hoje, amanhã e todo dia – e pelo Centro de Apoio do Ministério Público, eu invocaria a palavra esperança que gravaria em escudo de coragem. Para mudar este mundo em que vivemos – numa sociedade como a brasileira, que traz à tona, com seu cortejo de injustiças seculares, uma dívida social sem conta – a esperança é necessária, e mais que esperança, a coragem de concretizá-la. Este prêmio chancela o protagonismo do terceiro setor na corajosa ruptura com a sociedade de exclusão. A todos os premiados lembro as expressões do poeta Thiago de Mello em “Madrugada Camponesa”: “Faz escuro, mas eu canto / porque a manhã vai chegar.” Madrugada de esperança. Eu acredito nessa madrugada de esperança. Eu acredito na alvorada de uma civilização solidária. Eu acredito! Hoje em dia. Hoje, amanhã e sempre na vocação mineira para os planos de altitude montanhosa.

Para terminar, vou debulhando palavras soltas na versão livre da linguagem do Jequitinhonha, de minhas origens, para cantar a arte e as artesanias: Espalha a pilha de palha / enternece, tece e trança, / e já, o cesto agasalha / o que não morre – a esperança... Muito Obrigada!<sup>72</sup>

71 Versos do poema “A palavra Minas”, de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987)

72 Discurso proferido na solenidade de entrega do Prêmio Cidadãos do Mundo – promovido pelo Ministério Público e Jornal Hoje em Dia – realizada na Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Belo Horizonte (MG). Presentes: Dr. Jerônimo Alves Ferreira, Presidente do jornal “Hoje em Dia”; Dr. Tomás de Aquino Resende, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional ao 3º Setor do Ministério Público MG e personalidade destaque; Dr. Leonardo Brandão, Secretária de Estado de Cultura de MG; Dra. Valéria Flores, Editora do caderno “Eu Acredito”; Jornalista Carlos Lindemberg; Dra. Ângela Pace, Pró-Reitora da Universidade Newton Paiva; membros do MP; representantes dos projetos premiados: Projeto Fred, Projeto Cariúnas, Missão Ramacrisna e Projeto Árvore da Vida, da Fiat Automóveis (menção honrosa). Outubro/2006.



## FORMATURA DE ALUNOS DO PROJETO FRED

O Governador Aécio Neves, paraninfo dos formandos – ausente desta solenidade em razão de compromisso anteriormente assumido – ao pedir-me que o representasse neste evento, recomendou-me que dirigisse à idealizadora do Projeto Fred, Andréa Ambrósio, a seguinte mensagem:

“Você, Andréa, é uma pessoa abençoada, porque somente uma pessoa abençoada poderia extrair de tanta dor um projeto de tanto amor. Você faz seu irmão Frederico continuar vivendo na vida de muitos outros seres humanos, como aqueles que hoje aqui recebem seu diploma de trabalho e arte. Tenha certeza de que vou estar em breve com vocês lá em Contagem ou em qualquer recanto das nossas Minas Gerais. Sim, Andréa, você está conseguindo fazer muitos ‘Freds’ felizes!”

Essa mensagem que o Governador Aécio Neves me transmitiu expressa o sentimento do Governo de Minas em relação a essa iniciativa tão corajosa, que já atravessa nossas fronteiras para ganhar Paris, valorizando o trabalho de seres que, estando nas penitenciárias, nas ruas, nas pedreiras deste país tão desigual, como a do Prado Lopes, emergem como cidadãos de uma sociedade que não mais aceita passivamente a exclusão nem a discriminação.

Quero também saudar aqui a todos os parceiros do Projeto Fred, declinando seus nomes – porque agradecimento se deve fazer em voz alta: a Cemig e o Carrefour, grandes apoiadores desde o primeiro momento; o Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado da Cultura; o Ministério da Cultura; o Banco do Brasil e, sobretudo, o Comitê Solidariedade e Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil; a Prefeitura de Contagem; a Fábrica Comunicação Integrada; a marca Arroz Tio João e a Standarte (stand de arte); a V&M do Brasil (Vallourec & Mannesman) e a Sinergia; a MBR e o English Service; a Idea (Id&a) Publicidade e as fábricas doadoras de retalhos de tecidos para as mãos que tecem a trama sem nó...

Foi esse mutirão de vontades que consagrou o Projeto Fred como primeiro lugar na premiação “Cidadãos do Mundo 2006”, em iniciativa conjunta do Ministério Público, do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor e do jornal “Hoje em Dia”. Esta escolha se deu entre centenas de ONGs, entidades, associações e instituições inscritas para premiação. Em nível público e institucional, não poderia haver reconhecimento maior, querida An-

dréia, a esse pensamento de luz que você soube transformar em iluminado sentimento comunitário – com o Projeto Fred voltado para os presidiários e as pessoas em situação de risco social.

Para que todos os presentes possam avaliar o peso deste reconhecimento, quero mencionar a ordem dos classificados como “Cidadãos do Mundo 2006”: Primeiríssimo lugar, ONG Fred; segundo lugar, Projeto Cariúnas, da Sociedade Artística Mirim de Belo Horizonte; terceiro lugar, Projeto Novos Horizontes, da Missão Ramacrisma; menção honrosa, Projeto Árvore da Vida, da Fiat Automóveis. A premiação também apontou a Personalidade de Destaque de 2006, na pessoa do Dr. Thomás Aquino de Resende, Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Minas aplaudirá essa premiação, prevista para realizar-se na sede do Ministério Público de Minas Gerais, exatamente dentro de trinta dias, em 3 de outubro próximo.

A ONG Fred está na vanguarda de um novo mundo que está nascendo, pelas mãos do Terceiro Setor. Antes, o chamado Poder Público estava nas mãos exclusivas do Estado. Era o xerife todo-poderoso que punha e dispunha dos recursos financeiros arrecadados da própria sociedade. No Brasil, a partir da Constituição de 1988, aquela que o presidente Ulysses Guimarães batizou como Constituição Cidadã, começamos a construir o Estado de Direito democrático e republicano. A democratização que daí decorre e a institucionalização de novos métodos e formas de gestão da coisa pública estão abrindo as portas do Estado à cogestão do que é público à sociedade civil, por meio das ONGs, das mais diversas associações.

Esse processo de abertura da esfera pública – não mais uma exclusividade do Estado ou dos governos – é irreversível e não tem marcha a ré, mesmo porque esta é uma tendência mundial, incontornável, portanto. Governo não foi feito para mandar; foi pensado e criado para obedecer a quem o elege – o cidadão, verdadeiro titular do poder. Não é fácil implantar a mudança de mentalidade, mas, aqui em Minas, com o “choque de gestão”, o Governo Aécio Neves está criando não um governo novo, mas um novo e moderno jeito de governar.

Queridos Formandos; o que é mais belo, a tapeçaria ou a dança? Seria o mesmo que perguntar: o que é mais importante? O Sol ou a chuva? Tudo! A natureza tem sua beleza e sua importância pela essencialidade para a vida. Gostaria de dizer-lhes que, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Esportes – a SEDESE – que tenho a honra de dirigir, estamos trabalhando em parceria com os mais diferentes setores da sociedade, sobretudo com aqueles que ainda estão excluídos do acesso aos bens sociais e com aqueles que estão em condições de risco ou de fragilidade. Tenham certeza de que o Projeto Fred será por nós acompanhado em seus passos futuros, seja nas oficinas das “Mãos à Arte”, seja nas oficinas das companhias dos “Laços Fortes”.



Queridos formandos das “Mãos à Arte”; quero desejar-lhes um futuro que se abra em cada novo desenho e em cada nova tapeçaria. Que espalhem o retalho e o trancem com suavidade e firmeza para que a vida agasalhe o que não morre, quando se converte, então, o drama em trama. Ou quando a trança cria a esperança. E quando, da esperança, nasce, com o trabalho, a confiança. O Governador Aécio Neves cumprimenta-os num caloroso abraço com o qual a todos enlaço.

Queridos formandos dos “Laços Fortes”; a dança é a expressão corporal que, unindo o pensamento ao gesto, mais encanta o olhar e mais convida a participar. Que, em cada nova dança, tenham sempre maior confiança. O medo nos paralisa. A confiança a vontade atija: de ser mais, de mais fazer para merecer uma vida melhor. E como vocês a merecem! Parabéns! Recebam vocês, também, o aplauso e o carinho do Governador Aécio Neves, e ele, em breve, haverá de querer ver a “*street dance*” de vocês.

Sinto, neste ambiente, uma energia pulsante de alegria, de felicidade. Ela está bem viva nos olhinhos acesos dos formandos, mas ela, igualmente, está batendo no coração de todos os presentes: de cada pai, de cada mãe; do amigo de fé e da irmã camarada; do irmão de sangue ou de afeição. Que a exposição que hoje se inaugura neste espaço nobre e cada vez mais democrático do Palácio das Artes seja símbolo da abertura de novas portas – não somente para as mãos tecedoras ou para os corpos dançantes, mas, também, para a mente e o coração de cada um de vocês, no crescimento humano e espiritual.

Sobre a outra vertente do trabalho realizado pelo Projeto Fred, aquele que se realiza dentro das penitenciárias, quero lembrar que um escritor que se tornou imortal no mundo da literatura, o espanhol Miguel de Cervantes, começou a escrever a obra prima *Dom Quixote de la Mancha*, admirada no mundo inteiro, quando estava na prisão de Sevilha. As grades, se limitam as andanças do corpo, não aprisionam pensamentos, nem sentimentos. Ou não deveriam nunca fazê-lo.

O Projeto Fred, resgatando o exemplo de Cervantes, ensina esta lição preciosa ao atender e formar até agora mais de mil e quinhentos internos, que puderam ajudar suas famílias com a renda dos tapetes por eles confeccionados. E depois de Contagem, na penitenciária Nelson Hungria, a mão humana – que é palma e é alma também – acolheu a generosidade do Projeto Fred nas unidades Dênio Moreira, de Ipaba, na de Juiz de Fora e na Penitenciária Feminina de Belo Horizonte. Frederico Ambrósio há de estar feliz na dimensão espiritual em que certamente se encontra, pois o sacrifício de sua vida jovem inspirou uma ideia e uma ação que atravessará o tempo de hoje e o de amanhã, porque uma iniciativa como esta só pode ter as graças e as bênçãos de Deus e seguir para a frente e para o alto, sempre!

Minha querida Andréa Ambrósio, estimados formandos, arrematando a minha fala, quero lhes dizer que se há frustração neste ambiente pela ausência do Governador, pode acreditar que a representação não se faz por acaso. Eu precisava estar aqui para testemunhar este momento lindo e contracenar com vocês neste belo espetáculo de amor. Muito obrigada! Deixo a vida me levar. Vou indo e vou ficando. E é grande bênção para mim partilhar este momento para que eu também possa estar fortalecida para seguir para a frente e para o alto, sempre!<sup>73</sup>

---

73 Discurso de paraninfa – representando o Governador Aécio Neves – na solenidade de formatura dos alunos do Projeto Fred – tapeçaria e dança, realizada no Palácio das Artes, Belo Horizonte (MG). Presentes: Andréa Ambrósio, idealizadora do Projeto Fred; Marcelo Machado, Presidente da ONG Fred; Dom Serafim Fernandes Araújo, Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte; representantes dos patrocinadores: V&M do Brasil, CEMIG, MBR; Francislene Soares, cantora; formandos em Tapeçaria “Mãos à Arte” e na arte da Dança de Rua e seus familiares. Setembro/2006.

## I ENCONTRO ESTADUAL DE COORDENADORES DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**A**os participantes deste I Encontro Estadual de Coordenadores de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) desejaria manifestar, nesta reunião de abertura, a satisfação da SEDESE de aqui receber os representantes dos municípios que atenderam ao convite para participar desta jornada administrativa. Espero que os coordenadores e gestores de CRAS possam trazer sua experiência e colher importantes subsídios nas variadas atividades programadas para hoje e amanhã, pois a troca de experiências e saberes é o melhor caminho para enriquecer a prática social com a qual estamos trabalhando.

Em Minas Gerais, o Governo do Estado está empenhado na construção de um Sistema de Centros de Referência de Assistência Social, sob a perspectiva de uma total integração entre todos eles, independentemente de suas fontes de financiamento ou formas específicas de atuação, segundo as peculiaridades municipais ou regionais. Em uma palavra, propugna-se por um mesmo perfil de excelência dos CRAS, quer tenham recursos federais, estaduais, municipais ou próprios. Para conseguir concretizar essa diretriz, os desafios que enfrentamos são de diferentes ordens. Mas desafios existem para que alcancemos respostas ou para que possamos exercitar virtudes.

Entre os desafios, poderíamos citar, primeiramente, a própria questão conceitual do CRAS, um equipamento público novo no campo da assistência social. Outro desafio a ser vencido, decorrente do primeiro, é a proposta de agrupar as famílias a partir de plataformas de ações do próprio CRAS. E outro ainda, de igual importância, é o desafio de conseguir que os potenciais usuários do CRAS tenham, de fato, nesse equipamento público, uma referência de acesso ou uma “porta de entrada” para assistência social. Para superar esse desafio, é preciso ter clareza nas ações desenvolvidas pelos CRAS e prestar um serviço de qualidade para que essa referência se estabeleça. Finalmente, temos o desafio de garantir receitas para a manutenção desse equipamento, unindo fontes das esferas da União, do Estado e dos municípios, numa rede coesa de vasos comunicantes.

Também neste encontro, a SEDESE buscará ouvir as experiências em franco desenvolvimento, com reconhecido êxito, como no painel que

apresentará os avanços na implementação de CRAS, nos relatos dos representantes dos municípios de Monte Azul, Divinópolis, Campo Belo, Araguari e Belo Horizonte. O painel contemplará as realidades diferentes dos CRAS, conforme estejam inseridos em pequenas, médias ou grandes populações.

No Brasil, como o Estado esteve historicamente atrelado aos interesses dominantes ou hegemônicos de uma elite anacrônica – que gerou esse dramático quadro de “apartheid” social em que estamos mergulhados, os recursos destinados à área social sempre foram minguantes ou minguados, favorecendo a cultura do paternalismo, da dominação e do clientelismo de estilo caritativo. Com a Constituição de 1988, e a partir dela, estamos tentando construir – contra muralhas de resistência – o Estado de Direito, democrático e republicano. Movimentos sociais estão agora firmemente reivindicando seu lugar na linha de frente da governança estatal. E o Estado, não mais solitário em fronteiras cerradas da esfera pública e isolado da sociedade, mas em franca parceria com os agentes e movimentos sociais, vem construindo uma agenda de inclusão, compartilhando-a cada vez mais com a sociedade civil.

Vocês, coordenadores e gestores do CRAS, são “bandeirantes” e vanguardeiros dessa nova realidade em construção. Em Minas Gerais – e a SEDESE felizmente é prova disso –, o “choque de gestão” do Governo Estadual está abrindo essas fortalezas à crescente participação comunitária nas políticas públicas. Não estamos aqui inventando um governo novo, mas, queremos, sim – e muito avançamos nesse processo – praticar um novo jeito de governar, aberto, moderno e democrático. Estamos investindo em recursos humanos e no financiamento da logística da Assistência Social bem como na implementação dos programas sociais. Temos, na vertente humana, uma excelente qualidade, e os representantes do CRAS confirmam isso. No plano financeiro, em 2005, foram destinados pelo Governo do Estado recursos para cento e setenta CRAS, beneficiando cento e quarenta e dois municípios mineiros na implantação desses equipamentos.

Em 2006, estamos enfatizando a destinação de verbas para custeio, sem prejuízo da alocação dos recursos necessários à aquisição de equipamentos permanentes e tecnologicamente adequados para a melhoria das condições de trabalho administrativo. Estamos conscientes de que os investimentos terão uma nova projeção nos próximos exercícios. Estamos conscientes, porém, de que, mais que provedor de recursos e financiamentos, o Estado há de ser porto seguro para o apoio necessário à superação dos desafios técnicos e institucionais inerentes à correta atuação dos municípios.

Senhoras e senhores, nossa missão é ouvi-los de forma aberta e eficaz, associando conhecimento, experiência, ousadia e criatividade, para a busca de soluções, de modo que tenhamos, em curto prazo, todos os municípios habilitados e em plena condição de enfrentar a exclusão social.

Esta é a tarefa mais urgente e mais necessária no Brasil de nosso tempo. Devemos sentir orgulho de participar do Sistema Único de Assistência Social, que quer, e vai, virar a página triste e sombria do assistencialismo de favores – do “toma lá e dá cá”, ou do “é dando que se recebe” – para escrever páginas da história inspiradas pela responsabilidade e pelo compromisso com o crescimento das pessoas. Bem-vindos sejam, senhoras e senhores, moças e rapazes dos CRAS!<sup>74</sup>

---

74 Pronunciamento proferido no I Encontro Estadual de Coordenadores de CRAS, realizado no SESC Venda Nova, Belo Horizonte (MG). Presentes: Simone Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS, Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Representando o MDS); Marcelo Garcia, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – COGEMAS; Marcelo Armando Rodrigues, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social; Maria do Carmo Brant, Consultora de Assistência Social; Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Trabalho e Assistência Social; Rosilene Cristina Rocha, Presidente do Colegiado Estadual do COGEMAS; Maria do Rosário de Souza e Souza, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Gonzaga (representando os CRAS); secretários municipais de assistência social; coordenadores de CRAS; conselheiros. Setembro/2006.



## REPASSE DE RECURSOS A MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quero dar as boas-vindas aos prefeitos municipais que aqui comparecem para a assinatura dos termos de compromisso relativos à transferência de recursos do Tesouro Estadual aos municípios para a implantação de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, em cumprimento à diretriz de cofinanciamento da política de assistência social. Certamente, os prefeitos são convocados pelo Governo Federal e por outros órgãos do Governo do Estado para cooperações que envolvem recursos muito mais volumosos. Mas diria que o convite que fazemos para o evento de hoje tem caráter especial. A parceria para os CRAS não deve ser medida pelos valores monetários destinados. Outro valor maior se agrega ao do repasse: o do resgate – por pequeno que ainda seja – da imensa dívida social acumulada pela sociedade brasileira ao longo de séculos de um modelo social excludente.

Esse modelo, que estamos em via de ultrapassar pelo seu esgotamento mesmo e pelas mazelas que criou, projetava a eficiência da Administração Pública segundo o volume das obras físicas: pontes, escolas, estradas, hospitais, entre outras. Não se questiona a importância desses equipamentos que, sem dúvida, atendem a necessidades básicas, como o transporte, a educação e a saúde. Mas esse modelo não cuidou de contemplar, paralelamente, o desenvolvimento humano – esse que é medido pelo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. E, assim, de pouco adiantam as obras, se elas se estruturam segundo um modelo excludente. E, nesse caso, o dinheiro público acaba sendo privatizado, ou apropriado por poucos, de uma forma injusta e perversa.

Chegamos a um momento histórico na trajetória do desenvolvimento brasileiro, em que o Estado não pode mais reproduzir o velho e antigo modelo da exclusão. Simplesmente porque a sociedade civil, com a redemocratização, novamente se organiza, se mobiliza e exige a efetividade dos direitos fundamentais da cidadania. Bem por isso, por expressa orientação do Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, toda a equipe de seu governo tem, como principal desafio transversal, construir pontes para a cidadania. É

assim que vemos Minas responder, com obras físicas, que têm já, por si sós, o apelo de inclusão ou o impacto positivo sobre o desenvolvimento social ou de reestruturação da geografia social das cidades. É assim que vemos Minas responder com estratégias e ações claras, decididas e estruturadas para o desenvolvimento social e a emancipação da cidadania. Em linguagem metafórica, podemos dizer que nenhuma obra em Minas é feita só de concreto, ferros, brita, areia... Todas elas levam componentes imateriais que as qualificam pela lógica da inclusão e da integração.

As prefeituras que assinam este Termo de Compromisso já demonstraram, no processo seletivo prévio, consoante os níveis de habilitação instituídos pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), de 2005, e pelos critérios da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), que põem ênfase no desenvolvimento social do município, sem perda da perspectiva da infraestrutura condizente com as necessidades da modernidade, em sintonia com os princípios da gestão estadual.

O CRAS é uma espécie de “posto avançado” de identificação das necessidades humanas e sociais mais urgentes de cada comunidade, e de encaminhamento das soluções. Com isso, será, também, ao longo do tempo, um laboratório que fornecerá às políticas públicas da área social dados e indicadores que servirão para orientar a dinâmica dessas políticas. Daí eu haver dito que o valor maior desses repasses não se vincula ao aspecto monetário. Estamos abrindo, com os CRAS, um espaço democrático de arregimentação da cidadania, de inclusão social e, em outros níveis, de conquista da autonomia de seus atendidos. É algo que não pode ser medido, portanto, em moeda.

De outra parte, precisamos contar com a parceria não somente das Prefeituras mas das diversas instituições públicas com interface na área social, e das instâncias da sociedade aplicadas a missões correlatas para consolidar o projeto em todo o Estado. As próprias municipalidades terão necessidade de mobilizar outros agentes públicos e privados para avançar nos amplos espaços que o desenvolvimento social precisa ocupar – espaços vazios, de pobreza, de exclusão, de isolamento ou de desesperança. Gostaria de repetir as palavras que ouvi do senhor Governador do Estado, em oração pública: “Em Minas, nunca pode morrer a esperança.”

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do qual o CRAS é um porta-bandeira, será um arranjo permanente de sustentação das políticas públicas de Minas e do Brasil. E, como seu território de implementação é o município, virá dos municípios a resposta de um novo futuro para a sociedade brasileira. É, também, no município, que haverá sempre uma nesga intocada de esperança. E é com tal certeza, que o Governador Aécio Neves orienta sua equipe no sentido de somar esforços junto aos senhores prefeitos, às câmaras e às comunidades, para que, em Minas, assumam a bandeira



ra da inclusão com propósito verdadeiramente emancipatório; com atenção às necessidades, mas sem descuidar a porta de saída e o compromisso de construção de um Brasil novo, a partir das Alterosas.

Nessa sociedade futura, reitera-se, o êxito da Administração Pública não será somente medido pelas obras físicas. Mas será medido, sobretudo, pelas obras sociais, numa nova arquitetura da sociedade voltada para o melhoramento humano de cada cidadão e da coletividade. Que esses recursos destinados aos Centros de Referência Social possam simbolizar, em cada Município, a marca desse novo tempo e o compromisso de unidade em torno da causa comum. Muito Obrigada!<sup>75</sup>

---

75 Pronunciamento proferido na solenidade de assinatura de Termo de Compromisso com setenta e oito municípios para repasse de recursos do Tesouro Estadual destinados aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, no auditório a SEDESE – Belo Horizonte (MG). Presenças: Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Trabalho e Assistência Social / SEDESE; Dr. Ângelo Oswald, Prefeito de Ouro Preto; Jussara Menecucci, Prefeita de Lavras; outros prefeitos e gestores municipais de Assistência Social e servidores da SEDESE. Dezembro de 2006.



## INAUGURAÇÃO DE NOVAS FÁBRICAS DE VITASOPA EM UBERABA

Afirmava o político americano Stevenson que “um homem com fome não é um homem livre”. Por isso mesmo, aplacar a fome é o primeiro passo na construção da cidadania. O programa da VitaSopa responde ao compromisso básico com a cidadania e, a par disso, potencializa desenvolvimento, à medida que estimula a produtividade regional de insumos e estimula a solidariedade e a responsabilidade social.

O programa, criado em 1998, foi revitalizado e ampliado a partir de 2003, incorporando novas tecnologias e aumentando a abrangência das ações sociais de oferecimento de mistura nutritiva e balanceada a necessitados. O complemento alimentar, processado nas fábricas do governo e distribuídos em parceria com o DER e a SEDESE, destina-se a crianças, adolescentes e idosos de centenas de entidades filantrópicas de serviços assistenciais em todo o Estado, em especial as entidades sociais de ação continuada, como APAEs, casas lares, centros de recuperação de dependentes químicos. É, assim, alternativa qualificada de abordagem das necessidades, especialmente nesta região de terras generosas.

Mais que em qualquer outra região, deve aqui estar presente a lição de José Lins do Rego, autor de *Menino do Engenho* e *Fogo Morto*: “O pior não é morrer de fome num deserto: é não ter o que comer na Terra Prometida.” Os diversos atores sociais no Estado de Minas têm consciência disso, na lida com a terra e os bens de produção, e de seu papel na partilha do pão. Assim, a generosidade das terras e da gente de Minas, a responsabilidade social do Estado, da Sociedade civil, das entidades sociais e do segmento produtivo fazem o melhor receituário contra a fome.

Quero trazer aos presentes palavras poéticas da “velha de Goiás” para a reflexão que entendo necessária neste momento, na oração de Cora Coralina: “Fazei, Senhor, com que as sobras das mesas fartas / sejam levadas, em vosso nome, àqueles que nada têm / e que a côdea largada na abundância / nunca seja lançada com desprezo. / Haverá sempre uma boca faminta a sua espera. / Graças, Senhor, pelo sementeiro / Que lançou a primeira semente à terra. [...] Graças, meu Deus, por essa bandeira branca de paz [que esta fábrica simboliza] que traz a certeza do Pão.”<sup>76</sup> Muito Obrigada!<sup>77</sup>

76 Trecho do poema “Pão-paz”, de Cora Coralina (1889-1985)

77 Pronunciamento proferido na solenidade de inauguração de novas fábricas de VitaSopa em Uberaba (MG). Presentes: Anderson Aduato, Prefeito de Uberaba/MG; Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Secretário de Estado da Agricultura; José Silva Soares, Presidente da EMATER; Dr. Altino Rodrigues, Diretor-Geral do IMA; Clóvis Benevides, Subsecretário Antidrogas; Dr. Marcos Montes Cordeiro, ex-Secretário da SEDESE; representantes da área de Assistência Social da Prefeitura de Uberaba; parceiros das fábricas; equipe técnica e Diretoria Regional da SEDESE; equipe do SERVAS. 2006.



‘Artigo XII

*Decreta-se que nada será obrigado  
nem proibido,  
tudo será permitido,  
inclusive brincar com os rinocerontes  
e caminhar pelas tardes  
com uma imensa begônia na lapela.’*

*[Thiago de Mello, Estatutos do homem]*



## 1º ENCONTRO DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE DO VALE DO AÇO

**E**m nome do Governo de Minas Gerais e no meu próprio, como Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, levo aos participantes, pela voz do presidente do Conselho Estadual do Idoso, Dr. Felipe Willer, os votos de excelentes resultados nas atividades desse Encontro dos Grupos de Terceira Idade do Vale do Aço, realizado por iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga e empresas da região do Vale do Aço.

As políticas públicas e ações da SEDESE, à qual está institucionalmente vinculado o Conselho Estadual do Idoso, deverão ser explicitadas, nesse Encontro, pelo Dr. Felipe, que bem conhece as questões sociais, econômicas e jurídicas relacionadas com o exercício pleno da cidadania dos idosos. Como todos sabem, a expectativa de vida – não somente no Brasil, mas no mundo inteiro – vem aumentando de forma expressiva nos últimos anos. É dever do Estado se preparar para essa realidade nova – e tão estimulante – de ter um contingente cada vez maior de população madura, que deve ser respeitada por todos, especialmente por aqueles que escalam os primeiros degraus na jornada da vida.

Penso, mesmo, que numa sociedade em que o ser humano desfruta de uma vida mais longa – desde que essa longevidade possa ser acompanhada por correspondente qualidade de vida –, o proveito para o desenvolvimento da população é maior. Não me refiro apenas ao aspecto socioeconômico nesse caso, mas, sim, à capacidade que as pessoas mais experientes certamente têm de melhor encaminhar e resolver os conflitos que se apresentam na vida social. De outro lado, o conhecimento acumulado representa um ativo de fundamental importância nos diversos campos de sua aplicação. As sociedades antigas eram mais humanas precisamente porque nelas os chamados anciãos tinham vez e voz nas decisões mais importantes de cada povo. Havia mesmo o chamado “Conselho de Anciãos”, que dava a última palavra em situações em que o destino da comunidade estivesse em jogo. Não se pretende, contudo, desqualificar a contribuição dos jovens; ao contrário, pode-se conciliar experiência e inovação, com ganhos imensuráveis.

Certo é que a sociedade atual – essa do consumo exagerado para poucos e da carência e da falta para muitos – criou o modismo do produto descartável que se compra, usa-se, joga-se fora e compra-se outra vez, numa ciranda sem fim. E essa cultura perverteu tanto os valores humanos que quer banalizar a própria vida humana, na violência quotidiana que ceifa vidas e corta destinos. E se alguma coisa neste mundo jamais poderá ser tratada como descartável é a vida humana, porque ela não foi inventada pelo homem – não pode ser produto de consumo ou de exploração. Ressalte-se que a banalização da vida ocorre, também, na forma de abandono e maus-tratos aos idosos, de concepções utilitaristas que desconsidera a contribuição deles na construção coletiva do desenvolvimento, quando esgotada a capacidade produtiva. Numa sociedade tão violenta e desigual como a em que vivemos, muita coisa precisa mudar.

Felizmente, já começa a se fazer presente o reconhecimento e o respeito às pessoas da “melhor idade”. Uso aqui essa expressão em alusão ao fato de que a experiência adquirida ao longo da vida torna o ser humano – em quase todos os casos – muito melhor, porque ele aprende que é parte de um todo, que não é vencedor único. Passa, assim, a ver no semelhante não um concorrente ou um competidor, mas alguém que deve ser respeitado e compreendido. É preciso, contudo, ter presente a advertência de que, embora mereçam atenção, carinho e prioridade, as pessoas da “melhor idade” não precisam do paternalismo do Estado, nem do sentimentalismo da sociedade. Não! No presente e no futuro, caberá a ambos o reconhecimento do papel social, da capacidade para o trabalho, da cidadania integral dos idosos. Numa palavra: hão de reconhecer direitos.

A proteção dos idosos, para além do código da generosidade, da compaixão, impõe-se pelos ditames constitucionais do artigo 203 da Constituição Federal e pelo Estatuto dos Idosos. É esse o pensamento que norteia as políticas públicas da SEDESE, estimulando as parcerias, o fomento da autonomia e a construção de uma nova rede social que substitua o egoísmo pelo respeito à alteridade. É, portanto, com respeito e carinho, que lhes envio esta mensagem na abertura desse Encontro. A Secretaria, por meio do Conselho Estadual do Idoso e pela equipe técnica especializada, estará aberta para acolher as propostas e sugestões que as palestras, as mesas-redondas e debates desse encontro propiciarão.

Parabéns ao Conselho, ao bravo e histórico Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA) e às empresas e entidades parceiras, pela iniciativa. Sucesso é o que desejo a todos!<sup>78</sup>

78 Mensagem – Abertura do 1º Encontro dos Grupos de Terceira Idade do Vale do Aço, realizado em Ipatinga (MG). Setembro de 2006.



## EMPREENDEDORISMO NA “MELHOR IDADE”

**N**a abertura deste Seminário – Empreendedores da Terceira Idade – iniciativa que percorre diversas regiões do Brasil, quero trazer meus cumprimentos aos promotores deste evento, que une o SEBRAE, o Sindicato Paulista de Inspeção do Trabalho (SINPAIT), e a Federação do Comércio de Minas Gerais (FECOMÉRCIO), com apoio estratégico da VK Comunicação, numa interlocução responsável entre os setores público, privado, social e econômico, sem perder de vista a dimensão humana que perpassa o tema.

O estado de Minas Gerais está comprometido, especialmente, com essa dimensão; o que se demonstra não apenas pela tradicional capacidade de conciliar gerações mas também pelo pioneirismo de iniciativas destinadas à valorização da vida e à garantia da dignidade dos idosos. Nesse sentido, versa a Lei 12.666, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso. Sancionada em 1997, essa Lei mineira estabeleceu princípios e diretrizes voltados à defesa do direito à vida e à cidadania; à garantia da dignidade e do bem-estar; à participação na comunidade; e à proteção contra discriminação de qualquer natureza.

Gostaria de ressaltar que o tema condutor deste seminário, “O Estado e o Empreendedorismo na Terceira Idade”, é, por si só, eloquente na sinalização de avanços que refletem a filosofia inspiradora da legislação e a mudança de abordagem do segmento, lastreada no aumento da longevidade da população. Superada hoje a lógica do mero amparo ao idoso e da simples ocupação de seu tempo, busca-se ancorar a política pública na condição do idoso como sujeito ativo no seu meio social, com novas perspectivas. A evolução das ciências e das modernas tecnologias vem proporcionando que o segmento populacional do idoso, antes considerado passivo e oneroso, seja hoje um contingente de produtores e consumidores dos bens e serviços da sociedade.

Dr. Jefferson Amaral chama a atenção para a potencialidade da perspectiva de transferência de conhecimento entre gerações. O mercado parece mais alerta para tal circunstância, e a sociedade civil, à sua vez, tem cobrado práticas condizentes com o novo paradigma. Nesse aspecto, o Estado ainda vem atuando de forma mais tímida, embora já busque conscientemente mudar seus conceitos e adequar-se a essa nova realidade.

Mas há atitudes transformadoras. Ainda recentemente, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – que tenho a honra de dirigir – com a participação do Conselho Estadual do Idoso, promoveu, na Assembleia Legislativa do Estado, a I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Nessa Conferência, foram delineados os principais eixos de ação do Estado: o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa; a garantia de previdência e assistência social; a oferta de educação; e a viabilização de financiamento e orçamento públicos para a efetivação dos direitos da pessoa idosa, enfatizando-se, também, a necessidade de organização do controle social.

Muitas ações já compõem o plano de atenção ao segmento, embora ainda esteja em construção uma política pública mais abrangente, segundo o recorte de idade do público alvo. Mas, antes de referir-me, especificamente, às ações e projetos de Minas Gerais voltados para a população da “melhor idade”, quero propor que façamos algumas reflexões de caráter sociológico e cultural. Neste passo, devemos mencionar o preconceito estratificado, sobretudo no ocidente, em relação à velhice. Um preconceito que, à sua vez, desenvolve a cultura do medo do envelhecimento. Ora, o fenômeno da maturidade, ao contrário, precisa ser compreendido como conatural à existência humana, assim como as águas do rio que correm para o mar. Nessa mesma linha, o paradigma da sociedade que faz o culto da forma e da beleza como expressão exclusiva da juventude. A idade, porém, não se mensura exclusivamente pela contagem dos anos de vida; nem a beleza é atributo daquela.

Recordo-me da figura solar de Alceu Amoroso Lima – o mestre Tristão de Athayde – autor de Voz de Minas, e o mais mineiro de todos os fluminenses e cariocas. Confessava o mestre Alceu: “fui velho em moço e moço em velho”. De um conservador empedernido na mocidade, virou, aos oitenta anos, um jovem e bravo combatente da ditadura. E Rachel de Queiroz, aquela bela senhora acadêmica, revelava o mesmo paradoxo, ao afirmar que o Vinícius de Moraes de vinte anos de idade que ela conheceu era bem mais velho que o Vinícius de sessenta anos que, tão mais tarde, bem aprendeu a viver a jovialidade.

Voltando, porém, ao tema de fundo, devemos considerar que o aumento da expectativa de vida no mundo, antes uma realidade restrita aos chamados países desenvolvidos, alcança agora uma escala planetária, incluindo o Brasil entre os mais destacados. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o envelhecimento da população brasileira vem crescendo 3,2% ao ano. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) confirmam essa realidade. Iniciamos o século XXI com a população idosa crescendo proporcionalmente oito vezes mais que a dos jovens. Podemos afirmar com segurança que muito em breve o mundo será dos idosos.

Certo é que a progressão da expectativa de vida no Brasil é um grande desafio do tempo presente e se projeta como elemento de referência para a visão de futuro. Em 1950, essa faixa da população totalizava dois milhões de pessoas; atualmente, soma mais de quatorze milhões. E as projeções da ONU indicam que, em 2025, o Brasil terá trinta e dois milhões de pessoas com mais de sessenta anos, comparecendo como o sexto país do mundo em número de idosos. Esta é uma excelente notícia! Uma sociedade mais madura e experiente pode ser, também, mais reflexiva, mais paciente, mais sábia, mais amena. Pode refletir enfim todos os atributos que a idade traz – na maioria dos casos; daí dizer-se “melhor idade”. Mas, como todas as idades, ela incorpora problemas que não podem ser negligenciados, e que devem compor as múltiplas pautas, no plano do conhecimento, no plano pragmático, na perspectiva do urbanismo, da arquitetura, da medicina, da seguridade e de tantas outras searas. A infância não exige cuidados especiais? A adolescência não é uma idade difícil? O jovem não vive a angústia e a incerteza do futuro? Sim, a luta é lei da vida e tem que ser enfrentada em todas as circunstâncias e fases em que se apresenta.

O crescimento exponencial da expectativa de vida no Brasil – e isso se dá em todas as regiões de nosso território – traz múltiplos desafios, seja em termos de previdência social, de assistência à saúde, seja no campo do trabalho e das relações sociais. Ora, atividade e trabalho são temas deste Seminário, voltado para aqueles que, vivendo ainda na plenitude de suas condições físicas e mentais, foram “exilados” do mercado de trabalho, seja pelo desemprego aberto, seja pela aposentadoria precoce, seja ainda pela cooptação pelo subemprego informal ou mesmo pelo ócio.

A função primordial do Estado – e é o que estamos fazendo em Minas Gerais – é reconhecer e dar acolhida institucional a essa realidade nova. A própria ONU – que aqui citei em estatísticas –, pela voz do seu secretário-geral Koff Anan, reconhece que houve uma “revolução silenciosa” no envelhecimento da população mundial, fenômeno que passou despercebido no plano da concertação das políticas públicas. São palavras suas: “Nós testemunhamos uma revolução silenciosa que, muito além do campo demográfico, tem repercussões econômica, social, cultural, psicológica e espiritual de amplitude muito maior. Esta revolução afeta as nações em desenvolvimento mais que todas as outras. Não somente porque a maioria das pessoas idosas vive nos países em desenvolvimento, mas porque o ritmo do envelhecimento de suas populações já é e continuará sendo bem mais rápido.”

Temos que considerar, nesse quadro emergente, duas vertentes principais. A primeira é a que nos apresenta um idoso hígido, saudável, que quer empreender para complementar a renda e garantir a autorrealização. Neste caso, o empreendedorismo é importante porque lhe permite utili-

zar conhecimentos acumulados; dedicar-se a atividades preferidas e não realizadas até então; ou mesmo ocupar o tempo ocioso para melhoria da qualidade de vida, sem compromisso com a renda. Em Minas Gerais, temos encontrado esse empreendedorismo do idoso, sobretudo, nas áreas de artesanato, turismo receptivo e no comércio de bens e serviços. Na outra vertente, apresenta-se o idoso que requer maiores cuidados, demandando a figura do “cuidador de idosos”, além do suporte de outros profissionais, tudo com repercussão no mercado de trabalho.

A SEDESE, em convênio com organismos federais e estaduais, tem propiciado qualificação profissional para esse apoio ao idoso, por meio de projetos-piloto em vários municípios mineiros, assegurando mão de obra qualificada para atuação nas redes de assistência social, saúde, lazer e recreação e no atendimento individual ou grupal de pessoas idosas dependentes. As capacitações vêm sendo aplicadas, com êxito, tanto em comunidades de pequeno porte, como Açucena, Pedra do Indaiá e Carmo da Mata quanto em aglomerados de médio porte como Araxá, Itaúna, Santa Luzia e Pitangui. Essas ações integram a Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – a RENADI. Ainda na estrutura da SEDESE, cabe destacar o Conselho Estadual do Idoso – que, a partir de 2004, promoveu quatorze seminários regionais para divulgação do Estatuto do Idoso e realizou outros encontros regionais e municipais envolvendo cento e cinquenta e dois municípios do estado, para discutir ações da política pública específica.

Desenvolve-se, ainda, interação entre diversos órgãos da Administração Pública Estadual para garantia de ações emparceiradas, como na área de inclusão digital. Em projeto desenvolvido pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, estão sendo implantados, em Minas Gerais, com recursos estaduais e federais, Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs). Já se encontram em funcionamento trinta e quatro unidades voltadas para a terceira idade. Esses CVTs dispõem de duas salas de inclusão digital; uma sala que funciona como incubadora de empresas e um laboratório vocacional, voltado para a potencialização da capacidade produtiva da região em que se localiza. Em apenas duas unidades – a de Ribeirão das Neves, voltada para a musicalidade, e a de Pirapora, para fruticultura – estão sendo já atendidos quatrocentos e quarenta alunos da terceira idade.

No âmbito da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, o Projeto de Extensão “Pleno Viver”, exclusivo para pessoas com idade superior a cinquenta anos, vem propiciando aos seus alunos a descoberta de novos interesses e novas habilidades, com oferta de disciplinas nas mais diferentes áreas: da antropologia à informática; do aprendizado de idiomas (incluindo o português, ao lado de inglês e espanhol); das artes à história, bem como da dança de salão. Outras universidades comparecem tematizando o idoso: UFJF, com o Centro de Estudos sobre Processo de Envelhe-

cimento, Universidade para a Terceira Idade; a Escola Federal de Itajubá, com Educação Continuada para a Terceira Idade; FUNREI, com o Programa Terceira Idade – Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico; PUC/MG, com a Universidade para a Terceira Idade; UFOP, com Atividades na Terceira Idade e outros programas; UFMG, com o Núcleo de Geriatria e Gerontologia; a Faculdade de Ciências Humanas, com o Núcleo de Estudos Escola da Terceira Idade.

Nos limites do tempo de minha exposição, aqui fiz “um voo de pássaro” sobre as Ações no âmbito da política pública de Minas Gerais para promoção e valorização da terceira idade no campo do empreendedorismo. Embora em voo raso e superficial, podemos perceber que há um mar imenso a ser navegado pelas atuais e futuras gerações, sob a bandeira da Terceira Idade.

Por fim, quero lembrar fragmentos da poesia de Fernando Pessoa, que dizia ser o descanso desassossego às nossas vidas quando só pensamos naquilo que já fomos. É que nunca estamos terminados. Por isso, vale a nota do poeta: “Segue o teu destino, / Rega as tuas plantas, / Ama as tuas rosas.”<sup>79</sup> E mãos à obra. Recomece a cada dia.

Àqueles que, como disse Dr. Renato Rossi, acham que já fizeram tudo, lembro a lição do saudoso Paulo Neves de Carvalho, o velho professor que jamais deixou caducar o entusiasmo. Ele legou o exemplo da peleja incessante pelos caminhos da Administração Pública, sintetizada na seguinte lição: “o espírito público não se aposenta nunca porque não tem idade”.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> Versos de poema “Segue o teu destino”, de Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa (1888-1935)

<sup>80</sup> Palestra proferida no Seminário Empreendedores da Terceira Idade, do 1º Encontro dos Grupos de Terceira Idade do Vale do Aço, realizado em Ipatinga (MG). Setembro de 2006.



## ENCONTRO DO PROGRAMA DIGNA IDADE

Quero fugir ao ritual das cerimônias para aqui trazer uma mensagem bem singela, em fragmentos poéticos. Perdoem-me a sinuosidade do trajeto das palavras. É que não resisto à lembrança de versos que me vêm enquanto fito os rostos da plateia, com os quais quero trazer-lhes meu preito e meu carinho. Aliados dos benefícios civilizatórios, hoje aqui se encontram em busca de solidariedade para perseguir na sua trilha: Preito aos que, tarde da vida, / não trouxeram mais que a história / escrita nas linhas sulcadas no rosto; / aos que, no tarde da vida, / não trouxeram mais que o peso da existência; / e, também, aos que no tarde da vida, / trouxeram tudo, e viveram o vazio da existência.

Feita a incursão por esses veios, aqui devo, como titular da SEDESE, Secretaria parceira do SERVAS no projeto Digna Idade, compartilhar deste especial momento de entrega de resultados da cooperação e de prestação de contas do Programa aos colaboradores e aos destinatários.

Não posso deixar de registrar o singular trabalho desenvolvido pelo SERVAS, hoje sob a presidência de Andréa Neves, mulher de sensibilidade, que tem revelado um extraordinário espírito de liderança, um dos pilares da grandiosa obra do Governo Aécio Neves, em trabalho silencioso, discreto, seguro e de inteira cumplicidade com Minas. A ela, com certeza, pode-se atribuir significativa parcela da dimensão humana das ações sociais do Estado. Sua trajetória tem sido fiel à filosofia humanitária de sua formação de berço e de vida. Mas também estamos certos de que o programa e as ações que aqui trazem resultados concretos fazem parte de uma colheita oriunda de uma sementeira coletiva, orientada pelos valores da solidariedade. O segmento produtivo respondeu positivamente ao apelo de parceria com o Servas e o Estado para o programa, que se orienta pelo valor da solidariedade social.

Certamente, os que aqui se encontram, parceiros, atores sociais, fazem parte dessa cadeia do bem. Aprenderam a melhor lição da vida: ceder a mente à compreensão; a existência, ao trabalho, o coração, à bondade, o passo, ao bem, e o verbo, à fraternidade. Na entrega simbólica de bens para uso doméstico que hoje se realiza, estão retratadas muitas imagens e simbologias: a mão que se estende a compartilhar; o coração que se abre; o rosto que procura e espera, com um sorriso, o aconchego do calor hu-

mano em recíproca bem-querença; a renovação do pactual compromisso de construir pontes para a cidadania e para a dignidade, em substituição às barreiras que a vida cuidou de erguer.

Este momento concretiza a postura de responsabilidade social. Em mais um fragmento poético, posso ouvir a fala de ....., em cuja figura reverencio as mulheres da terceira idade contempladas pelo Digna Idade: “Vi o mundo demais, / vivi demais a vida, / e, agora, não acho uma nesga de alma intocada, / para a aventura milagrosa do recomeço” E sei, com os cânticos de Cecília Meirelles, que “o seu começo vem de muito longe” (Cânticos – XXI). Mas há de ter alento: o recomeço é agora.

Cora Coralina, a “velha de Goiás”, também, acreditava na utopia da digna idade, do amadurecer sem matar os sonhos, capaz de cantar o recomeço e o brinde à vida: “Eu sou a velha / mais bonita de Goiás / Namoro a lua. / Namoro as estrelas. [...] Já bebi água de rio / na concha de minha mão. / Fui velha quando era moça / Tenho a idade de meus versos [...] lancei a rede na lua, / ando catando as estrelas.”<sup>81</sup> Que possamos multiplicar estrelas e trazer brilho e esperança para a terceira idade, cantando o recomeço e brindando a vida.<sup>82</sup>

81 Versos do poema “Não conte pra ninguém”, de Cora Coralina (1889-1985)

82 Pronunciamento proferido no lançamento da 2ª etapa do Programa Digna Idade (programa de assistência aos idosos), realizado Palácio da Liberdade, Belo Horizonte (MG). Presentes: Dr. Aécio Neves, Governador do estado de Minas Gerais; Andréa Neves, Presidente do SERVAS; Renato Rossi, representante da Fecomércio; Secretário Danilo de Castro; Dr. Jarbas Soares; Dr. Aloísio Pimenta; Pe. Antônio Moura; secretários, parlamentares, outras autoridades e representantes dos beneficiários. Abril/2006.



## DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DO PROGRAMA DIGNA IDADE

Como representante da SEDESE, quero trazer os cumprimentos ao Serviço Voluntário de Assistência Social – SERVAS, e à Federação do Comércio do estado de Minas Gerais, por mais esta iniciativa do Projeto Digna Idade, que traz a chancela do Governo, pela parceria no âmbito do Programa de Apoio às Entidades (PAE). Devemos lembrar que o estado de Minas Gerais assumiu o compromisso, nos termos da Lei 12.666/1997, de desenvolver a política de amparo ao idoso, com o objetivo de assegurar-lhe os direitos sociais e de promover sua integração e sua participação na sociedade.

Com o apoio do Conselho Estadual do Idoso, a SEDESE promoveu, no ano passado, em Belo Horizonte, a I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Nessa Conferência, foram delineados os quatro eixos de ação do Estado que são: enfrentamento à violência contra a pessoa idosa; promoção de medidas voltadas para a previdência social e a assistência social; oferecimento de educação; e destinação de financiamento e orçamento público para a efetivação dos direitos da pessoa idosa. Cabe destacar, também, que o Conselho Estadual do Idoso promoveu, a partir de 2004, catorze seminários regionais para divulgação do Estatuto do Idoso e realizou encontros regionais e municipais envolvendo cento e cinquenta e dois municípios do estado.

Ainda no âmbito da SEDESE, em convênio com organismos federais e estaduais, o governo tem propiciado qualificação profissional para formar o “cuidador de idosos”, que trabalha em redes de assistência social, saúde, lazer e recreação, no atendimento individual ou grupal de pessoas idosas ou de seus familiares dependentes. São projetos-piloto que vêm sendo aplicados com êxito em vários municípios mineiros. O governo do Estado, portanto, tem desenvolvido políticas públicas em ótica multidimensional, voltadas para a população da terceira idade. Todavia, as ações de assistência têm sido implementadas pelo SERVAS, o braço humano, a mão solidária do afeto, e o gesto permanente do governo no sentido da acolhida e do respeito aos idosos necessitados.

Devemos considerar que o aumento da expectativa de vida no mundo – que antes era uma realidade restrita aos chamados países de-

envolvidos – alcança agora escala planetária, incluindo o Brasil entre os mais destacados no crescimento dessa mesma expectativa de vida. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o envelhecimento da população brasileira vem crescendo 3,2% ao ano. Com isso – e diante dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que confirmam essa realidade – constata-se que iniciamos o século XXI com a população idosa crescendo proporcionalmente oito vezes mais do que a dos jovens.

A progressão da expectativa de vida no Brasil é um grande desafio não só do tempo presente mas também para o horizonte futuro. Atualmente, a faixa populacional de idosos soma mais de 14 milhões, e as projeções da ONU indicam que, em 2025, o Brasil terá 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos, comparecendo como o sexto país do mundo em número de idosos. Inserida nesse contexto, Belo Horizonte não foge à regra. Em 1991, tinha 7,2% de sua população com idade acima de 60 anos, e, em 2000, o percentual elevou-se para 9,14 %.

Minas está atenta no sentido de construir a dignidade da população idosa. Nesse aspecto, o Estado vem buscando cambiar seus conceitos e adequar-se a esta nova realidade. Ao tempo em que foca especial atenção nas crianças e adolescentes – especialmente porque é preciso garantir a travessia dos jovens, sabendo que nos centros de violência eles são colhidos antes dos 25 anos – tem-se incrementado o debate sobre a melhor inserção do idoso na sociedade. Recordo-me da figura solar de Alceu Amoroso Lima – o mestre Tristão de Athayde – autor de *Voz de Minas* e o mais mineiro de todos os fluminenses e cariocas que pude conhecer. Confessava mestre Alceu: “fui velho em moço e moço em velho”. De um conservador empedernido na mocidade, virou, aos 80 anos, um jovem e bravo combatente da ditadura.

A conjuntura demográfica atual aponta para a urgência de planejamento e implantação de políticas públicas voltadas para o segmento em duas vertentes: para a ampliação de ações de acolhida às necessidades dos idosos; e para a adoção de políticas públicas de sua emancipação. Acolhida, porque a combinação entre miséria e envelhecimento tende a produzir um quadro de exclusão; emancipação, porque os avanços das ciências e os recursos da moderna tecnologia vêm favorecendo que o segmento populacional de idosos – antes considerados como seres passivos – seja hoje um contingente de pessoas eficazes e ativos agentes, produtores e consumidores dos bens e serviços de nossa sociedade. Cabe-nos, portanto, fazer o que estamos fazendo aqui hoje: trabalhar pelas atuais e futuras gerações, com amor, sensibilidade e muito, muito carinho. Que a vida merece! E agradece!<sup>83</sup>

---

83 Pronunciamento proferido na solenidade de distribuição de equipamentos e utensílios do Programa Digna Idade, realizada no galpão do Valores de Minas, Belo Horizonte (MG) – Fevereiro de 2007.

“Artigo final.

Fica proibido o uso da palavra liberdade,  
a qual será suprimida dos dicionários  
e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante  
a liberdade será algo vivo e transparente  
como um fogo ou um rio,  
e a sua morada será sempre  
o coração do homem.”

[Thiago de Mello, Estatutos do homem]



## LANÇAMENTO DO CD HINOS – ALMA BRASILEIRA

Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós!” Foi deste estribilho do Hino à Proclamação da República que o Governador Aécio Neves, impossibilitado de aqui estar presente, se lembrou ao solicitar-me que o representasse nesta solenidade. Certamente Sua Excelência, ao evocar a estrofe, lembrou seu querido avô Tancredo Neves, quando, na solenidade de posse no Palácio da Liberdade, proclamou, com a voz embargada de emoção: “Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”. São esses valores e sentimentos, como o de liberdade, enraizados na essência da gente mineira, que inspiram a belíssima ideia de produção do CD Hinos – Alma Brasileira, em meritória iniciativa do Serviço Social do Comércio de Minas Gerais – o tradicional SESC/MG.

A iniciativa incorpora tríplice dimensão axiológica: a do valor musical e artístico que lhe é inerente; a do valor histórico, na medida em que o CD traz denso encarte de memória, curiosidades e letras de cada canção; e a terceira, que se revela no papel social e educacional deste bem cultural pela sua destinação gratuita a escolas públicas e particulares de Minas Gerais.

No meu tempo de menina, que já vai longe, lá pelos becos e ladeiras da velha cidade de Serro, quantas emoções vivi, embalada pelas letras e canções que o CD Hinos - Alma Brasileira relança para as crianças de hoje e – por que não dizer? – para aquelas que o tempo grisalhou? Sim, eu me lembro: “Como é sublime / Saber amar / Com a alma adorar / A terra onde se nasce! / Amor febril / Pelo Brasil” – nos versos da “Canção do Soldado”. Não, nunca me esqueci: “Qual cisne branco que em noite de lua / Vai deslizando num lago azul. / O meu navio também flutua / Nos verdes mares de Norte a Sul” – na “Canção do Marinheiro”. Como também permanecem indelévels em meu coração de serrana, letra e música do hino de minha terra natal. Às vezes me surpreendo cantarolando o estribilho: “No alto azul do Espinhaço / Cheio de ouro e cristais / Qual águia fitando o espaço / Serro de Minas Gerais...”

A inspirada compilação de Hinos – Alma Brasileira teve a felicidade de agradecer as raízes formadoras de nosso povo. Reverencia nossas origens africanas, nos hinos de Angola: “levantaremos nossas vozes liberadas para a glória dos povos africanos”; e de Moçambique: “pedra a pedra construindo o novo dia, milhões de braços uma só força”. O CD fala de nossas

raízes indígenas, com a majestosa protofonia de “O Guarani”. Das nossas vertentes europeias, resgata as notas dos hinos de Portugal: “heróis do mar, nobre povo”; da Itália: “irmãos de Itália / a Itália levantou-se / com o elmo de Cipião / a cabeça cobriu”; da Espanha, quase oração a invocar: “glória à Pátria que soube seguir / sobre o azul do mar e o caminhar do sol”; e da França, a Marselhesa histórica, que convoca o cidadão universal: “Avante, filhos da Pátria / O dia da Glória chegou”.

E mérito maior ganha essa iniciativa pela excelência da pesquisa e da edição, desenvolvidas a partir de cuidadosa garimpagem feita pelo jornalista Carlos Felipe, que une peças, arranjos e memória em erudita trama cultural; e pela beleza musical que a notável Banda da Polícia Militar de Minas Gerais confere ao CD. Por meio da Banda, aqui comparece a força pública de Minas, na forma mais delicada de resistir às asperezas do tempo.

Vivemos uma época em que resistir é mesmo preciso. A acelerada e irreversível globalização – que tem como um dos ícones a comunicação virtual, em delírio de cores – exige, mais do que nunca, o cultivo da identidade cultural. E a identidade está no idioma, nos costumes, no jeito de ser, nos valores cívicos e patrióticos. Por alguma razão, ainda não sabida, cada ser humano nasce, não por acaso, em um dado lugar do mundo, em determinada época, em certa família e pertencendo a um povo singular. Somos todos identidade e diversidade como única e grande família humana. E cada um, lá no mais dentro do ser, vibra sempre com o acorde do Hino Nacional. Há pouco tempo, ouvi de um senhor bastante idoso, em retorno ao Brasil depois de longos anos de exitosa permanência na França, a confissão de que acabava de realizar uma vontade que o tempo e o sucesso não conseguiram aplacar: a de um dia voltar para o Brasil. Melhor exemplo do laço de pertencimento não poderia haver. Nascermos e nos identificamos com sentimentos que parecem impregnar o nosso sangue, o DNA que portamos.

O CD Alma Brasileira é um símbolo identitário: ele reforça os laços de pertencimento. É um marco para a cultura brasileira. E aqui estamos, institucionalmente, como representante do Governador de nosso estado, e, pessoalmente, como cidadã, trazendo o tributo de Minas e a palavra do coração aos idealizadores do projeto, aos parceiros de sua execução e, especialmente, à Banda da Polícia Militar. E, na presença de tão ilustrada corporação musical, saudando o maestro Sargento Reinaldo com sua impecável regência, ocorreu-me consignar expressa homenagem ao maestro e compositor, que fez história nesta Banda, o querido Sebastião Vianna. A trajetória do grande maestro, à sua vez, me remeteu ao Capitão – médico Guimarães Rosa, o escritor genial, mineiro e universal. Em “Ave, Palavra”, ele dedica sua homenagem a dois expedicionários. O primeiro ele reencontrou, no sertão mineiro, em Três Barras, depois da II Guerra Mundial. O segundo, na Itália, em Pistóia, no Cemitério Militar Brasileiro, um lugar “limpo, novo, cuidado – como uma plantação, como uma coleção. Aquilo em paz.” “O lugar entre montanhas imbricadas, esfumadas em bruma”, como descreve Gui-

marães. Perdido entre as “carreiras de cruzeiras brancas”, confessa o mineiro de Cordisburgo: “Adiantei-me, sem escolha, olhei, e li, na pequena placa: SOLDADO ALCIDES M. ROSA / Morto em 12 de dezembro de 1944 / 11ª R. I. [...] Aquele podia ser um meu parente, assim com o meu nome, e vindo de Minas Gerais. Foi demais meu parente; para mim, sob céu diferente, neste mundo, diminuído de belo, feito se nas Três Barras”<sup>84</sup>.

Guimarães, lá, tão distante, evoca a família, o seu chão e os valores cívicos e patrióticos. Eis porque lhes peço licença, neste momento de lançamento do CD *Hinos – Alma Brasileira*, para encerrar minhas palavras evocando fragmentos da “Canção do Expedicionário”, na letra mágica de Guilherme de Almeida: “Você sabe de onde eu venho? / Venho do morro, do Engenho, / Das selvas, dos cafezais, / Da boa terra do coco, / Da choupana onde um é pouco, / Dois é bom, três é demais, / Venho das praias sedosas, / Das montanhas alterosas, / Do pampa, do seringal, / Das margens crespas dos rios, / Dos verdes mares bravios / Da minha terra natal. [...] / Eu venho da minha terra / Da casa branca da serra / E do luar do meu sertão; / Venho da minha Maria / Cujo nome principia / Na palma da minha mão.” Aqui sou alma e sou palma. Alma embevecida porque a música nos faz transcender. E sou palma das mãos com que Minas aplaude, em quase hosana aos céus, a *Alma Brasileira* nos acordes deste CD. Aqui trago palmas do Governador do Estado de Minas Gerais, doutor Aécio Neves, um jovem de alma genuinamente brasileira, que tem honrado as letras de seu nome e a história que carrega, os valores de Minas e deste chão Brasil. Muito Obrigada!<sup>85</sup>

84 Trecho do conto “Dois soldadinhos mineiros”, publicado em *Ave*, palavra, de Guimarães Rosa (1908-1967).

85 Discurso proferido no concerto de lançamento do CD *Hinos – Alma Brasileira* – produzido pelo SESC Minas Gerais, com participação da Banda da PMMG – realizado no grande teatro do Palácio das Artes, em Belo Horizonte (MG). Presentes: membros dos poderes do estado e demais autoridades; Renato Rossi, Presidente do SESC/MG; Coronel PM Eduardo Mendes de Sousa, Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais; Maestro Sargento Reinaldo; diplomatas; Prof. Aluísio Pimenta. Outubro/2006.





## TRANSMISSÃO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

**B**oas-vindas ao nobre Secretário e à sua equipe de confiança! Permita-me, estimado Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Deputado Federal Custódio Antônio de Mattos, que minhas primeiras palavras neste ato de transmissão de cargo sejam dirigidas aos servidores da SEDESE, que aliaram espírito público, vocação para servir e garra para persistir na busca de soluções no bojo da Política Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes e de alternativas de fidelização da Pasta ao papel a ela reservado nesses primeiros quatro anos do Governo Aécio Neves. O trabalho incansável de cada um nos permite hoje passar ao comando de Vossa Excelência uma SEDESE preparada para os desafios da ordem social presente na perspectiva inclusiva e emancipadora.

Poderíamos sintetizar a explicação do quadro de mudanças com uma afirmação jocosa, mas, também, carinhosa, do Dr. João Batista, em momentos de descontração, em torno das nossas mesas de trabalho: “aqui pode até faltar milhão, mas não pode faltar vocação!” Pois bem, aqui não faltou vocação! Podemos dizer que uma verdadeira convergência de vocações possibilitou uma revolução silenciosa e responsável nas práticas, nas metodologias, nas prioridades, nos meios e nos fins.

Simbolizando todos, dos superintendentes aos diretores, e suas respectivas equipes de trabalho, nomeio a dinâmica e competente secretária-adjunta Maria das Dores Amorim Abreu, os subsecretários de Direitos Humanos, Dr. João Batista de Oliveira; de Trabalho e Assistência Social, Maria Albanita Roberta de Lima; de Esportes, Rogério Romero; e Antidrogas, Cloves Eduardo Benevides. Deles recebi irrestrita colaboração. Tive também o permanente apoio do Chefe de Gabinete Márcio Eli Almeida Leandro, da Auditora Márcia de Andrade Dornelles, da Assessora Jurídica Solange Vieira de Faria, e da boa e leal equipe de assessores e colaboradores diretos.

Deixo-lhes, a todos, o meu adeus funcional como titular desta Pasta e, também, a reafirmação do vínculo pessoal que continuará vivo na dimensão afetiva, no espaço cordial de nosso esquerdo. Queridos amigos, quero transmitir-lhes meu melhor agradecimento pela excepcional colaboração recebida de cada um. A vocês, os votos de felicidades em suas atividades fu-

turas e de um ano de 2007 cheio de luz para que possam continuar fazendo diferença neste mundo largo de Deus, aqui ou em outros lugares....

O balanço desse quadriênio, iniciado na SEDESE sob a batuta do deputado estadual João Leite, passando pela titularidade do hoje deputado federal Marcos Montes e encerrado com esta que lhes fala, está feito e é agora entregue às mãos competentes do secretário Custódio Mattos. Recordaria aqui o quadro de pintura e a metáfora do lavador de pincéis. Que todos se vejam neste verdadeiro espetáculo coletivo! Não sou capaz de olhá-lo sem vislumbrar a presença de cada qual. Ele é para mim quase carnalidade, luzes e sombras de noites insones, relógios tresandados que adiam os horários de refeições, a lágrima compulsiva do que vai em socorro, o medo na lida com os riscos da violência... Sistemas, normas básicas, controles, planos de metas, consolidação de recursos... Enfim, relata-se a dor e o louvor de um projeto dignificante.

Quero dizer-lhes que sou grata ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado pela oportunidade tão honrosa de colocar todo meu empenho em favor de um projeto para Minas que a todos dignifica. Sem querer me estender em relatos de desafios e avanços de gestão nesse ato formal de transmissão do cargo, não posso deixar de fazer breves registros. Direi, repetindo o título do capítulo de abertura do balanço da SEDESE, que “Minas saiu na frente” em ações estratégicas vinculadas às políticas públicas de desenvolvimento social. Basta dizer que Minas Gerais foi o primeiro e único estado brasileiro a formalizar, em 2006, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a “Proposta de Pacto para o Aperfeiçoamento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”.

No *ranking* SUAS de gestão, Minas saltou, nos últimos seis meses, do penúltimo para o quinto lugar no quadro da Federação, como resultado, sobretudo, do estabelecimento do Pacto Estadual pelo Aprimoramento da Gestão da Política Estadual de Assistência Social, firmado em 21 de junho de 2006 pelo Governador do Estado, e que pavimentou as ações no seio do próprio sistema estadual de assistência. Esta acelerada curva ascensional projetada, sem dúvida, um lugar de destaque em âmbito nacional para Minas Gerais no campo do desenvolvimento social. Mas as dificuldades ainda são imensas, sobretudo em face das expectativas da sociedade em relação ao governo. Por outro lado, a face institucional da SEDESE está mudada. Sua missão apresenta-se mais conforme às necessidades do quadro de realidade da ordem social. Os servidores estão motivados no bojo do processo transformador. Os parceiros, a sociedade civil, os agentes de controle têm confiança no propósito do bem. As funcionalidades e os procedimentos internos estão adaptadas para darem curso a ações mais dinâmicas, assertivas e eficazes.

Não falamos, contudo, de milagre. Queremos dizer que Vossa Excelência, Sr. Secretário Custódio Mattos, assume em momento virtuoso do

ciclo da política pública de desenvolvimento social e desta Pasta que deverá conduzi-la. Sabe Vossa Excelência que partiu da própria SEDESE a proposta encaminhada ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador para proceder, a partir do seu segundo mandato, a mudanças na estrutura operacional da Secretaria, o que resulta no desmembramento das subsecretarias de Esportes e Antidrogas e da Superintendência da Juventude. Foram sugestões que nasceram da observação direta e da prática da atual gestão administrativa. Adotadas pelo Senhor Governador, temos a convicção do acerto dessa nova configuração institucional que sustenta, a partir de agora, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, centrada nas políticas públicas de Direitos Humanos, de Trabalho, Emprego e Renda e de Assistência Social. Esse bom legado – com todos os desafios que estão colocados à sua frente – tem o selo da ampla participação de entidades e movimentos da sociedade na concepção, na execução e no controle das políticas públicas desenvolvidas por essa Secretaria de Estado, segundo a tônica definida pelo atual governo e as metodologias e estratégias compartilhadas internamente.

Em menos de quatro anos, a SEDESE estabeleceu uma extensa rede de parcerias com o terceiro setor, com ONGs, com OSCIPs, com outras instâncias de governo, desde a esfera federal aos municípios – cumprimos uma agenda extraordinária de conferências, mesas-redondas, fóruns, oficinas, capacitações, seminários, encontros regionais, em verdadeira cruzada pela política social –, e ainda com organismos internacionais, como no recente e promissor Pacto Um Mundo para a Criança do Semiárido, desenvolvido com o INICEF, que contou, em sua primeira edição, finalizada em dezembro, com a participação de 165 municípios do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri, conquistando 18 deles o Selo UNICEF na qualidade de gestão.

Falo tudo isto, para compartilhar, de forma muito sincera e com conforto na alma, a alegria de ter efetivamente servido ao meu Estado e aos mineiros como liderança neste processo, fazendo, com toda a equipe SEDESE, o “dever de casa”, como gosto de dizer, e, de preferência nos bastidores ou nos laboratórios mais confusos da Administração Pública, tudo em cadinho de entusiasmo e peleja gotejante. Estou certa de que vencemos o estágio da reinstitucionalização da Secretaria e de reformulação da política pública a seu cargo, tudo com muita técnica e discursividade democrática. Mas o Estado de Resultados, nas palavras de ordem do Governador, terá de encontrar sempre caminho novo para arrojado soluções. A SEDESE deverá dar novos passos e, certamente, ganhará maior projeção política, sob a ilustrada condução de Vossa Excelência.

Ao saudar e dar as boas-vindas a toda a equipe SEDESE e ao novo Secretário Custódio Mattos, gostaria de dizer que Vossa Excelência, Senhor Deputado, reúne as melhores qualificações para tornar essa área de governo uma vitrine da inovadora e moderna Administração Pública que Minas Gerais experimenta na gestão do Governador Aécio Neves, e para potencializar re-

sultados de ações em curso e de ações que a criatividade de Vossa Excelência e das equipes de planejamento acenará para Minas e para o Brasil.

Seu perfil, Senhor Secretário, alia uma esmerada preparação técnica, com sua invejável formação acadêmica no Brasil e no Exterior, a uma vivência política e administrativa amplamente vitoriosa, desde a esfera municipal, como prefeito de Juiz de Fora, ao âmbito estadual, seja como parlamentar, secretário da Prefeitura de Belo Horizonte, diretor do BDMG, alcançando a dimensão nacional, como deputado federal dos mais respeitados na Câmara dos Deputados, casa na qual sua capacidade o credenciou a assumir missões legislativas das mais desafiadoras nas diferentes comissões permanentes daquela Casa. Se me senti honrada em exercer essa alta responsabilidade de Secretária de Estado no primeiro mandato do Governador Aécio Neves, sinto, neste momento, o orgulho de transmitir o cargo a um homem público que dignifica a vida política em Minas Gerais e no Brasil. Um homem público que, pelo seu passado, pelo seu compromisso com o presente, com o projeto do jovem Aécio Neves e pela crença comum na força do bem, traz a certeza de uma gestão vitoriosa, ética e humanitária.

Nesta hora seu pensamento, Secretário Custódio Mattos, como acontece em momentos especiais de nossas vidas, estará evocando os tempos de infância vividos nos planaltos cristalinos de sua terra natal, que floresce entre a Mantiqueira e o Paranaíba do Sul, sob as bênçãos da Gruta da Água Santa e o encantamento da Serra da Água Bonita, naquelas terras de campos verdes e floridos da mata mineira, banhados pelo ribeirão Bom Sucesso. Que de Mar de Espanha, de Guarará e, afinal, de Bicas jorrem, pois, com nascentes na rua dos Operários, no Morro do Hospital de ver o pôr do Sol, nas trilhas dos antigos trilhos da ferrovia União Mineira em que viajou Dom Pedro II, as águas lustrais que inspirem suas ações futuras, de fundamental importância para o “vir-a-ser” do Governo Aécio Neves e – por que não dizer? – para o “vir-a-ser” de nosso País, que tem no desenvolvimento social o mais imperativo desafio a ser superado no momento histórico que vivemos, e tem na pessoa de nosso grande timoneiro a esperança de um Brasil pacificado a partir do sentimento de Minas sempre eloquente, no silêncio ou no grito forte.

Quero continuar aplaudindo de pé o projeto da SEDESE, a partir de agora, sob condução de Vossa Excelência. Quero, também, continuar apoiando, em outra missão, o Projeto Aécio Neves, agora compartilhado com meu querido amigo Antônio Augusto Anastasia, sempre na fé de que empenho os meus esforços, a minha paixão e a minha bagagem, que não é minha, mas do mundo, em favor do bem coletivo, ainda que com sacrifício de sonhos pessoais. Muito Obrigada a todos!<sup>86</sup>

86 Discurso proferido na solenidade de transmissão do cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes ao sucessor, Deputado Custódio Antônio de Mattos, realizada na SEDESE. Janeiro/2007.





Se existe uma “menina dos olhos” nas ações da SEDESE, a Casa Lar é uma forte candidata de nossa visão. Nem todos conhecem ainda a extensão desse programa que virou e deixou para trás a página triste e dramática da antiga Febem. A Casa Lar é uma modalidade de abrigo, como medida de proteção, de caráter provisório e excepcional. É uma moradia em residência comum, integrada á comunidade, coordenada por uma mãe social – que bela designação!... – ou casal social e atende, no máximo, 8 a 12 crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de risco pessoal e social e pessoas com deficiência.